



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELIZÂNIA SOUSA DO NASCIMENTO

**DESBRAVANDO INTELIGÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO:
O PROJETO BANDEIRANTE E A EXPANSÃO DO
ENSINO SECUNDÁRIO NO MARANHÃO (1968-1973)**

TERESINA-PI

2013



ELIZÂNIA SOUSA DO NASCIMENTO

**DESBRAVANDO INTELIGÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO:
O PROJETO BANDEIRANTE E A EXPANSÃO DO
ENSINO SECUNDÁRIO NO MARANHÃO (1968-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

TERESINA-PI

2013

Nádia Lusiane Silva Pereira
Bibliotecária CRB 13/457

Nascimento, Elizânia Sousa do

Desbravando inteligências para o desenvolvimento: o Projeto Bandeirante e a expansão do ensino secundário no Maranhão (1968-1973) / Elizânia Sousa do Nascimento. - Teresina, 2013.

209f; il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós Graduação em Educação / Universidade Federal do Piauí, 2013.

1. História. 2. Memória. 3. Ensino Secundário. 4. Cultura escolar. I. Título.

CDU 373.5(812.1)(091)
N244d

ELIZÂNIA SOUSA DO NASCIMENTO

**DESBRAVANDO INTELIGÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO:
O PROJETO BANDEIRANTE E A EXPANSÃO DO
ENSINO SECUNDÁRIO NO MARANHÃO (1968-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em 16 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Luis Carlos Sales (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos (Examinador Externo)
Universidade Federal do Maranhão– UFMA

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim (Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

*Ao Benjamin, novo amor da minha vida,
e a quem desejo um mundo
de políticas públicas mais justas.*

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da minha existência e Senhor da minha história.

Ao querido orientador, Antonio de Pádua Carvalho Lopes, cujas aulas me capturaram de vez com a “misteriosa chama” da história educacional. Sua orientação competente, que uniu firmeza e serenidade, despertou-me para memórias de outrora, fazendo surgir convicções germinadas por sementes há muito lançadas.

Aos meus familiares, pelo apoio. Em especial aos cunhados Salete Mendes e Idelmar Mendes, por toda a força e por toda ajuda durante esse período. À Ângela, irmã querida de todas as horas, e ao Felipe, sobrinho presente nos momentos mais especiais da minha vida.

À 19ª turma do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPI, pelo companheirismo e pela acolhida. Em especial, àqueles que me presentearam com lembranças de momentos especiais de amizade: Isolina, Rejane, Wanna, Ranchimit, Irene, Waldílio, Lucienia, Rosanne... Ceíça e Leila, vocês foram verdadeiras irmãs para mim. Obrigada por tudo!

Aos professores do PPGED – UFPI, pelo privilégio de encontros e de partilhas, quer na sala de aula ou em outros espaços: Maria do Amparo Borges Ferro, Antonia Edna Brito, Carmen Lúcia Cabral, Maria da Glória Soares Lima, Maria da Glória Moura, Josânia Lima Portela, Maria do Carmo Alves do Bomfim, Rosana Evangelista da Cruz e Shara Jane Adad. Prof. Luís Carlos Sales, sou muito grata pela leitura atenciosa deste texto, por cada apontamento e pelo incentivo. Sua pesquisa foi muito importante para a desnaturalização do meu olhar sobre os prédios escolares e seus valores simbólicos.

À Prof.^a Diomar das Graças Motta, da UFMA, marcante em minha trajetória. Obrigada pela longa e esclarecedora conversa e pelas sinalizações tão importantes sobre a presente pesquisa.

À Prof.^a Núbia Bonfim, da UFMA, pela gentileza com que me recebeu e por ter disponibilizado importantes documentos, essenciais à construção deste trabalho. Sua pesquisa foi fundamental neste percurso.

Ao Prof. César Castro, da UFMA, pela disponibilidade apresentada sempre que precisei e também pela contribuição que seus escritos no campo historiográfico maranhense deram à minha formação.

À Claudia Simone Lopes, amiga e irmã de alma. Obrigada pelo incentivo e pelas inserções atenciosas e profundas dispensadas nas longas conversas sobre os Ginásios Bandeirantes.

Ao querido Charles Stoner, amigo sempre presente nos “*abstracts*” da minha vida.

À Laura, amiga querida, por sempre encontrar um tempinho para atender minhas solicitações de mais uma “capa”. Sou grata por tudo.

À Joquebede Dias, primeira incentivadora da minha inserção neste Mestrado. Obrigada por todo o apoio, todo o incentivo e a acolhida, tanto em Teresina quanto em Amarante.

À querida coordenadora, Raimunda de Sá Barbosa, pela percepção sensível e pelo acolhimento generoso das minhas solicitações durante esse percurso.

À equipe de Supervisão da Unidade Regional de Educação: Aglaídes, Anatalice, Edvonéria, Leila, Vanusa e Verbena, pela amizade e pela compreensão.

Aos entrevistados e entrevistadas pela atenção e acolhida. Obrigada pela partilha de histórias tão preciosas.

Ao meu esposo, Iomar Mendes de Sousa, amor da minha vida, maior incentivador e companheiro desta jornada. Obrigada pela abundante generosidade em cada viagem, cada leitura após a escrita de “mais um capítulo”... Enfim, pela partilha de um projeto que também se tornou seu. Amo você!

Confie no Senhor de todo o seu coração
e não se apoie em seu próprio entendimento;
reconheça o Senhor em todos os seus caminhos,
e ele endireitará as suas veredas.

Provérbios 3: 5,6.

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a expansão do ensino secundário no Maranhão, através do Projeto Bandeirante, no período de 1968 à 1973. O objetivo geral da pesquisa foi a construção da história e da memória dos Ginásios Bandeirantes. Analisa essa política de expansão do ensino secundário à luz do contexto educacional e político da época, em nível estadual e nacional, privilegiando, a compreensão das bases históricas sobre as quais ocorreu seu surgimento. Estuda as bases ideológicas do Projeto Bandeirante, a interface entre a expansão desses ginásios e a rede privada do secundário maranhense, à época. Problematiza a qualidade dessa expansão a partir da pesquisa documental e dos testemunhos orais. A ampliação do conceito de documento realizada pelos Annales possibilitou olhar arguto e abrangente sobre os vestígios desses ginásios ao longo da pesquisa, englobando nesta diferentes fontes e materiais: discursos e planos de governo, relatórios de inspeção, fotografias, jornais, fardamento escolar, mobiliário escolar, material para o gabinete de ciências e acervo das bibliotecas implantadas nos ginásios. O trabalho com a história oral foi importante para a construção de traços do cotidiano desses ginásios, através dos depoimentos de ex-alunos, de ex-professores e de ex-diretores. Este trabalho apoia-se, dentre outras, nas seguintes categorias e autores: História – Burke (2000), Jenkins (2007); Memória – Halbwachs (1990), Portelli (2010) e Bosi (1994, 2003); Cultura Escolar – Julia (2001) e Souza (2008, 2010). O estudo evidenciou o surgimento do discurso desenvolvimentista atrelado à Educação no governo de Newton Bello (1961-1966) e o aprofundamento desse na gestão de José Sarney (1966-1971). O projeto de expansão do ensino secundário por meio dos Ginásios Bandeirantes encontrava-se no bojo da construção ideológica de “um novo homem para um novo Maranhão”, na proposta do chamado *Maranhão Novo*. A pesquisa concluiu que a ideia de modernidade forjada para esses ginásios foi negada na prática devido ao modelo de expansão, que tinha como marcas principais a racionalização e a economia de recursos e, principalmente, a falta de um quadro docente preparado para a efetivação de tal proposta. Na memória das testemunhas, os Ginásios Bandeirantes foram ressaltados como “a luz que dissipou as trevas do atraso e da ignorância no interior do Maranhão”. São essas mesmas falas que permitiram, ao lado da pesquisa documental, constatar as incongruências entre a ideia original do Projeto Bandeirante e a prática desses ginásios. A

conclusão evidencia que a expansão dos Ginásios Bandeirantes se deu em contexto repleto de contradições e que, apesar das dissonâncias entre proposta e efetivação, eles constituíram importante passo na expansão do acesso ao ensino secundário no Maranhão.

Palavras-chave: História. Memória. Ensino Secundário. Cultura Escolar.

ABSTRACT

This work is a study of the expansion of secondary education in Maranhão, through the Bandeirante Project, during the period of 1968 to 1973. The general objective of the research was the reconstruction of the history and of the memory of the Bandeirante High Schools. It analyzes the policy of expansion of secondary education in the light of the educational and political context of the time, on the state and national level, favoring the understanding of the historical bases upon which its appearance occurred. It studies the ideological bases of the Banderiante Project, the interfacing between the expansion of these schools and the private sector of Maranhão at the time. It presents the problems of the quality of this expansion starting with documented research and of actual witnesses. The amplification of the document concept made possible by the Annales made it possible to look in a penetrating and wide manner at the traces of these schools throughout the project, including within the different sources and materials: discourses and plans of the government, inspection reports, photographs, newspapers, school uniforms, school equipment, supplies for science labs and library works designated for the schools. The work with the oral history was important for the reconstruction of the traces of daily life in these high schools, by the testimonies of former students, professors and past directors. Among others, this project is based upon the following categories and authors: History – Burke (2000), Jekins (2007); Memory – Halbwachs (1990), Portelli (2010) e Bosi (1994, 2003); School Culture – Julia (2001) e Souza (2008, 2010). The study showed evidence of the rise of the developmental discourse related to education in the administration of Newton Bello (1961-1966) and increased during the mandate of José Sarney (1967- 1971). The expansion project of secondary education by means of the Bandeirante high schools was found in the center of the ideological edifice of “a new man for a new Maranhão”, in the proposal called a *New Maranhão*. The research concluded that the idea of modernity forged for these high schools was negated in practice due to the model of expansion, that had as its principal marks the rationing and economy of resources and mainly, the lack of prepared teaching staff for carrying out the effectuation of such a proposal. In the memory of the eye witnesses, the Bandeirante High Schools were perceived as “the light that dispersed the darkness of backwardness and ignorance in the interior of Maranhão”. This is the same conversation that permitted, by the documental

research, to establish the inconsistencies between the original idea of the Bandeirante Project and the actual experience of these high schools. The conclusion shows that the expansion of the Bandeirante High Schools occurred in a context full of contradictions and that, in spite of disharmony between proposal and execution, they constituted an important step in the expansion of access to secondary education in Maranhão.

Keywords: History. Memory. Secondary Education. School Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Ensino Médio Maranhense – 1967	70
Mapa 2 – Expansão dos Ginásios Bandeirantes – 1968-1973.....	89
Mapa 3 – Ensino médio particular X expansão dos Ginásios Bandeirantes – 1968-1973	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro entre 1961 a 1971.....	29
Quadro 2 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1968	83
Quadro 3 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1969	85
Quadro 4 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1970	86
Quadro 5 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1971	88
Quadro 6 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1973	88
Quadro 7 – Currículo Polivalente dos Ginásios Bandeirantes	104
Quadro 8 – Grade curricular “Iniciação ao Trabalho”	111
Quadro 9 – Ex-alunos entrevistados dos Ginásios Bandeirantes	128
Quadro 10 – Ex-professores entrevistados dos Ginásios Bandeirantes	128
Quadro 11 – Ex-diretores entrevistados Ginásios Bandeirantes	129
Quadro 12 – Corpo docente e administrativo do Ginásio Bandeirante de Urbano Santos – 1983	133
Quadro 13 – Relação dos livros da Biblioteca do Ginásio Bandeirante de Lima Campos.....	167
Quadro 14 – Relação dos livros da Biblioteca do Ginásio Bandeirante de Paulo Ramos.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos necessários para o investimento e para a manutenção da Educação Primária e Educação Média e Profissional no Maranhão – 1961-1965	36
Tabela 2 – Matrículas do ensino primário no Maranhão – 1961-1965	40
Tabela 3 – Ensino Médio no Maranhão - 1963-1965	47
Tabela 4 – Número de professores segundo o nível de ensino e a dependência administrativa no Estado do Maranhão – 1965 -1969	68
Tabela 5 – Alunos matriculados segundo o nível de ensino e a dependência administrativa no Estado do Maranhão – 1965-1969	69
Tabela 6 – Matrículas do ensino médio no Maranhão – 1º ciclo – 1968 – 1970	86

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Folha de pagamento do pessoal docente e administrativo da Unidade Bandeirante de Santa Quitéria	136
Fotografia 2 – Certificado do Curso de Diretores e Secretários dos Ginásios Bandeirantes – 1970	138
Fotografia 3 – Formação de professores dos Ginásios Bandeirantes em Imperatriz – 1972	139
Fotografia 4 – Ginásio Bandeirante de Cajapió	152
Fotografia 5 – Ginásio Bandeirante de Peri Mirim.....	152
Fotografia 6 – Ginásio Bandeirante de Primeira Cruz	153
Fotografia 7 – Sala de aula do Ginásio Bandeirante de Palmeirândia	154
Fotografia 8 – Interior da sala de aula do GB de Cajari	155
Fotografia 9 – Sala de aula do futuro Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida	156
Fotografia 10 – Grupo Escolar Parsondas de Carvalho	157
Fotografia 11 – Unidade Integrada Parsondas de Carvalho	157
Fotografia 12 – Complexo Educacional Parsondas de Carvalho	158
Fotografia 13 – Material do Gabinete de Ciências do Ginásio Bandeirante de Godofredo Viana	161
Fotografia 14 – Biblioteca do Ginásio Bandeirante de Grajaú.....	166
Fotografia 15 – Aula prática com a 1ª Turma de Técnica Agrícola do Ginásio Bandeirante de Sítio Novo.....	172
Fotografia 16 – Alunos do Ginásio Bandeirante de Santa Rita em excursão a São Luís – 1969.....	173
Fotografia 17 – Bolso do Ginásio Bandeirante de Sítio Novo	175
Fotografia 18 – Ginásio Bandeirante de Amarante em desfile no 7 de setembro de 1980.....	176
Fotografia 19 – Resultado do Exame de Admissão	180

LISTA DE SIGLAS

AI-1 – Ato Institucional Número Um
AI-2 – Ato Institucional Número Dois
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPLEMA – Comissão Executiva do Plano Estadual de Educação
CINEC – Centro Integrado de Educação e Cultura
CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
DAM – Departamento de Aperfeiçoamento do Magistério
DEM – Departamento de Ensino Médio
EMC – Educação Moral e Cívica
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FFPEM – Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio
FMTVE – Fundação Maranhense de Televisão Educativa
FUM – Fundação Universidade do Maranhão
FUNBEC – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências
GB – Ginásio Bandeirante
GOT – Ginásios Orientados para o Trabalho
IBECC – Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OSPB – Organização Social e Política Brasileira
PNE – Plano Nacional da Educação
PSD – Partido Social Democrático
SENEC – Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura
SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TVE – TV Educativa

UDN – União Democrática Nacional

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	PARA INÍCIO DE HISTÓRIA... MEMÓRIAS!	20
2	POLÍTICA EDUCACIONAL DO MARANHÃO: os discursos em torno da relação educacional e desenvolvimento	28
2.1	O governo Newton Bello e a ênfase no ensino primário (1961- 1966)	33
2.2	A superação do “Velho” e a construção de um “Novo” Maranhão: o discurso político-educacional do governo de José Sarney (1966-1971)	48
2.3	Educação e Desenvolvimento na construção do “Maranhão Novo”	56
2.3.1	Artesãos do desenvolvimento: o Projeto João de Barro nas comunidades rurais maranhenses	61
2.3.2	Tecnologia educacional para o desenvolvimento: a TVE/Maranhão e o Projeto Madureza	72
3	PROJETO BANDEIRANTE: Desbravando as inteligências do interior do Maranhão para o desenvolvimento	77
3.1	O Bandeirismo na construção do “Maranhão Novo”	77
3.2	Expansão e financiamento do secundário público no Maranhão	80
3.3	Ginásios Bandeirantes e a proposta desenvolvimentista	96
3.3.1	Quadro docente: primeiras providências	100
3.3.2	Currículo do Projeto Bandeirante: o preparo da mão de obra especializada	104
3.3.3	Espaços físicos para os Ginásios Bandeirantes: a idealização material do currículo	115
4	PROJETO BANDEIRANTE: da intenção à prática	124
4.1	Quadro docente: inserção e formação dos desbravadores	129
4.1.1	Sala de aula: prática pedagógica	140
4.2	Artefatos materiais: vestígios de um desbravamento	147
4.2.1	Prédios escolares e mobiliários	149
4.2.2	Gabinete de ciências, biblioteca e horta	159
4.2.3	Fardamento escolar	172
4.3	Projeto Bandeirante e desenvolvimento: memórias dos resultados de uma missão	178
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187

REFERÊNCIAS	191
APÊNDICES	201

1 PARA INÍCIO DE HISTÓRIA... MEMÓRIAS!

É uma manhã de sábado ensolarada. Com alegria, entro com minha mãe naquela escola que, naquele dia, era só nossa: minha, dela e de mais duas zeladoras. De um lado, vejo três salas de aula com uma diretoria apertadinha entre as duas primeiras e a última; na frente uma cantina, um pequeno corredor para a saída dos fundos e, ao lado, banheiros – três masculinos e três femininos. Do lado esquerdo, mais três salas de aulas e uma outra, onde ficavam várias estantes, com velhos livros, velhos mapas e um esqueleto humano, que às vezes me dava medo... Lembro-me de um quadro exposto que apresentava todos os ex-presidentes do Brasil... Ao lado do prédio, existia um jardim com rosas, bulgaris e outras flores cultivadas pelas zeladoras. Era dia de limpeza geral, em que toda a escola deveria ser lavada, devidamente higienizada. Diferente dos outros dias que acompanhava a mãe a contragosto, com medo de ficar à noite sozinha em casa, neste, eu me sentia livre para brincar na espuma de sabão e na água abundante espalhada no assoalho. Dos outros, lembro-me de uma sineta estridente que anunciava pontualmente os horários daquela escola, do público adulto que nela estudava, do fardamento impecável de alunos e alunas e do respeito com que eram tratados professores e funcionários. Era o Ginásio Bandeirante de Fortuna – Maranhão, e eu devia ter uns cinco ou seis anos na época.

Foi necessário bastante tempo em contato com meu objeto de pesquisa para que essas memórias pessoais, apoiadas na histórica, aflorassem formando um todo, complementando-se e expandindo-se continuamente a cada informação trazida pela pesquisa documental e pelos testemunhos orais. Ao falar sobre as competências dos “serviçais”¹, o texto do Regimento Interno dos Ginásios Bandeirantes foi o primeiro detonador de tais memórias. Lá estava previsto que aos sábados deveria ser realizada “uma limpeza geral do estabelecimento”. Também os relatos sobre a disciplina rígida e a organização desses ginásios, a partir das entrevistas orais, fizeram emergir memórias sobre as quais nunca havia me debruçado. *Eu estive lá e, de certa forma, sou também uma testemunha do cotidiano de um dos Bandeirantes!*

¹ “Serviçal” era a designação direcionada ao “pessoal auxiliar” que realizava o serviço de limpeza nos Ginásios Bandeirantes. MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Regimento dos Ginásios Polivalentes do Projeto Bandeirante**, São Luís: 1968. Cap. 3. p. 3. Mimeografado.

Essa foi a primeira reação de uma sequência de prazer e de identificação com a história e a memória desses Ginásios.

O meu contato com a História da Educação já havia sido iniciado na graduação. A pesquisa sobre a influência de Martinho Lutero para a educação popular e de responsabilidade do Estado, introduziram-me na análise da escrita epistolar, a partir do encontro com as cartas daquele reformador aos prefeitos das cidades alemãs, bem como de seus sermões em defesa da escola pública. Na especialização, os estudos de gênero e educação me levaram à análise da minha condição de mulher no contexto teológico e eclesial do qual sou integrante. O entrelaçamento entre gênero e Teologia na formação de mulheres no Seminário Cristão Evangélico do Norte, minha instituição formadora no campo teológico, aprofundou em mim o prazer pela análise documental: atas, diários, cartas, entre outros documentos, que faziam parte da história daquela instituição, fundada na década de 1950.

No mestrado, os Ginásios Bandeirantes vieram para minha vida de forma inesperada, abrupta! O interesse de um pesquisador piauiense pela história da educação maranhense me fez abandonar as pretensões de estudo sobre a fragmentação contemporânea de identidades de mulheres professoras. Não foi sem resistências que abandonei a primeira proposta para, depois, entregar-me inteiramente ao novo objeto. De “garota interrompida”, como costumava brincar, lamentando o abandono do primeiro projeto, passei a assumir com muita convicção minha identidade de historiadora da Educação. Meu orientador havia, não apenas identificado esse traço em minha trajetória, como também o fortaleceu, presenteando-me generosamente com a oportunidade de debruçamento sobre uma página da educação maranhense pouco explorada.

Este trabalho pretende contribuir para a história da educação maranhense através da construção da história e da memória dos Ginásios Bandeirantes, cuja fundação e expansão se deu no governo de José Sarney (1966-1971). O estudo apresenta a trajetória de expansão do secundário ginasial, de responsabilidade do Estado, em 94 cidades maranhenses, contando com um total de 95 ginásios² implantados em seis anos. Extrapolando a gestão de José Sarney, apenas dois desses ginásios foram implantados em 1973, no governo de Pedro Neiva de

² Em apenas uma cidade foram implantados dois Bandeirantes: Monção. Seu município, Zé Doca, recebeu também um ginásio pelo índice populacional que possuía à época.

Santana. O esforço desta pesquisa consiste na análise do Projeto Bandeirante, em seus múltiplos aspectos: contextos histórico, social, político e econômico nos quais emergiram; os discursos que giravam em torno de sua elaboração; as pretensões e as concretizações práticas.

Dentre as muitas possibilidades de categorias interpretativas, a escolha se deu por algumas que pareceram mais adequadas à realização do estudo: inicialmente, o **desenvolvimento**, aqui tomado como um conjunto de estratégias nacionais, elaboradas com o fim de promover mudanças rumo a um ideal de nação próspera economicamente. Esse conceito é trabalhado, ainda, como discurso ideológico³ acionado, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1950, com o fim de apregoar a nivelação dos países da América Latina aos chamados “países centrais”. Nesse período, como ideologia, o desenvolvimento foi continuamente associado à ideia de modernidade e ao setor de mercado e de expansão do capital, enquanto que o seu oposto, o subdesenvolvimento, foi correlacionado ao setor não formal e de subsistência. Dessa forma, o binômio desenvolvimento-progresso foi constituído em contraposição ao arcaico-atrasado. Nesse contexto, a educação foi paulatinamente evidenciada como importante campo de investimento para a integração das sociedades “periféricas” no âmbito do capitalismo internacional. O diálogo com essa categoria se deu na análise, tanto de discursos, quanto das ações empreendidas no campo educacional maranhense das décadas de 1960 e 1970.

O conceito de **cultura escolar**, proposto por Julia⁴, orientou na construção de parte do cotidiano dos Ginásios Bandeirantes, aguçando o meu olhar na análise dos conhecimentos que precisavam ser ensinados e das condutas que deveriam ser inculcadas no interior desses ginásios. O referido autor conduziu à inserção da cultura escolar dos Bandeirantes em um contexto cultural maior, gerador de modos de pensar e de agir. Suas sinalizações foram imprescindíveis para a observação da composição do corpo docente desses ginásios, sua formação e sua prática pedagógica, compreendendo esses profissionais como importantes agentes na

³ CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento**. Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed, 1978. A autora apresenta o desenvolvimento como ideologia-núcleo desse período a partir da análise dos governos de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961).

⁴ JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, Autores Associados, n. 1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

transmissão desses conhecimentos, normas e práticas. Aliados a esse conceito, os estudos de Souza⁵ auxiliaram na análise dos vestígios dos artefatos materiais dos Bandeirantes, vinculando-os também às concepções pedagógicas, aos saberes, às práticas e às dimensões simbólicas do universo educacional vivenciado nesses ginásios.

A problematização trazida pela categoria **inovação conservadora**⁶ foi útil à medida que me ajudou a colocar em suspenso a massa de registros documentais que apresentavam os Ginásios Bandeirantes como modernos e inovadores. Assim como me possibilitou atitude de vigilância face a evidências naturalizadas, ao mesmo tempo em que me permitiu problematizar o lugar em que se situou tal “inovação”, para quem e para quem a mesma foi pensada.

É importante ressaltar que, no presente trabalho, a **história** é considerada como *discurso* sobre o passado; um, entre uma série de discursos sobre o mundo. No entanto, para além da ficção, esse se constitui “[...] um jogo de linguagem que não está para brincadeiras, que está localizado no tempo e no espaço”⁷, e que, portanto, é um discurso responsável, que encontra na metodologia científica do fazer historiográfico seus limites, sua sustentação e seu controle.

Em consonância com esse princípio, é necessário fugir das concepções historicizantes ou historicistas da Educação. Muito além de uma trajetória humana ideal e preconcebida proposta pela visão historicista, pretendo situar o referido objeto dentro de uma realidade que é social, cultural e politicamente constituída, como já foi assinalado. É imprescindível abdicar da visão historicizante que, a partir de conclusões simplistas, reduz o meio social a determinação de reformas, de projetos ou de pensamentos pedagógicos⁸. A partir desses pressupostos são analisados os discursos políticos e os projetos educacionais do período proposto, síntese de um contexto que não só é forjado, mas plural e antagônico.

A opção pela categoria **memória** é justificada pela crença na relevância da história oral, na contribuição que ela pode trazer ao “não dito” dos registros

⁵ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

⁶ WARDE, Miriam Jorge. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. O contexto histórico da inovação educacional no Brasil. In: GARCIA, Walter E. (Coord.). **Inovação Educacional no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 1995. p. 211-222.

⁷ JEKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 90.

⁸ SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1985.

históricos e, ainda, na análise e na compreensão desses. No trabalho com esta categoria, concordo com Halbwachs⁹, quando apresenta a *memória* como uma representação seletiva do passado de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social e nacional. Nesse sentido, a memória é trabalhada na perspectiva de coletividade, representando as construções de um grupo social e suas determinações sobre o que deve ser memorável, bem como as formas pelas quais essa memória será lembrada.

Para Jacques Le Goff, a memória é “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia”¹⁰. Ela seria então o elemento responsável pela construção direta ou indireta de um imaginário, ou de uma forma de perceber e de avaliar determinados espaços socioculturais.

Dialogando com o pensamento de Foucault, Le Goff afirma que, sendo um elemento definidor e integrante na construção de elementos de identificação, a memória é um *instrumento e um objeto de poder*. Um poder não necessariamente coercitivo, mas efetivamente legitimador:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva¹¹.

Transpondo tal reflexão para o objeto deste estudo, é possível visualizar uma memória posta em jogo quando é utilizada em obras e em discursos que procuram legitimar a superação de um Maranhão arcaico, a partir do governo de José Sarney, reafirmando aspectos concernentes a uma realidade “marcada pelo atraso e obscurantismo” em contraposição a um *Novo Maranhão*. Nesse cenário, o projeto educacional de sua gestão, forjado como expressão do desenvolvimento foi constantemente ressaltado e registrado como inovador e parte imprescindível na superação do *velho* Maranhão.

⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

¹¹ Id., *Ibid.*, p. 422.

A ampliação do conceito de documento, realizada pela a Escola de Annales, englobando nessa categoria “[...] tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho [...]”¹², foi fundamental na construção de apontamentos sobre a cultura escolar dos Ginásios Bandeirantes. Nesse sentido, às fontes de textos escritos e testemunhos orais, foram acrescentados documentos de natureza iconográfica e objetos do cotidiano escolar dos Ginásios Bandeirantes, indispensáveis na análise da proposta e na concretização do Projeto Bandeirante.

Com relação à documentação pesquisada, e diante de sua diversidade, foi ampliada a percepção multilateral das fontes, e foram identificadas as diversas instâncias discursivas que as compõem, na intenção de formular uma narrativa histórica crítica e problematizadora.

Partindo dessa compreensão, iniciei a pesquisa nos principais arquivos e acervos de São Luís, retornando sempre que houve necessidade, ao longo desses dois anos: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Biblioteca Pública Benedito Leite, Casa de Cultura Josué Montello, Conselho Estadual de Educação, arquivos dos Jornais “O Imparcial” e do “Jornal Pequeno”. Esses espaços propiciaram o contato com discursos, mensagens, relatórios e projetos de governos; matérias jornalísticas; relatórios de inspeção escolar; fotografias e históricos das cidades contempladas pelo Projeto Bandeirante. No percurso das entrevistas orais, foi possível o contato com os arquivos de escolas que ainda guardam vestígios dos Ginásios Bandeirantes como atas e diários escolares. No encontro com os entrevistados, além da história oral, tive acesso, principalmente, às fotografias, que também mostram traços do cotidiano desses ginásios.

A opção metodológica de trabalho com a história oral assume as narrativas de memória não como incontestes ou imunes ao dissenso e à interpretação. Há a concordância com a afirmativa de Burke (2000) de que elas devem estar sujeitas à crítica da reminiscência¹³. Foi fundamental a problematização levantada por Portelli em torno da questão da confiabilidade referencial das fontes orais que, durante muito tempo dominou as discussões no campo historiográfico. Utilizando a linguagem metafórica, o autor apresenta duas práticas discursivas próximas à história oral: a psicanálise e o romance policial. Para ele, no encontro dialógico entre

¹² CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 296.

¹³ BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

entrevistador e entrevistado, o historiador oral deve ser, ao mesmo tempo, psicanalista e policial, diante de narrativas que são tanto referências quanto autorreferências. Por essa razão, afirma o autor, “[...] a história oral distingue-se de outros escritos do campo das Ciências Sociais que buscam legitimar-se ocultando o papel do pesquisador na constituição das fontes, como se elas existissem por si, em vez de serem produto do encontro dialógico”¹⁴.

Diante dessas apropriações, foi feita a opção por entrevistas, que tiveram como base roteiros previamente elaborados, buscando fazer emergir a memória dos entrevistados quanto ao Projeto Bandeirante. A entrevista semiestruturada se tornou adequada ao que se propunha o estudo, pois utiliza roteiro pré-determinado que serve de suporte para o desenvolvimento da entrevista, baseado em temas relevantes à pesquisa. Nessa técnica, as questões não são rígidas e, portanto, no decorrer da entrevista surgiram outras informações pertinentes ao estudo. Esta opção metodológica indica um número não muito abrangente de entrevistados dada a demanda de análise que propõe.

Os critérios utilizados para as escolhas dos entrevistados foram os seguintes:

- a) Ser ex-aluno/a, ex-professor/a do Ginásio Bandeirante: seis ex-alunos e quatro ex-professores/as;
- b) Ter desenvolvido atividades técnico-pedagógicas e administrativas no Projeto Bandeirante: seis ex-diretores;
- c) Ter exercido, na época, funções da gestão educacional maranhense: um ex-secretário de Educação, um ex-coordenador do Projeto, um ex-técnico da Secretaria de Educação.

Outro critério selecionado foi a localização geográfica dos Ginásios Bandeirantes em que estudaram os entrevistados, buscando contemplar diversas regiões do Estado onde foram instalados, sendo esse fato também indicador da delimitação numérica dos entrevistados. Assim, foi feita a escolha pelas seguintes cidades: Amarante, Anajatuba, Bacabal, Fortuna, Grajaú, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Presidente Dutra, São Raimundo das Mangabeiras, Sítio Novo, Timon, além de São Luís que, apesar de não ter recebido um Ginásio Bandeirante, é onde residem atualmente os entrevistados que, na época, ocuparam cargos da gestão educacional maranhense.

¹⁴ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

A apresentação dos resultados está dividida em três capítulos: “**Política educacional no Maranhão:** os discursos em torno da relação educação e desenvolvimento” analisa os contextos político, social e educacional imediatamente anterior ao surgimento do Projeto Bandeirante. O capítulo apresenta, primeiramente, discursos e projetos do governo Newton Bello (1961-1965), procurando identificar o foco maior de ação educacional da sua gestão, assim como o surgimento do discurso desenvolvimentista atrelado à educação. Avalia, ainda, o contexto maranhense em seus diversos aspectos, de forma a compreender as bases antecedentes da expansão do secundário ginasial público. Apresenta traços da construção da trajetória de José Sarney para governo do Estado, o entrelaçamento entre seus discursos, suas ações políticas e o desenvolvimentismo no campo educacional maranhense.

Em “**Projeto Bandeirante:** desbravando as inteligências do interior do Maranhão para o desenvolvimento” é apresentada a construção do Projeto Bandeirante, suas bases ideológicas, bem como o contexto nacional que o inspira e ao qual procura responder. A expansão do secundário maranhense é problematizada, colocando seus números em interface à rede privada da época, bem como as propostas das condições sobre as quais esta expansão deveria ser processada a partir dos Ginásios Bandeirantes.

“**Projeto Bandeirante:** da intenção à prática”, a partir, principalmente, da história oral, apresenta traços do cotidiano de alguns Bandeirantes, procurando identificar a correspondência entre as propostas do projeto e a sua concretização. Mostra, também, indicativos sobre a formação e a atuação do corpo docente, vestígios dos artefatos materiais desses ginásios, e as memórias dos entrevistados sobre os resultados do Projeto Bandeirante.

Por fim, as considerações finais tecem os traços dessa política educacional que permanecem no contexto maranhense, destacando a importância do registro historiográfico para a análise contemporânea e levantando questões que instigam novas discussões e pesquisas dentro deste tema.

2 POLÍTICA EDUCACIONAL NO MARANHÃO: os discursos em torno da relação educação e desenvolvimento

Na segunda metade da década de 1960, o ensino ginásial no Maranhão era síntese dos vários questionamentos e críticas sofridas pelo ensino médio no Brasil. Desde o final da década de 1950 e anos iniciais de 1960, surgiram no contexto brasileiro vários questionamentos à efetividade desse nível de ensino, com propostas de renovação. Falava-se em ginásios industriais, ginásios vocacionais, ginásios da comunidade etc, e as diferentes propostas possuíam em comum a crítica à histórica “intelectualização infrutífera” desse nível de ensino, bem como a defesa do acesso de todos a esse. O modelo desenvolvimentista, dominado pelo mercado de trabalho, fortalecia a proposta de uma escola de nível médio que formasse mão de obra técnica para a industrialização experimentada no país¹⁵.

A demanda propulsãoada pelo desenvolvimento nacional, desde meados de 1930, ocasionou novas reivindicações das classes médias e populares urbanas. A modernização dos ginásios seria, então, o ponto inicial de transformação da educação secundária brasileira. A formação para o trabalho, a extensão da escolaridade e a relação entre educação e desenvolvimento econômico, eram temas que estavam na base dessa discussão e posteriores revisões curriculares.¹⁶ Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4024/61 vai proclamar como um dos fins da educação nacional “o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio”¹⁷. Assim, a obrigatoriedade do latim foi suprimida, e as disciplinas científicas foram enfatizadas na composição curricular do ginásial e do colegial. O secundário obteve, a partir dessa lei, a ratificação da flexibilização curricular, admitindo a “variedade de currículos”¹⁸, a equiparação entre

¹⁵ AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

¹⁶ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

¹⁷ BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. art. 1º, alínea “e”. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso: 07 mar. 2012.

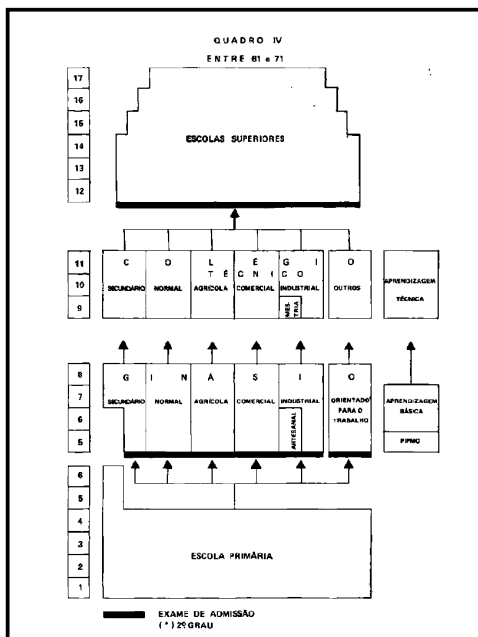
¹⁸ BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. art. 44. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso: 07 mar. 2012.

os cursos técnicos e de formação de professores, deflagrando profundas mudanças neste nível.

Para melhor clareza da designação “ensino secundário”, utilizada nesta pesquisa, é importante saber que, a partir de uma compreensão ampla, educação secundária, ensino secundário e ensino médio, referiam-se a todo tipo de educação pós-primária no nível de primeiro ciclo (secundário, normal, agrícola, comercial, industrial e orientado para o trabalho), e no nível de segundo ciclo (secundário, normal, agrícola, comercial, industrial e outros), esses com caráter de terminalidade.¹⁹ Numa compreensão mais restrita, segundo a legislação educacional da época, ensino secundário referia-se ao ramo do secundário do primeiro ciclo definido pela LDB 4024/61²⁰.

O quadro a seguir ilustra a estrutura educacional delineada para os anos de 1961 a 1971 nos três níveis: primário, ginásial, colegial e ensino superior.

Quadro 1 – Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro entre 1961 a 1971



Fonte: Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. **Ensino de 2º Grau** – Habilitação Profissional, Brasília 1978.

¹⁹ No presente trabalho, “ensino secundário” será uma das designações utilizadas para a expansão dos Ginásios Bandeirantes no Maranhão. Segundo a legislação da época, estes ginásios situam-se no primeiro ciclo de estudos pós-primário.

²⁰ Outro termo da LDB 4024/61 muito utilizada nesta pesquisa é “ensino médio” que na lei abrangia os ciclos ginásial e colegial: “O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”. Cap. I, art. 34.

Segundo a LDB 4024/61, o ciclo ginásial teria a duração mínima de quatro anos e o colegial, de três anos, sendo que “A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores [...]”²¹. Convém ressaltar que tal estrutura é resultado de longa caminhada histórica que foi garantindo ao ensino secundário não apenas organicidade, como também caráter homogêneo em nível nacional.

Para Dallabrida²², foi a Reforma Francisco Campos, de 1931, que iniciou o processo de modernização do ensino secundário, o rompimento de estruturas seculares vivenciadas por esse, além da fabricação de nova cultura escolar para essa etapa de ensino. Entre os elementos homogeneizadores da cultura escolar secundária, encontravam-se o aumento dos anos escolares, a obrigatoriedade de frequência às aulas, a fixação de cronograma único, os exames parcelados e a reestruturação do sistema de inspetoria federal. Tal cultura, forjada para a formação de estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, atendia ao modelo de sociedade disciplinar e capitalista que ora se consolidava no Brasil. Nas palavras de Francisco Campos,

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras.²³

Na análise de Nunes, a realidade se distanciou da proposta enunciada. Fatores como o caráter enciclopédico de seus programas, tornavam a Reforma Campos uma educação para a elite que podia despende cinco anos de formação em cultura geral. Além disso, a não flexibilidade entre os diversos ramos do ensino médio, a falta de corpo docente apto para sua execução, estavam entre os principais

²¹ BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. art. 45. § 2º Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012. BRASIL. LDB 4024/61. art. 45. § 2º.

²² DALLABRIDA, Noberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, mai./ago., 2009.

²³ NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. São Cristovão: Ed UFS, 1999. p. 83.

fatores que concorreram para que essa não correspondesse às expectativas que havia suscitado²⁴.

Foi com a Reforma Capanema²⁵ que o ensino secundário foi dividido em dois ciclos: ginásial, com duração de quatro anos; e o colegial, clássico ou científico, com duração de três anos, consolidando a proposta de um sistema educacional dualista, bifurcado, em que o secundário seria destinado às “elites condutoras”, e o ensino profissionalizante direcionado aos mais pobres, ratificado na Constituição de 1937: “O ensino pré-vocacional profissional *destinado às classes menos favorecidas* é em matéria de educação o primeiro dever de Estado”²⁶. Para Souza²⁷, tal reforma recuperou, em alguns aspectos, as tradições superadas pela letra da Reforma Francisco Campos, especialmente no que se refere à formação humanista e à concepção do secundário como educação própria das elites dirigentes, como esclarece o então ministro Gustavo Capanema:

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, os homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo.²⁸

Com o fim do regime político instituído por Getúlio Vargas, o *Estado Novo*, que durou no Brasil de 1937 a 1945, tramitou no Congresso Nacional, a partir de 1947, uma tentativa de formulação e de aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Personalidades do debate educacional brasileiro, desde a década de 1920, como Fernando de Azevedo, Alceu Amoroso Lima, entre outros, faziam parte da comissão de elaboração da lei. Enviado ao Congresso, o

²⁴ NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. São Cristóvão: Ed UFS, 1999.

²⁵ Conjunto de Leis Orgânicas decretadas entre 1942 e 1946 que ordenaram o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola, sob a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação.

²⁶ BRASIL, **Constituição – 1937**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 10 de novembro de 1937. Brasília: art. 129. (grifo nosso). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm>. Acesso: 15 mar. 2012.

²⁷ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

²⁸ SPOSITO, Marília Pontes. **O Povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 14.

projeto ficou arquivado em 1949, e posteriormente extraviado, sendo substituído por outro que alterara substancialmente toda a proposta original, o denominado “Substitutivo Lacerda”.

O debate polarizado entre dois grupos de interesses diferentes, no que se referia à educação nacional, estava na base, tanto da postergação de aprovação dessa lei, quanto das constantes revisões de sua redação. Desde 1930, o Brasil vivenciou grande expansão da rede privada de ensino secundário, fortalecendo os empresários desse setor que, aliados à igreja católica, outra grande força organizadora de escolas, defendiam a liberdade de ensino e o direito das famílias na educação de sua prole, contra a expansão da educação pública e de responsabilidade do Estado, prevista no primeiro projeto de Lei. Por outro lado, os defensores do ensino público desencadearam, em 1959, a “Campanha de Defesa da Escola Pública”, frente ao Substitutivo Lacerda, considerado por eles como excessivamente privatista²⁹.

Além do “*Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados*”, de 1959, que, entre outras propostas, defendia verbas para a escola pública e submissão à fiscalização oficial por parte da rede escolar privada, foi também organizada, em maio de 1960, a Primeira Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, no estado de São Paulo. Tal defesa ultrapassou os limites de discussão entre os setores médios da sociedade, alcançando as classes mais pobres através, por exemplo, das chamadas “Convenções Operárias de Defesa da Escola Pública”, realizadas também em São Paulo, nos anos 1960 e 1961.

Como síntese desse embate, a primeira LDB foi aprovada em 20 de dezembro de 1961, após 13 anos no Congresso, garantindo tratamento igualitário aos estabelecimentos públicos e privados por parte do poder estatal. Sob a acusação de anacronismo, seus críticos alegavam que o Parlamento não conseguiu perceber os avanços de urbanização e de industrialização que o país havia experimentado nesse ínterim³⁰.

Para Saviani, apesar de a LDB 4024 manter a estrutura estabelecida pela Reforma Capanema, ela foi flexibilizada, constituindo-se em ganho para o ensino médio brasileiro. No que se refere ao ensino secundário, se antes apenas ele dava acesso ao ensino superior e os demais ramos do ensino médio só permitiam as

²⁹ SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**. Campinas: Autores Associados, 1997.

³⁰ Ibid.

carreiras a eles correspondentes, com a nova lei flexibilizou-se tal estrutura, tornando possível que, “[...] concluído qualquer ramo do ensino médio, o aluno tivesse acesso, mediante vestibular, a qualquer carreira do ensino superior”³¹. Além disso, a referida lei possibilitou, ainda, a transferência com aproveitamento de estudos entre um ramo e outro. Tais mudanças quase nada significariam para as classes populares do Maranhão da primeira metade da década de 1960, visto que o ensino secundário público era quase inexistente, sendo as atenções e os discursos do poder governamental direcionados, quase exclusivamente, ao nível que o antecedia.

2.1 O governo Newton Bello e a ênfase no ensino primário (1961-1966)

No início da década de 1960, o Maranhão vivenciou um governo cujo discurso denunciava a realidade educacional como resultado de “omissões generalizadas”, inclusive dos Poderes da República:

O problema educacional decorre da própria situação geral do país. É função de seu desenvolvimento e corre todos os perigos daquele. Se, porém, esta é uma verdade válida, em suas linhas gerais, para a contextura nacional, nesse caso particular, mercê de um abandono sistemático por parte dos Poderes da República, atinge proporções verdadeiramente graves.³²

Diante da impossibilidade, pela alegada falta de recursos, de reversão do contexto educacional “decadente” em que se encontrava o Maranhão da época, Newton Bello encontrou, como “saída”, o contínuo incentivo aos estabelecimentos particulares de ensino:

Reconhecendo nossa incapacidade financeira para o atendimento total, por parte do Estado, das suas necessidades educacionais, constitui parte do meu programa de Governo, ao lado da responsabilidade oficial do mesmo, o incremento por todos os meios possíveis, do ensino particular, que – ninguém o negaria – tem se constituído um baluarte da Educação, no Brasil, desde os seus primórdios, no denominado Período Heróico de Implantação, lá pelo ano de 1549, e sem o qual a consecução de nosso objetivo –

³¹ SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 19-20.

³² MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1963.

erradicação do analfabetismo – tornar-se-á mais difícil e prolongada.³³

Em 1961, a rede educacional maranhense era composta por 2.016 estabelecimentos de ensino primário, sendo que, desses, apenas 316 eram particulares³⁴. No ensino médio, a realidade era outra: dos 37 estabelecimentos existentes, 34 pertenciam à rede privada, um era federal e apenas dois eram estaduais³⁵. Tal realidade encontrava-se em consonância com o cenário nacional analisado por Amado: “Se o ensino primário já era, em alta proporção, público, por outro lado o ensino médio particular atingira enormes dimensões, ultrapassando não de pouco as do ensino público”³⁶. Destaca-se também que, na Constituição Federal de 1946, enquanto o ensino primário oficial deveria ser gratuito a todos, “[...] o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos”³⁷.

No contexto maranhense, o analfabetismo atingia o índice de 64% da população. Para o então governador, isso significava a decadência da “antiga Atenas”³⁸ que, a partir de várias e complexas causas, ocupava agora “[...] um pálido penúltimo lugar, na ordem decrescente das unidades da Federação, no que tange a alfabetização”³⁹. O ensino primário e a erradicação do analfabetismo foram então sua opção primeira de investimento: “É o ensino primário pedra angular de todo um sistema de educação, pois nenhuma estrutura séria pode substituir nesse tocante, se não for construído sólido alicerce sobre que deve assentar o eixo do sistema”⁴⁰.

Sobre o ensino secundário, o governador apresentava os seguintes índices:

³³ MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1961. (grifo nosso).

³⁴ BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1963.

³⁵ Id., Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

³⁶ AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. p. 119.

³⁷ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Cap. II, art. 168, alínea II. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso: 13 abr. 2012.

³⁸ Sobre tal adjetivo para o Estado do Maranhão falaremos mais adiante, quando a chamada “ideologia da decadência” irá superabundar nos discursos de José Sarney.

³⁹ MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1961. (grifo nosso).

⁴⁰ MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1963. (grifo nosso).

Tendo em vista possuir o Estado 97 municípios, conclui-se daí que 78 comunas não dispõem de estabelecimentos de ensino secundário, o que constitui gravidade perfeitamente retratada, na estatística das matrículas escolares. Há no Maranhão 10.000 alunos matriculados nos ginásios da Capital e do Interior correspondendo esse número acerca de 4,5% da população do Estado, entre 12 a 15 anos de idade.⁴¹

Apesar de esse plano ser datado de julho de 1961, dados do IBGE do primeiro mês letivo daquele mesmo ano apresentam um total de 99 municípios maranhenses, dos quais, 82 não possuíam qualquer estabelecimento de ensino médio⁴², o que agrava ainda mais a realidade numérica apresentada pelo governador. Ainda que, nas palavras de Newton Bello, os problemas vivenciados no ensino primário encontravam substancial agravante no ensino médio, sua opção pela concentração de esforços na solução dos problemas do ensino primário era evidenciada, em detrimento dos problemas dimensionados no secundário:

Na impossibilidade de enfrentar, com intensidade, simultaneamente, o problema da Educação primária e da Educação secundária opta o Estado pela concentração de esforços no primário. O Programa mínimo proposto, referente à educação secundária, não visa a solução do problema do ensino médio no Interior do Estado, mas apenas a atenuar-lhe os efeitos na Capital, com a ampliação das instalações do Colégio do Estado, a criação do Ginásio Municipal de São Luís e a conclusão das obras do Ginásio de Educação Física.⁴³

De fato, na análise do plano apresentado em reunião com o Presidente da República, no primeiro ano do mandato de Newton Bello, é perceptível a ênfase substancial dada ao ensino primário em detrimento do ensino médio e superior. Enquanto os objetivos para o primário incluíam: aumento expressivo de matrícula; melhoria das condições de instalações e de equipamentos; e duplicação da capacidade de formação de “professoras”, encontrava-se um vago e único objetivo para a “Educação de Grau Médio”: “Ampliar, melhorar e diversificar o ensino de grau

⁴¹ MARANHÃO. **Plano e Reivindicações.** Reunião do Senhor Presidente da República com os governadores do Piauí e Maranhão. São Luís: SIOGE, 1961. p. 3.

⁴² Brasil. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Anuário estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

⁴³ MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1963. p. 17. (grifo nosso).

médio, de acordo com um programa mínimo⁴⁴. Tal “programa” teria por objetivo atenuar, na capital do Estado, os efeitos dos problemas vivenciados nesse nível. Para o ensino superior, o único objetivo dizia respeito à ampliação dos quadros técnicos de nível superior, “seja pela sua formação no Estado, seja por meio de bolsas para a realização de cursos fora do Estado”⁴⁵.

A diferenciação na concentração de esforços nos níveis primário e médio era também reforçada no quadro de previsão orçamentária do plano apresentado ao Governo Federal. Enquanto para o ensino primário apresentavam-se dois quadros detalhados sobre investimento e manutenção, distribuídos entre as necessidades de construção, de aparelhamento e de formação de professores, para a “Educação Média e profissional”, previam-se apenas a construção de novas salas; os equipamentos para o Colégio Estadual do Maranhão, localizado em São Luís; a construção e o equipamento de um Ginásio Municipal, também em São Luís; e a construção de uma Escola de Pesca, em Primeira Cruz. A diferença de investimentos tornava ainda mais clara a opção já anunciada do Governo Estadual pelo ensino primário.

Tabela 1 – Recursos necessários para o investimento e para a manutenção da Educação Primária e Educação Média e Profissional no Maranhão – 1961-1965

PLANO BÁSICO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA									
RECURSOS NECESSÁRIOS									
INVESTIMENTOS (Cr\$)					MANUTENÇÃO (Cr\$)				
1961	1962	1963	1964	1965	1961	1962	1963	1964	1965
143.000	393.000	475.000	429.000	429.000	-	175.248	220.388	286.934	357.080
Total de Investimento e Manutenção na Educação Primária (Cr\$)									
1961	1962	1963	1964	1965					
143.000	568.248	695.388	717.934*	786.080					

⁴⁴ MARANHÃO. **Plano e Reivindicações**. Reunião do Senhor Presidente da República com os governadores do Piauí e Maranhão. São Luís: SIOGE, 1961. p. 1. (grifo nosso).

⁴⁵ Id., *ibid.* p. 2.

* Esse total apresenta um cálculo errado. Somados, os valores de investimentos + manutenção do ano de 1964, deveria apresentar o total de CR\$ 715.934 ao invés de CR\$ 717.934. Por razões óbvias manteve-se a fidelidade às cifras apresentadas no documento. Tal fato, no entanto, chama nossa atenção tanto para a análise atenta dos documentos pesquisados, quanto para o reforço à “desfetichização” do documento escrito, muitas vezes visto como portador de verdade e objetividade incontestáveis.

EDUCAÇÃO MÉDIA E PROFISSIONAL				
RECURSOS NECESSÁRIOS				
INVESTIMENTOS (Cr\$)				
1961	1962	1963	1964	1965
4.000	20.000	23.000	5.000	-

Fonte: **Maranhão – Plano e Reivindicações**. Reunião do Senhor Presidente da República com os governadores do Piauí e Maranhão. São Luís, julho de 1961.

Importante destacar que o investimento na educação média e profissional consistia, principalmente, na injeção de recursos na rede privada desse nível de ensino, conforme asseverava o próprio governador. Tal realidade apresentava-se em contradição ao processo econômico já iniciado no Maranhão.

Souza informa que nas últimas décadas do século XX o Brasil vivenciou os efeitos da denominada “Era de Ouro” “[...] o quarto do século pós-Segunda Guerra Mundial caracterizado por um espetacular crescimento econômico, pela globalização e internacionalização sem precedentes, pela revolução tecnológica que transformou a vida cotidiana [...]”⁴⁶. Apesar de o desenvolvimento nacional não se igualar ao dos países do chamado primeiro mundo, o mesmo foi suficiente para desencadear a ideologia desenvolvimentista apregoada tanto pelos conservadores, quanto pelos liberais e ainda pela esquerda socialista/comunista.

O início da década de 1960 se caracterizou pelo apoio do governo João Goulart às chamadas *Reformas de Base*: agrária, bancária, fiscal, entre outras. Acontecia também a ampliação do movimento sindical operário, a participação crescente em movimentos sociais, lutas dos trabalhadores do campo e, ainda, a grande expressão da esquerda nacionalista⁴⁷.

No Maranhão, desde a década de 1950, era vivenciada uma decisiva alteração na economia estadual, influenciada principalmente pela transformação do sistema viário com a construção de rodovias federais⁴⁸ que possibilitaram a integração regional. Kreuz informa que, além disso, entre 1950 e 1960, constatou-se

⁴⁶ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. p. 229.

⁴⁷ Id., *ibid.*

⁴⁸ Essas rodovias compreendiam a ligação São Luís-Teresina, o trecho Peritorí-Pindaré da rodovia São Luís-Belém, o trecho Caxuxa-Dom Pedro da rodovia São Luís-Porto Franco e a Belém-Brasília no trecho do território maranhense.

a entrada no Estado de 288.507 pessoas, oriundas principalmente do esgotamento do ciclo da borracha no Amazonas e da seca de 1958 no Ceará. Elas foram “[...] ocupando, gradativamente, as frentes pioneiras, tornando produtivas as terras devolutas da margem esquerda do rio Itapecuru e, posteriormente, ocupando os vales do Mearim, do Pindaré, do Turi e do Tocantins”⁴⁹.

Segundo Kreuz, a conjugação “abertura de estradas” mais “migrações”, resultou, principalmente, em:

- declínio da produção do setor secundário;
- quebra da rigidez do fator terra na ocupação de terras devolutas;
- ampliação das fronteiras agrícolas;
- diversificação da atividade comercial;
- decréscimo da importância, inclusive de São Luís, em benefício de outros centros de crescimento mais dinâmico;
- crescimento extraordinário da força de trabalho [...].⁵⁰

Kreuz esclarece, ainda, que a renda *per capita* de 1962 apresentava um aumento de 67,3% em relação a 1957, constatando-se crescimento de 13,45% ao ano. Tais dados, inseridos no contexto nacional, apontam para a possibilidade de que existisse no Maranhão a tentativa de inseri-lo no modelo econômico que o Brasil experimentava.

No espaço educacional, encontrava-se também em atuação no Maranhão, a partir de 1962, o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 pela igreja católica em parceria com o governo federal, cujo objetivo era a alfabetização camponesa a partir de escolas radiofônicas dirigidas pela igreja católica. É importante destacar que, à época, 60% da população maranhense residiam no campo e que havia intensa mobilização sindical por parte desses camponeses⁵¹.

A partir do início dos anos de 1950, o Estado também foi contemplado com uma parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o que resultou na construção de novas unidades escolares, no aumento de corpo docente e na utilização de novos métodos pedagógicos, “embora continuasse

⁴⁹ KREUZ, Arno. **O projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983. p. 22.

⁵⁰ Id., *ibid.* p. 23.

⁵¹ Id., *ibid.*

assustadoramente desproporcional a relação entre contingente populacional e a oferta de educação escolar”⁵².

No governo Newton Bello, a partir de 1961, realizou-se uma tentativa de conjugação técnica e de planejamento educacional na elaboração de planos para a educação. No entanto, tais projetos e campanhas apresentavam-se desarticuladas e insuficientes para atender efetivamente à necessidade de expansão educacional. Por outro lado, era necessário forjar uma política de educação que atendesse de forma mais efetiva ao projeto político-social desenvolvimentista já iniciado em todo o país e no qual o Maranhão deveria se engajar.

Para o então governador, para que o homem pudesse assumir “seu lugar insubstituível no processo desenvolvimentista” era necessário um mínimo de educação integral, e seus discursos, em consonância com a mentalidade da época, reiteravam: “*sem educação não há desenvolvimento*”. O “sopro renovador” que se fazia sentir no Estado trazia a notícia de que a educação maranhense caminhava “por uma trilha de redenção”⁵³.

Em 1963, o governador falava sobre a “cruzada de erradicação do analfabetismo”, apresentando os diversos convênios firmados, nos dois primeiros anos do seu mandato, com o Ministério da Educação; os recursos humanos e financeiros disponibilizados pelo Estado; a construção de novas unidades escolares e, em comparação com governos anteriores, dizia que “[...] o quadro de escolaridade na Capital sofreu um aumento ponderável, ficando reduzido a proporções mínimas ou quase inexistente o fantasma do ‘*vasio escolar*’”⁵⁴.

Tal realidade apresentava-se diferente no interior do Estado que, na explicação do próprio governador, possuía na rarefação dos núcleos populacionais a maior explicação para a lenta ação do Estado. As prefeituras municipais haviam sido convocadas para o engajamento nesse propósito, bem como as instituições particulares e “[...] todas aquelas pessoas de inequívoca maturidade social para,

⁵² MOTTA, Diomar das Graças, MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. **O Maranhão e a reconstrução educacional (1952 – 1964)**. In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). Anísio Teixeira na direção do INEP. Programa para a reconstrução da nação brasileira (1952 – 1964). Brasília: INPE Anísio Teixeira, 2006. p. 227-250.

⁵³ MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís: SIOGE, 1963. p. 33.

⁵⁴ Id., *Ibid.* p. 35.

num esforço conjunto, tentarem a solução do problema educacional no interior”⁵⁵. Mesmo a partir de tom mais pessimista em comparação aos avanços na capital, a mensagem apresentava a construção de várias unidades escolares para o atendimento desse nível no interior do Estado, além dos resultados da Educação Supletiva com a Campanha das 500 Escolas a partir da qual se verificou “[...] um animador aumento no número de matrículas que, no ano de 1962, foi da ordem de 10.745”⁵⁶.

No que se refere ao ensino primário comum, dados do IBGE informam que houve um significativo acréscimo nas matrículas de 1961 para 1965 nas duas redes públicas: estadual e municipal. Somados os números das duas instâncias, o ano de 1961 apresenta o total de 93.105 alunos matriculados. Em 1965 esse número alcançou o total de 140.859, ou seja, o crescimento apresentado era de 51,29%, como mostra a tabela nº 2:

Tabela 2 – Matrículas do ensino primário no Maranhão – 1961-1965

Anos	Total	Federal	Primário Estadual	Primário Municipal	Primário Particular
1961	114 234	-	30 525	62 580	21 129
1962	141 903	-	37 967	79 807	24 129
1963	162 552	-	43 499	93 181	25 872
1964	176 272	-	48 095	96 750	31 427
1965	174 554	4 724	42 597	98 262	28 971

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1963.
Anuário Estatístico do Brasil 1966. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 1966.

No entanto, a comparação com outros dados, revela que, mesmo concentrando esforços nesse nível de ensino, o mandato de Newton Bello não conseguiu democratizá-lo no Maranhão⁵⁷. Dados apresentados por Kreuz, referentes

⁵⁵ MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís: SIOGE, 1963. p. 35.

⁵⁶ Id., *Ibid.*

⁵⁷ Cabe registrar que, tal concentração de esforços e investimento na educação primária por parte do governo estadual maranhense, à época, já era realidade no governo de José de Matos Carvalho, anterior ao de Newton Bello. Para Motta e Machado, no governo do Dr. Matos, “A ênfase dada ao Ensino Primário e a ausência de um prognóstico que visasse ao atendimento dos alunos do Ensino Secundário culminou com um descompasso entre o

a 1968, ou seja, três anos após essa gestão, apontam que a falta de escolas ou de vagas ainda era a principal causa alegada para o atendimento de apenas 34,2% das crianças maranhenses no primário⁵⁸.

Sobre o ensino médio, apesar de falar-se sobre “um vivo interesse por parte do governo”, o discurso era mais sucinto, os dados numéricos eram suprimidos e os resultados obtidos eram atrelados à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CENEG)⁵⁹, que já atuava no Maranhão desde a década de 1950. No convencimento sobre o esforço do poder público estadual, também nesse nível, o governador afirmava que:

A prova cabal desse interesse foi o desdobramento de turmas verificado nos colégios oficiais da Capital e os entendimentos que manteve com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos para a abertura e auxílio de ginásios e Escolas Normais Regionais em vários municípios do Estado.⁶⁰

De fato, no governo Newton Bello (1961-1965), tais escolas receberam significativo apoio financeiro, chegando a dobrar o nível de atendimento. Se em 1962, atendiam a 1.545 alunos, em 1965, o número de atendimento foi de 3.889 alunos⁶¹.

Curso Primário e o Curso Secundário, sobretudo, em virtude da prioridade estabelecida para o primeiro ramo de ensino”. MOTTA, Diomar das Graças, MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. O Maranhão e a reconstrução educacional (1952 – 1964). In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Anísio Teixeira na direção do INEP**. Programa para a reconstrução da nação brasileira (1952 – 1964). Brasília: INPE Anísio Teixeira, 2006. p. 227-250cit. p. 231.

⁵⁸ KREUZ, Arno. **O Projeto “João de barro” e o poder político no maranhão**. São Luís: UFMA, 1983. p. 34.

⁵⁹ Movimento de democratização do ensino, atuando da educação infantil ao ensino superior iniciado por universitários em Pernambuco no ano de 1943, estendendo-se paulatinamente a todas as unidades da federação. Posteriormente a CENEG passou a ser denominada de Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC). João Batista da Silva, em sua pesquisa sobre a trajetória da CENEC no Piauí, apresenta relevantes informações sobre o cenário nacional em que essa campanha se constituiu e ainda o contexto econômico, político e social sobre o qual vai se estabelecendo no Piauí. SILVA, João Batista da. **A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CENEC NO PIAUÍ: 1952 – 1997**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Educação. UFPI: Teresina, 2010.

⁶⁰ MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). BELLO. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís: SIOGE, 1963, p. 38.

⁶¹ José de Ribamar Seguins em entrevista concedida a Núbia Bonfim. BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985. p. 161.

Sobre esse nível, a ênfase discursiva recaía sobre o ensino normal, que deveria estar a serviço do primário. Dizia o governador: “Sem descuidar do ensino ginásial, deu a administração tratamento especial ao setor do Ensino Normal, onde repousa toda a estrutura da educação primária”, e mais adiante:

E oportuno é ressaltar o papel das Escolas Normais Regionais no sistema de educação do Estado. A essas escolas tem a Secretaria de Educação e Cultura dado toda a orientação técnica e apoio moral indispensáveis para que levem a bom termo o preparo do professor primário, além de fornecer o material pedagógico.⁶²

Em 1961, o corpo docente do Maranhão no ensino primário era composto por 3.424 professores, sendo que apenas 869 eram normalistas, chegando o número de não normalistas a 2.555⁶³, daí a ênfase do governador sobre a necessidade de investimento na formação de professores. Apesar de tal meta perpassar discursos e objetivos do próximo plano estadual⁶⁴ para a educação, os dados informam que o número de professores normalistas, em 1965, no ensino primário, último ano da gestão Newton Bello, era de 1.530⁶⁵, revelando um tímido alcance desse objetivo em comparação a abundância discursiva sobre o mesmo.

O plano quinquenal, elaborado em 1961, que previa a planificação de ações para a educação estadual, não lograria muito êxito, dada a conjuntura política vivenciada no país⁶⁶ e o caráter de dependência financeira estadual no que dizia respeito ao governo federal. Assim, é que em 1963 é elaborado mais um plano, o *Plano Trienal* de trabalho que contemplava várias áreas, entre elas, a educação, cuja elaboração se inseria no contexto nacional do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* do governo João Goulart. Tais apontamentos indicam a transição pela qual o Brasil passava desde a década de 1930, no que se refere à vinculação do desenvolvimento ao planejamento e à paulatina substituição de Estado *Patrimonialista* para Estado *Burocrático*.

⁶² MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís: SIOGE, 1963. (grifo nosso).

⁶³ BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1963.

⁶⁴ Trata-se do Plano Trienal de Educação (1963 – 1965), elaborado pela gestão Newton Bello.

⁶⁵ BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil 1967. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 1967.

⁶⁶ Pode ser citado, por exemplo, a instabilidade dos setores econômico e político, marcado principalmente pela renúncia do Presidente Jânio Quadros.

No *Plano Trienal de Educação*, o discurso do desenvolvimento atrelado à educação emerge com mais força no contexto maranhense. Em seu parágrafo introdutório, destacava a responsabilidade de um fraco sistema educacional como determinante do subdesenvolvimento estadual: “Estado subdesenvolvido, mesmo em relação ao subdesenvolvimento do Nordeste, tem o Maranhão, no seu sistema educacional, a causa precípua da problemática em que se encontra”⁶⁷. Mais adiante, sobre as finalidades do plano, destaca: “O presente plano [...] representa um pré-investimento para o aperfeiçoamento do fator humano, e visa promover através dessa meta fundamental, um desenvolvimento a longo prazo do Estado e do Nordeste Brasileiro [...]”⁶⁸.

O elevado índice de analfabetismo, que chegava a 80% da população, e a realidade do ensino primário, foram os dois “pontos de estrangulamento” apresentados, apontando como causas para sua realidade: “falta de professores, equipamentos, mobiliário, material didático e salas de aula, insuficiência de recursos financeiros federais e estaduais destinados a esta finalidade”⁶⁹. À semelhança do plano anterior, a concentração de esforços em nível discursivo, encontra-se na redução do analfabetismo e no atendimento no ensino primário. As finalidades do plano foram duas: “Cooperar com o Conselho Estadual de Educação do Estado do Maranhão” e “Promover a atualização dos métodos educativos e a expansão do ensino público primário [...]”⁷⁰.

Se no Plano de 1961, destaca-se uma relativa evidência do secundário, no Plano Trienal de 1963, inexistem referências ou metas traçadas, revelando uma completa retirada por parte do governo estadual no que se refere a esse nível, que, naquele ano, contava com 38 cursos: 33 ginasiais, sendo 31 pertencentes à rede particular e apenas dois da rede estadual, e cinco colegiais: quatro particulares e um estadual⁷¹.

Além do foco sobre o ensino primário e sobre a alfabetização de adolescentes e adultos, o plano destaca também a importância da formação de “*professoras* do ensino primário” a partir da criação de Centros de Treinamento, da criação de uma

⁶⁷ MARANHÃO. Secretaria de Educação e Cultura: **Plano Trienal de Educação** (1963 - 1965). São Luís: SIOGE, 1963.

⁶⁸ Id., *Ibid.* p. 2. (grifo nosso).

⁶⁹ Id., *Ibid.*

⁷⁰ Id., *Ibid.*

⁷¹ BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil 1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.

Escola Normal em Grajaú, da conclusão e da equipagem da Escola Normal de Codó e do fortalecimento das Escolas Normais Regionais e Normais Pedagógicas, que deveriam formar e aperfeiçoar 4.500 *professoras*⁷². Se em 1961, no corpo docente do ensino primário maranhense, composto por 3.424 professores, havia 869 normalistas, em 1965, o mesmo, totalizando 5.450 professores, dos quais 1.530 eram formados no curso normal, revelando que as metas nesse campo também não foram atingidas⁷³.

Chama atenção no *Plano* a abundância de referências ao gênero feminino quando se fala na docência do ensino primário. Três anos antes da elaboração do mesmo, em 1961, o corpo docente do Maranhão apresentava o número de 3.424 professores e professoras no Ensino Primário Comum; deste total, 3.226, ou seja, 94,21% pertenciam ao gênero feminino⁷⁴, constatando a “feminização” do magistério primário no Maranhão, o que de certa forma explica a “naturalização” dessas referências no documento.

Sobre a aprovação do Plano Trienal, Newton Bello destacava a inserção norte-americana na educação maranhense: “Êsse Plano caracteriza-se sobretudo pela ideia de prioridade no atendimento das necessidades educacionais do Estado e sua viabilidade de execução e foi apresentado à USAID [...]”⁷⁵. A responsabilidade financeira recairia sobre a SUDENE, o Estado do Maranhão, o MEC e a USAID/Brasil, “financiadora principal do presente plano”⁷⁶, nas palavras da equipe que construiu o projeto.

Paralelo ao incentivo econômico, encontrava-se também a interferência político-ideológica norte-americana em nível nacional que, nessa época, desembocou em Planos Estaduais de Educação, nos quais, paulatinamente, foram se engajar organismos nacionais, regionais e locais, tendo o MEC como intermediário entre os setores externos e internos.

Tal cooperação com essa agência estrangeira não se deu sem críticas e sem resistências de vários seguimentos nacionais. Para o Nordeste, a ajuda internacional vinculou-se à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e é, a

⁷² MARANHÃO. Secretaria de Educação e Cultura: **Plano Trienal de Educação** (1963 - 1965). São Luís: SIOGE, 1963. p. 3.

⁷³ BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil 1967. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 1967.

⁷⁴ BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1963.

⁷⁵ MARANHÃO. Op. cit. p. 39.

⁷⁶ Id., Ibid., p. 10.

partir dessa configuração, que Tavares informa sobre a existência de conflitos superados entre as duas agências: “a atuação da USAID, ao lado da SUDENE, a partir de 1964, demonstrou ter sido superada a resistência que os técnicos da Superintendência, principalmente, opunham à infiltração americana [...]”⁷⁷. Mais adiante, quando o governo militar reforçou tal parceria, o deputado Márcio Moreira escreveu a cartilha *Beabá dos MEC USAID*, publicação datada de 1968 e resultado do esforço desse parlamentar no sentido de tornar público o conteúdo dos projetos que estavam em andamento. Dizia ele: “A tentativa de dominação do futuro das gerações brasileiras pela imposição de um sistema de ensino baseado nos interesses norte-americanos têm sido denunciada nas ruas pela juventude”⁷⁸. Essa informação indica a não aceitação de tal realidade também por parte de jovens, oriundos principalmente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que passou a ter muitos dos seus componentes procurados e torturados sob a acusação de subversão.

No Maranhão de 1963, essa parceria ampliaria o discurso que definia a educação como peça fundamental para o desenvolvimento. Tal vinculação entre educação e desenvolvimento estava embasada pela Teoria do Capital Humano de Theodore W. Schultz, que apresentava o trabalho humano qualificado pela educação como fator essencial para a ampliação da produtividade e consequente aumento das taxas de lucro do capital. Essa teoria resultaria na concepção tecnicista que subsidiaria o campo educacional brasileiro, prevalecendo por muito tempo nesse cenário, influenciando-o.

Nesse sentido, ao longo de sua redação, o Plano Trienal de Educação evidenciaria a ideologia desenvolvimentista que seria reforçada no campo do discurso educacional maranhense a partir de então:

O Plano Trienal de Educação do Estado do Maranhão é, demais, politicamente viável, portanto, se enquadra perfeitamente nos elevados propósitos da Aliança para o Progresso, em cujas finalidades figura a elevação do nível cultural dos povos latino-americanos, como instrumento indispensável ao desenvolvimento sócio-econômico de todas as nações signatárias da Ata de Punta Del Este⁷⁹.

⁷⁷ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985. p. 113.

⁷⁸ ALVES, Márcio Moreira. **O beabá dos MEC – USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968. p. 17.

⁷⁹ MARANHÃO. Secretaria de Educação e Cultura: **Plano Trienal de Educação** (1963 - 1965). São Luís: SIOGE, 1963. p. 15. (grifo nosso).

O Plano Trienal de Educação previa ainda a reconfiguração da Secretaria de Educação, com previsão de ampliação e de equipamento do serviço de estatística, de instalação de Inspetorias Regionais de Ensino e de criação de uma Comissão Executiva do Plano Estadual de Educação (CEPLEMA). Não foi sem embates que a relação entre Secretaria de Educação e CEPLEMA se estabeleceu, devido à falta de definição de competências entre as duas instâncias⁸⁰.

Além disso, na análise de Bonfim⁸¹, o distanciamento existente entre o planejamento e a observância de peculiaridades da educação maranhense, acarretou, entre outros problemas, atraso no cronograma de execução do Plano Trienal de Educação, com desvalorização orçamentária, além de várias discordâncias entre a equipe supervisora (MEC/USAID/SUDENE) e os técnicos locais da equipe executora. A CEPLEMA passou a desenvolver vários outros projetos ligados ao governo federal, demonstrando a falta de controle do governo local na condução de resolução de problemas educacionais.

Somada a tal configuração, convém registrar que, a partir de 1962, o governo do Maranhão passou a não prestar contas de recursos oriundos de convênio firmado pelo MEC, o que ocasionou o bloqueio tanto naquele ano, quanto nos anos subsequentes. Os mesmos seriam liberados, inclusive retroativamente, apenas a partir de 1967, quando José Sarney já era governador do Maranhão, fortalecendo a execução de seus projetos para essa área.

Síntese desse contexto, no Maranhão de 1965, ano que antecede a posse de José Sarney como governador do Maranhão, cuja política educacional, especificamente a que se refere à expansão ginasial, denominada “Projeto Bandeirante”, interesse deste trabalho, a realidade do ensino médio não apresentava transformações, ficando a maioria da população em idade escolar excluída desse nível de ensino. Dados apontam que na gestão Newton Bello o atendimento nesse nível, por parte da rede pública, praticamente não apresentou mudança alguma, permanecendo sob responsabilidade da rede privada. Dos 21.907 alunos no ensino médio ginasial e colegial, apenas 5.476 eram atendidos na rede pública de ensino, ou seja, 75,01% eram atendidos na rede particular. Como se percebe, o ensino médio maranhense ainda se constituía reduto da rede privada de

⁸⁰ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985.

⁸¹ Id., Ibid.

ensino naquele ano e, em 1965, o número de cursos sob a responsabilidade da instância estadual era de apenas cinco: três no secundário e dois no nível colegial, em detrimento de 83 cursos particulares incluindo os dois níveis.

Ainda conforme a tabela nº 3, é possível observar que, se na rede particular existia um vagaroso crescimento, na pública, incluindo os dois níveis das instâncias federal e estadual, havia, na verdade, um declínio no número de cursos no último ano da gestão Newton Bello. Se em 1963 existiam 10, em 1965 o número era de apenas oito. A criação de dois cursos estaduais: um no secundário e outro no colegial, não fora suficiente para superar o fechamento de quatro cursos federais, revelando ainda que a criação deles não significava necessariamente sua manutenção.

Tabela 3 – Ensino Médio no Maranhão - 1963-1965

Ano	Total	Secundário			Total	Colegial		
		Federal	Estadual	Particular		Federal	Estadual	Particular
1963	54	1	2	51	27	6	1	20
1964	55	1	2	52	30	6	1	23
1965	63	1	3	59	28	2	2	24

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 1966. Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Conselho Nacional de Estatística (IBGE). Ensino Médio por Município 1965/1964.

Convém lembrar que, nesse período, os exames de admissão ainda eram uma realidade, o que ocasionava não apenas entrave no acesso ao ensino médio, como também a validação de um processo de seleção educacional e conseqüentemente social.

Os exames de admissão foram instituídos pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Parte da chamada “Reforma Capanema”, o decreto informava que o exame deveria constar de: “provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências

naturais”⁸². Na prática, tais exames funcionavam como “filtro” e controle do número de vagas nos estabelecimentos ginasiais. Na análise de Souza, a institucionalização da escola secundária da década de 1930 mostrava que um rigoroso sistema de exames, criado para o secundário, resultou não apenas em um mecanismo de seleção, mas também forjou a ideia de excelência escolar para esse nível⁸³.

Tal prática, aliada à quase inexistência de ensino médio público maranhense, reforçava um contexto em que a chegada a esse nível significava privilégio de poucos.

Essa realidade educacional, associada a outros índices do Estado, principalmente no que diz respeito ao seu caráter eminentemente agrário de subsistência, e ainda à alegação de decadência do Estado sob o comando político do Senador Vitorino Freire, constituiriam a base discursiva da construção de um “Maranhão Novo”, por José Sarney, cujo projeto educacional traduziria com mais profundidade o discurso do desenvolvimento atrelado à educação.

2.2 A superação do “Velho” e a construção do “Novo” Maranhão: o discurso político-educacional do governo de José Sarney (1966-1971)

É em meio a um cenário de domínio político de Vitorino Freire no Maranhão que, paulatinamente, José Sarney irá consolidar sua trajetória no Estado. Sua construção discursiva é de interesse para este trabalho, por ser imprescindível para a análise do projeto educacional lançado nesse primeiro mandato, antecedido por duas décadas em que o Maranhão ficou sob o comando de um grupo político liderado pelo senador pernambucano.

Vitorino Freire chegou ao Maranhão pela primeira vez em 1933, quando veio assumir a chefia do gabinete do interventor federal, Antônio Martins de Almeida (1933-1935). Nesse período, tentou eleger parlamentares, fracassando em tal projeto. Retornou ao Rio de Janeiro a convite de Getúlio Vargas, para assumir o Ministério de Aviação e Obras Públicas e é desse lugar que sua influência se fortalecerá no Maranhão a partir do envio de verbas e da nomeação de aliados para

⁸² BRASIL. **Decreto n. 19.890 – de 18 de abril de 1931**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm>. Acesso: 10 abr. 2012.

⁸³ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 152.

postos estratégicos. Seu retorno ao estado se deu em 1940, com o objetivo de articular a campanha do amigo Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência da República. Nessa década, estabeleceu-se como maior referência política no Maranhão, influenciando a grande conjuntura política do Estado até a metade da década de 1960, principalmente a partir da eleição de governadores no estado, sendo Newton Bello o último governador que o senador pernambucano conseguiu eleger. Posteriormente, seu domínio passou a ser chamado de “vitorinismo”, termo forjado pelo grupo político de José Sarney, para referir-se a um período da história maranhense, dominado politicamente pelo senador pernambucano, de quem o governo Sarney pretendia marcar descontinuidade político-administrativa⁸⁴.

Politicamente, o início da década de 1960 foi marcado no Brasil por uma profunda crise, que revelava a inabilidade do Estado em garantir os privilégios de seleção e de reprodução burguesa sobre a estrutura institucional da sociedade. Aliada a essa, existia também uma crise econômica que se agravava diante da redução de investimentos e da entrada do capital externo, gerando quedas nas taxas de lucros e aumento da inflação, prejudicando os objetivos de acumulação do capital. Enquanto as classes mais favorecidas economicamente vivenciavam uma fase de créditos restritos, os trabalhadores experimentavam um período de salários congelados⁸⁵.

Tal contexto, repleto de contradições, era ainda influenciado pelo ideal socialista que fortaleceu o pensamento progressista brasileiro, além de impulsionar a criação de partidos de esquerda e a reivindicação de direitos por parte do povo, o que preocupava o capital transnacional, fazendo emergir, a partir de um golpe político, o governo militar que duraria 21 anos no contexto brasileiro⁸⁶.

Sob a alegação de combate ao comunismo, preservação dos princípios democráticos, promoção do desenvolvimento capitalista e elevação do Brasil à condição de potência mundial, os militares instauraram, gradualmente, a partir do golpe de 1964, um sistema de governo que se configurou como ditadura. Tal modelo governamental foi marcado pelo cerceamento gradual dos direitos civis, privilégio de interesses e valores norte-americanos, manutenção da dominação burguesa e

⁸⁴ GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA/PROIN/CS, 2000. p. 59.

⁸⁵ GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

⁸⁶ Id., *Ibid.*

aprofundamento das desigualdades sociais. Traria, ainda, várias transformações à configuração político-administrativa do Maranhão, principalmente através da eleição de José Sarney para o governo do Estado.

“No lugar de Vitorino brilhava com intensa luminosidade em Brasília a estrela do Deputado José Sarney...”⁸⁷

Segundo a narrativa de Vitorino Freire, a entrada de José Sarney no cenário político maranhense se deu a partir de 1951, quando ele o indicou como assessor do Governador Eugênio Barros (1951-1956). Seu próximo passo foi a eleição para deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), em coligação com o Partido Social Democrático (PSD), de Vitorino, o principal do país na época. Para Vitorino, “Eleito deputado, Sarney soube fortalecer-se politicamente”, aproveitando o movimento chamado “bossa nova” da UDN, tornou-se um dos seus “apóstolos”, a partir de um posicionamento declaradamente nacionalista. Ainda na explicação do Senador Vitorino Freire, logo depois, há uma adequação de Sarney ao golpe militar de 1964:

Vitorioso o movimento de 1964, Sarney logo a ele aderiu, e com sua tremenda capacidade de adaptação às situações que melhor lhe convinham, passou a renegar o “nacionalismo” rosado e, como por encanto, numa guinada de 180 graus, caiu nos braços da Revolução. Todos os seus companheiros de posições haviam sido cassados, e Sarney, tão bem descrito pelo jornalista Sebastião Nery, em artigo publicado na *Tribuna da Imprensa*, intitulado “O canguru”, preparava-se para o seu novo salto.⁸⁸

Se o início da trajetória de Sarney se define com a proteção política de Vitorino Freire, é na negação do domínio desse, no Maranhão, que ele irá construir seu discurso na campanha para o governo do Estado, em 1965. A eleição do Presidente da República pelos senadores e deputados fortaleceu ainda mais a trajetória de Sarney no Maranhão por seu voto a favor de Castello Branco⁸⁹,

⁸⁷ BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: LITHOGRAF, 1998. p. 409.

⁸⁸ FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa**: memórias. Rio de Janeiro: Guavira Editores LTDA, 1978. p. 278.

⁸⁹ Segundo Germano, “Finalmente, esboçava a primeira versão do que seria o mecanismo de transferência do Poder Executivo: um Colégio Eleitoral encarregado de eleger indiretamente o Presidente da República, constituído de 326 deputados federais e 62 senadores de um Congresso Nacional depurado pelas cassações determinadas pelo AI-1.

enquanto que Vitorino Freire continuou leal ao amigo, Eurico Dutra, também candidato e vencido por Castello, marcando a intensificação do seu declínio no Maranhão.

Apoiado nacionalmente por Castello Branco, Sarney lançou sua campanha a governo do estado, tendo nos discursos de superação do domínio de Vitorino Freire, sua base de sustentação, percebendo as lacunas onde os mesmos poderiam surgir e se fortalecer.

Convém ressaltar que a liderança política de Vitorino há tempos sofria várias contestações no Maranhão, tendo a greve de 1951 sua expressão mais emblemática. O surgimento de novas lideranças políticas e a disputa de poder no Estado constituíam o cenário desse movimento que mobilizou trabalhadores, estudantes, parte da classe média ludovicence, empresários e políticos. A chamada “Oposições coligadas” nasceu em meio ao contexto de eleição para governo do Estado, no qual se opunham o candidato Saturnino Belo, ex-vitorinista, e Eugênio Barros, o candidato do Senador. A “Balaiada de São Luís”, como ficou conhecida essa greve, caracterizou-se como um movimento urbano de revolta contra as práticas coronelísticas de Vitorino que, naquele ano, garantiu, a partir de eleições fraudulentas, especificamente, o cancelamento de 31 seções eleitorais, a escolha do seu candidato, Eugênio Barros para governo do Estado. Apesar de não conseguir a revogação desse resultado, a greve, que paralisou São Luís nos meses de fevereiro e março e depois setembro e outubro daquele ano, conhecida à época no Brasil e no exterior, revelava que o domínio vitorinista no Maranhão não se dava sem embates. Corrêa apresenta como a síntese histórica dessas contradições foi acionada por Sarney, em 1965, em sua consagração política:

José Sarney, controlando as tradicionais bandeiras anti-situacionistas, trabalhadas no mínimo de uma década e meia de combates, resistência e sacrifício, repartidos por militantes e lideranças, estimulou as esperanças dos miseráveis, as expectativas dos necessitados e o renascimento dos poderosos, prometendo a todos, sob a proteção histórica das Oposições Coligadas, a salvação pela modernidade.⁹⁰

Foi esse Colégio que elegeu o general Castello Branco, em 15 de abril de 1964”. GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

⁹⁰ CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993. p. 278.

Seus discursos giravam em torno da tônica: em “oposição ao Governo que é arcaico, ao Governo que é marasmo, ao Governo que é ganância” queremos “[...] um Maranhão Novo, um Maranhão mais rico, um Maranhão melhor”⁹¹. Tal estratégia discursiva, a partir do estabelecimento do binômio novo *versus* arcaico, na tentativa de fixação de uma periodização ortodoxa, não era nova no Maranhão.

Na obra *“Ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão”*, Alfredo Wagner Berno de Almeida⁹² analisa o discurso da decadência, repetido insistentemente pela elite maranhense do final do século XIX, ao caracterizar uma suposta prosperidade passada, de caráter econômico relacionada a meados do século XVIII, quando se radica a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁹³. A instalação desta Companhia, inaugurou, na análise de intérpretes desse período, como Raimundo José de Sousa Gaioso, escritor da obra *“Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura no Maranhão”*, um período áureo na economia maranhense. Na análise de Almeida, ao determinar as bases dos *princípios de prosperidade*, Gaioso estabeleceu também, antiteticamente dois períodos no Maranhão: um de miséria e de barbaridade, e outro de riqueza e de prosperidade econômica, em que se vivenciou a chamada “idade de ouro”. Ainda na análise do autor, se o início da “idade de ouro” maranhense está fixamente relacionada ao estabelecimento da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, já o seu “término” encontra-se sujeito a determinadas mudanças, dependendo do presente de quem fala.

Para Corrêa⁹⁴, o crescimento econômico maranhense correspondeu a uma preocupação dos grandes agricultores com a formação de seus filhos, o que resultou por parte desses no envio de sua prole à formação universitária em Coimbra, Portugal. De volta à terra natal, tais maranhenses foram também os responsáveis pela importação cultural, multiplicando na província, “[...] os vetores de difusão de valores, costumes, atitudes, modismos e comportamentos tipicamente europeus, em

⁹¹ SARNEY, José. **Governo e povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 46.

⁹² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. São Luís: FIPES, 1983. 269 p.

⁹³ Resultado da campanha “modernizadora” de Sebastião de José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de D. José I.

⁹⁴ CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993. p. 54.

especial, lusitanos: portugueses, contaminados de francesismos”⁹⁵. O culto à Língua Portuguesa que constituía auditórios para debates gramaticais, a valorização da arte cênica resultando na produção de espetáculos teatrais e ainda as produções literárias, constituíam-se os fundamentos da atividade intelectual da época. Desse contexto, surgiu, por exemplo, o chamado *Grupo Maranhense*, composto de literatos como o gramático Sotero dos Reis, o poeta Antônio Gonçalves Dias, o jornalista e historiador João Francisco Lisboa e o humanista Odorico Mendes, que se destacou nacionalmente.

A partir do final do século XIX e século XX, o discurso da decadência econômica em oposição a uma suposta “idade de ouro”, ganhou novos contornos, maior expressividade, acrescentando-se a este a perda de um tempo “áureo” agora relacionado à cultura. O número significativo de morte ou migração para a região centro-sul dos intelectuais que compuseram o chamado *Grupo Maranhense* oferecia novos elementos para a construção de um passado que passava a ser espaço tanto de prosperidade econômica quanto intelectual. Forjava-se o mito da “Atenas Brasileira”.⁹⁶

Para Almeida, a chamada “decadência” é sempre contemporânea de quem está falando, tornando-se padrão explicativo e de representação sobre o Maranhão. Em outras palavras, tais construtos ideológicos foram e são abundantemente usados na invenção e na reinvenção do Maranhão. As possibilidades de deslocamentos no corte quanto a esse passado idealizado, permitiu a José Sarney estabelecer a mesma tendência de um vir a ser permanente no Maranhão⁹⁷; Maranhão que já foi: de glória, prosperidade e de excelência intelectual, não é: devido ao domínio político imediatamente anterior ao seu, marcado pelo atraso e obscurantismo, mas que deverá ser novamente: a partir da atuação da “poesia no poder”, com sua proposta de governo, pautada no desenvolvimento e no progresso. Elementos da “teologia maranhense” são invocados para tornar, discursivamente, Sarney síntese, tanto da vocação maranhense para o progresso quanto para a intelectualidade.

⁹⁵ CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

⁹⁶ Id., Ibid.

⁹⁷ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1983. p. 52.

Chegamos ao Poder sem compromissos inconfessáveis, mas apenas com o claro, o manifesto compromisso de servir o Povo, de trabalhar pelo Povo, com o Povo por um Maranhão de dignidade, de liberdade e progresso e de grandeza, que, sob a imagem de um passado glorioso, há de projetar-se ainda mais num futuro magnífico.⁹⁸

Se, portanto, a herança que recebemos chega a ser maldita de ação e omissão, a riqueza da terra e grandeza do Povo são a melhor garantia de que sobre as ruínas poderemos erguer um grande futuro.⁹⁹

É nesse pequeno e deprimente universo que acontece, para desempenhar um papel decisivo, no Maranhão, aquela que poderíamos chamar, à falta de melhor designativo comum, a Geração de 50, porque é a partir desta década que começa a marcar sua presença forte no cenário maranhense até que, em 1965, através daquele que melhor lhe sintetiza a soma do gosto literário e a preocupação – que é a sua nova tônica – pelos problemas econômicos e sociais, chega ao Poder, com a eleição, para Governador do Estado, de José Sarney e a constituição de sua equipe de administração. [...] O que levaria de certa feita o próprio Governador Sarney a exclamar: “É a poesia no poder”.¹⁰⁰

Na obra *“A Reinvenção do Maranhão Dinástico”*, Maria de Fátima da Costa Gonçalves analisa o sistema de relações sociais em que o poder e a autoridade de José Sarney foram legitimados a partir da fabricação de uma trajetória que aciona os campos político e intelectual, e ao mesmo tempo procura se legitimar a partir de suposta predestinação, que naturaliza sua chegada ao poder. Nesse trabalho, o Maranhão é pensado não como uma unidade político-administrativa, ou espaço naturalizado de uma realidade empírica inquestionável e a construção do *Maranhão Novo* é posta como representação construída pela hipotética negação do Maranhão de Vitorino Freire: velho, arcaico, atrasado, definido por José Sarney como sendo resultado da ação das oligarquias às quais pretende convencer que se opõe¹⁰¹.

Ao desejo de rompimento com as denunciadas “velhas estruturas” expressadas tanto pelas massas urbanas quanto pelo campesinato maranhense e reforçadas discursivamente na campanha de Sarney, destaca-se de forma decisiva a intervenção do Governo Central na eleição maranhense de 1965. O Golpe Militar de 1964 inaugurou nova fase não apenas na política nacional, mas também um novo momento de desenvolvimento industrial que garantiu, a partir da estrutura e da condução do Estado, maior investimento no setor privado nacional e internacional,

⁹⁸ SARNEY, José. **Governo e povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 15. (grifo nosso)

⁹⁹ Id. Ibid. p. 16. (grifo nosso).

¹⁰⁰ SARNEY, José. **Governo e povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 2-3. (grifo nosso).

¹⁰¹ GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA/PROIN/CS, 2000.

excluindo-se, pouco a pouco, o poder político de trabalhadores organizados. Aliado a esses fatores, existia ainda a tônica de moralização das atividades dos setores público e privado, bem como o desenvolvimento nacional e sua segurança.

A campanha de José Sarney, através da proposta de “Moralização e Modernização”, possuía suas bases de sustentação e reforço no então chamado “Governo Revolucionário”. A proteção de Castello Branco à sua candidatura foi pautada principalmente nas seguintes ações:

1. Esvaziamento de lideranças do PSD. Castello Branco, alegando que não iria tolerar candidaturas comprometidas com o deposto governo de João Goulart, declara oposição à candidatura de Renato Archer, principal oponente de José Sarney nas eleições de 1966;
2. Revisão eleitoral no Estado, objetivando a eliminação de fraudes. Como resultado dessa ação, foram suprimidos 206.206 eleitores fantasmas;
3. Fiscalização do pleito e apuração de votos sob a vigilância de forças federais.¹⁰²

Sobre esse apoio, Sarney afirmaria: “Fui eleito pelo povo. Meu mandato trouxe a marca da luta e só foi possível graças à moralização eleitoral, às garantias surgidas e à liquidação da oligarquia política, obra, como tantas afirmei, da Revolução que eu apoiei e por ela fui apoiado”¹⁰³.

Naquele ano, foi quase unânime a vitória do Regime Militar nas eleições estaduais para governadores. No entanto, as derrotas sofridas em dois importantes estados brasileiros: em Minas Gerais, pelo candidato oposicionista, Israel Pinheiro; e na Guanabara, por Negrão Lima, levou o governo militar a decisões em torno de um maior controle por parte do Executivo. Para Germano, essa foi uma das razões para a aprovação do AI-2 que, substituindo o AI-1, incorporou as prerrogativas do Executivo contidas nele, ampliando-as, além de trazer novidades como “a extinção de todos os partidos políticos até então existentes”¹⁰⁴.

¹⁰² CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993. p. 280.

¹⁰³ Id., *Ibid.*, p. 299. (grifo nosso)

¹⁰⁴ GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 59.

2.3 Educação e Desenvolvimento na construção do “Maranhão Novo”

Como ser liderança de uma revolução estadual (maranhense), na dependência de um movimento anti-reformista (na realidade) e contra-revolucionário (por antecipação) nacional (brasileiro)?¹⁰⁵

Na negação do “velho” e na construção do “novo” Maranhão, a realidade educacional do período imediatamente anterior foi incluída na composição de um cenário onde tudo era desalentador: “Sem portos, sem estradas, sem energia, sem escolas, sem hospitais e sem administração, ninguém pensava em riquezas nem acreditava em progresso. Era o desencanto”¹⁰⁶, dizia o governador eleito.

Sobre os ensinos médio e superior, José Sarney fazia comparações com outros estados da federação: “A educação média e superior são permitidas a faixas ínfimas da juventude: apenas 1 em 200 habitantes chega ao ensino médio, contra 1 em 50 no Pará, 1 em 80 no Goiás e 1 em 100 no Piauí”¹⁰⁷. Sobre o ensino primário denunciava, em 1967: “O índice de escolarização no grau elementar não ultrapassava os 35%[...]”¹⁰⁸. Em seu discurso, tais realidades numéricas encontravam-se “Entre os mais sérios impedimentos que obstaculizavam a marcha do Maranhão para o desenvolvimento [...]”¹⁰⁹.

A partir do lema “Trabalho e Progresso”, o governo empreendeu uma renovação dos aparelhos de Estado, instalando institutos de pesquisa e assessoria para o planejamento do desenvolvimento socioeconômico. Foi criada, então, a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), semelhança estadual da SUDENE, que, sob parâmetros da racionalidade científica, ficou responsável pelo planejamento de alternativas para a realidade maranhense. Sobre as escolhas dos técnicos que a compôs, assim como o propósito maior do plano elaborado por ela, Sarney afirmava:

Êsse plano de governo, confiado à elaboração de técnicos maranhenses de elevado gabarito, visa a implantar a condição de

¹⁰⁵ CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993. p.280.

¹⁰⁶ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem do governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado**. São Luís: SIOGE, 1970.

¹⁰⁷ SARNEY, José. **O Governo e o povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 13.

¹⁰⁸ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís: SIOGE, 1967.

¹⁰⁹ Id., *ibid.* (grifo nosso).

infra-estrutura e realizar investimentos sociais que possibilitem no Maranhão a grande arrancada de desenvolvimento que resumiremos nos seguintes itens: Reforma Administrativa, visando a moralização e a eficiência da máquina do governo; Energia e Transportes, Educação e Saúde, Fomento Agropecuário e Industrialização.¹¹⁰

No “I Programa de Governo do Estado do Maranhão”, de 1968, *Educação e Cultura* destacam-se quatro, das doze diretrizes gerais do plano, incluídas no item “*Da adequação dos recursos humanos*”:

- 1.b – Capacitar a mão-de-obra para melhor utilização dos instrumentos de produção.
- 3.a – Incentivar a implantação de Indústrias e Serviços que dêem prevalência à utilização da mão-de-obra.
- 4.b – Incorporar populações à vida econômica e social do Estado.
- 4.d – Atuar no sentido de obter melhor qualificação da mão-de-obra.¹¹¹

Havia prevalência implícita da ideologia desenvolvimentista no referido documento que reforçava o discurso nacional de adaptação das massas e da formação dos recursos humanos para o progresso e o aumento da produtividade. O Programa previa metas e ações para os três níveis de ensino. Para o ensino primário, foi traçado, entre outros objetivos, a construção, a recuperação e o reequipamento de unidades escolares; a formação de professores; e a criação da Escola João de Barro. No ensino médio, a ênfase é dada à “Ampliação da *Réde* de Ginásios, inclusive escolas vocacionais; Custeio da rede ampliada; Qualificação e ampliação do magistério; Cursos de Madureza¹¹², e para o ensino superior, os objetivos eram dois: “Construção e manutenção da Fundação Universidade do Maranhão e construção, equipamento e manutenção das Escolas Estaduais¹¹³.”

Em 1967, Sarney falava do “marasmo” a que o Estado estava submetido até sua gestão, e a superação quase “instantânea” desse contexto em apenas um ano:

No curto prazo de que dispunha um Governo apenas instalado, a 31 de janeiro de 1966, e com o período letivo a iniciar-se, tudo quando podia ser, imediatamente, feito para dar início à arrancada contra a inércia no setor educacional, era recuperar a *réde* escolar existente,

¹¹⁰ SARNEY, op. cit., p. 16. (grifos nossos).

¹¹¹ MARANHÃO. **I Programa de Governo do Estado do Maranhão**. Administração José Sarney. SUDEMA. São Luís, 1968.

¹¹² Id., *Ibid.*

¹¹³ Id., *Ibid.*

estadual e municipal, e criar os turnos intermediários. Ao mesmo tempo que, por estas medidas, era ponderavelmente ampliado o número de matrículas, iniciava a Secretaria de Educação a construção de 136 salas de aula para o Ensino Primário e 130 salas [...] para o Ensino Médio [...].¹¹⁴

Tendo recebido uma herança desalentadora no campo educacional, o Governo, a despeito dos recursos precários face à amplitude do problema pôde, ainda em 1966, abrir perspectivas novas à educação quer pelas realizações materiais quer pela fixação de uma nova e dinâmica política educacional.¹¹⁵

Para Bonfim, tal otimismo merece algumas ponderações. Primeiramente, a instalação do turno intermediário citado pelo governador referia-se somente ao ensino primário da capital, que em 1966 realmente aumentou em 58% suas matrículas em relação a 1965. No entanto, tal ação, marcada pela urgência e pela falta de análise mais profunda, foi desativada em 1967, pois na prática revelou baixo rendimento escolar por parte dos alunos, resultando em um elevado índice de reprovação no ensino primário de São Luís.¹¹⁶ Outro esclarecimento diz respeito à movimentação na gestão da Secretaria de Educação, o que revela descontinuidades, em contradição à informação de “fixação de uma nova e dinâmica política educacional”¹¹⁷.

Em dois anos, a Secretaria de Educação experimentou três sucessões e, para Bonfim¹¹⁸, é somente na terceira gestão que o projeto desenvolvimentista encontrará uma correspondência nítida no campo educacional.

O primeiro Secretário de Educação da gestão “Maranhão Novo”, Orlando Medeiros, ficou no cargo por apenas sete meses, quando saiu para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa, a pedido do próprio governador, que lhe falara sobre a necessidade de ter uma boa representação naquele órgão¹¹⁹. Na análise de Bonfim, sua breve gestão foi marcada pela implantação de ações pontuais, em que a urgência impossibilitava um planejamento mais profundo.

¹¹⁴ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís: SIOGE, 1967. (grifos nossos).

¹¹⁵ Id., Ibid. (grifos nossos).

¹¹⁶ Andrade, José Salles de. Relatório apresentado ao Governador do Estado. 1967. In: BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985. p. 138.

¹¹⁷ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem à Assembléia Legislativa** – São Luís: SIOGE, 1967. (grifo nosso).

¹¹⁸ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985. p. 138.

¹¹⁹ Entrevista concedida à Núbia Bonfim. Id., Ibid., p. 140.

Com a saída de Orlando Medeiros, assumiu a pasta da Educação, ainda em 1966, o Tenente-Coronel José Sales de Andrade, oriundo de órgãos de administração como a Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR). Foi em sua gestão que se estabeleceu uma Assessoria de Planejamento, que veio a elaborar um regimento interno para as escolas estaduais, além de critérios para a construção de salas de aulas; de estudos sobre evasão e repetência no estado; de proposição de normas de aperfeiçoamento no magistério; entre outros¹²⁰. Em sua gestão, o secretário conseguiu “[...] realizar várias obras de construção e recuperação de prédios escolares, usando recursos liberados na gestão anterior, mas não aplicados, em sua maior parte pelo 1º Secretário de Educação do Governo Sarney”¹²¹. Sobre sua saída da Secretaria após sete meses de atuação, o secretário explicou, em entrevista a Bonfim¹²², que ela se deu devido à sua intenção de afastar a ação político-partidária da pasta educacional, revelando embates, fragilidades e rupturas enfrentados pela gestão Sarney nessa área. São palavras de José Sales: “Deixei a Secretaria de Educação por não poder fazer uma educação séria no Maranhão. Não há uma política educacional séria”¹²³.

Em 1967, assumiu a gestão da Secretaria o bacharel em Direito, José Maria Cabral Marques, licenciado em Filosofia, com curso em Administração Pública e ainda oriundo da Secretaria de Administração na gestão Sarney. Secretário interino da Fazenda, Cabral Marques seria o novo titular da pasta, resultando na melhor expressão do *Maranhão Novo* nessa área. Em entrevista, o Dr. José Maria rememora o convite que recebera do governador, procurando esclarecer as razões que o levaram a esse espaço:

[...] chegou lá o governador disse assim: “olha, tu acabaste de sair de dois cursos, tu fizeste um curso na Fundação Getúlio Vargas sobre administração pública e tu fizeste um curso na CEPAL [Comissão Econômica Para a América Latina] sobre educação. Eu tou com a Secretaria de Educação vaga e tou te convidando pra essa Secretaria”. Eu disse assim: “Governador, eu acho muito importante pra mim o senhor me convidar para ser seu secretário de estado, principalmente porque eu não fiz parte do *butim*, quer dizer, eu não tava nem no Brasil, tava na Argentina, em Buenos Aires, fazendo o curso da CEPAL”. Ele disse: “eu sei de tudo isso aí, tu fizeste um curso na Fundação Getúlio Vargas”. Ele sabia de tudo [...] Eu disse:

¹²⁰ Entrevista concedida à BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985. p. 142.

¹²¹ Id., *ibid.* p. 143

¹²² Id., *ibid.*

¹²³ Id., *ibid.*, p. 149.

“rapaz, o que eu sei, rapidamente assim, é que essa secretaria não tem nada, não tem nem carro pra secretário, não tem nem lugar pra ficar lá, os velhos todos pegaram e resolveram botar na Secretaria de Educação, o que é que eu vou fazer com essa velharia toda?” [...] Mas ele me olhou assim, severamente e disse assim: “olha, Cabral, eu fico triste porque é a primeira vez que os moços chegam ao poder no Maranhão e tu, que eu tinha alguma esperança de me dizer sim, por causa de tuas convicções religiosas, é o primeiro a me dizer não, te acovar [...] assim mesmo, te acovardando e não querendo aceitar”.¹²⁴

Segundo o relato do ex-secretário, foi de forma relutante que ele, por fim, assumiu a gestão dessa Secretaria. Intelectualidade, formação, juventude e convicções religiosas são as características pessoais, reconhecidas pelo próprio governador, que garantiram sua chegada a esse espaço, assegurando à sua memória o desvencilhamento da indicação meramente política, ao mesmo tempo em que firma sua inserção a partir da competência. São essas características que Cabral tentará imprimir à sua atuação durante o período de 1968 a 1971, no Maranhão.

Com a formação de pequenas equipes, compostas em sua maioria por profissionais recém-graduados, o que ocasionou, por exemplo, a vinda da SUDENE para prestar assessoramento inicial na elaboração de planos e de projetos, a nova gestão educacional foi responsável por, finalmente, alinhar a Secretaria de Educação aos outros setores da administração maranhense¹²⁵: todos engajados no processo de desenvolvimento econômico, resultando no que ficou conhecido, na época, por “Milagre Maranhense”. Todos os níveis da educação seriam contemplados nesse novo momento, resultando em expansão tanto no nível primário, quanto no médio e no superior¹²⁶.

Como já foi mencionado, em 1968 foi lançado, pela gestão de José Sarney, o I Programa de Governo do Estado do Maranhão, no qual era contemplado, além de outros, o setor educacional. No que se refere ao ensino primário, falava-se da “Recuperação e reequipamento das unidades instaladas; construção de 1.600 salas de aula em convênio com os municípios; funcionamento de turmas suplementares; qualificação de professores; material escolar; escola João de Barro”, entre outras atividades. Para esse nível, a previsão orçamentária era de Cr\$ 36.500.000,00 (trinta

¹²⁴ MARQUES, José Maria Cabral. **Entrevista concedida**. São Luís, 16 de julho de 2012.

¹²⁵ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985.

¹²⁶ Id., *Ibid.*

e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros)¹²⁷. Naquele mesmo ano, era noticiada a parceria orçamentária dos três níveis governamentais no atendimento da rede primária estadual: “Dispondo de recursos do MEC e do orçamento do Estado e dos municípios, a Secretaria de Educação aumentou em mais de 40 mil as matrículas nas escolas primárias”¹²⁸.

2.3.1 Artesãos do desenvolvimento: o Projeto João de Barro nas comunidades rurais maranhenses

As escolas “João de Barro” merecem destaque nessa expansão, idealizadas com o objetivo de sanar o que o “Maranhão Novo” considerava como ponto maior de estrangulamento educacional do estado: o ensino primário, principalmente o da zona rural.

Segundo Kreuz¹²⁹, o Projeto “João de Barro” foi inspirado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pelo método Paulo Freire, e tinha como objetivo a alfabetização das populações rurais em articulação com seu cotidiano, conscientizando-as das condições de subdesenvolvimento e enfatizando seu papel na solução de problemas que, por meio de um esforço comum inteligente, mudasse esse “estado de cousas”¹³⁰.

Conforme Kreuz, dos cinco integrantes que em 1967 elaboraram o projeto, quatro pertenciam ao Movimento de Educação de Base (MEB), o qual havia sido desarticulado no Maranhão pela repressão militar¹³¹. Nacionalmente, após o golpe de 1964, o MEB ainda permaneceu como único movimento de educação e cultura popular até 1965. A permanência até aquele ano se deu por força do convênio com a União que havia fixado datas-bases de 1961 a 1965. Já em 1966, a hierarquia da igreja Católica havia recuado dos princípios que guiavam o MEB até então, vindo o movimento a perder suas características de educação popular, tornando-se uma

¹²⁷ MARANHÃO. **I Programa de Governo do Estado do Maranhão**. Administração José Sarney. SUDEMA. São Luís, 1968. Mimeografado.

¹²⁸ PAES, Eyder. Sarney dinamizou o setor educacional. **Jornal Pequeno**. São Luís, Ano XVI, n. 558, p. 1, 27 jan.1968. (grifo nosso).

¹²⁹ Sobre este projeto e os seus resultados consultar: KREUZ, Arno. **O projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983, e ainda: RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro – Maranhão – 1967/74**. São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985.

¹³⁰ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto João de Barro**. Secretaria de Educação. [s. d.]. Mimeografado.

¹³¹ KREUZ, Arno. **O projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

forma tardia de educação primária¹³². Tais informações sinalizam quase que imediatamente para uma problematização do Projeto “João de Barro” no contexto maranhense, suas intenções e sua efetividade.

O ponto de partida para a implantação do Projeto “João de Barro” nas comunidades rurais era a construção, pelo próprio camponês, de uma escola de baixo custo (taipa e palha). Elas funcionariam como centros animadores e teria na figura do “monitor de escola” a liderança que movimentaria a comunidade em busca de “um maior bem estar imediato”¹³³.

Os noticiários da época destacavam o projeto como parte da gestão educacional de Cabral Marques:

O Projeto João de Barro teve início em setembro do ano de 1967 como *esquema* educacional implantado no Maranhão pelo Prof. Cabral Marques, sob o Governo José Sarney, para atender às populações rurais, onde maior índice de analfabetismo se registra.¹³⁴

No primeiro semestre de 1968, a matrícula nessas escolas chegou ao número de 2.799 alunos, sendo 657 adultos e 2.142 crianças ou adolescentes (menores de 14 anos). A rapidez entre a elaboração do projeto e início de sua execução só pode ser justificada mediante a existência de toda uma base do MEB aproveitada pela equipe de trabalho.

Em seu objetivo geral, o projeto “João de Barro” previa: “Através de um processo de educação integral, em nível elementar, inserir o homem rural no processo de desenvolvimento socioeconômico racionalizado”¹³⁵. Se por um lado, o objetivo do Projeto “João de Barro” refletia o princípio da educação integral, por outro, a preparação do homem do campo para o desenvolvimento socioeconômico racionalizado, idealização do *Maranhão Novo*, era também uma realidade.

A integração da escola com a comunidade era essencial para o sucesso do projeto. Assim, era treinada uma liderança local que deveria, a partir da lógica camponesa do mutirão e ajuda mútua, envolver os moradores locais num processo de reflexão e ação rumo à transformação da realidade local. O ponto de partida dessa integração era a construção do próprio prédio escolar, que deveria ser feito a

¹³² CUNHA, Luiz Antônio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

¹³³ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto João de Barro**. Secretaria de Educação. [s.d.] Mimeografado.

¹³⁴ PAES, Eyder. Sarney dinamizou o setor educacional. **Jornal Pequeno**. São Luís, 27 jan.1968, Ano XVI, n. 558, p. 1.

¹³⁵ MARANHÃO. op. cit., s. d.

partir do padrão das moradias do povoado: de taipa, chão batido e coberto de palha. Daí o nome “João de Barro”, uma alusão ao pássaro que constrói seu próprio ninho de barro, e também porque no período colonial João de Barros e Aires da Cunha haviam se associado para colonizar o Maranhão, na explicação de Bandeira Tribuzzi¹³⁶. Segundo a redação do projeto, era preciso

[...] um trabalho de valorização das Comunidades que não permita à população alimentar uma atitude de passivismo: ficar esperando tudo dos poderes mais altos ou da descrença: afirmar que nada se pode fazer para mudar a situação mobilizando-se para uma participação mais ativa no processo de desenvolvimento do Estado e fornecendo-lhes o mínimo de instrumental necessário.¹³⁷

Em convênios com as prefeituras locais, foram construídas mais de 1.000 escolas, sendo que essas construções eram realizadas em parceria com as comunidades locais. Sobre elas, era noticiado:

São as chamadas escolas João de Barro, feitas de taipa e barro cru, cobertas de palha de babaçu, que chegaram a revolucionar o ensino, representando uma das grandes decisões do Sr. José Sarney para alfabetizar a gente do seu Estado.¹³⁸

Tal “revolução” era realizada com um mínimo de recursos do estado. A Secretaria Estadual de Educação oferecia treinamento técnico aos líderes locais e o governo estadual era responsável por pagar pequenos salários aos monitores do projeto. Segundo Ribeiro, o estado subvencionava tecnicamente o projeto, além de colocar à sua disposição um pequeno aporte de recursos financeiros, somando-se a esses uma grande participação das comunidades contempladas¹³⁹. Essa economia de recursos era elogiada pela imprensa oficial da seguinte forma:

Embora o projeto conte atualmente com duas mil e onze (2.011) escolas desse tipo, instaladas em setenta e oito comunidades e com o impressionante número de cento e oitenta mil novecentos e

¹³⁶ RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro – Maranhão – 1967/74**. São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985. p. 47.

¹³⁷ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto João de Barro**. Secretaria de Educação. [s. d.] Mimeografado.

¹³⁸ PAES, Eyder. Sarney dinamizou o setor educacional. **Jornal Pequeno**. São Luís, 27 jan.1968, Ano XVI, n. 558, p. 1.

¹³⁹ RIBEIRO. op.cit.

noventa alunos matriculados, somente vinte e uma pessoas trabalham na execução do projeto, inclusive a coordenadora.¹⁴⁰

De caráter conservador, determinada e controlada pelo centro do poder, era uma “revolução” cuja lógica entre custo e benefício exaltava constantemente o alcance quantitativo: “Em números globais, sobem a mais de 800 as escolas ‘João de Barro’, desde a instalação do projeto em 1967, preenchendo uma lacuna no campo educacional e possibilitando a instrução inicial a grande parte da população interiorana”¹⁴¹. Adiante, na mesma matéria jornalística, lê-se que o pedido de aldeias indígenas pelas escolas “João de Barro” estava sendo estudado pela Secretaria de Educação. Em outro momento, apresenta-se o resultado prático dessas escolas na vida das comunidades rurais atendidas:

Assim, é que pessoas que há pouco tempo assinavam seus recibos e documentos com impressão digital, por não saberem ler, hoje já sabem assinar seu nome, escrever e contar o necessário para satisfazer aos seus negócios e transações no seio da comunidade. Além disso, muitos têm prosperado um pouquinho, devido aos ensinamentos recebidos, deixando de residir em míseras palhoças de chão batido para morar em casinhas que receberam seus melhoramentos, graças a melhores ganhos de seus possuidores.¹⁴²

A narração, quase idílica, não se dá conta de que, ao afirmar que eram miseráveis as palhoças de chão batido onde morava o camponês maranhense, era miserável também a escola de palha e chão batido oferecida a este. Para além do romantismo educacional, a instrução elementar básica era uma necessidade do governo *Maranhão Novo*. Se por um lado o estado procurou satisfazer o anseio educacional das populações rurais através do projeto, por outro, garantiu terra e capital aos empresários, investidores oriundos do centro-sul, ao lado de mão de obra com o mínimo de capacitação educacional. A presença dessas escolas estava no bojo de um projeto que delineava um novo homem para um novo Maranhão, com novas tecnologias que modernizassem as atividades agropecuárias. Paralelo à instrução elementar, estava sendo garantida a transformação do camponês em um trabalhador rural ou operário da construção civil das grandes empresas que lá estavam chegando.

¹⁴⁰ COM 200 MIL ALFABETIZADOS “JOÃO DE BARRO” CHEGA AOS ÍNDIOS. **Jornal O Imparcial**. São Luís 07 fev. 1975, Ano XVII, N. 5223, p. 10. (grifo nosso).

¹⁴¹ Id., *Ibid.*

¹⁴² Id., *Ibid.*

Para Ribeiro, paulatinamente, o camponês maranhense foi deixando a escola “João de Barro” por ela não cumprir a promessa de solução dos seus problemas, como divulgavam os técnicos da Secretaria de Educação nas reuniões periódicas, e ainda por constatar que sua participação foi, aos poucos, reduzida à construção do barracão que deveria seguir um modelo pré-fixado. O autoritarismo do estado foi limitando a participação camponesa não apenas em sua própria escola, mas também em sindicatos, pastorais e associações que pudessem possibilitar a essas populações espaço para crítica ou para reivindicação. O fermento da mobilização do início da década de 1960, presente no meio rural maranhense, havia sido contido pela implantação das escolas “João de Barro”, cuja base discursiva constituía-se exatamente no oposto: fortalecimento e autonomia do trabalhador rural¹⁴³.

Com o passar do tempo, e ainda segundo Ribeiro, os camponeses passaram a resistir também à construção da escola:

Essa atitude foi explicada por não serem eles os donos da terra, por serem, muitas vezes, integrantes de novos grupos de moradores ou por já exigirem que a escola fosse construída pelo Estado. Nesse caso, o barracão era abandonado e a escola voltava a funcionar agora na casa do monitor.¹⁴⁴

No entanto, sua rejeição a esta, foi apenas parcial, pois nela os seus filhos deveriam continuar estudando, tornando-se a escola “João de Barro” um espaço educacional unicamente de crianças e adolescentes, semelhantes às escolas de *ABC* que funcionavam nas casas de professores, não apresentando qualquer divergência com o modelo tradicional de escola que conheciam¹⁴⁵.

O Projeto “João de Barro”, cuja proposta foi negada pela prática, permaneceu no contexto educacional maranhense de 1968 a 1974, quando foi desativado pela Secretaria de Educação.

No que se refere ao ensino superior, à gestão Sarney encontrou um corpo discente composto de apenas 897 alunos, e uma de suas primeiras decisões foi a transferência da Universidade do Maranhão para a União, devido a problemas

¹⁴³ RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro – Maranhão – 1967/74**. São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985.

¹⁴⁴ Id., *Ibid.*, p. 163.

¹⁴⁵ Id., *Ibid.*

financeiros¹⁴⁶. Em seu Programa de 1968, o governo traçou dois objetivos para esse nível, a saber: “Construção, equipamento e manutenção da Fundação Universidade do Maranhão; Construção e equipamento, e manutenção das Escolas Estaduais”¹⁴⁷. Já em seu primeiro ano de mandato, a Fundação Universidade do Maranhão (FUM) foi criada a partir da Lei 5.152, de 21.10.1966.

Além dessa decisão, diante da necessidade crescente de profissionais que viessem a se engajar no projeto *Maranhão Novo*, essa gestão criou outras escolas superiores a serem mantidas pelo estado: “Escola de Administração Pública, Escola de Engenharia do Maranhão (Decreto nº 3.574 de 12/7/67, Escola de Agronomia (Decreto nº 4.045 de 12/12/69 e Escola de Veterinária)¹⁴⁸. Com a expansão dos níveis de ensino primário e médio, também impulsionados pelo governo estadual, surgiu uma outra necessidade, a de formação de professores, o que ocasionou a chamada interiorização do ensino superior no Maranhão, por parte do poder estadual, através da oferta de cursos de licenciaturas¹⁴⁹. Para Barbosa, “O ensino médio (Ginásio e Colegial) estava entregue a professores leigos, pois havia só 113 graduados”¹⁵⁰. Foi em meio a esse contexto que a Secretaria de Educação montou o chamado “Projeto Centauro”, cujo objetivo maior era a formação docente a partir de treinamentos rápidos, mas que acabou desembocando na criação de uma Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio, a FFPEM na cidade de Caxias, pela Lei Estadual nº 2.821 de 23.02.1968,

Apresentando a síntese dos avanços no ensino superior, bem como sua adequação ao processo desenvolvimentista, discursava o governador em 1968:

¹⁴⁶ A pesquisa de Roldão Ribeiro Barbosa, intitulada: **DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES AO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES**: uma história da instalação e consolidação do Ensino Superior em Caxias (1968-1994) apresenta a trajetória do ensino superior no Maranhão desde o período colonial. Sua ênfase se dá na construção da história e memória da Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias em 1968, atual Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC).

¹⁴⁷ **MARANHÃO. I Programa de Governo do Estado do Maranhão**. Administração José Sarney. SUDEMA. São Luís, 1968.

¹⁴⁸ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo**: política e educação no Maranhão. São Luís: UFMA, 1985. p. 185.

¹⁴⁹ É somente na década de 1980 que o ensino universitário federal vai ser interiorizado no Maranhão, a partir da instalação da UFMA nas cidades de Codó, Bacabal, Chapadinha e Imperatriz.

¹⁵⁰ BARBOSA, Roldão Ribeiro. **DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES AO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES**: uma história da instalação e consolidação do Ensino Superior em Caxias (1968-1994). Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós- Graduação em Educação. UFPI: Teresina, 2011. p. 25.

O ano de 1967 foi marcado ainda, no campo do ensino superior pela criação da Universidade Federal do Maranhão que veio ampliar a capacidade das escolas a ela integradas para atendimento à crescente demanda de oportunidades de estudo por parte da juventude maranhense e, conseqüentemente, oferta, a curto prazo de técnicos de nível superior imprescindíveis ao processo de desenvolvimento. Neste campo, igualmente foi marcante o esforço do Estado pela criação de três novas unidades de ensino superior: as Faculdades de Engenharia, Administração (pública e de empresas) e a Faculdade de Filosofia de Caxias.¹⁵¹

Em outra mensagem, José Sarney apresentava a “qualificação para o trabalho” como base da política educacional implantada e que alcançava todos os níveis de ensino. Em suas palavras, a educação maranhense apresentava melhoras não apenas quantitativas, mas também qualitativas:

Do mesmo passo que amplia quantitativamente sua capacidade, o Governo devota esforços à melhoria qualitativa do Ensino em todos os graus sob a política global de qualificação para o trabalho, de forma que a elevação cultural da população resulte em instrumento da melhoria de acesso às oportunidades de emprego e, conseqüentemente, de padrão de vida.¹⁵²

Suas mensagens eram acompanhadas de quadros demonstrativos do avanço numérico vivenciado nos três níveis, proporcionando uma análise quantitativa entre o que foi encontrado e o que foi construído em quatro anos. Sobre o quadro de professores e o número de matrículas, objetivando convencer sobre o avanço experimentado, o governador apresentava os seguintes números:

¹⁵¹ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão por ocasião da abertura do período legislativo.** São Luís: SIOGE, 1968. (grifo nosso).

¹⁵² Id., *Ibid.*, 1970. (grifo nosso).

Tabela 4 - Número de professores segundo o nível de ensino e a dependência administrativa no Estado do Maranhão – 1965 -1969

Anos	NÚMERO DE PROFESSORES													
	PRIMÁRIO						MÉDIO					SUPERIOR		
	Total	Fed	Est	Mun	Par	Conv	Total	Fed	Est	Mun	Par	Total	FUM	Est
1965	5 637	-	1462	2772	1 120	283	1443	108	197	38	1 100	314	314	-
1966	7 011	50	1 180	3 924	1 227	-	1691	119	225	87	1 260	321	321	-
1967	8 456	96	2 328	4 836	1 196	-	1 744	77	161	104	1 402	342	342	-
1968	9 136	73	2 336	5 579	1 148	-	2 407	138	461	104	1 704	361	348	15
1969	10 254	94	2 780	6 200	1 180	-	2 710	170	600	140	1 800	391	350	41

Fonte: Departamento Estadual de Estatística e Secretaria de Educação e Cultura.

Nota: 1 – No ensino primário, os dados relativos a 1968 são preliminares e os referentes a 1969, estimados.

2 – No ensino médio, os dados relativos a 1969 são preliminares.

Anteriormente, nessa mesma mensagem e sobre os números do primário estadual, o governador havia apresentado um total de 264 estabelecimentos que atendiam esse nível em 1965. Já em 1969, essa quantidade havia mais que dobrado, chegando a 580 estabelecimentos. É a nota de rodapé na mensagem que esclarece que destes, 229 pertenciam ao Projeto “João de Barro”. Ou seja, sem as escolas “João de Barro” o acréscimo de estabelecimentos seria de 97 e o superlativo numérico da mensagem não causaria tanto impacto. É importante que neste momento essas informações sejam adicionadas às outras anteriores e aqui já apresentadas sobre aquele projeto. Tratava-se de “estabelecimentos” (barracões de taipa e palha) construídos sem ônus para o estado. Essa mesma lógica oferece uma compreensão melhor da tabela nº 3: entre os 2.780 “professores” do ensino primário, apresentado em 1969, encontravam-se os “monitores escolas” do Projeto “João de Barro”, ou seja, aqueles camponeses que apresentavam certa liderança em suas comunidades e que seriam os alfabetizadores naquela escola, praticamente sem ônus para o estado.

Sobre o número de professores para o ensino médio será apresentado adiante que, em 1969 já haviam sido instalados 57 Ginásios do Projeto Bandeirante, o que justificaria o quadro docente acima composto por 600 professores naquele ano. No entanto, como ainda serão também apresentadas, as despesas com esses professores eram divididas com as prefeituras locais, sob o regime de contratos.

Tabela 5 – Alunos matriculados segundo o nível de ensino e a dependência administrativa no Estado do Maranhão – 1965-1969

Anos	ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO													
	PRIMÁRIO						MÉDIO					SUPERIOR		
	Total	Fed	Est	Mun	Par	Con v	Total	Fed	Est	Mun	Part	Total	FUM	Est
1965	182 032	-	46 667	92 689	32 582	10 094	21 907	1 095	4 381	-	16 431	807	807	-
1966	240 382	1 715	66 913	134 353	37 401	-	27 361	1 492	3 850	2 289	19 730	897	897	-
1967	289 500	4 844	74 236	174 649	35 771	-	34 965	1 597	4 438	2 783	26 147	1 139	1 139	-
1968	310 367	4 161	74 730	196 873	34 603	-	39 821	1 520	7 092	3 075	28 134	1 610	1 500	110
1969	348 700	4 700	89 000	218 000	37 000	-	45 559	2 585	9 173	3 849	29 952	2 117	1 869	248

Fonte: Departamento Estadual de Estatística e Secretaria de Educação e Cultura.

NOTAS: 1 – No ensino primário, os dados relativos a 1968 são preliminares e os referentes a 1969, estimados; 2 – No ensino médio, os dados relativos a 1969 são preliminares.

Sobre o número de matrículas, mais uma vez as quantidades oferecidas no primário precisam ser reportadas às escolas “João de Barro”, o que justificaria novamente o “salto” quantitativo quando comparados os resultados nas matrículas de 1965 (46.667) e 1969 (89.000). Já no ensino médio, a análise é diferente. Se em 1965, com três estabelecimentos estaduais a matrícula é de 4.381 alunos, por que a criação de 57 novos ginásios resultou na quantidade de apenas 9.173 alunos matriculados? Esse assunto será retomado adiante.

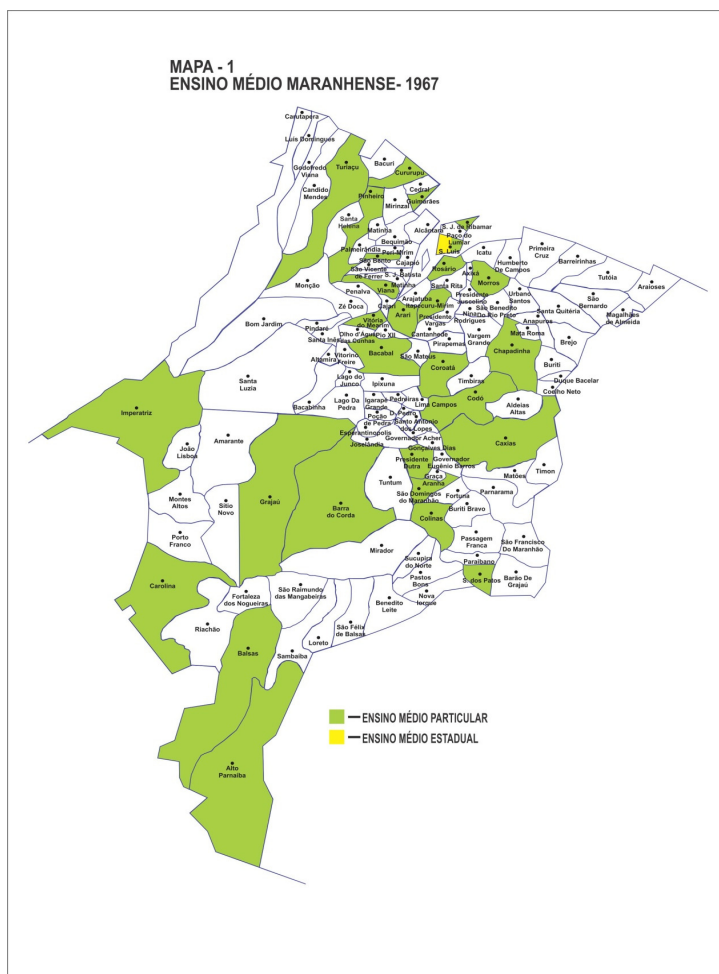
No que se refere ao ensino secundário do estado, a gestão Sarney encontrou uma rede de 86 cursos. Desses, 80 pertenciam à iniciativa particular e apenas seis eram públicos: dois federais, três estaduais e um municipal. Segundo Kreuz, no início daquela década, somente 4,6% da população maranhense que poderia frequentar o ensino médio estava cursando esse nível¹⁵³.

Ainda no segundo ano do mandato de José Sarney, a realidade numérica do secundário apresentava poucas mudanças: o número de cursos estaduais permanecia o mesmo e a rede particular havia aumentado em cerca de 20% o seu atendimento, matriculando 22.155 alunos no início de 1967, enquanto que, na rede pública, as matrículas iniciais chegavam ao número de apenas 8.818 alunos¹⁵⁴. Dos 128 municípios, à época, apenas 28 possuíam cursos de ensino médio, sendo que, os dois únicos estaduais se encontravam localizados em São Luís: um ginásial e

¹⁵³ KREUZ, Arno. **O projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983, p. 37.

¹⁵⁴ BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil, 1970. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 1970.

outro normal, ambos funcionando no Liceu Maranhense. Apresentando medidas de urgência tomadas no início do mandato, em 1966, em que o governador afirmava sobre as parcerias com a rede privada no ensino médio: “O Estado, mediante convênios com ginásios particulares e da CNEG, estendeu a gratuidade do ensino médio a 11 municípios, assumindo a responsabilidade total das despesas”¹⁵⁵, revelando que, pelo menos inicialmente, houvera em seu mandato a continuidade do governo anterior no que se refere ao ensino médio: solução paliativa pela injeção de recursos na iniciativa privada. Era assim “desenhado” o mapa maranhense desse nível escolar em 1967:



Fonte: Adaptação do mapa: “Estado do Maranhão: área atendida pelo Projeto João de Barro – 1968-1974”, apresentado por RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro – Maranhão – 1967/74.** São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985.

¹⁵⁵ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem do governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado.** São Luís: SIOGE, 1967.

Nesse ano, a população maranhense, estimada entre 11 e 21 anos, era de 840.000, ou seja, se o atendimento chegava a um total de 30.973 matrículas no ensino médio, isso significa que apenas 3,68 % dessa população era atendida nesse nível de ensino¹⁵⁶.

Uma apresentação detalhada de dados do IBGE por cidades, do ano de 1965, revela que 19 desses municípios possuíam o curso secundário ginasial: São Luís, Alto Paranaíba, Arari, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Carolina, Caxias, Chapadinha, Codó, Colinas, Coroatá, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro, Presidente Dutra, São José de Ribamar, São João dos Patos e Viana¹⁵⁷. Além desses, também Brejo, que no mapa acima aparece suprimido, estava incluído na lista dos municípios que possuíam o secundário ginasial. Em outro documento do IBGE, referente a dezembro de 1967, apresenta-se a porcentagem de 51,9% dos municípios maranhenses com o ensino médio¹⁵⁸. A rede de ginásio estadual, implantada no ano seguinte, em 1968, já estava incluída nos números oferecidos,

Se algumas microrregiões apresentadas no mapa encontravam-se bem servidas nesse nível de ensino, ainda que fosse pela iniciativa particular, em outras, a carência era muito grande, constituindo-se o acesso a este não apenas um desafio financeiro, mas também, e principalmente, geográfico, reforçando, assim, o seu caráter de seleção. Que soluções foram articuladas, ou não, pelos habitantes de Carutapera no oeste maranhense? E pelos da cidade de Araióses na região leste? É importante ressaltar que mesmo nas cidades onde existia a oferta de tal nível, esse fato não significava necessariamente a sua popularização pois o acesso era reservado a quem poderia pagar por ele.

Como já foi explicitado anteriormente, foi somente na terceira gestão da Secretaria de Educação, a partir do professor José Maria Cabral Marques, que o projeto desenvolvimentista do “Maranhão Novo” encontrou maior ressonância no campo educacional. E foi nessa conjuntura político-administrativa que se inseriu a expansão do ensino secundário da rede pública maranhense. Não necessariamente em ordem cronológica, serão apresentados, neste trabalho, os três projetos para

¹⁵⁶ MARANHÃO. Anuário Estatístico do Maranhão de 1969 – ano base de 1968. Estado do Maranhão – **Plano de Governo 1971/74**. vol. I, São Luís: SIOGE, 1971.

¹⁵⁷ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Conselho Nacional de Estatística . **Ensino Médio por Município 1965/1964**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. Infelizmente não foi encontrado nenhuma outra fonte com os dados detalhados por município referente a 1967.

¹⁵⁸ Id., *Ibid.*, 1968. Brasil.

esse campo, iniciando pela Televisão Educativa (TVE) e o Projeto Madureza, visto que os dois encontram-se interligados. No capítulo 3, a análise recairá sobre o Projeto Bandeirante, objetivo maior do presente trabalho.

2.3.2 Tecnologia educacional para o desenvolvimento: a TVE/Maranhão e o Projeto Madureza

A ideia da televisão, como substituta do professor, não era nova no Maranhão e nem pertencia à equipe de José Sarney. Renato Archer, seu opositor nas campanhas eleitorais, já a defendia como alternativa viável diante da escassez de recursos no estado e da falta de professores qualificados. Segundo Archer, "o Maranhão nunca teria dinheiro para construir todas as escolas de que precisava. E se tivesse, nunca teria condições, tempo nem disponibilidade para formar os professores"¹⁵⁹.

Nesse sentido, para a implantação da TVE, foram utilizados argumentos como: a falta de professores qualificados e a urgência da oferta de vagas às camadas populares do meio urbano. Apesar dos esforços de convencimento, nacionalmente o MEC não acreditou que o Maranhão tivesse condições para fazer funcionar tal projeto, o que resultou na não ajuda federal a tal projeto¹⁶⁰. A despeito de críticas locais por parte do corpo docente da época, que sentia seu emprego ameaçado e do não apoio federal, em 1969 foi oferecida a primeira série ginasial com 35 telessalas atendendo a 1.304 alunos, implantadas inicialmente na capital e depois em outros municípios. Tal projeto tinha por objetivo o preparo de mão de obra no meio urbano pela massificação do ensino secundário¹⁶¹.

Sob o auspício da "difusão do ensino através da televisão e de outros meios de comunicação, segundo os modernos princípios da pedagogia", a Fundação Maranhense de Televisão Educativa (FMTVE) não se restringiria apenas ao ensino médio e, "através de cursos regulares ou de madureza", ofereceria ainda "ensino primário complementar em *apôio* ao sistema educacional do Estado", cursos e atividades para adultos, "visando a alfabetização funcional e a preparação e

¹⁵⁹ BOMENY, Helena. **Paraíso tropical**: a ideologia do civismo na TVE do Maranhão. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

¹⁶⁰ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo**: política e educação no Maranhão. São Luís: UFMA, 1985.

¹⁶¹ Id., *Ibid.*

melhoria da mão-de-obra”, treinamento de professores para o “emprego dos métodos adaptados aos modernos recursos técnicos”, entre outros objetivos¹⁶². Na análise de Bonfim, em sua execução, “[...] o Projeto descartaria algumas dessas metas, não só pela abrangência da proposta, mas também devido à expansão e repercussão que alcançara o atendimento ao ciclo ginásial através da mesma”¹⁶³.

Na concepção do corpo docente existente, o projeto parecia altamente sofisticado, contrastando com a pobreza e as limitações do estado, além de representar uma ameaça a seu espaço. Críticas foram tecidas também diante da unilateralidade da televisão que impossibilitava a participação dos alunos, agrupados em turmas sem muito critério.

Mesmo diante dessas críticas, o governo não voltou atrás, acreditando ser a melhor e a mais rápida solução para mudar a realidade educacional do Maranhão. Assim, é que, em julho de 1968, os estudos para implantação da TVE foram feitos e em janeiro de 1969 ela já estava funcionando no Maranhão, a partir do Projeto de Lei nº 58/69. Aparelhos técnicos pouco sofisticados foram adquiridos e a TVE passou a funcionar na sede da Secretaria de Educação, sendo incorporada a esta como um projeto seu¹⁶⁴.

No que se refere ao apoio técnico-pedagógico, a Secretaria ainda não dispunha de um corpo profissional que pudesse efetivar a proposta, por isso, diante do reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo padre José Manuel de Macedo Costa, em Colinas, desde 1959, como diretor do Centro Integrado de Educação de Colinas (CINEC), ele foi convidado para dirigir a TVE em São Luís. Sua saída de Colinas foi muito prejudicial à continuidade do trabalho do CINEC naquela cidade¹⁶⁵.

Pequenas equipes de professores passaram a elaborar todo o programa curricular a ser transmitido pela TVE. O acompanhamento e direcionamento das tarefas em sala de aula ficaria sob a responsabilidade do professor polivalente chamado “orientador da aprendizagem”, que receberia, à época, um salário pouco maior que o do professor normalista¹⁶⁶.

¹⁶² DECRETO Nº 4095 DE 23 DE FEVEREIRO DE 1970. **Diário Oficial do Estado**, São Luís, Ano LXII. N.39, p. 1, 27 fev.1970. (grifo nosso).

¹⁶³ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985. p. 172.

¹⁶⁴ Id., *Ibid.*

¹⁶⁵ KREUZ, Arno. **O projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

¹⁶⁶ Id., *Ibid.*

A transmissão de cada aula teria a duração de 20 minutos e o aluno passaria então a responder um caderno de atividades, também elaborado pela equipe da secretaria, tendo no orientador da aprendizagem a solução para suas dúvidas.

Segundo seus orientadores e idealizadores, a proposta era baseada nos princípios escolanovistas da espontaneidade e criatividade e o aluno se relacionaria com a realidade, buscando por si mesmo as descobertas sobre esta. Segundo Kreuz,

Cada telessala gozava de grande autonomia no seu funcionamento. Além das equipes de estudo, que desenvolviam as atividades inerentes ao ciclo de aprendizagem das disciplinas curriculares, havia em cada telessala uma série de centros de trabalho: clube de ciências, de artes, de serviço, cívico-religioso, de ação social, de ação política e de ação comunitária, cada um deles assumido por uma equipe de alunos.¹⁶⁷

Em 1969, 1.304 alunos foram matriculados na primeira série ginásial oferecida pela FMTVE e em 1970 o número de telessalas já era de 161, distribuídas em dois municípios, atendendo a 6.251 alunos, um grande acréscimo numérico em um curto período de tempo. A pesquisa de Bomeny revela que, se por um lado a proposta estava pautada na ideologia desenvolvimentista, por outro, encontrava-se comprometida nacionalmente com o autoritarismo e a centralização que se estabelecera no Brasil a partir de 1964¹⁶⁸.

Previsto no *I Programa de Governo do Estado do Maranhão* e utilizando a estrutura física e metodológica da TVE, o *Curso de Preparação ao Exame Madureza Ginásial* foi também implantado, em 1970, objetivando atingir adultos e adolescentes, trabalhadores do meio urbano. Naquele mesmo ano, funcionaram nesse projeto 102 telessalas do Projeto Madureza, atingindo matrículas de 4.200 alunos¹⁶⁹. A LDB 4024/61 assegurava que:

¹⁶⁷ KREUZ, Arno. **O projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

¹⁶⁸ A análise da autora se deu a partir da aplicação da disciplina Educação Moral e Cívica, obrigatória no Brasil a partir de 1964 e que tinha por objetivo o convencimento ideológico do novo regime que se instaurara. BOMENY, Helena. **Paraíso tropical: a ideologia do civismo na TVE do Maranhão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

¹⁶⁹ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1985. p. 178.

Aos maiores de dezesseis anos, será permitida a obtenção de certificado do curso ginásial, mediante a prestação de exames de madureza após estudos realizados sem observância de regime escolar. Nas mesmas condições permitir-se-á a obtenção do certificado de conclusão de curso colegial aos maiores de dezenove anos.¹⁷⁰

Em consonância com a orientação da legislação nacional, o Diário Oficial de 1968 do Maranhão apresentava a seguinte convocação aos candidatos desses exames:

O Diretor de Divisão do Grau Médio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação em vigor RESOLVE CONVOCAR as Bancas Examinadoras dos EXAMES DE MADUREZA (Art. 99 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e ABRIR as INSCRIÇÕES aos referidos exames, tanto do 1º ciclo como do 2º ciclo.¹⁷¹

Sem deixar por conta apenas do autodidatismo dos candidatos aos exames, e ainda objetivando incentivar uma maior procura, a gestão educacional da época, aproveitando a estrutura física e pedagógica da TVE/Maranhão, possibilitaria “aos maiores de 14 anos, oportunidade para, apesar dos compromissos diurnos, realizarem os estudos de nível médio”¹⁷². No 4º objetivo do projeto, tal preparo era restrito apenas aos exames do 1º ciclo, ou seja, ao nível ginásial.

Para Bonfim, “desde a fase inicial de seu funcionamento, o Curso teria grande repercussão: agora era a vez do trabalhador ser encampado pela sistemática que já atingira parte da população de São Luís, através dos cursos noturnos”¹⁷³.

Na década de 1980, a TVE/Maranhão atingia 25 municípios atendendo 20.620 telealunos das quatro últimas séries do então primeiro grau, distribuídos em 522 telessalas. Tal experiência permaneceria no cenário maranhense até o ano de 2006.

Diante da impossibilidade da TVE atingir o vasto território maranhense, foi elaborado o Projeto Bandeirante, com o objetivo de levar às zonas de necessidade e

¹⁷⁰ BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. art. 99. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso: 15 jul. 2012.

¹⁷¹ MARANHÃO. **Diário Oficial do Estado**. São Luís: SIOGE. 13 mai. 1968.

¹⁷² DECRETO Nº 4095 DE 23 DE FEVEREIRO DE 1970. **Diário Oficial do Estado**, São Luís, Ano LXII. N.39, p. 1, 27 fev.1970.

¹⁷³ BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo**: política e educação no Maranhão. São Luís: UFMA, 1985. p. 178.

clientela comprovadas, o ensino médio ginasial, cujas bases profissionalizantes deveriam estar a serviço de um *novo* Maranhão. A intensificação de pressões municipais em torno de uma educação pública nesse nível, aliado a incentivos nacionais e a decisões do poder estadual, são fatores que estão no bojo de um projeto cuja pretensão era desbravar as inteligências do interior do Maranhão para o desenvolvimento. Em 1968, os Ginásios Bandeirantes, sob o discurso da inovação e da modernidade, foram instalados em 35 municípios do interior e, em quatro anos, em mais 49, redefinindo a face do ensino secundário público maranhense. Os discursos em torno desse projeto, suas pretensões, sua distribuição político-geográfico e a concretização prática de seus objetivos, são aspectos, dentre outros, destacados a partir de agora.

3 PROJETO BANDEIRANTE: Desbravando as inteligências do interior do Maranhão para o desenvolvimento

Na construção discursiva do “Maranhão Novo”, José Sarney e sua equipe lançam mão de signos linguísticos estritamente relacionados com a realidade social, econômica e cultural do apregoado devir maranhense. Nesse sentido, seu governo é pródigo no uso de símbolos que possam interpretá-lo e reforçá-lo criativamente. Enquanto que o nome da escola do camponês maranhense estabelecia a relação entre significante: “João de Barro” – em alusão ao pássaro que constrói seu próprio ninho, e significado: camponês que constrói sua própria escola, a designação simbólica utilizada para um dos projetos do ensino médio foi outra, e o seu uso não se restringe apenas ao campo educacional. Se por um lado a gestão Sarney pretendia ser desbravadora das “inteligências dos maranhenses”¹⁷⁴, na condição de “Bandeirante”, por outro, era essencial atrair outros “desbravadores” das riquezas naturais do estado, suscitando questionamentos acerca de como o primeiro projeto é colocado a serviço do segundo. Como o discurso desenvolvimentista perpassa a construção e a prática do Projeto Bandeirante é o que será evidenciado a seguir.

3.1 O Bandeirismo na construção do “Maranhão Novo”

Iniciado no século XVII, o bandeirismo foi um movimento basicamente paulista de expedições ao sertão em busca de recursos naturais, metais e aprisionamento de índios para a escravidão. À tradicional interpretação dada às bandeiras como o movimento que ocasionou, entre outros resultados, em mudanças na exploração de limites geográficos, repelindo, por exemplo, vanguardas da colonização espanhola concorrente de Portugal¹⁷⁵, tem se redescoberto outra, a de que, “[...] ao invés de contribuírem diretamente para a ocupação do interior pelo

¹⁷⁴ Tal expressão foi retirada do blog da “Unidade Escolar Francisco Vitorino d’Assunção”, antigo Ginásio Bandeirante de Timon – MA. Na apresentação do seu histórico, dessa escola pode-se lê: “A Unidade Escolar Dr. Francisco Vitorino D’Assunção foi inaugurada em nossa cidade no dia 18 de março de 1968, com o nome de Ginásio Bandeirante de Timon, no governo do Dr. José Sarney, que idealizou no seu governo desbravar a inteligência dos maranhenses como fizeram os bandeirantes da História do Brasil colônia. Disponível em: <<http://uefva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2012. (grifo nosso).

¹⁷⁵ PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora. Brasiliense, 23. ed., 1994. p. 37.

colonizador, as incursões paulistas concorreram antes para a devastação de inúmeros povos nativos¹⁷⁶, tornando-se uma ação despovoadora, responsável pelo genocídio de vários povos indígenas. Assim, quase que em substituição ou paralela à imagem iconográfica e discursiva do herói conquistador, bem vestido e com botas de couro, munido de arma de fogo, outra, que o apresenta maltrapilho e mercenário, constrói-se, paulatinamente, na historiografia nacional. Sobre o processo de invenção do heroísmo bandeirante, Davidoff afirma:

A rigor – e basta examinar os textos para se certificar – a construção da figura do herói bandeirante só avançou na proporção exata em que se encobriu e descartou a questão da violência cometida contra os grupos locais, abrindo caminho, desse modo, para que se exaltasse a idéia de expansão territorial e heroísmo, desvinculando-a da interpretação de seu verdadeiro contexto histórico e social do século XVII, que necessariamente envolve a consideração do destino que sofreu a população indígena que esteve sob área de ação dos bandeirantes.¹⁷⁷

Nos discursos de José Sarney, a interpretação dada ao bandeirismo é aquela forjada historicamente de modo a tornar seus protagonistas heróis a serem imitados, nesse momento, pelos novos “conquistadores” do centro-sul – empresários e novos profissionais – que deveriam dar continuidade à tarefa daqueles primeiros desbravadores em terras maranhenses¹⁷⁸. Em discurso proferido na Universidade Mackenzie em São Paulo, na condição de paraninfo, o governador maranhense apresentava à turma de formandos os desafios do “Grande Norte”: “Tendes, por certo, o mesmo espírito forte e confiante dos antigos pioneiros e Bandeirantes que edificaram a paulicéia e eu aqui estou para despertar o vosso entusiasmo jovem para uma nova fronteira magnífica e desafiadora [...]”¹⁷⁹. E ainda, no mesmo

¹⁷⁶ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo, no séc. XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁷⁷ DAVIDOFF, Carlos. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense – Col. Tudo é História, 1982. p. 94.

¹⁷⁸ Pode-se interpretar a simbologia utilizada por José Sarney à luz do que Hobsbawm chama de “tradição inventada”. A invenção das tradições, de natureza ritual ou simbólica, “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” (p. 9). Tais referências constituem-se elo entre situações novas e aquelas fabricadas anteriormente, de forma a reforçar, ideologicamente, o que se quer no momento presente. HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹⁷⁹ SARNEY, José. **Governo e povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 102. (grifo nosso).

discurso, ressalta a responsabilidade dos “novos bandeirantes” (ele e seus ouvintes) na construção do desenvolvimento de “novas” fronteiras:

Hoje a Integração Nacional não é apenas um objetivo regional – a Nação, por seu Governo, a todos nos mobiliza para esse objetivo, essa meta de soberania e de prosperidade e nos aponta o desafio da Nova Fronteira como os pioneiros e bandeirantes dos séculos XVI e XVII que rasgaram os grandes caminhos do desconhecido e hostil para plantar nos horizontes da vastidão de um País Prodigioso.

Transformar esta Nação continental num continente de prosperidade e justiça social, erguê-la aos mais altos padrões do desenvolvimento humano – eis a que fomos chamados [...].

Eu vos felicito pela dimensão da tarefa que a história vos destinou, ó jovens bandeirantes de um futuro de grandeza.¹⁸⁰

Se as analogias ao movimento das bandeiras foram usadas na tentativa de convencimento de jovens profissionais recém-formados, elas também foram utilizadas em discurso semelhante, mas para um público diferente: o empresariado do centro-sul. O Maranhão, “porto das bandeiras” no passado, entrada da conquista amazônica, apresentava evidências históricas de que era o caminho natural de ocupação da Amazônia para o desenvolvimento:

Mas o fascínio sedutor da Amazônia continuou a atrair audaciosos pioneiros, enquanto a argúcia do colonizador português o impelia ao desbravamento das regiões virgens para lá plantar os marcos de sua presença e as guarnições de sua força que desestimulassem a cobiça de outros colonizadores. Seguindo os caminhos dessa audácia e desse instinto de garantia de posse, Francisco Caldeira Castelo Branco, partindo do Maranhão, atingiu a foz do Grande Rio e ali plantou a cidade de Belém. Mais tarde, o cabo Bento Maciel Parente, partindo do Maranhão atingia região do Rio Negro onde hoje se situa Manaus. De São Luís saíram, portanto, as bandeiras de desbravamento e conquista da desconhecida selva Amazônica.¹⁸¹

A Amazônia é hoje a grande Nova Fronteira do espírito bandeirante dos brasileiros. E esse pioneirismo, para ser fértil em termos de um grande futuro, há de começar no Maranhão.¹⁸²

¹⁸⁰ SARNEY, José. **Governo e povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 104, 105 (grifo nosso).

¹⁸¹ Id., *ibid.*, p. 102. (grifo nosso).

¹⁸² Id., *ibid.*, p. 90.

Gonçalves apresenta o caminho percorrido pelos pensadores do *Maranhão Novo* na transformação das fronteiras maranhenses mais à Amazônia (inclusão de terras úmidas, fronteira agrícola) e menos ao Nordeste (região problema, zona semiárida) a partir de um *discurso regionalista*, com o fim de atrair investidores do centro-sul, desbravadores dessas novas fronteiras¹⁸³. A eles foi dada a promessa pelo próprio governador: “No Maranhão, hoje, tais são as oportunidades que se abrem em leque, no seu contexto geoeconômico, que – para usar uma expressão bem nordestina – ‘quem chegar primeiro tem água fresca e rêde no alpendre’”¹⁸⁴.

Assim, ao mesmo tempo em que os chamados *homens de empresa* são privilegiados nos discursos do Maranhão Novo, os pequenos agricultores e sua produção são excluídos desses discursos e programas oficiais. Em outras palavras: “As unidades produtivas de base familiar foram preteridas pelos projetos agropecuários de grande dimensão”¹⁸⁵. Na fabricação desse novo Maranhão, os grupos empreendedores receberiam muitos incentivos, entre eles, a chamada Lei de Terras nº 2.979/69, responsável pela reestruturação do mercado de terras no Maranhão, a partir de então, espaço legitimado para as atividades agroindustriais e pecuárias de grande porte, resultando na compressão do agricultor familiar a um espaço cada vez mais reduzido e no aprofundamento das tensões e dos conflitos no campo.

A compreensão desse contexto torna-se imprescindível para a análise do “bandeirismo” no campo educacional do ensino médio maranhense e sua expansão, cujas propostas vão entrelaçar discursivamente educação e desenvolvimento, assumindo na prática nuances locais ao mesmo tempo em que se constitui expressão de uma conjuntura maior.

3.2 Expansão e financiamento do secundário público no Maranhão

Segundo a narrativa do prof. Cabral Marques, ao chegar à Secretaria de Educação, sua primeira providência foi realizar um levantamento da rede escolar, o que o deixou assustado com a realidade do ensino médio estadual. Ele conta como a ideia do Projeto Bandeirante nasceu a partir das necessidades constatadas e,

¹⁸³ GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA/PROIN/CS, 2000.

¹⁸⁴ Id., *ibid.*, p. 78.

¹⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 186.

entre risos, fala do seu relacionamento com o governador que o responsabilizou por achar uma solução para a falta de ginásios estaduais:

Eu queria saber o tamanho da rede escolar estadual, [...] a ideia do Ginásio Bandeirante começou aí [...] tu acreditas que quando eu levantei a rede escolar estadual tomei um susto? Eram duas escolas de ensino médio: o Liceu e a Escola Normal e os dois no mesmo prédio, em São Luís, em São Luís! Aí eu disse [à Sarney]: olhe, o negócio é pior do que o que eu tava imaginando viu; eu imaginei que ia ter dificuldades [...] Sarney: “quais foram?” Aí eu expliquei pra ele [...] Sarney: “é, então tá explicado por que aquela pressão enorme em cima de mim, o povo todo pedindo: escola, escola, escola [...]” e como é que o Senhor pensa em fazer? Ele disse: “não [...] é tarefa tua pensar” (risos) “não fizeste curso pra isso? Planejamento?”¹⁸⁶.

Ao chamar a atenção, tanto para o levantamento inicial sobre a realidade educacional, quanto para sua formação em planejamento, é perceptível que, implicitamente, Cabral Marques deixa claro que, para além do espontaneísmo, o projeto educacional gestado por ele teria um caráter intencional, sistemático e planejado, ao mesmo tempo em que reafirmava sua competência para esse campo. Destaca-se ainda, agora nas palavras do governador, a pressão que se fazia, por parte dos prefeitos por mais escolas públicas no interior do estado, revelando que o projeto construído posteriormente, ao lado de outros, era resultado, também, de reclamações municipais.

Em seguida, ao ser perguntado sobre uma possível determinação nacional de expansão do ensino médio, o prof. Cabral afirma que o Projeto Bandeirante nasceu da necessidade estadual e não de uma determinação de poderes maiores. “*Que determinação nacional minha filha?*”, disse ele. De fato, a decisão é local, no entanto, convém pontuar que a ela se deu em um cenário em que nacionalmente havia uma indução, a partir da liberação de recursos, para a ampliação desse nível, ao lado do primário. Mais adiante se verá, por exemplo, que, com a liberação de recursos do Plano Nacional da Educação (PNE) pelo MEC, em 1968, veio uma determinação de integração entre rede estadual e municipal na expansão dos níveis primário e médio, apontando para uma política de expansão educacional que já era nacional, ao mesmo tempo em que problematiza as “inovações” e “ineditismo” na educação maranhense da época.

¹⁸⁶ MARQUES, José Maria Cabral. **Entrevista concedida**. São Luís, 14 de julho de 2012.

Na elaboração do Projeto Bandeirante, trabalharam os professores Joel Brito Barros, Anna Maria Saldanha de Castro Soares e Marilene Bílio de Souza dos Santos, à época, integrantes da equipe educacional da Secretaria de Educação. A elaboração foi iniciada em 1967 e concluída em 1968, o que explica, por exemplo, a inclusão, já no projeto, dos nomes de 33 cidades escolhidas para a implantação inicial dos ginásios. De acordo com uma lista elaborada posteriormente pela Divisão de Coordenação dos Ginásios Bandeirantes, ao invés de 33, foram implantados, em 1968, 35 ginásios¹⁸⁷.

Quanto aos critérios de escolha das cidades onde se daria essa implantação, o projeto apresenta a seguinte justificativa:

Os municípios foram selecionados, com exceções especiais, por ausência completa do Ensino Médio, média de concluintes da 5ª série primária nos últimos anos, vias de acesso e comunicação do meio e principalmente pelo apoio e interesse demonstrados pela Prefeitura e pela comunidade.¹⁸⁸

Qual seria então o critério “último” quando se tratava de um estado em que inexistia o ensino médio público no interior?. Segundo a professora Diomar Motta, integrante da assessoria técnica da Secretaria de Educação na época, após serem analisadas as características explicitadas no projeto, uma última, oculta no documento por razões óbvias, determinava a escolha final das cidades onde estes seriam implantados nesta primeira fase:

Olha, quando se vê os ginásios de ensino médio daquela época, a gente fez usando como estratégia aquelas que não tinham ginásios, mas a lista foi imensa [...] qual é a característica comum nesses municípios? então, é claro que fulano não pode faltar, beltrano não pode faltar [...]. Nunca pareceu que era, mas te lembra que ninguém ia fazer um Ginásio Bandeirante num local que a gente tinha perdido a eleição [...] os elementos eram comuns e aí a gente arrumou: ‘não tem ginásios, ginásio é privado, é pequeno’[...] no início só tem pra cinco e depois para dez, foi aumentando [...] mas foi aqueles municípios com maior expressão política [...] isso não tá no projeto, mas aqueles que tinham maior população, ou conseguiram maior número de eleitores [...] te lembrás que trabalhar com Sarney e Dr. Cabral a gente tinha um nível de jogo, jogo de inteligência [...].¹⁸⁹

¹⁸⁷ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Ensino de 2º grau. Divisão de coordenação. **Lista de Ginásios Bandeirantes implantados**. São Luís, 1974. Mimeografado.

¹⁸⁸ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 1. Mimeografado.

¹⁸⁹ MOTTA, Diomar das Graças. **Entrevista concedida**. São Luís 30 de julho de 2012.

Em 1968, foram então instalados 35 ginásios, que acrescentariam o nome da cidade contemplada logo a frente da designação “Ginásio Bandeirante”. Em algumas cidades, essa composição apresentará pequenas variações como na cidade de Caxias, em que o ginásio será chamado “Ginásio Bandeirante Duque de Caxias”¹⁹⁰.

Quadro 2 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1968

	Ginásios instalados – 1968	Documento
1	Ginásio Bandeirante de Alcântara	Parecer nº 2368
2	Ginásio Bandeirante de Anajatuba	Parecer nº 2568
3	Ginásio Bandeirante de Bacabal	Resolução nº 38/68
4	Ginásio Bandeirante de Barão de Grajaú	Parecer nº 2268
5	Ginásio Bandeirante de Barreirinhas	Resolução 117/82
6	Ginásio Bandeirante de Bequimão	Resolução nº 36/68
7	Ginásio Bandeirante de Buriti	Resolução nº 22/68
8	Ginásio Bandeirante de Caxias	Não encontrado
9	Ginásio Bandeirante de Chapadinha	Resolução nº 18/68
10	Ginásio Bandeirante de Duque Bacelar	Parecer nº 4468
11	Ginásio Bandeirante de Esperantinópolis	Parecer nº 4368
12	Ginásio Bandeirante de Gonçalves Dias	Parecer nº 4568
13	Ginásio Bandeirante de Humberto de Campos	Parecer nº 39/68
14	Ginásio Bandeirante de Icatu	Resolução nº 37/68
15	Ginásio Bandeirante de Igarapé Grande	Parecer nº 3468
16	Ginásio Bandeirante de Ipixuna	Resolução nº 21/68
17	Ginásio Bandeirante de Itapecuru Mirim	Resolução nº 2068
18	Ginásio Bandeirante de Lago do Junco	Parecer nº 4168
19	Ginásio Bandeirante de Lago da Pedra	Parecer nº 2468
20	Ginásio Bandeirante de Matinha	Resolução nº 27/68
21	Ginásio Bandeirante de Paraibano	Parecer nº 2668
22	Ginásio Bandeirante de Parnarama	Resolução nº 39/68
23	Ginásio Bandeirante de Passagem Franca	Resolução nº 35/68
24	Ginásio Bandeirante de Peri-Mirim	Parecer nº 3568
25	Ginásio Bandeirante de Pindaré	Resolução nº 29/69
26	Ginásio Bandeirante de Poço de Pedras	Resolução nº 40/68
27	Ginásio Bandeirante de Primeira Cruz	Parecer nº 50/68
28	Ginásio Bandeirante de Santa Inez	Parecer nº 4068
29	Ginásio Bandeirante de São Benedito do Rio Preto	Resolução nº 28/68
30	Ginásio Bandeirante de São Bento	Parecer nº 3668
31	Ginásio Bandeirante de São Francisco do Maranhão	Resolução nº 19/68
32	Ginásio Bandeirante de São Raimundo das Mangabeiras	Parecer nº 4268
33	Ginásio Bandeirante de Timon	Parecer nº 3768
34	Ginásio Bandeirante de Viana	Resolução nº 17/68
35	Ginásio Bandeirante de Vitorino Freire	Parecer nº 2168

Fonte: MARANHÃO. Diários oficiais do ano de 1968.

¹⁹⁰ Não foi encontrado o parecer ou resolução desse ginásio também instalado em 1968.

Sobre o número de turmas e turno de funcionamento o projeto esclarece que as necessidades e condições locais determinariam esses aspectos e as turmas iniciais seriam variáveis “em cada Ginásio, conforme a necessidade e participação financeira dos municípios e da comunidade”¹⁹¹. A racionalização de recursos era, sem dúvida, uma das principais marcas da gestão educacional desse período. Se ao camponês foi oferecida uma casa de palha e chão batido como escola e às massas da capital, aula a partir de aparelhos de TV pouco sofisticados em grandes galpões de prédios públicos, a partir do Projeto Bandeirante era oferecido um ginásio de baixo custo, geralmente aproveitando-se instalações já existentes nos municípios, dividindo-se despesas com estes.

Mesmo apresentando o número de 33 cidades ao invés de 35, a redação do projeto oferece informações sobre o número de turmas que seriam instaladas, instigando uma problematização sobre essa expansão inicial, quando comparada com outras fontes. Em apenas um dos ginásios seriam criadas seis turmas; três funcionariam com quatro turmas; um com três turmas; seis ginásios com duas turmas e 22 com apenas uma turma. Isso explica, por exemplo, a incompatibilidade numérica entre ginásios instalados e matrículas efetuadas em 1968, quando comparada aos dados do ano anterior. Se em 1967 o número de matriculados foi de 4.438 alunos em todo o ensino médio público, no ano seguinte, com a implantação de 35 novos ginásios, as matrículas não ultrapassaram o número de 7.092¹⁹².

No início de 1969, era noticiado que mais ginásios seriam implantados, como parte de uma expansão planejada “até que todo o interior do Estado *possua* estabelecimentos de Ensino Médio”. Com mais 22 novos ginásios implantados, encontravam-se, a partir daquele ano, 58,76% dos municípios maranhenses contemplados com o ensino médio ginasial público. Era então a vez das seguintes cidades receberem seus ginásios:

¹⁹¹ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968.p. 5. Mimeografado.

¹⁹² BRASIL. Anuário estatístico do Brasil 1968. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 1969.

Quadro 3 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1969

	Ginásios instalados – 1969	Documentação
1	Ginásio Bandeirante de Amarante do Maranhão	Resolução nº 28/69
2	Ginásio Bandeirante de Axixá	Resolução nº 19/69
3	Ginásio Bandeirante de Bacuri	Resolução nº 21/69
4	Ginásio Bandeirante de Carutapera	Resolução nº 23/69
5	Ginásio Bandeirante de Governador Eugênio Barros	Resolução nº 18/69
6	Ginásio Bandeirante de Imperatriz	Não encontrado
7	Ginásio Bandeirante de Mata Roma	Resolução nº 10/69
8	Ginásio Bandeirante de Matões	Resolução nº 13/69
9	Ginásio Bandeirante de Mirinzal	Resolução nº 24/69
10	Ginásio Bandeirante de Monção	Resolução nº 16/69
11	Ginásio Bandeirante de Olho d'água das Cunhãs	Resolução nº 14/69
12	Ginásio Bandeirante de Paço do Lumiar	Resolução nº 17/69
13	Ginásio Bandeirante de Pedreiras	Resolução nº 12/69
14	Ginásio Bandeirante de Presidente Dutra	Resolução nº 25/69
15	Ginásio Bandeirante de Presidente Juscelino	Resolução nº 26/69
16	Ginásio Bandeirante de Riachão	Resolução nº 15/69
17	Ginásio Bandeirante de Santa Helena	Resolução nº 7/69
18	Ginásio Bandeirante de Santa Rita	Resolução nº 27/69
19	Ginásio Bandeirante de São Bernardo	Resolução nº 9/69
20	Ginásio Bandeirante de São Mateus	Resolução nº 27/72
21	Ginásio Bandeirante de Sucupira do Norte	Resolução nº 8/69
22	Ginásio Bandeirante de Urbano Santos	Resolução nº 11/69

Fonte: MARANHÃO. Diário Oficial, 1969 – 1972.

Em 1970, finalmente, o secundário público maranhense ultrapassou, em número de cursos, o ensino particular. Com a implantação de mais 27 ginásios, passava a rede pública estadual a contar com um total de 88 ginásios, enquanto a rede particular contava com 66 unidades¹⁹³. Se, para Sposito, os anos de 1957 e 1958 são considerados a gênese da expansão do ensino ginásial público na cidade de São Paulo¹⁹⁴, no Maranhão, esse mesmo marco entre ocorreu nos anos de 1968 a 1970, ano em que foram atendidas as seguintes cidades:

¹⁹³ BRASIL. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.

¹⁹⁴ SPOSITO, Marília Pontes. **O Povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 47.

Quadro 4 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1970

	Ginásio instalados - 1970	Documento
1	Ginásio Bandeirante de Altamira	Resolução nº 23/72
2	Ginásio Bandeirante de Anapurus	Resolução nº 31/72
3	Ginásio Bandeirante de Bom Jardim	Resolução nº 04/73
4	Ginásio Bandeirante de Cajapió	Não encontrado
5	Ginásio Bandeirante de Cajari	Resolução nº 24/72
6	Ginásio Bandeirante de Cantanhede	Resolução nº 20/72
7	Ginásio Bandeirante de Fortaleza dos Nogueiras	Não encontrado
8	Ginásio Bandeirante de Fortuna	Resolução nº 25/72
9	Ginásio Bandeirante de Governador Archer	Resolução nº 10/73
10	Ginásio Bandeirante de João Lisboa	Resolução nº 11/73
11	Ginásio Bandeirante de Joselândia	Resolução nº 22/73
12	Ginásio Bandeirante de Lima Campos	Resolução nº 30/72
13	Ginásio Bandeirante de Luis Domingues	Resolução nº 28/72
14	Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida	Resolução nº 08/73
15	Ginásio Bandeirante de Mirador	Resolução nº 20/73
16	Ginásio Bandeirante de Montes Altos	Resolução nº 03/73
17	Ginásio Bandeirante de Nina Rodrigues	Resolução nº 26/72
18	Ginásio Bandeirante de Pio XII	Não encontrado
19	Ginásio Bandeirante de Pirapemas	Resolução nº 21/73
20	Ginásio Bandeirante de Presidente Vargas	Resolução nº 09/73
21	Ginásio Bandeirante de Santa Luzia	Resolução nº 21/72
22	Ginásio Bandeirante de Santo Antonio dos Lopes	Resolução nº 32/72
23	Ginásio Bandeirante de São Vicente Ferrer	Resolução nº 07/73
24	Ginásio Bandeirante de Sítio Novo	Resolução nº 02/73
25	Ginásio Bandeirante de Timbiras	Resolução nº 05/73
26	Ginásio Bandeirante de Tuntum	Resolução nº 06/73
27	Ginásio Bandeirante de Zé Doca	Resolução nº 23/73

Fonte: MARANHÃO. Diário Oficial: 1972-1973.

Se o número de cursos públicos já ultrapassava os da rede privada no 1º ciclo do ensino médio, no que se refere às matrículas, a realidade era outra quando comparadas as duas redes:

Tabela 6– Matrículas do ensino médio no Maranhão – 1º ciclo – 1968-1970

Ensino Médio Maranhense – 1º ciclo /1968 a 1970			
Matrículas no início do ano			
Ano	Total	Público	Particular
1968	35.216	7.092	28.134
1969	38.017	11.786	26.231
1970	40.439	13.742	26.697

Fonte: BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil, 1971. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29,32, 1969, 1971.

Como se percebe, a instalação de 84 ginásios em três anos não significava, proporcionalmente, o aumento de matrículas no ensino secundário público e de responsabilidade do estado. Apesar de ultrapassar quantitativamente a rede particular em termos de unidades escolares, no que se refere às matrículas, a segunda rede continuaria dominando a oferta de vagas nesse nível de ensino. O reduzido número de turmas implantadas inicialmente em cada ginásio pode ser explicado, entre outros fatores, pelo reduzido quadro docente para atuação no estado, ainda que fosse só com a formação no magistério. É importante destacar ainda que o Projeto Bandeirante não era exceção à lógica do baixo investimento por parte do estado, à semelhança de outros projetos já apresentados aqui.

Enquanto isso, o Programa Educacional do Estado, desenvolvido a partir de vários projetos, chamava a atenção de integrantes da equipe da USAID em visita ao Maranhão:

Instados a falar sobre o desenvolvimento do programa educacional do Maranhão, os Drs. Arduin Dolio e Frank Taylor afirmaram que é impressionante e válido sob todos os aspectos o comportamento da Equipe de Secretaria de Educação, pois, mesmo contando com as dificuldades do meio, a carência normal de um Estado pobre, conseguiu, para orgulho de quantos integram essa equipe, realizar uma obra de vulto, sem similar no Brasil.¹⁹⁵

Em 1971, o número de Ginásios Bandeirantes inaugurados começou a decrescer, sendo instalados apenas oito, e em 1973 só mais dois, nas seguintes cidades:

¹⁹⁵ EXPLOÇÃO EDUCACIONAL DO MARANHÃO É SIMPÁTICA A TÉCNICOS DA USAID. **O Imparcial**. São Luís, 15 jan. 1971, Ano. XVII, N. 0323. p. 6. (grifo nosso).

Quadro 5 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1971

	Ginásios instalados – 1971	Documento
1	Ginásio Bandeirante de Bacabinha	Não encontrado
2	Ginásio Bandeirante de Godofredo Viana	Resolução 53/80
3	Ginásio Bandeirante de Graça Aranha	Não encontrado
4	Ginásio Bandeirante de Loreto	Não encontrado
5	Ginásio Bandeirante de Palmeirândia	Resolução 29/72
6	Ginásio Bandeirante de Sambaíba	Não encontrado
7	Ginásio Bandeirante de Santa Quitéria	Resolução 47/80
8	Ginásio Bandeirante de São Félix de Balsas	Não encontrado

Fonte: MARANHÃO. Diários Oficiais do ano de 1972

Quadro 6 – Ginásios Bandeirantes instalados em 1973

	Ginásios instalados – 1973	Documento
1	Ginásio Bandeirante de Grajaú	Parecer 99/75
2	Ginásio Bandeirante de São Domingos do Maranhão	Não encontrado

Fonte: MARANHÃO. Diário oficial. 1975

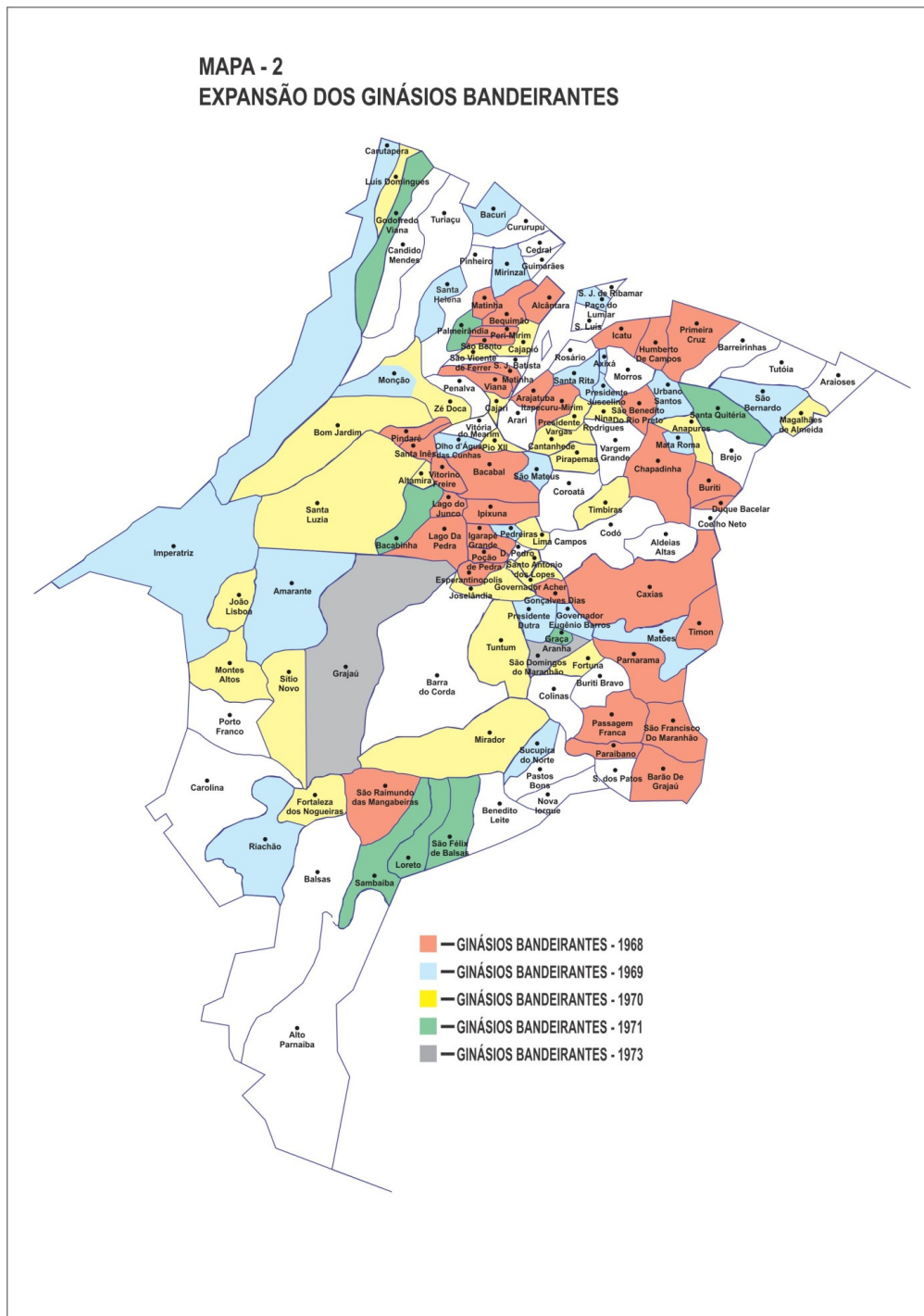
Em 1971, dados do IBGE registram um número de 109 cursos no 1º ciclo do ensino médio geral do Maranhão. Destes, 92 eram ginásios do Projeto Bandeirante. Quanto aos 17 restantes, foram encontradas referências a cursos no 1º ciclo do Ensino Médio Industrial, Comercial, Agrícola e ainda três Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT), instalados naquele mesmo ano. Apesar de a rede particular apresentar uma certa desvantagem em termos de cursos, 105 ao todo, ela continuava dominando a oferta de matrículas. Enquanto a rede pública atendia a 24.554 alunos, o ensino médio particular alcançava 25.476 discentes¹⁹⁶.

Apresentava-se então, da seguinte forma, o mapa de expansão dos Ginásios Bandeirantes em 1973, último ano de sua implantação¹⁹⁷:

¹⁹⁶ Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 1972.

¹⁹⁷ Dos 128 municípios maranhenses, 34 não foram contemplados com um Ginásio Bandeirante. Também sobre isso falaremos no próximo capítulo.

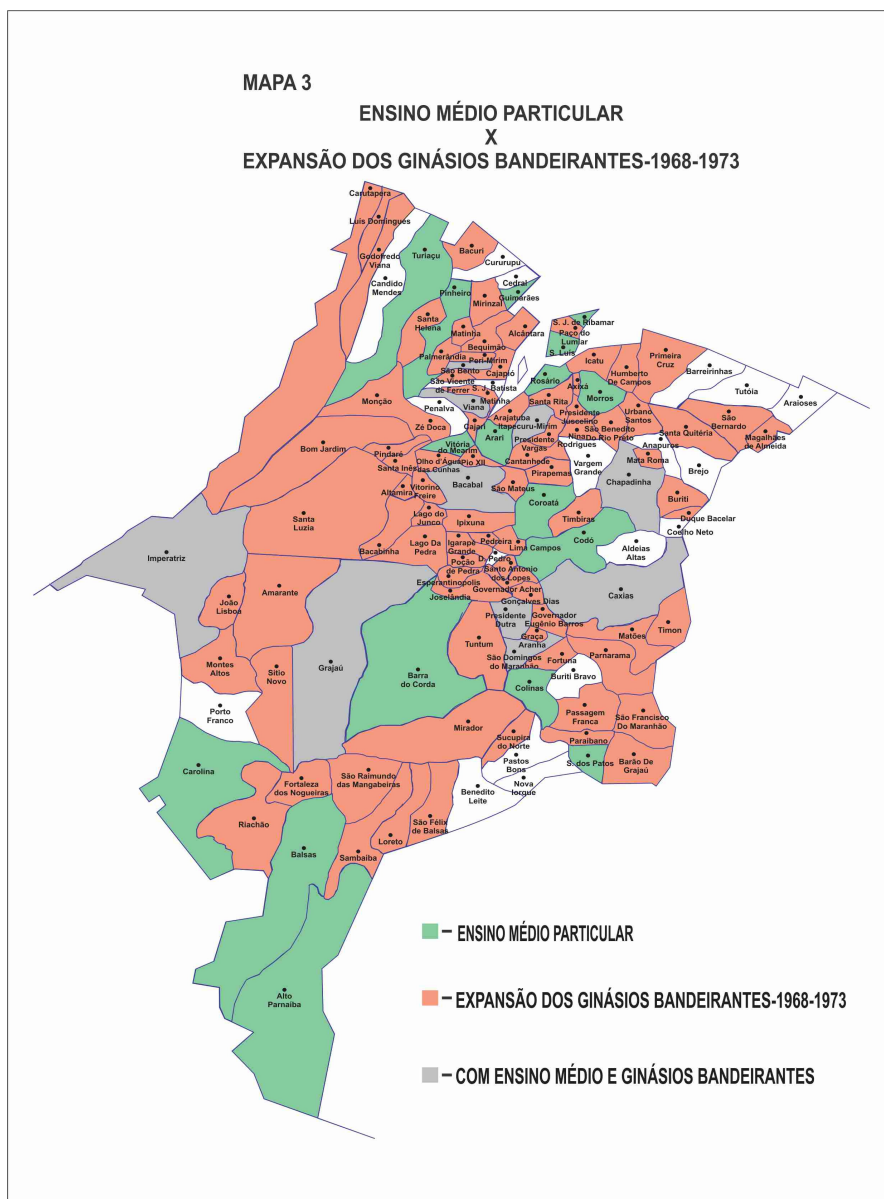
MAPA - 2
EXPANSÃO DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES



Fonte: Adaptação do mapa: “Estado do Maranhão: área atendida pelo Projeto João de Barro – 1968-1974”, apresentado por RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo**: projeto João-de-Barro – Maranhão – 1967/74. São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985.

Diante de tão rápida expansão, principalmente nos anos de 1968 a 1970, inevitavelmente se pergunta: que recursos foram utilizados pelo estado na multiplicação da rede ginásial pública? Qual era a participação das prefeituras nesse

processo? E, por que algumas cidades ficaram “descobertas” em detrimento de outras que já possuíam o curso ginásial e mesmo assim receberam um ginásio do projeto? O cruzamento das duas redes: particular e estadual dava a seguinte caracterização ao ensino médio no Maranhão:



Fonte: Adaptação do mapa: “**Estado do Maranhão: área atendida pelo Projeto João de Barro – 1968-1974**”, apresentado por RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro – Maranhão – 1967/74**. São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985.

A comparação dos dois mapas revela que, ainda no primeiro ano de expansão, em 1968, foram contempladas as seguintes cidades que já possuíam

ensino médio particular: São Bento, Viana, Itapecuru Mirim, Chapadinha, Bacabal e Caxias. Essa realidade já havia sido prevista no próprio projeto. Ao falar sobre a seleção das cidades para implantação dos ginásios, ele esclarecia que “os municípios foram selecionados, com exceções especiais, por ausência completa do ensino médio [...]”; adiante se lê que a seleção de áreas consistia “numa avaliação de critérios necessários e indispensáveis para implantação de um ginásio como: densidade populacional, clientela, recursos humanos, vias de acesso e ainda, na maioria dos casos, a inexistência de Ginásios nos municípios [...]”¹⁹⁸. Em 1969, foi a vez de Presidente Dutra e Imperatriz, que também já possuíam ensino médio, receberem um Ginásio Bandeirante. Em sua maioria, tratava-se de cidades de grande porte e conseqüentemente com expressão política e econômica. Sobre os municípios menores, localizados, principalmente, nas proximidades da capital do estado, sobre eles foram encontradas alguns fatos relevantes que podem ter influenciado suas escolhas para a instalação de um dos ginásios estaduais, além, é claro, da influência política de seus prefeitos municipais: Itapecuru Mirim – era por onde passava a estrada de ferro que liga São Luís a Teresina desde a década de 1920; na década de 1960, a BR 316 que corta a cidade recebera asfalto, ou seja, tratava-se de uma cidade de visibilidade. Em São Bento, encontravam-se as raízes familiares de José Sarney, inclusive uma casa construída por seu avô e que atualmente está sendo transformada em uma casa de cultura do município. No que se refere à Viana, tratava-se de uma cidade histórica, fundada em 1757, berço de poetas, jornalistas e literatos.

Em 1973, acontece o curioso fato da instalação dos Ginásios de Grajaú e São Domingos do Maranhão. Interessante por que o professor Cabral Marques já havia saído da gestão da Secretaria e sobre os Ginásios Bandeirantes já se falava na condição de “antigos”.

Com o estabelecimento da LDB 5692/71 era determinado pelo Secretário de Educação, à época Luiz de Moraes Rêgo, que:

- I. As atuais escolas primárias deverão instituir, progressivamente, as séries que lhes faltam para alcançar o ensino completo de 1º grau.

¹⁹⁸ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 2. Mimeografado. (grifo nosso).

- II. Os atuais estabelecimentos que mantenham o ensino ginásial poderão continuar a ministrar apenas as séries que lhes correspondem redefinidas quanto à ordenação e à composição curricular, até que alcancem os oito anos da escola completa do 1º grau.¹⁹⁹

Mais adiante, seguindo as orientações da VIII Reunião dos Conselhos de Educação realizada em Brasília em dezembro de 1971, era recomendado que: “No espírito da nova lei, no seu artigo 75, inciso 1º, sua implantação se faça preferencialmente nas primeiras séries, de modo que as atuais escolas primárias ampliem suas atividades gradualmente, até atingir a oitava série”²⁰⁰. A intenção agora era a implantação gradual a partir das séries que já existiam, fato este que pode explicar a suspensão na instalação de Ginásios Bandeirantes, com as exceções que já foram apresentadas.

Outra questão que a rápida expansão do Projeto Bandeirante propõe diz respeito à sua qualidade. Nesse sentido, é importante destacar primeiramente, que a aliança entre governo estadual e federal resultou não apenas na chamada “moralização” das eleições de 1966, mas também em substancial apoio federal ao Maranhão através de recursos financeiros, o que era informado pelo então governador através de discursos: “Foram então mobilizados recursos federais, que alentaram as providências iniciais do Governo estadual, e tiveram aplicação criteriosa, possibilitando a demarragem do processo de desenvolvimento hoje irreversível”²⁰¹. Tal contexto político, somado a outros já desencadeados anteriormente no Maranhão, como fora explicitado no capítulo anterior, possibilitava então à nova equipe de governo a elaboração de planos e projetos, alinhando a gestão *Maranhão Novo* à estratégia de desenvolvimento racionalizado.

O I Programa de Governo do Estado do Maranhão, de 1968, previa um orçamento de NCr\$ 594.877.200 (Quinhentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil e duzentos cruzeiros novos) a serem distribuídos nas áreas de infraestrutura, estímulo à produção, adequação de recursos humanos (aqui se

¹⁹⁹ MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Portaria nº 18/72**. São Luís, 19 de janeiro de 1972.

²⁰⁰ Id., *Ibid.*

²⁰¹ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem do governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado**. São Luís: SIOGE, 1970.

incluía a educação e cultura), promoção da justiça social e mobilização administrativa. Para o setor “Educação e Cultura” foi previsto um orçamento de NCr\$ 85.610.000 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e dez mil cruzeiros novos), orçamento superado em muito por recursos federais liberados a partir de 1968.

Devido a problemas na prestação de contas da área educacional por parte do governo Newton Bello, desde 1962, o Maranhão passara a ter seus recursos bloqueados, situação essa resolvida apenas em 1967, na gestão do Coronel Andrade, informação confirmada pela prof.^a Diomar Motta:

O Coronel Andrade conseguiu arrumar todo o dinheiro da Secretaria. Pra tu ter uma ideia, conseguiu reaver o dinheiro da secretaria de 1962 a 1967; a gente tinha cinco anos de recurso globalizado [...] a gente montou um plano, olha, foram tardes [...] que minha cabeça dóia, tardes e mais tardes [...] graças à lisura do Coronel Andrade, Dr. Cabral só fez alguma coisa por que Coronel Andrade o antecedeu. Quando o Coronel saiu, Dr. Cabral tinha dinheiro dentro daquela Secretaria que não acabava mais.²⁰²

Eram os recursos do Plano Nacional de Educação, como informa o Diário Oficial de 16 de janeiro de 1968:

Junto à Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação, o Dr. José Maria Cabral Marques tratou de vários assuntos, tendo na oportunidade tomado conhecimento da liberação de saldos destinados ao Maranhão resultantes de arrecadação superior à previsão, num montante de Cr\$ 100.000.00 (cem milhões de cruzeiros antigos).²⁰³

Mais adiante, o mesmo Diário Oficial informa sobre a parceria que deveria existir entre estado e prefeituras no sentido de que o primeiro deveria prestar assistência executiva e assessoria a estas:

Foram também iniciados os primeiros contatos no sentido de que a Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão ofereça assistência executiva e assessorie o Plano Nacional de Educação em favor das prefeituras e das entidades particulares de ensino.²⁰⁴

²⁰² MOTTA, Diomar das Graças. **Entrevista concedida**. São Luís, 30 de julho de 2012.

²⁰³ SERÁ AMPLIADA REDE DE PRIMÁRIO E MÉDIO NO MARANHÃO. **Diário Oficial do Estado**. São Luís, Ano LX. N. 42, p. 3, 14 jan. 1968.

²⁰⁴ Id., *Ibid.*

Fica evidente então que a união entre estado e prefeituras, tanto no gerenciamento de recursos (oriundos de fundos nacionais) quanto na execução de projetos era algo incentivado e financiado por instâncias maiores. Em sua finalização o artigo deixa claro que tais recursos deveriam ser aplicados na manutenção e expansão dos níveis primário e médio, cabendo ao estado elaborar plano de aplicação destes:

O Secretário trouxe também os quantitativos destinados ao Governo do Estado, em 1968, a fim de que seja elaborado o plano de aplicação. Esses recursos serão gastos na manutenção e expansão da rede de ensino primário e médio no Estado do Maranhão.²⁰⁵

Essa reunião em Brasília com a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação foi em janeiro de 1968, e em março do mesmo ano aparece uma curiosa nota sobre o objetivo da visita do Secretário de Educação à Assembleia Legislativa do Estado:

Após a promulgação de duas leis, pelo presidente Manoel Gomes, compareceu naquela casa o Dr. José Maria Cabral Marques, Secretário de Educação e Cultura, que solicitou a ajuda dos deputados no sentido de que as prefeituras recorram ao plano de ajuda ao ensino, nos municípios pelo Plano Nacional. Disse o Dr. Cabral que os chefes de Comuna já receberam instruções sobre como proceder, tendo o Deputado Manoel Melo, prometido distribuir aos parlamentares cópias dessas instruções. Sustentou o Secretário de Educação que existe substancial dotação para essa ajuda aos municípios e que poucos foram os prefeitos que se habilitaram até o momento.²⁰⁶

Ao que parece, a orientação de assistência executiva e assessoria na aplicação do plano pelas prefeituras não estava sendo fácil por parte do estado. É neste contexto que deve ser compreendida a orientação minuciosa sobre a parceria financeira prevista no Projeto Bandeirante entre estado e municípios, ao apresentar as porcentagens que cabiam a cada um na instalação de um ginásio:

- Para os Ginásios com uma turma, pagamento integral por parte do Estado.

²⁰⁵ SERÁ AMPLIADA REDE DE PRIMÁRIO E MÉDIO NO MARANHÃO. **Diário Oficial do Estado**. São Luís, Ano LX. N. 42, p. 3, 14 jan. 1968

²⁰⁶ SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO ESTEVÊ NA ASSEMBLÉIA. **O Imparcial**. São Luís, 23 mar. 1968, Ano XXVI, n. 5432, p. 5. (grifo nosso).

- Para os Ginásios com duas turmas, pagamento integral de uma turma por parte do Estado, mais 75% da 2ª turma.
- Para os Ginásios com três turmas, pagamento integral de uma turma por parte do Estado, mais 75% da 2ª turma e mais 50% da 3ª turma.
- Para os Ginásios com quatro turmas e mais, pagamento integral de uma turma, mais 75% da 2ª turma, mais 50% da 3ª turma e mais 25% de cada uma das demais, por parte do Estado.²⁰⁷

Foi encontrada na documentação pesquisada a indicação de que era necessária uma visita da inspetoria estadual nas cidades onde os ginásios seriam instalados. A partir dessa visita, o inspetor deveria relatar sobre condições físicas e materiais oferecidas, a comprovação de clientela a ser atendida nesses ginásios e a existência de um corpo docente para respectiva atuação.

Como já foi apresentado, o número de turmas ofertadas em cada cidade era muito pequeno e desproporcional em relação à carência que um grande número de pessoas tinha para continuar os estudos. Nesse sentido, o “filtro” do **Exame de Admissão** no contexto maranhense foi providencial para a seleção meritocrática que incluindo poucos, excluía muitos.

Na documentação pesquisada, alguns relatórios trazem, inclusive, a lista nominal de candidatos a esse exame nos ginásios. A pasta de Lima Campos apresenta uma relação de 124 matriculados nos cursos de admissão; a de Magalhães de Almeida, apenas 48; em Matões, 50 alunos frequentavam um curso preparatório ao exame oferecido pela prefeitura. Sobre o número de candidatos, o inspetor dizia: “o número de pessoas a serem matriculadas para prestar referido concurso será muito maior”²⁰⁸.

A partir do histórico da cidade de Magalhães de Almeida apresentado pelo prefeito Raimundo Olinda dos Santos, podemos inferir que os candidatos ao curso ginásial era bem maior do que aquele apresentado nas listas dos cursos de admissão. Informava o prefeito ao falar sobre o contingente de alunos matriculados na sede:

²⁰⁷ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. Anexo 5. p. 1. Mimeografado.

²⁰⁸ Ginásio Bandeirante de Matões. **Relatório de Inspeção**. Lourival Castelo Branco - Inspetor. São Luís, 5 de fevereiro de 1969. Datilografado.

A população de Magalhães de Almeida é constituída atualmente de 14.000 habitantes e sua Sede já conta com cerca de 3.000. Além de tantos outros no interior do Município, já possui sua Sede dois grandes grupos escolares que funcionam em regime de dois turnos e conta com um corpo discente de 1.000 alunos e um [corpo] Docente de 19 professoras.²⁰⁹

As informações numéricas do prefeito dizem respeito apenas à sede de Magalhães de Almeida, não incluindo as matrículas no primário dos povoados pertencentes àquela cidade, o que nos leva a suspeitar que o público para o ginásio fosse muito superior ao que frequentava o curso de admissão. Como funcionou esse seletivo no interior dos Ginásios Bandeirantes? Sobre essa e outras perguntas pretendemos discorrer no último capítulo.

Se numericamente era reduzido o alcance do Projeto Bandeirante, por outro, sobejavam os discursos sobre o desenvolvimento e o progresso maranhense, a partir, também, desse empreendimento.

3.3 Ginásios Bandeirantes e a proposta desenvolvimentista

O Projeto Bandeirante era “uma das soluções para um aspecto do problema do ensino em nível médio” e deveria ser ponte entre o primário e o ensino superior, além de promover “formação de mão de obra especializada para o desenvolvimento, o que só *poderá* ocorrer, no sistema educacional, a partir do nível médio”²¹⁰. Nesse sentido, encontrava-se em consonância com o discurso do governador que enfatizava uma educação que tivesse por objetivo “qualificar os alunos, em qualquer dos estágios de sua formação, para o trabalho”²¹¹. Ainda, nesse sentido, o art. 1º do Regimento Interno dos Ginásios dizia:

Os Ginásios Bandeirantes [...] têm por objetivo principal ministrar o ensino secundário profissional dentro da legislação vigente,

²⁰⁹ Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida. **Histórico da Região do Baixo Paranaíba e Perspectiva de Desenvolvimento do Município de Magalhães de Almeida** – Justificativa da Criação do Ginásio Bandeirante. Raimundo Olinda dos Santos – Prefeito, 1970. Datilografado.

²¹⁰ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968.p. 1. Mimeografado. (grifo nosso).

²¹¹ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem do governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado**. São Luís: SIOGE, 1967. (grifo nosso).

proporcionando aos alunos educação integral e formação profissional, variando de acordo com as necessidades locais.²¹²

O discurso de desenvolvimento do estado a partir do secundário forjava para o projeto um universo simbólico reforçado em vários espaços. Assim, a chegada de um Bandeirante na cidade de Lima Campos era adjetivada em noticiários da época da seguinte forma: “Funcionando na cidade de Lima Campos, o Ginásio Bandeirante, que veio preencher uma fraude lacuna no setor educacional e trazer um marco de progresso para esta região [...]”²¹³. Nos documentos de solicitação dos gestores municipais, constatamos que tal discurso alcançara também as justificativas destes na defesa da instalação de um Bandeirante em sua cidade:

A principal modalidade ou o melhor meio capital para financiarmos a destruição do subdesenvolvimento, é investindo recursos na educação de um povo.²¹⁴

[...] possui o Município de Humberto de Campos um índice educacional primário que, anualmente prepara quase uma centena de jovens que, à falta de um estabelecimento de nível secundário, ficam marginalizados do ensino, imprescindível ao aprimoramento de suas faculdades intelectuais e preparação para os misteres da vida adulta. Disso resulta um baixo nível intelectual da população que, desse modo, jamais poderá se integrar no processo desenvolvimentista, posto que, estagnada e sem condições de adquirir uma mentalidade voltada para a realidade e progresso do meio. [...]. Daí, ser justo, patriótico e fundamental, não só reivindicar, mas também lutar, quebrar barreiras, aparentemente intransponíveis, pela fundação de um Ginásio naquele Município, pois sem educação não há que falar em desenvolvimento e progresso.²¹⁵

Sabemos, então que o desenvolvimento de um País ou de uma Região não poderá alcançar maior surto de progresso, sem que se dê condições ou meios para a educação de suas populações.²¹⁶

²¹² MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Regimento dos Ginásios Polivalentes do Projeto Bandeirante**. 1968. Cap. 3. p. 3. Mimeografado. (grifo nosso).

²¹³ GINÁSIO BANDEIRANTE EM LIMA CAMPOS. **Jornal do Dia**. São Luís, 06 fev 1972, Ano VI, N. 2728, p. 3. (grifo nosso).

²¹⁴ Ginásio Bandeirante de Peri Mirim. **Histórico do Município de Peri Mirim**. 1967. Datilografado.

²¹⁵ Ginásio Bandeirante de Humberto de Campos. **Histórico do Município de Humberto de Campos**. 1967. Datilografado.

²¹⁶ Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida. **Histórico do Município de Magalhães de Almeida**. 1970. Datilografado.

O desenvolvimentismo atrelado à educação encontrava-se em fase de consolidação no contexto maranhense. Como já foi apresentado, ele já havia sido lançado no governo Newton Bello, como resultado tanto das discussões em torno da industrialização do país experimentada a partir da década de 1930, quanto da retomada desta nos anos de 1950, a partir das transformações socioeconômicas e políticas na América Latina. Em nível nacional, desde 1957, asseverava Geraldo Bastos Silva, um dos pensadores da educação da época:

A educação tem sido considerada não apenas como índice de progresso ou sinal, o mais expressivo de adiantamento social, mas igualmente, como instrumento infalível e indispensável do desenvolvimento econômico. Por seu intermédio, qualquer nação poderia atingir segura e rapidamente o grau de prosperidade observado nos países mais desenvolvidos, não havendo assim investimento mais compensador do que as despesas com educação pública.²¹⁷

Expressões e sínteses de um discurso nacional que eram resultados de uma longa construção histórica, os objetivos do Projeto Bandeirante defendiam uma educação integral que possibilitasse a inserção do educando em seu meio, apresentando ainda a possibilidade de profissionalização imediata deste:

- 1- Levar à zona de necessidade e clientela comprovada a educação integral, através do Ensino Médio;
- 2- Induzir a comunidade a uma participação efetiva no processo de desenvolvimento sócio-econômico e em particular na solução do problema educacional.
- 3- Criar hábitos, atitudes e convicções no educando que o preparem para uma vida responsável por si e pela comunidade em que vive.
- 4- Dar ao educando condições de consumir bens técnicos, institucionais e culturais.
- 5- Despertar o interesse pela educação técnica, agrícola, artística, prática e científica.
- 6- Promover a fixação do homem ao seu meio proporcionando-lhe formação profissional de nível médio.

²¹⁷ SILVA, Geraldo Bastos. **Educação e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957, p. 201.

7- Suprir a falta de professores primários.²¹⁸

Educação integral, participação efetiva da comunidade no desenvolvimento socioeconômico, fixação do homem em sua comunidade, formação profissional [...]. Foi possível a concretização desses aspectos no contexto maranhense? O que foi feito para sua efetivação? São muitas as perguntas suscitadas a partir dos alvos do projeto.

Nas informações sobre a inauguração do Ginásio Bandeirante de Primeira Cruz, encontramos vestígios de como o discurso desenvolvimentista foi expresso aos alunos, logo no primeiro dia de aula:

Com imensa vibração, foi inaugurado, no dia 1º último, em Primeira Cruz o Ginásio Bandeirante daquela cidade, sendo, na oportunidade, proferida pelo Dr. José Ribamar Goulart Heluy, Juiz de Direito da Comarca de Humberto de Campos e Diretor do Ginásio dessa cidade, a aula inaugural que abordou “o trabalho e as transformações sócio-econômicas”.²¹⁹

A proposta assumia em terras maranhenses um caráter inovador, destacado assim pela imprensa da época:

Serão ginásios modernos, funcionais ao desenvolvimento da nossa região, o que virá preparar em tempo recorde o nosso povo, as nossas novas gerações para a era do progresso já implantada no Maranhão.²²⁰

No convencimento e na construção deste “novo” momento maranhense o Projeto Bandeirante apresentava indicações sobre alguns campos de efetividade que deveriam ser observados para o alcance de seus objetivos. Corpo docente, currículo e espaço físico deveriam ser entrelaçados rumo a um secundário moderno que cooperasse com a era de progresso que o Maranhão voltaria a experimentar.

²¹⁸ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 2. Mimeografado.

²¹⁹ PRIMEIRA CRUZ INAUGUROU PRIMEIRO GINÁSIO BANDEIRANTE. **Jornal do Dia**. São Luís, 8 mai. 1968, ano VI, n. 1913, p. 5. (grifo nosso).

²²⁰ SETECENTOS PROFESSORES FARÃO CURSOS DO DAM. **O imparcial**. São Luís, 06 jan. 1968, ano XXVI, n. 6087, p. 8.

3.3.1 Quadro docente: primeiras providências

Segundo Barbosa, dos 2.722 professores que atuavam no ensino médio, apenas 701 eram licenciados em Faculdades de Ciências e Letras, à época. Dos licenciados, somente 255 lecionavam em cidades do interior do estado²²¹. O que fazer então diante da orientação da LDB 4024/61 que dizia:

A formação de *professôres* para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de *professôres* de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.²²²

A redação do Projeto Bandeirante não faz nenhuma alusão sobre qual formação deveriam ter os professores que lecionariam nesses ginásios. A orientação é que estes deveriam ser credenciados e a remuneração, salário aula, seria feita através de contrato firmado com a SENEC. Cabia aos prefeitos indicar esses docentes e à Secretaria sancionar essa indicação. A remuneração deles deveria ser dividida entre Secretaria e prefeituras, como será apresentado adiante.

Em seguida o projeto enfatiza que a composição do quadro em cada cidade deveria ser por “elementos residentes na própria comunidade ou de equipes volantes de *professôres*”, e em seguida assegurava: “A carência acentuada de *professôres* em alguns municípios será suprida por equipes especialmente treinadas que obedecerão a um sistema de rodízio coordenado pelo DEM (Departamento de Ensino Médio)”²²³, já prevendo o problema que alguns municípios enfrentariam no preenchimento do quadro desses profissionais, ainda que fosse por normalistas. Segundo Barbosa, dos 2.401 professores com curso normal existentes no estado, 1.000 se concentravam na capital²²⁴.

Assim, é que, objetivando uma solução a longo prazo na formação de professores para esse nível, foi autorizado a partir da Lei nº 2821, de 23 de fevereiro

²²¹ BARBOSA, Roldão Ribeiro. **DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES AO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES**: uma história da instalação e consolidação do Ensino Superior em Caxias (1968 – 1994). Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPI: Teresina, 2011. p. 28.

²²² BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso: 17 ago. 2012.

²²³ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 4. Mimeografado.

²²⁴ BARBOSA, op. cit. p. 27.

de 1968, a criação da Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias. Ela foi instalada em 1970, oferecendo três cursos de licenciatura curta: Filosofia, Ciências e Letras, “com cursos regulares e parcelados em período de férias, sob a coordenação pedagógica da Missão Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)”²²⁵.

Se a proposta da FFPEM era uma resposta a longo prazo ao problema de formação docente, o que fazer então, em caráter imediato, para solucionar a formação de professores dentro da nova proposta para o secundário maranhense?.

Em nível nacional, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) apresentava o *Ginásio Orientado para o Trabalho* como proposição fundamental e que deveria ter como base “a sedimentação de conhecimentos teóricos gerais e ao mesmo tempo operacionais”, imprescindível “à maturação da personalidade e ao exercício permanente e flexível das atividades produtivas”²²⁶. Também a III Conferência de Educação de 1967 apresentava como recomendações finais “a estrutura polivalente como solução mais adequada para a reestruturação da escola média de primeiro ciclo” e ainda reiterava que “cuidados especiais deve merecer a preparação de professores destinados ao ensino das disciplinas e práticas educativas específicas do currículo, sendo recomendada a preparação de professores polivalentes que possam encarregar-se de áreas afins”²²⁷.

Em curto prazo, e diante da necessidade de formação de uma nova mentalidade docente dentro da proposta apresentada, a saída encontrada foi o planejamento de um curso preparatório que teria a duração de um mês e aconteceria na capital do estado. Inserido no projeto inicial, contendo inclusive descrição orçamentária, essa formação era considerada “uma das metas mais importantes do Projeto Bandeirante”²²⁸. Mais adiante se afirmava: “O Projeto Bandeirante é realidade e o Curso de Treinamento tem que dar conhecimentos

²²⁵ BARBOSA, Roldão *apud* CARVALHO, Irmã Gemma. Faculdade de Educação de Caxias: uma trajetória de muitas lutas e grandes vitórias. Caxias – MA: Expansão Gráfica, 2007. p. 37.

²²⁶ AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. p. 176.

²²⁷ Id., *Ibid.*, p. 179. (grifo nosso).

²²⁸ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. Anexo 01. Mimeografado.

técnicos e administrativos, para que os ginásios realizem o que se propõem a alcançar”²²⁹.

A partir da análise dos jornais da época constatamos que o curso, realizado sob a responsabilidade do Departamento de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM), foi iniciado em São Luís, no dia 08 de janeiro de 1968 no auditório do Liceu. Para a solenidade de abertura, estavam convidados “autoridades civis, eclesiásticas, militares, diretores de colégios, a imprensa falada, escrita e o povo em geral”, revelando tanto a repercussão do evento quanto a divulgação dos feitos educacionais do governo “Maranhão Novo”²³⁰.

Nos dias posteriores, a imprensa afirmava que as expectativas estavam sendo superadas nos “cursos de treinamento e aperfeiçoamento do magistério”, complementando, o noticiário enfatizava que uma “verdadeira renovação pedagógica” seria aplicada no ensino do estado em 1968. Os cursos e seus respectivos professores eram assim arrolados: Matemática: Sued Teixeira Tavares, José Domingues, José Geraldo Menezes e Antonio José Muniz; Português: Alexandre Botão, Elenice Bezerra Melo, Agostinho Marques e Antonio Carlos Beckman; Geografia e História: Claudete de Jesus e Maria Esterlina Melo Pereira; Ciências: Dr. Luis Pinho e Zélia Costa Abreu; Artes Industriais: Arnaldo Cavalcante e Cecy Cavalcante²³¹.

A leitura sugere que os formadores dos cursos acima eram todos maranhenses. Existe uma certa familiaridade com os nomes expostos, além do mais, o interesse de projeção, tanto dos feitos realizados, quanto do caráter inovador da Secretária de Educação, não deixaria passar “em branco” formadores originários de outros estados e instituições. Quando estes aparecem, dedica-se uma matéria só para eles e as referências sobre suas origens são ressaltadas, como é o caso dos formadores do curso de desenho: Júlio Magalhães e Jarbas Souza, ambos provenientes de Pernambuco, do Instituto de Pesquisa das Formas (I.P.F). Sobre as bases pedagógicas do referido curso se dizia: “Tornar o ensino ativo é uma das premissas da escola secundária Moderna, e o *Dezenho* teria que urgentemente se

²²⁹ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. Anexo 01. Mimeografado. (grifo nosso).

²³⁰ SETECENTOS PROFESSORES FARÃO CURSOS DO DAM. **O imparcial**. São Luís, 06 jan. 1968, ano XXVI, n. 6087, p. 8.

²³¹ CURSOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO. **O Imparcial**. São Luís, 13 jan.1968, ano XXVI, n. 4534, p. 4. (grifo nosso).

engajar nêsse conceito e sair do obscurantismo com os métodos esteriotipados e esteriotipantes”²³².

Em outro jornal, a lista de cursos oferecidos, mas sem as referências aos formadores, é acrescida pelos seguintes conteúdos: trabalhos manuais, técnicas agrícolas e educação física, além de “outros conhecimentos considerados fundamentais à vida do campo, pois, os ginásios do Projeto Bandeirante não seguem a organização de conformidade com o modelo clássico, mas seguindo a nova orientação dos ginásios modernos ou ginásios orientados para o trabalho”²³³.

Durante o período do curso, foram realizadas também, às quintas-feiras, conferências com todos os participantes. A primeira, proferida pelo Irmão Raimundo Lobato, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, foi uma exposição “sobre as finalidades da Escola Nova dentro da comunidade” e a segunda, apresentada pelo jornalista Bandeira Tribuzi, o qual discorreu sobre “educação e desenvolvimento”²³⁴. Ao que parece, o ideário escolanovista e desenvolvimentista permeava a formação oferecida. Como essas bases foram percebidas pelos participantes? Elas tiveram ressonância nas práticas escolares dos professores presentes? De que forma?

As referências jornalísticas sobre formações oferecidas aos professores do ensino médio serão escassas a partir de então. O Departamento de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) será o principal responsável pela promoção de cursos oferecidos, constituindo-se uma realidade instigante face à implantação crescente dos ginásios. Como de fato, nas cidades, foi resolvida então, tanto a falta de professores quanto a formação do corpo docente dentro da proposta do projeto?

A necessidade de formação de uma nova mentalidade para o corpo docente, deveria estar a serviço de um expressivo campo de poder e também agente da ideologia do momento: o currículo. Para além da neutralidade, este deveria expressar a síntese da proposta do secundário de uma época.

²³² PROFESSORES PERNAMBUCANOS OFERECEM MODERNO CURSO DE DESENHO – ATUAÇÃO DOS EDUCADORES ANSELMO E KALIL MOHANA. **O Imparcial**. São Luís, 26 jan. 1968, ano XXVI, n. 5467, p. 6.

²³³ 32 MUNICÍPIOS TERÃO GINÁSIOS. **Jornal do Maranhão**. São Luís, 10 jan. 1968, ano XXXIII, n. 3731, p. 5.

²³⁴ CURSOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO. **O Imparcial**. São Luís, 13 jan. 1968, ano XXVI, n. 4534, p. 4.

3.3.2 Currículo do Projeto Bandeirante: o preparo da mão de obra especializada

Ao longo do Projeto Bandeirante, percebemos que ele fora elaborado a partir da ideia de unificação entre proposta propedêutica e profissionalizante, dualismo ainda não superado no ciclo ginásial até então. Dizia o Projeto ao falar sobre as características dos Bandeirantes: “Os Ginásios serão Polivalentes, comportando disciplinas comuns a todos os Ginásios e outras que atendam às características e necessidades da comunidade e aptidões dos educandos”²³⁵, e no regimento interno encontramos a seguinte referência sobre sua organização:

Os Ginásios Bandeirantes, manterão, para ambos os sexos, em regime de externato, em qualquer turno, o curso ginásial polivalente regido pela L.D.B, constando de iniciação à formação comercial, industrial, ou pedagógica, à escolha do aluno.²³⁶

A inspiração nos “Ginásios Orientados para o Trabalho” que posteriormente originou o chamado “Ginásio Polivalente” apresentou-se no projeto sob várias formas, entre elas na proposta curricular denominada: “*Currículo Polivalente dos Ginásios Bandeirantes*” que apresentava a seguinte organização:

Quadro 7 – Currículo Polivalente dos Ginásios Bandeirantes

Matérias	Número de aulas									
	1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		5ª Série	
	N*	D*	N	D	N	D	N	D	N	D
Matérias Básicas										
Português	4	5	4	5	4	4	4	4	3	4
Matemática	4	5	4	5	4	4	4	4	–	–
História	2	2	2	2	2	2	2	2	–	–
Geografia	2	2	2	2	2	2	–	–	–	–

²³⁵ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 4. Mimeografado.

²³⁶ MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Regimento dos Ginásios Polivalentes do Projeto Bandeirante**. Título III: Da organização, art. 4º. p. 6. São Luís, 1968. Mimeografado. (grifo nosso).

Iniciação às Ciências	3	3	3	3	-	-	-	-	-	-
Ciências Físicas e Biológicas	-	-	-	-	2	3	2	3	-	-
Matérias Optativas										
O.S.P.B	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-
Desenho	-	-	-	-	2	2	2	2	-	-
Técnica Agrícola	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Matérias Optativas Profissionais										
-Inic. Técnica Comercial	-	-	-	-	2	2	2	2	-	-
-Inic. Técnica Industrial	-	-	-	-	2	2	2	2	-	-
Higiene Educacional	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-
Puericultura	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-
-Matemática Nível Primário	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4
Met. das Ciências	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Met. da Líng. Pátria e Cálculo	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Psicologia Educacional	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Prática de Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Administração Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
Prática Educativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Física	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2
Ed. Moral e Cívica	2	2	2	2	2	3	2	3	-	-
Met. do Ensino Religioso	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Educação Artística	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-

*N= Noturno; *D= Diurno

Nota: As matérias profissionais serão administradas mediante a opção dos alunos.

Fonte: Estado do Maranhão. Projeto Bandeirante. São Luís, 1968.

Tanto o prof. Joel Brito, quanto o prof. Cabral Marques, afirmaram desconhecer a proposta dos ginásios polivalentes e que não houve inspiração em nenhum modelo nacional para a elaboração do projeto: "Nunca ouvi falar,

desconheço tal proposta”²³⁷, afirmou o professor Joel Brito. No entanto, além da própria redação do Projeto Bandeirante, foram encontradas também várias evidências de que ele fora inspirado na proposta de secundário que estava em foco na época, ou seja, a dos Ginásios Polivalentes. Em entrevista, a prof.^a Diomar, confirmou os vestígios documentais, acrescentando informações sobre as fontes em que “bebia” a equipe responsável pela fundamentação teórica dos projetos e, ainda, sobre as razões de adequar estes à “linguagem do recurso”:

Eles podem até tá esquecidos... eu tinha feito em sessenta e sete um curso em Fortaleza, mandado por Dr. Cabral em que a gente, em que eu estudei tudo. Eles dizem que não conhecem, porque te lembrás que não é administrador, mas te lembrás que é técnico, a equipe que faz, Joel como era, toda aquela confusão, mas eles não sentavam para fazer os fundamentos.

E aí quando o povo fazia um esqueleto: tantas salas, localização, as justificativas todas eram feitas por essa assessoria, que era uma equipe de pessoas estudiosas, que estavam conectadas com o que de mais moderno, que estavam aguçadas de muitos desafios [...].

O elo perdido era a assessoria que era a SUDENE que nos deu muito curso sobre isso, horas de leitura. Daí é que vem toda minha gama. A gente preparava uma justificativa fantástica... dava a linguagem para poder, a linguagem do recurso.²³⁸

Também um dos noticiários da época, aqui já apresentado, informava sobre as fontes do projeto: “Os ginásios do Projeto Bandeirante não seguem a organização de conformidade com o modelo clássico, mas seguindo a nova orientação dos ginásios modernos ou ginásios orientados para o trabalho”²³⁹. Ginásios Orientados para o Trabalho, Ginásios Polivalentes, que diferenças podem ser traçadas entre os dois? Souza, em diálogo com Nunes, informa que as propostas do Ginásios Orientados para o Trabalho, os Ginásios Polivalentes e ainda os Pluricurriculares apresentavam as mesmas finalidades, variando apenas em nuances quanto à estrutura e organização curricular²⁴⁰.

O modelo de ensino bifurcado que, de um lado possuía uma proposta propedêutica ao ensino superior, aderindo a ele as camadas média e alta da sociedade, e outro, vocacional, destinado às classes menos favorecidas, não fora resolvido com a flexibilidade curricular proposta pela LDB 4024/61. As diferenças de

²³⁷ BARROS, Joel Brito. **Entrevista concedida**. São Luís, 14 de julho de 2012.

²³⁸ Motta, Diomar das Graças. **Entrevista concedida**. São Luís, 30 de julho de 2012.

²³⁹ 32 MUNICÍPIOS TERÃO GINÁSIOS. **Jornal do Maranhão**. São Luís, 10 jan. 1968, ano XXXIII, n. 3731, p. 5.

²⁴⁰ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 258.

prestígio dadas pela sociedade aos diversos ramos do ensino médio tornavam insuficientes as medidas legislativas no sentido de promover maior valorização dos cursos de formação profissional. Por outro lado, a industrialização experimentada no país exigia um crescente preenchimento de vagas nas profissões técnicas de nível intermediário, tornando necessária uma reinvenção desse nível de ensino.

O Ginásio Orientado para o Trabalho surgiu da tentativa de conjugação de estudos e objetivos dos ensinos secundário e profissional, reclamada pelos setores econômicos e de produção da primeira metade da década de 1960. Encontrava-se na base desse novo ensino médio secundário a necessidade de “formação do capital humano destinado ao desenvolvimento”, como citava Joaquim de Faria Góis Filho em documento incorporado ao relatório brasileiro de 1962 para a Conferência de Santiago do Chile²⁴¹.

Na análise de Amado, o empresariado da época vinha preferindo candidatos ao preenchimento de vagas que houvessem cursado o ginásio secundário que oferecia as bases da cultura geral, iniciação técnica e compreensão dos problemas da produção, ao invés do adestramento em uma área específica. Como síntese desse momento,

[...] criava-se a mentalidade de que o ginásio não devia treinar diretamente para ocupações em circunscritos setores da economia, mas preparar elementos que apresentassem as condições de cultura e de habilitação prevocacional que os tornassem facilmente ‘treináveis’, neste ou naquele campo, pelas próprias empresas.²⁴²

Como se percebe, são as demandas econômicas que se encontram no bojo de tais transformações, estabelecendo as bases para as novas funções da escola secundária que, ao invés de *treinar* seu alunado deveria prepará-lo *para ser treinado* no espaço da empresa ou chão da fábrica, assumindo ares do que havia de mais inovador no momento.

Para Ribeiro e Warde, as experiências inovadoras dessa época representaram uma saída tecnicamente mais avançada, mas com resultados socialmente conservadores, pois “os interesses conservadores, que por serem

²⁴¹ AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. p. 166.

²⁴² Id., *Ibid.* p. 167.

dominantes, traçaram os limites da prática inovadora”²⁴³. Por um viés econômico, as autoras explicam que a interpretação via dualismo entre trabalho intelectual versus trabalho manual, contrapondo o tradicionalismo (secundário dualista) *versus* integração das duas vias (secundário moderno) acobertava o que realmente estava na base de tais mudanças: a reordenação econômica, social e política no interior do mesmo modo de produção capitalista. As autoras analisando a compreensão dos educadores da época acrescentam que estes entenderam

[...] que a divisão entre aqueles dois níveis de escola é um mero reflexo da divisão trabalho-intelectual / trabalho-manual. Consequentemente acreditaram e fizeram acreditar que, conciliando os elementos “próprios” de cada um dos dois tipos de escola (de um a “teoria” e de outro a “prática”), poderia se superar aquela divisão do trabalho. Invertia-se, assim, os termos da questão: se a escola mantinha a divisão trabalho-intelectual/trabalho-manual, logo a escola estava mais atrasada do que a própria sociedade. Cabia, assim, inovar (modernizar) a escola a fim de adequá-la à sociedade já em processo de modernização.²⁴⁴

O Projeto Bandeirante, com uma grade curricular dividida em quatro eixos, acrescenta em outro momento que deveria ser dada ênfase especial às *Técnicas de Comércio e Agrícola*, objetivando uma formação do educando “útil a si mesmo e a sua comunidade”²⁴⁵. A formação de professores regentes a partir do acréscimo de mais um ano de formação, era previsto em um dos objetivos do Projeto: “Suprir a falta de professores primários”, em que se fizesse necessário. A proposta de modernização do secundário maranhense enfrentava então um grande dilema: como efetivar tal renovação diante da exigência de uma nova mentalidade/prática docente? e ainda, o que fazer diante do quadro de professores existente/inexistente no Maranhão para esse nível? O que seria desafio dentro do Projeto Bandeirante tornou-se imperativo com o estabelecimento da LDB 5692/71, que reformou o ensino primário e médio, modificando mentalidades e estendendo o tempo de escolaridade obrigatória no país.

²⁴³ WARDE, Mirian Jorge; RIBEIRO, Maria Luisa Santos. (1980). O contexto histórico da inovação educacional no Brasil. In: GARCIA, Walter Esteves. **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez e Autores Associados.

²⁴⁴ Id., *Ibid.*, p. 217.

²⁴⁵ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 4. Mimeografado.

Ao contrário da Lei 4024/61, foi célere a aprovação da LDB 5692/71, não recebendo por parte do Poder Executivo um único veto sequer. Sua elaboração foi feita por um Grupo de Trabalho (GT), cujos membros foram indicados pelo próprio Presidente da República, à época, Emílio Garrastazu Médice. É extensa a análise que Gildázio Amado, um dos nove integrantes do referido GT, faz sobre a construção dessa lei, destacando dois aspectos essenciais que subjazem à sua elaboração, a partir do seu ponto de vista: necessidade de extensão da obrigatoriedade escolar e a premência do país em “saltar etapas em sua marcha para o desenvolvimento”²⁴⁶.

O autor apresenta a multiplicidade de interpretações que foram dadas ao texto da Constituição de 1969 que dizia: “O ensino primário é obrigatório para todos, dos 7 aos 14 anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais”²⁴⁷. Se uns entendiam que tal obrigatoriedade era estendida com a lei ao ensino médio, devido à indicação das idades “7 aos 14 anos”, outros interpretavam que esta se restringia à escola primária, devido ao fato de que fora acrescentado o nível “primário” no início do artigo. Depois de votação no Grupo de Trabalho, o mesmo escolheu a primeira interpretação, ou seja, a obrigatoriedade escolar deveria ser estendida até o ensino médio.

Anterior à lei, Amado informa que já transitava um documento seu, desde 1969, no qual ele insistia pela fusão dos dois níveis de ensino, prevendo que a extensão do ciclo fundamental resultaria na obrigatoriedade escolar. O autor cita ainda que, no Programa Estratégico de Desenvolvimento daquele mesmo ano, o Governo Federal subtendia uma escolarização obrigatória de oito anos e uma possível supressão dos exames de admissão. Em 1954, Anísio Teixeira já expressava no XI Congresso Brasileiro de Educação uma síntese dos reclames históricos nesse sentido:

[...] e não já somente a obrigação de manter todas as crianças na Escola Primária. Há também, depois de dar a instrução que é obrigatória, a necessidade de proporcionar a Secundária e a conveniência, também socialmente indiscutível, de ministrar a superior a número considerável de habitantes brasileiros.²⁴⁸

²⁴⁶ AMADO, Gildázio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p. 231.

²⁴⁷ Id., *Ibid.*, p. 223.

²⁴⁸ TEIXEIRA, apud MOTTA. Diomar das Graças, MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. O Maranhão e a reconstrução educacional (1952 – 1964). In: **Anísio Teixeira na direção**

Se por um lado, a 5692/71 representou uma continuidade quanto aos fins da educação preconizados pela LDB 4024, no que dizia respeito à estrutura e funcionamento do ensino, por outro, ela significou profundas rupturas. Aprovada no dia 11 de agosto de 1971, sob o silêncio da sociedade civil, excluída de sua elaboração, a lei estabeleceu o ensino obrigatório de 1º grau com duração de oito anos letivos, unificando educação primária e secundária. O ensino de 2º grau foi unificado pela lei, abrangendo os vários ramos de ensino secundário e técnico, e para este nível foi estabelecida a profissionalização universal e compulsória. Se no 1º grau, a parte de formação especial do currículo deveria sondar aptidões e iniciação para o trabalho, no 2º grau, ela deveria habilitar profissionalmente os alunos²⁴⁹.

Para Souza, tal legislação resultou em uma nova compreensão no que se refere à qualificação para o trabalho. A mudança de nomenclatura punha em xeque a estrutura educacional sedimentada ao longo do século XX, “imprimindo uma nova orientação e substituindo os sentidos simbólicos consagrados em torno do ensino primário, secundário e técnico e suas instituições características – os grupos escolares, os ginásios, os colégios [...]”²⁵⁰.

Segundo Germano, o que estava por trás dessas determinações era uma tentativa de ingresso precoce dos estudantes no mercado de trabalho, diminuindo conseqüentemente a demanda para o ensino superior. Para ele, a reforma do 2º grau assumia então “uma função discriminatória, apesar do discurso igualitarista e de generalização da ‘profissionalização para todos’”²⁵¹.

Seguindo as novas orientações nacionais, o Conselho Estadual de Educação do Maranhão, em 1972, baixou as normas para a elaboração do currículo pleno dos estabelecimentos de ensino de 1º grau, a partir da resolução 3/72²⁵². Ela estabelecia

do INEP. Programa para a reconstrução da nação brasileira (1952–1964). Marta Maria de Araújo, Iria Brzezinski (Org.). Brasília: INPE Anízio Teixeira, 2006. p. 156.

²⁴⁹ BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 5692/71.** Diário Oficial da União de 12 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências, art. 5º, § 2º, alínea a. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm>. Acesso: 09 set. 2012.

²⁵⁰ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008, p. 267.

²⁵¹ GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

²⁵² MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução 3/72.** Baixa as normas para a elaboração do Currículo Pleno nos estabelecimentos de ensino de 1º grau. São Luís, 28 de janeiro de 1972. Datilografado.

que, na elaboração curricular para esse nível, deveriam ser atendidos os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 76²⁵³ e seus respectivos parágrafos, bem como o Parecer 853/71 e a Resolução nº 8/71 do Conselho Federal de Educação e ainda à Deliberação do CEE de Educação nº 2/72. Tanto em nível nacional, quanto estadual, o detalhamento de tais orientações irá se sobrepor às regulamentações e orientações dadas à Lei 4024/61, devido à predominância tecnicista desse período. O resultado prático no contexto maranhense foi a seguinte orientação curricular para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, denominada “*Iniciação ao Trabalho*”²⁵⁴.

Quadro 8 – Grade curricular “Iniciação ao Trabalho”

Disciplina	HORA AULA POR SÉRIE							
	5ª Série		6ª Série		7ª Série		8ª Série	
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
Comunicação e Expressão								
Língua Portuguesa	4	120	4	120	4	120	4	120
Educação Artística	1	30	1	30	1	30	1	30
Educação Física	3	90	3	90	3	90	3	90
Estudos Sociais								
História do Brasil	2	60	2	60	-	-	-	-
História Geral	-	-	-	-	2	60	2	60
Geografia do Brasil	2	60	2	60	-	-	-	-
Geografia Geral	-	-	-	-	2	60	2	60
Educação Moral e Cívica	1	30	1	30	1	30	1	30
O.S.P.B	-	-	-	-	1	30	1	30
Educação Religiosa	1	30	1	30	1	30	1	30
Ciências								
Matemática	4	120	4	120	4	120	4	120
Ciências Naturais	2	60	2	60	-	-	-	-
Ciências Físicas e Biológicas	-	-	-	-	2	60	2	60

²⁵³ Ao reafirmar o artigo 76 da LDB 5692/71, a resolução do CEE, em consonância com a orientação nacional, pressupunha um caráter de terminalidade já no 1º grau, de forma a adequar este nível de ensino às necessidades dos estudantes das classes populares.

²⁵⁴ A expressão foi retirada da LDB 5692/71, art.5º, § 2º, alínea a: o currículo pleno do estabelecimento: “terá por objetivo a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau [...]”.

Programa de Saúde	1	30	1	30	1	30	1	30
Técnicas de Trabalho								
Técnicas Agrícolas	2	60	2	60	-	-	-	-
Técnica Comercial	-	-	-	-	2	60	2	60
Optativo								
Língua Estrangeira Moderna	1	30	1	30	1	30	1	30
TOTAL	24	720	24	720	24	720	24	720

Fonte: Estado do Maranhão. Secretaria de Educação. Departamento de Ensino de 1º Grau. Projeto: “Iniciação ao trabalho”.

Observamos que, ao invés de 27, a grade curricular para os ginásios passou a oferecer 17 disciplinas. A maior supressão em relação à anterior se deu, por que nesta, as disciplinas chamadas “Optativas Profissionais”, dez ao todo, foram excluídas, com exceção de “Técnica Comercial”. A orientação curricular já não mais contemplava a formação de professores regentes para o nível primário.

Para Souza, os três eixos curriculares, determinados em nível nacional, faziam parte das tendências de uma época que orientou a seleção dos conteúdos, reforçando-a. Comunicação e Expressão foi valorizada como expressão da cultura brasileira. Os Estudos Sociais, com ênfase no Brasil e em seu desenvolvimento, deveriam “ajustar” o educando ao seu meio. Em Ciências, o método científico deveria ser experimentado, além de desenvolver o raciocínio lógico dos alunos²⁵⁵.

Se por um lado os documentos revelam a continuidade da ideologia desenvolvimentista no currículo dos Ginásios Bandeirantes, por outro, os mesmos indicam a existência de outra que, nem sempre, de forma sutil, é explicitada em suas intenções, oferecendo ao historiador da educação apontamentos sobre como as determinações políticas de uma época perpassam os currículos escolares.

A partir do ano de 1971, constatamos, na documentação pesquisada, um grande número de negações à possibilidade de ministração da disciplina Educação Moral e Cívica, agora no eixo dos “Estudos Sociais”, a vários professores e professoras dos Ginásios Bandeirantes. A justificativa era sempre a mesma: “Em virtude da legislação vigente não poderá a interessada lecionar Educação Moral e

²⁵⁵ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 270-271.

Cívica, por não ter curso superior”²⁵⁶, ou ainda, acompanhando a autorização para lecionar outras disciplinas, acrescentava-se informação contrária quanto à possibilidade de determinadas candidatas lecionarem E.M.C: “documentação completa quanto à primeira disciplina, inferido quanto à segunda por não ter a interessada curso superior”.

Segundo o Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969, para a docência de Educação Moral e Cívica era exigida formação específica em nível universitário. Na falta de um professor ou orientador no estabelecimento de ensino “regularmente formado ou habilitado em exame de suficiência”, o diretor deveria avocar o ensino da Educação Moral e Cívica, a qual, sob nenhum pretexto, poderia deixar de ser ministrada na forma prevista. Compreende-se que foi a partir do exercício docente dos diretores que tal problema foi resolvido no contexto maranhense, que até então, possuía um quadro de professores constituído principalmente por normalistas.

Na reafirmação dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade pós-golpe de 64, o Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969, tornava aquela disciplina expressão da doutrina de segurança nacional, defendida tanto pelas elites brasileiras da época, quanto pelos grupos militares que passaram a comandar o país. Segundo este documento, entre os objetivos para essa disciplina constavam: “O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história”; o fortalecimento da unidade nacional; a preservação dos valores religiosos e éticos, entre outros²⁵⁷.

Em fevereiro de 1971, o prof. Luiz Rêgo, presidente do Conselho Estadual de Educação, ministrava um curso de seis palestras sobre Educação Moral e Cívica em São Luís para 184 docentes do ensino médio. A partir da redação de um dos grupos de professores, escolhida para publicação no noticiário de maior circulação da época, podemos perceber uma síntese dos assuntos tratados no curso que apresentava o progresso e o desenvolvimento aliados a valores morais e espirituais,

²⁵⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Da Inspeção Seccional de São Luís**. São Luís, 13 set. 1971.

²⁵⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. In: **Legislação Brasileira do ensino de 2º grau, Coletânea de atos federais**. Brasília: DEM, 1978. Disponível em: <
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/referencias_documentais/Solange%20Zotti%20-%20ref_doc1.htm >. Acesso: 10 set. 2012.

além da defesa do conhecimento das “grandes personalidades nacionais e seu exemplo de vida e trabalho pela Pátria e pelos seus compatriotas”. Diante da pergunta “*A Educação Moral e Cívica deve constituir disciplina obrigatória ou prática obrigatória?*” a redação respondia:

É necessário, pois, que a EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA constitua ao mesmo tempo uma DISCIPLINA e uma PRÁTICA EDUCATIVA OBRIGATÓRIA. E, as justificativas para esta posição advêm da própria análise da realidade brasileira que exige urgentemente uma TEORIA e uma PRÁTICA das verdades morais e patrióticas, alicerce de qualquer desenvolvimento.²⁵⁸

O curso enfatizava então a discussão que já havia sido encerrada em nível nacional pelo Decreto-Lei nº 869, no dia 12 de setembro de 1969: “a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória e, também, como prática educativa, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País”²⁵⁹. Para Chervel, na ordem sociopolítica, podemos encontrar uma das finalidades da constituição de determinada disciplina curricular²⁶⁰. A restauração da ordem, o desenvolvimento do espírito patriótico, entre outras características, não só determinaram conteúdos como também grandes orientações estruturais. Como será que tal disciplina foi tratada no interior dos Ginásios Bandeirantes? Que contribuições ela ofereceu para reforço do regime político e social vivenciado no Brasil da época? Ou ainda, como será que essas determinações, conteúdos, foram assimilados ou rejeitados pelo corpo docente dos Ginásios Bandeirantes? Além dessa ideologia, como será que a proposta de secundário “moderno” foi compreendida por esses professores? Na concretização de um projeto que revolucionaria o ensino médio maranhense, eram muitos os desafios a serem enfrentados não apenas nesse campo, mas também em outros.

²⁵⁸ A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA DEVE CONSTITUIR DISCIPLINA OBRIGATÓRIA OU PRÁTICA OBRIGATÓRIA? **O Imparcial**. São Luís, 06 fev. 1971, ano XVII, n. 3298, p. 8.

²⁵⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. In: **Legislação Brasileira do ensino de 2º grau, Coletânea de atos federais**. Brasília: DEM, 1978. Disponível em: <
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/referencias_documentais/Solange%20Zotti%20-%20ref_doc1.htm>. Acesso: 10 set. 2012.

²⁶⁰ CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

3.3.3 Espaços Físicos para os Ginásios Bandeirantes: a idealização material do currículo

Sobre as instalações para os Bandeirantes, as orientações encontravam-se no sentido de que, “inicialmente os prédios escolares existentes nas sedes dos municípios, quer sejam do estado ou da prefeitura”²⁶¹ deveriam ser aproveitados. Mais adiante, é informado que na visita do inspetor a esse prédio deveria ser observado a existência de “condições mínimas indispensáveis para o funcionamento dos Ginásios”²⁶². Por outro lado, informações implícitas nas propostas do Projeto e em seu currículo reclamavam por um espaço diferenciado, problematizando a expressão “condições mínimas”.

São as pistas oferecidas pelo campo de estudos do currículo que vêm proporcionando um olhar distinto sobre os espaços físicos escolares que esteja para além da neutralidade oferecida pela observação despreziosa da paisagem desses lugares. Nesse sentido, o espaço escolar é visto também como parte de um currículo não explícito, consequência de determinantes externos carregados de intencionalidade²⁶³. Nele, encontramos símbolos, signos e marcas de quem o idealiza e o produz. Sob essa perspectiva, o espaço físico da escola precisa ser problematizado enquanto dimensão material do currículo em seu sentido mais amplo.

Ao Projeto Bandeirante não se encontra em anexo uma planta específica dos espaços físicos a serem aproveitados ou construídos para os ginásios. Segundo o prof. Cabral Marques, baseado nas informações dos relatórios de inspeção, era então elaborado para cada prefeitura um plano, ou de adaptação do existente ou de construção de prédios quando não havia possibilidade de adaptação. Não existia uma planta padrão, e sim, orientações de baixo custo oferecidas por um casal de arquitetos que faziam parte de sua equipe:

Uma coisa importante é que eu tinha uma equipe, inclusive um arquiteto do Rio de Janeiro que trabalhava com patrimônio histórico e era um cara de ideias muito avançadas, me ajudou muito [...] nem todos eles foram adaptados, a maioria deles foi

²⁶¹ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 1. Mimeografado.

²⁶² Id., *Ibid.*, p. 3.

²⁶³ ALVES, Nilda. **O Espaço escolar e suas marcas**: o espaço como dimensão material do currículo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

em um novo prédio [...] tinham orientações gerais de arquiteto, bom arquiteto, até faleceu, Pedro Alcântara [...] tudo o que tinha de fazer a gente dava, ia da secretaria de Estado. Agora, tinha um controle da gente, tamanho [...] pra evitar roubo [...] o projeto já saía daqui, encaminhado sabendo tudo quanto ia me custar [...] ele era arquiteto e a mulher também era arquiteta e os dois sabendo do meu sufoco trabalhavam bem pra ver como é que podiam ser aquilo tudo: a coisa mais barata, mais eficaz, mais oportuna e até a mudança de [...] como se diz [...] levar cimento, levar às vezes madeira [...] Pedro e Dora Alcântara, eu tinha essa consultoria [...] baseado nisso aí é que eles me davam a orientação [...] era projeto pra solucionar problema.²⁶⁴

Percebemos na fala do prof. Cabral Marques os princípios da racionalidade de recursos, bem como um forte controle por parte da secretaria no gerenciamento do material das reformas ou construções dos espaços físicos para esses ginásios.

Talvez a previsão de uma realidade física plural não tenha permitido à equipe de elaboração uma determinação única, e é apenas implicitamente que a leitura do Projeto oferece-nos indicações dos espaços idealizados (mas não exigidos) para esses ginásios. São esses três espaços que mais sobressaem neste documento e ainda nos relatórios de inspeção, a saber, a área para técnicas agrícolas, o gabinete de ciências e a biblioteca, que será destacado a partir de agora, convidando o leitor a imaginar o Ginásio Bandeirante “ideal” e sua correspondência com o contexto cultural mais amplo da época. Se o convite agora é para a imaginação do ideal proposto nesses documentos, mais adiante, no próximo capítulo, serão apresentados os vestígios do que foi efetivado nos espaços físicos de alguns ginásios.

A disciplina Técnica Agrícola, reforçada nas duas propostas curriculares dos Ginásios Bandeirantes recebeu uma legitimação a mais na redação inicial do Projeto. Sobre ela, como já foi apresentado, ao lado de Técnicas Comerciais deveria ser dada ênfase especial. Tal orientação requeria para esta disciplina um espaço específico, onde suas aulas pudessem ser ministradas de forma prática: **a área para Técnicas Agrícolas**. Ao lado da história oral, os relatórios de inspeção, analisados no próximo capítulo, darão indícios sobre como essas aulas aconteciam, e ainda apresentarão referências aos espaços físicos onde elas eram ministradas.

A inserção dessa disciplina, seu caráter prático e a ênfase sobre ela no currículo dos Bandeirantes, está relacionada ao que já foi analisado anteriormente sobre a proposta de um novo secundário que refletia a política de desenvolvimento

²⁶⁴ MARQUES, José Maria Cabral. **Entrevista concedida**. São Luís, 16 de julho de 2012.

econômico experimentado pelo país, à época. Em outras palavras, era uma proposta curricular que refletia um contexto maior, especificamente, o econômico.

Ao entrar em um Ginásio Bandeirante, além das salas onde aconteceriam as aulas teóricas, o leitor deve então sentir-se convidado a procurar um espaço reservado às práticas de técnicas agrícolas. Lá, ele deverá encontrar o homem do campo formado para a continuidade e atuação no campo. Nesse momento, é importante que esse mesmo leitor pare e reflita, compare o que vê, ou seja, esse espaço de formação, sua intenção curricular associada à política latifundiária paulatinamente implantada no Maranhão nesse período.

Sobre o material a ser utilizado nessas aulas não existem referências no Projeto Bandeirante. Tampouco nas listas encontradas dos acervos das bibliotecas existem menções a algum título da área. Pelas referências do curso de formação inicial oferecido em 1968, sabemos que foi ministrada uma formação de 20 horas aula para os professores de técnicas agrícolas. Como foi a efetividade dessas aulas?

É o próprio Projeto Bandeirante que apresenta a existência de uma lista do material do **gabinete de ciências** que cada ginásio deveria possuir. Essas “salas de ciências”, ao lado do Regimento Interno, Currículo e Bibliotecas eram “padronizados para todos os Ginásios Bandeirantes”, já haviam sido “apreciados e aprovados” pelo Conselho de Educação ainda em 1968 e deveriam ser providenciados pela SENE²⁶⁵. Segundo o prof. Cabral, uma de suas primeiras providências ao chegar à Secretaria de Educação foi procurar conhecer os programas oferecidos pelo Governo Federal:

A primeira solicitação que fiz ao governador foi para ir à Brasília, conhecer todos os programas oferecidos. Eu acabei descobrindo todos esses negócios na primeira vez que fui lá [em Brasília]. Eu terminei tomando um banho de informação [...].²⁶⁶

²⁶⁵ Foram encontradas essas mesmas informações em todos os pareceres de autorização para o funcionamento dos Ginásios. Era um tipo de documento padronizado no qual se acrescentava apenas o nome da cidade a que pertencia o Ginásio. Dentre as informações encontrava-se o item 4º: “O Regimento Interno, o currículo, o material para os laboratórios, bem como as bibliotecas, padronizados para todos os Ginásios Bandeirantes, já foram apreciados e aprovados por este Conselho.” Estado do Maranhão. Parecer sobre o pedido de autorização para o funcionamento do Ginásio Bandeirante de [...]”. São Luís – MA.

²⁶⁶ MARQUES. José Maria Cabral. **Entrevista concedida**. São Luís, 16 de julho de 2012.

Essa e outras informações, aliadas à liberação de recursos para essa Secretaria, acumulados em anos anteriores, oferece uma compreensão de que os feitos do *Maranhão Novo*, no campo educacional, são resultados também de uma articulação perspicaz do que estava disponível em nível nacional. Nesse contexto maior, após o golpe de 64, era vivenciada uma intensificação dos acordos MEC – USAID e que significou não apenas uma progressiva interferência norte-americana nas bases da educação brasileira, mas também uma facilitação crescente dos empréstimos financeiros daquela agência no financiamento da educação nacional:

Depois da mudança de governo em abril de 1964, e o estabelecimento da política interna mais coerente, a ajuda ao Brasil tomou um caráter contínuo e desenvolvimentista. Os empréstimos da Agência Internacional dos Estados Unidos se tornaram mais flexíveis e de mais rápido desembolso. A orientação recente da ajuda foi no sentido de amparar às despesas crescentes de educação [...].²⁶⁷

É importante compreender que o termo “salas de ciências” utilizado no documento citado anteriormente não se referia necessariamente a um espaço físico. Na relação do material audiovisual do Ginásio Bandeirante, encontramos essa expressão ligada a um sentido designativo do material arrolado: são as “salas completas de ciências – referência SCD”. É somente analisado em conjunto com os relatórios de inspeção, que se percebe que deveria existir, sim, um espaço físico destinado a esse Gabinete e que abrigaria tanto o material das aulas de ciências, quanto os das aulas de geografia. Se o espaço de prática das técnicas agrícolas é o primeiro a ser procurado pelo leitor nesse ginásio moderno, o gabinete de ciências é então sua próxima parada. Neste, deverá ser encontrado um sofisticado material para experimentos práticos no campo das ciências ao lado de variados recursos audiovisuais a serem utilizados por professores e por alunos.

As referências aos materiais dos Gabinetes de Ciências indicam as “inovações” de recursos didáticos que subsidiariam o trabalho docente nos Ginásios Bandeirantes. Souza destaca que o discurso desenvolvimentista trouxe em seu bojo um tempo de fértil e criativa experimentação, resultando em uma renovação

²⁶⁷ ARAPIRACA, José de Oliveira. **A USAID e a Educação Brasileira**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação. FGV/ISAE: Rio de Janeiro, 1979. p. 206. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9356>>. Acesso em: 08 out. 2012.

educacional, com ênfase no uso de recursos tecnológicos no ensino, além da abordagem sistêmica aplicada à educação²⁶⁸.

A lista de equipamentos que receberiam os ginásios apresenta itens como: “Salas completas de ciências referência SCD”, “Conjunto para iniciação a ciências para seis equipes – I.B.E.C.C.”, “Sala de desenho equipadas com sólidos geométricos, régua, esquadro, compasso e transferidor” e “Sala de Geografia”.

Com a instalação do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (IBECC) em 1946, o Brasil começou a desenvolver material didático próprio para o ensino de ciências, antes, dependente apenas da tradução dos manuais europeus para essa área. Para Barra e Lorenz²⁶⁹, a partir da década de 1960 vai acontecer uma grande transformação nas atividades do IBECC, influenciado pela resposta à suposta superioridade científica da União Soviética, por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra, quando estes dois países vão produzir para o ensino de ciências uma renovação curricular, acompanhada da elaboração de materiais didáticos inovadores. Esse contexto pôs em xeque o conceito de ciências apenas como um corpo de conhecimentos devidamente organizados, tornando necessário compreendê-la como um processo de investigação. Sob o financiamento da Fundação Ford, dos acordos firmados entre MEC e USAID, foi possível não apenas as traduções e adaptações de textos de currículos norte-americanos e ingleses, como também a produção de equipamentos de laboratórios sugeridos nos livros-textos e ainda o treinamento de professores para a utilização do referido material. Em sequência, para Nardi,

Foi em 1967 que ocorreu a criação da FUNBEC²⁷⁰, destinada a industrializar os materiais produzidos e realizar cursos para professores primários; coube também a nova instituição a produção de programas específicos para o ensino superior. Até o final da década de 60 foram desenvolvidos ao todo, 15 projetos para o então ensino de 1º e 2º grau, sendo a maioria deles traduções e adaptações de projetos americanos e ingleses. Entre esses projetos

²⁶⁸ SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 259.

²⁶⁹ BARRA, V. M. e LORENZ, K. M. **Produção de materiais didáticos de Ciências no Brasil, período: 1950-1980**. Ciência e Cultura. São Paulo, v. 38, n. 12, p. 1970-83, dezembro de 1986.

²⁷⁰ Fundação Brasileira para o Ensino de Ciências.

e os nacionais que se seguiram foram produzidos até 1965 cerca de 25.000 *kits* experimentais.²⁷¹

Essas informações aliadas aos vestígios desses gabinetes encontrados na presente pesquisa e que serão apresentados no próximo capítulo, apontam para o resultado prático no contexto maranhense de um movimento nacional no ensino de ciências que já era resultado de um outro, internacional, como já foi apresentado. A intenção de um ensino prático no campo dessas disciplinas mostra que, a estrutura humanística do secundário, pelo menos em nível de projeto, também já se encontrava, nesse estado, em vias de des-construção.

É importante destacar que essas não são as primeiras referências que se tem sobre artefatos materiais para as aulas de ciências do secundário maranhense. Por exemplo, ao expor como determinados momentos econômicos vão desencadear em movimentos pró-instrução e conseqüentemente influenciar estrutura física e material das instituições de ensino, o prof. Cesar Castro informa que, no período de destaque da província maranhense como produtora de arroz, açúcar e algodão, foram introduzidos vários materiais para as aulas de geografia, desenho e história, física e química no secundário do Maranhão, principalmente nas aulas o Liceu²⁷².

Sobre as **Bibliotecas** padronizadas para os Ginásios Bandeirantes, foi o prof. Cabral Marques quem primeiro ofereceu informações sobre sua viabilização para esses ginásios. Disse ele em entrevista: “Havia um programa do MEC [...] eu descobri que tinha um programa de formação de bibliotecas [...] COLTED”²⁷³.

As referências à existência dessas bibliotecas não aparecem em momento algum na redação do projeto, no entanto, nos relatórios de inspeção e entrevistas orais, a serem analisados no próximo capítulo, as alusões a estas são abundantes. É no Regimento Interno, padronizado para todos os ginásios, que encontram-se as referências a esse espaço, cuja idealização seria traduzida em uma sala específica para a acomodação do acervo. Seria um lugar, cuja disciplina, quanto ao uso e empréstimo de livros, deveria ser determinada pela direção do estabelecimento²⁷⁴.

²⁷¹ NARDI, Roberto. **Memórias da Educação em Ciências no Brasil**: a pesquisa em ensino de Física. *Investigação em ensino de Ciências*. v. 10, n.1, março, 2005. p. 63 – 101.

²⁷² CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura Material Escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR e RS, 1870-1925). São Luís: EDUFMA, Café e Lápis, 2011.

²⁷³ MARQUES, José Maria Cabral. **Entrevista concedida**. São Luís, 14 de julho de 2012.

²⁷⁴ Estado do Maranhão. **Regimento dos Ginásios Polivalentes do Projeto Bandeirante**. Título IX, cap. 4, art. 63. p. 12. Mimeografado.

Informações sobre a composição e finalidades dessas Bibliotecas são encontradas no capítulo “Das atividades extra-classe” do Regimento Interno:

Art. 62 – A Biblioteca, constituída de obras didáticas, literárias, recreativas e de cultura geral, terá como finalidade proporcionar aos alunos e professores fontes de informação e desenvolvimento do hábito de leitura.²⁷⁵

O desenvolvimento do “hábito de leitura” em alunos e professores encontrava-se em sintonia com um contexto nacional que agora repetia continuamente: “*Os brasileiros precisam ler muito mais do lêem presentemente*”²⁷⁶. Os discursos em torno da falta de leitura dos brasileiros apresentavam-se, nesse momento, como uma das justificativas das causas para o subdesenvolvimento do país e um distanciamento entre este e os chamados países centrais. Para solução desse quadro, era necessário então fortalecer a indústria editorial do país, bem como desafiar professores a desenvolverem o hábito de leitura em seus alunos desde o ensino primário.

Esses discursos encontravam-se na base das muitas justificativas para a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), programa instituído pelo MEC em 04/10/1966, através do decreto nº 59.355 no governo de Castello Branco, com o objetivo de trabalhar no aperfeiçoamento do livro técnico e didático.

A meta principal da COLTED era a distribuição de livros a todos os estudantes dos três níveis: primário, secundário e superior. Para que fosse possível o alcance dos alvos do programa, pelo menos dois convênios foram firmados: um em nível nacional, com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e outro internacional com a USAID, que não apenas financiava boa parte do programa, como também assessorava tecnicamente sua efetivação e determinava orientações para a escolha dos livros-texto.

²⁷⁵ Estado do Maranhão. **Regimento dos Ginásios Polivalentes do Projeto Bandeirante**. Título IX, cap. 4, art. 63. p. 12. Mimeografado. art. 62. p. 11.

²⁷⁶ KRAFZIK. Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) (1966–1971)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação. UERJ: Rio de Janeiro, 2008. p. 134. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...>. Acesso em: 10 nov. 2012.](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...)

A crença no livro técnico e didático como instrumento essencial para o desenvolvimento da educação e do país estava na base do significativo investimento no programa e era enfatizado na exposição de motivos publicados no Diário Oficial de 05 de outubro de 1966: “[...] a produção do livro técnico e do livro didático interessam, sobretudo, aos poderes públicos pela importância de sua influência na política de educação e desenvolvimento econômico e social do país”²⁷⁷. As bases ideológicas do desenvolvimentismo eram continuamente repetidas também nos manuais do programa: “País com livros em quantidade para atender ao maior número possível de estudantes, em todos os níveis, é país que pode aspirar com tranqüila certeza a uma posição de destaque entre as nações mais adiantadas”²⁷⁸.

A COLTED, com suas atividades de distribuição de Bibliotecas iniciada em 1967, teve no ano de 1970 um marco de suas atividades. Com um vultoso e aligeirado investimento na indústria editorial brasileira, era previsto que 3.032 escolas de 23 estados brasileiros receberiam, em 1970, um montante de 1607.166 obras. Destas, 86 escolas maranhenses receberiam um total de 47.874 livros, sendo contemplados 20.802 alunos²⁷⁹. Sobre o controle desse programa por parte do governo militar, relembra o prof. Cabral Marques sobre um episódio vivenciado em Brasília posteriormente:

Aí te lembras que estava no tempo de reclusão ainda, tinha muito milico lá por dentro do Ministério de Educação. [...] Um dia eu fui abordado [...] *você é o professor Cabral?* Bem se não mudaram meu nome eu continuo. [...] Ele: *você me permite uma pergunta?* [Cabral] Permito.

Eu fui do SNI e andei durante muito tempo atrás do senhor [...]

Eu sou homem sério, que negócio é esse de andar atrás de mim, procurando o quê. Sou um homem sério, trabalhador gosto deste Brasil [...] fiz um discurso bobo. Tudo que vinha na cabeça eu dizia pra ele.

Ele disse, olha eu tava lá nesse projeto de bibliotecas [...] todo dia chegava lá em nosso projeto, um pedido seu para escola tal, tal, tal nós começamos a desconfiar [...] o Maranhão nunca pedia nada de repente tá pedindo as montanhas aí. O senhor sabe que a coisa chegou ao ponto que eu tive que deslocar um cidadão, que desde a hora que tavam colocando os livros, acompanhou o caminhão até a hora de entrega.

²⁷⁷ apud KRAFZIK. Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966–1971)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação. UERJ: Rio de Janeiro, 2008. p. 134. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?....>. Acesso em: 10 nov. 2012.

²⁷⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. PLACER, Xavier. **Como organizar sua biblioteca COLTED**: Rio de Janeiro, 1969. p. 5. apud KRAFZIK. Maria Luiza de Alcântara. *Ibid.*,

²⁷⁹ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - Planejamento da Programação da COLTED, 1970, p. 8. apud KRAFZIK. Maria Luiza de Alcântara. *Ibid.*,

O cara seguiu o caminhão até a cidade, para onde ele ia [...] para saber se aquilo era coisa séria [...] ele chegava lá e encontrava a pessoa arrumando os livros.²⁸⁰

Era tempo de fechamento político e a direção da COLTED era geralmente designada a um militar de alta patente, o que explica a vigilância explicitada acima. A fala do prof. Cabral Marques ao mesmo tempo em que nega os feitos de gestões anteriores: “O Maranhão nunca pedia nada”, ressalta que foi intensa a distribuição dessas bibliotecas no estado no período de sua administração: “de repente tá pedindo as montanhas aí”. Como foi a efetividade desse programa nos Ginásios Bandeirantes? Como essas bibliotecas foram articuladas pedagogicamente no interior destes? Essas e outras perguntas norteiam a construção do último capítulo dessa pesquisa.

²⁸⁰ MARQUES, José Maria Cabral. **Entrevista concedida**. São Luís, 14 de julho de 2012.

4 PROJETO BANDEIRANTE: da intenção à prática

“Me desculpe perguntar, mas de quem foi a ideia de fazer essa pesquisa sobre os Ginásios Bandeirantes?”²⁸¹

Não foi apenas uma vez que, no percurso das entrevistas, a pergunta acima foi suscitada para em seguida os entrevistados ressaltarem a satisfação em participar da presente pesquisa... “Eu quero mesmo é que o meu nome apareça”, revelou um depoente, desejando que o seu nome fosse registrado nos anais da história para que *“se torne público no Maranhão e no Brasil, pra saibam os brasileiros e os maranhenses como é que foi a nossa luta pela fundação do Ginásio Bandeirante no Maranhão”²⁸²*, complementou em tom de discurso político, revelando o desejo da imortalidade dos seus feitos.

O quadro de entrevistados, em sua maioria, foi composto ao longo do percurso por profissionais da educação ou que estão aposentados, ou em vias de aposentadoria²⁸³. A partir do espaço docente, a expansão dos ginásios foi rememorada pelos professores e diretores como um tempo áureo da educação maranhense, e não raras vezes a assertiva do “desbravamento” foi repetida: “foi um projeto do primeiro governo Sarney de desbravar as inteligências dos maranhenses, como fizeram os bandeirantes desbravando as terras do Brasil, ampliando as terras do Brasil”²⁸⁴, ou ainda: “era a educação desbravando o interior do Maranhão que não possuía nada”²⁸⁵, dizia outra.

Para alguns ex-profissionais já aposentados, lágrimas saudosas lembravam o tempo de uma produtividade significativa que lhes conferia identidade, para logo dizer sobre o presente: “não, eu não saberia lecionar hoje... eu não saberia ensinar a partir da didática de hoje”²⁸⁶ ou então, “hoje em dia o professor na sala de aula é um moleque e eu não aceito essas coisas. Se o professor reclama, o aluno vem em

²⁸¹ Diretora 4. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de Setembro de 2012.

²⁸² Ex-prefeito de Sítio Novo. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de Setembro de 2012.

²⁸³ Adiante será explicada a escolha das designações dos entrevistados. É importante ressaltar que as falas dos diretores precisam ainda ser associadas ao espaço da docência, visto que esses profissionais também desempenhavam, nesses ginásios, a função de professores.

²⁸⁴ Diretora 6 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 05 de outubro de 2012.

²⁸⁵ Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

²⁸⁶ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

cima do professor, então não dava pra mim não... graças a Deus eu já sai”²⁸⁷. É a docência contemporânea que oferece os quadros sociais sobre os quais as memórias foram construídas ao longo das entrevistas. A didática contemporânea, e principalmente os novos limites da relação professor e aluno foram ressaltados em vários momentos, misturando antagonicamente a saudade de um tempo perdido e a não identificação com a atualidade do exercício docente. Percebemos que essas críticas ofereceram aos depoentes o principal suporte para as reflexões que o ajudaram a refazer a experiência primeira nestes ginásios.

Dialogando com Halbwachs sobre os quadros sociais da memória, Bosi afirma que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”²⁸⁸. Para além de uma memória onírica ou espiritual, a autora afirma uma memória atrelada às determinações do presente em que a lembrança “é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”²⁸⁹. Em vários momentos se percebeu essa reconstrução por parte dos entrevistados a partir dos quadros sociais da atualidade, principalmente os relacionados à docência.

Como exemplo da memória construída sobre reflexões do presente, pode-se citar ainda as respostas sobre a influência da Ditadura Militar nos Ginásios Bandeirantes. A primeira reação era sempre: “não, éramos muito isolados, não percebíamos isso não”, para depois de outras informações, a mesma entrevistada refazer suas percepções:

Nós éramos obrigadas a comemorar a semana da pátria na integralidade, sob pena da federal vir pra prender a gente; sabe, tinha aquela coisa assim da bandeira nacional que ela não podia ficar hasteada a partir das seis horas da tarde. Se deixasse a gente podia sofrer uma punição. Naquela época a gente só agia de acordo com eles... a gente olha hoje pra traz assim e vê que aquilo era um terror, ninguém tinha liberdade nem de expressão ... você pra fazer um discurso você tinha que pensar muito bem no que você ia dizer, o que você ia falar.²⁹⁰

²⁸⁷ Professor 4 – GB de Grajaú. **Entrevista concedida**. Grajaú, 14 de dezembro de 2012.

²⁸⁸ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 55. (grifo nosso).

²⁸⁹ Id., *Ibid.*, p. 55.

²⁹⁰ Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida**. João Lisboa, 16 de agosto de 2012. (grifo nosso).

A partir dos quadros da atualidade foram continuamente ressaltados os bons salários da época, a saudade do tempo em que professor era respeitado, a escola era disciplinada, e o profissional docente “realmente trabalhava”, dedicando-se a uma missão quase sagrada. Eram tempos “em que não se tinha muita coisa pra fazer, a não ser educação”²⁹¹, esclareceu uma das diretoras sobre a dinâmica da vida nas pequeninas cidades do interior do Maranhão que propiciavam uma dedicação quase exclusiva ao magistério.

Para aqueles que permaneceram nas cidades onde trabalharam ou estudaram, percebeu-se um maior enraizamento da memória e ao mesmo tempo o ressentimento de hoje encontrar-se na condição de “ultrapassada” no sistema educacional do município que ajudara a construir: “me chamaram de ultrapassada...” disse uma delas com mágoas na voz, para em seguida enfatizar “só se constrói o novo em cima do velho, não é mesmo?”.

Esses contatos nos refizeram como pesquisadora e também como professora. De repente, pela primeira vez, a velhice, a aposentadoria, a certeza de que um dia também nossa fala será emitida a partir do lugar rotulado como “ultrapassado”²⁹², guiou-nos a um tempo de introspecção após cada entrevista. Um profundo respeito pela trajetória desses profissionais foi se construindo a cada encontro, em cujas despedidas era comum ouvir: “volte mais vezes, minha casa estará sempre aberta para uma boa conversa”, ou ainda, “venha outra vez, eu ainda tenho muitas histórias pra contar”.

Para os ex-alunos, cuja maioria encontra-se no espaço profissional da docência, ficaram as marcas na memória da rígida disciplina relemburada com admiração, do orgulho de ter sido aluno/a de um Bandeirante e das bases fornecidas pelo ginásio para o resto da vida: “Lá que foi a base, nossa estrutura bem feita foi no bandeirante”²⁹³, disse uma das ex-alunas.

²⁹¹ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

²⁹² Na introdução ao livro de Bosi “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, Marilena Chauí faz uma interessante apresentação dessa obra, apontando a condição do velho na sociedade capitalista como aquele que precisa lutar para continuar sendo homem em meio a uma situação de opressão. Segundo a autora, tal opressão se dá através de mecanismos institucionais visíveis (a burocracia da aposentadoria e dos asilos); de mecanismos psicológicos quase invisíveis como a tutela, a recusa do diálogo e da reciprocidade que forçam o velho a comportamentos repetitivos e monótonos e dos mecanismos científicos, referindo-se às “pesquisas” que demonstram a incapacidade e a incompetência sociais dos velhos. BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 18. (grifo nosso).

²⁹³ Aluna 6-GB de Presidente Dutra. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 11 de outubro de 2012.

Esta é apenas uma prévia da parte mais prazerosa dessa pesquisa, que de agora em diante tem como orientação maior o trabalho com a história oral, não abdicando, porém, dos testemunhos de outras fontes. Neste capítulo, iremos analisar, principalmente, através de depoimentos de ex-alunos, ex-professores e ex-diretores dos Ginásios Bandeirantes a vivência cotidiana nestes no que se refere às intenções do Projeto Bandeirante e sua concretização prática.

Como foi prometido aos entrevistados e entrevistadas, seus nomes foram substituídos na presente pesquisa. Em se tratando de vários segmentos do interior dos ginásios, optamos por chamá-los de aluno 1, aluno 2, professor 1, diretor 1, diretor 2 e assim por diante, em seguida, identificando o ginásio de onde procedem. Inicialmente achamos um tratamento frio, mas por questões didáticas, decidimos facilitar a leitura do texto, dando ao leitor a oportunidade de identificar mais rapidamente o seguimento de onde as falas emergem, possibilitando assim maior compreensão delas.

As entrevistas foram realizadas com depoentes dos ginásios das seguintes cidades: Anajatuba, Bacabal, Santa Rita, Timon, Presidente Dutra, Fortuna, São Raimundo das Mangabeiras, Grajaú, Sítio Novo, Montes Altos, Amarante, João Lisboa e Imperatriz, buscando-se contemplar diferentes regiões do estado, bem como os diferentes anos em que houve a implantação dos Ginásios Bandeirantes. Quanto aos alunos, procuramos identificar os anos cursados no ginásio e, neste sentido, cabe ressaltar que a identificação proposta na grade curricular dos Bandeirantes era de 1^a, 2^a, 3^a, 4^a e 5^a séries, sendo essa última uma opção do aluno que escolhesse uma formação profissional. Essa realidade foi mudada tempos depois do estabelecimento da 5692/71 que passou a designar estas séries por: 5^a, 6^a, 7^a e 8^a. Nas falas de alguns depoentes a primeira designação irá prevalecer, ao passo que em outras, será a segunda, o que é absolutamente compreensível visto que o Projeto Bandeirante é um “projeto entre leis”.

A princípio, definimos o número de participantes de cada segmento sem saber muito onde os encontrar, com exceção da nossa cidade de origem, Fortuna. Em seguida, o mapa construído com a expansão dos ginásios nos ajudou a selecionar as cidades que seriam visitadas. Em várias, chegávamos sem qualquer informação anterior sobre onde encontrar possíveis depoentes, o que não se constituiu problema algum, visto que o prestígio desses ginásios ainda é muito vivo na memória desses municípios. Nossa estratégia inicial era sempre encontrar o

espaço escolar que abrigou o ginásio de cada cidade: “Onde funcionou o ginásio Bandeirante daqui?” era a pergunta sobre a qual logo recebíamos informações. Chegando a essas escolas, logo encontrávamos muitas referências sobre a localização de ex-professores, ex-alunos e ex-diretores que prontamente aceitavam participar da pesquisa logo que lhes era esclarecido o seu objetivo. Para uma melhor compreensão de suas falas e do lugar de onde elas são emitidas, faremos uma breve apresentação dos entrevistados, suas vivências nesses ginásios e o atual exercício profissional.

Quadro 9 – Ex-alunos entrevistados dos Ginásios Bandeirantes

Ex-alunos			
Sujeito	GB de origem	Anos e séries que estudou no Ginásio	Profissão
Aluno 1	GB de Bacabal	1972: 1º ano	Funcionário Público Estadual do Maranhão.
Aluna 2	GB de Imperatriz	1969 – 1972: 1º ao 4º ano.	Professora da rede pública estadual do Maranhão.
Aluno 3	GB de João Lisboa	1970 – 1971: 1º e 2º ano.	Diretor escolar da rede pública estadual do Maranhão.
Aluno 4	GB de Fortuna	1970 – 1974: 1º ao 5º ano	Professora da rede pública estadual do Maranhão.
Aluno 5	GB de São Raimundo das Mangabeiras	1971 – 1974: 5ª a 8ª série.	Professora da rede pública estadual do Maranhão.
Aluno 6	GB de Presidente Dutra	1971 – 1972 1º e 2º ano.	Professora da rede pública estadual do Maranhão.

Quadro 10 – Ex-professores entrevistados dos Ginásios Bandeirantes

Ex-professores			
Sujeito	GB de origem	Anos de atuação no Ginásio	Profissão
Professor 1	GB de Anajatuba	1968 – 1969	Professora aposentada da rede pública estadual de educação do Maranhão.
Professor 2	GB de Santa Rita	1974 – 1978	Professora aposentada da rede pública estadual de educação do Maranhão. Secretária Municipal de Educação de Santa Rita.
Professor 3	GB de João Lisboa	1970 – 1982	Professora aposentada da rede pública estadual de educação do Maranhão.
Professor 4	GB de Grajaú	1975 – 1980	Professor aposentado da rede pública estadual de educação do Maranhão.

Quadro 11 – Ex-diretores entrevistados Ginásios Bandeirantes.

Ex-diretores			
Sujeito	GB de origem	Anos de atuação no Ginásio	Profissão
Diretor 1	GB de Fortuna	1970 - 1975	Professora aposentada da rede pública estadual de educação do Maranhão.
Diretor 2	GB de João Lisboa	1970 - 1981	Professora aposentada da rede pública estadual de educação do Maranhão.
Diretor 3	GB de Amarante	1970 - 1972	Professora aposentada da rede pública estadual de educação do Maranhão. Professora da Universidade Estadual do Maranhão – Imperatriz.
Diretor 4	GB de Sítio Novo	1970 - 1973	Professora da rede pública estadual de educação do Maranhão.
Diretor 5	GB de Timon	1968 - 1974	Professora aposentada da rede pública estadual de educação do Maranhão.
Diretor 6	GB de Montes Altos	1977 - 1982	Técnico aposentado.

Além desses depoentes, também utilizamos uma entrevista realizada com o prefeito de Sítio Novo que administrou aquela cidade na época em que lá foi instalado o Ginásio Bandeirante. Ele será designado por “Ex-Prefeito de Sítio Novo” e sua identidade será preservada. O leitor irá perceber que nem sempre a cidade onde foram realizadas as entrevistas coincide com aquela do ginásio de origem dos depoentes, é porque foram nas primeiras que eles foram contatados. As lembranças dos entrevistados serão estruturadas a partir de três eixos principais, a saber: formação e atuação docente; artefatos materiais escolares; memórias das contribuições dos Ginásios Bandeirantes, sobre as quais passaremos a discorrer de agora em diante.

4.1 Quadro docente: inserção e formação dos desbravadores

Naquele tempo quem tinha o curso normal era rei²⁹⁴.

Eles iam buscar lá na porta da escola. Quando terminava a turma, os prefeitos já estavam lá rodeando, procurando os professores pra trabalhar²⁹⁵.

²⁹⁴ Frase repetida várias vezes por ex-professores e ex-diretores durante as entrevistas.

²⁹⁵ Diretora 1- GB de Fortuna Maranhão. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

Não era tarefa fácil conseguir professores, mesmo com o curso normal, para atuar nos Ginásios Bandeirantes. Na visita a uma ex-diretora nos surpreendeu a descoberta de que seu esposo, presente no local da entrevista, fora o prefeito na época da implantação do GB de Sítio Novo. É claro que aproveitamos para entrevistá-lo e diante da pergunta “quer dizer que estava em suas mãos o poder para admitir e demitir professores?” ele respondeu prontamente:

Só tinha mesmo o direito de admitir por que se demitisse não funcionava, né? Era admitir e ainda implorar, né? por que senão, não vinha, se não viesse com boas condições, não viriam pra cá... quem era que ia sair de uma cidade como Imperatriz, de Grajaú pra vir pra Sítio Novo? Sítio Novo hoje tá uma maravilha. Se você visse Sítio Novo naquela época, era bem pequenininho, atrasado, não tinha estrada, não tinha nada. Você vinha aqui num jipe do Grajaú pra cá. Era um dia de viagem, ia atolando, areal... era de animal também por que no inverno só andava de animal.²⁹⁶

Indicações semelhantes foram encontradas, principalmente, nas falas das docentes que trabalharam em cidades menores. As boas condições referiam-se em muitos casos à garantia de hospedagem com aluguel pago pela prefeitura, alimentação e às vezes até a promessa de que o prefeito conseguiria uma ou duas nomeações pelo Estado, além do contrato fornecido pelo Projeto Bandeirante.

Bom mesmo foi em Paraibano quando eu trabalhava lá... pagava hospedagem, tudo, tudo, tudo, até a secretária pra fazer as coisas o prefeito pagava ... a gente recebia o dinheiro limpinho sabe? Ah, quem tinha curso normal era como hoje quem tem um curso superior.²⁹⁷

Essa afirmação é da ex-diretora do GB de Fortuna que também foi professora do GB de Paraibano e lá nomeada para ensinar no primário ao lado do contrato com o Projeto Bandeirante.

Ter o curso normal e ser reconhecida pelo prefeito local, ou ser indicada por alguém, era “o caminho” para o trabalho nesses ginásios: “o prefeito era meu tio”, disse uma das ex-diretoras; “foi a mãe de uma amiga nossa... ela nos perguntou se queríamos vir para João Lisboa trabalhar... na época, vieram seis normalistas”²⁹⁸, disse outra para em seguida complementar a informação de que a aceitação para vir

²⁹⁶ Ex-Prefeito-GB de Sítio Novo. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de setembro de 2012.

²⁹⁷ Diretora 1-GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 30 de outubro de 2012.

²⁹⁸ Professora 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

da capital trabalhar em João Lisboa lhe rendera o prêmio de duas nomeações, além do contrato com o Projeto Bandeirante:

Chegamos sem saber o que ia funcionar... fomos nomeadas no governo Sarney e viemos para cá. Tínhamos duas nomeações. Nós trabalhávamos dois turnos: um de professora, outro de diretora. Era professora de 4ª série pela manhã, à tarde diretora e à noite professora do Bandeirante.²⁹⁹

Como o Projeto Bandeirante não podia fornecer nomeações a essas professoras, a garantia de uma nomeação para o primário era uma das exigências das profissionais, como relembra o ex-prefeito de Sítio Novo:

Grajaú era o foco principal do material humano. Eu estudei em Grajaú, minha esposa estudou em Grajaú, nós tínhamos um grande relacionamento de amizade e eu como prefeito chegava lá naquelas meninas que tinham sido minhas colegas de ginásio: “não quer ir pra Sítio Novo não?”. *“É Paulo, se tu me pagar um salário mais ou menos, me der moradia eu vou”*. Eu dizia: “eu pago”... aluguel de casa, passagem, salário e além de arrumar as nomeações pelo o Estado, a alimentação também e ainda tinha que dar um salário pela prefeitura e me comprometer de arrumar nomeações pelo o Estado pra elas, né?³⁰⁰

Inicialmente, suspeitamos da fala de um político querendo defender seus feitos, mas depois encontramos a mesma lógica em outras cidades de pequeno porte, não muito atrativas para essas moças que já conheciam um estilo de vida um pouco mais urbano. Disse uma ex-diretora sobre a presença dos gestores municipais nas formaturas do CINEC (Colinas):

Eles iam buscar lá na porta da escola. Quando terminava a turma, os prefeitos já estavam lá rodeando, procurando os professores pra trabalhar... Tem gente espalhado em tudo quanto é lugar do Maranhão que estudou em Colinas.³⁰¹

Segundo Motta e Machado, a partir de 1955 iniciaram-se, em Colinas, as atividades do CINEC, a partir do recém-ordenado padre José Manuel de Macedo Costa que, naquela época, assumiu a Paróquia Nossa Senhora da Consolação imprimindo nesta um novo modelo de condução eclesial, pautada na visão integral do homem. Segundo as autoras,

²⁹⁹ Professora 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

³⁰⁰ Ex-Prefeito. GB de Sítio Novo. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de setembro de 2012.

³⁰¹ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

A Paróquia de Colinas foi assumindo funções no campo educacional, que pertenciam à administração municipal. Assim foram criados pela Igreja Católica o Grupo Escolar “São Pio X” (1957), uma escola de alfabetização que funcionava num galpão ao lado da casa paroquial; o Ginásio Colinense (1959) e a Escola Normal Regional Governador “Mattos de Carvalho” (1960), transformada em 1963, em Escola Normal Pedagógica, conjunto que passou a constituir o Complexo Integrado de Colinas (CINEC).³⁰²

Esse Complexo Educacional constituiu-se um importante pólo de formação de normalistas, tornando-se uma referência neste campo e influenciando a educação de várias localidades do estado a partir da formação de alunos e alunas que de lá partiram para outras cidades.

Em outros municípios maiores, a realidade sobre a formação do quadro docente dos GB's apresentou-se diferente, composto por maioria de professores formados em nível superior, mas a lógica da indicação política foi a mesma, como informa a ex-diretora do GB de Timon:

Inicialmente, tinha professor já com formação superior... a maioria. Só em poucas disciplinas tinha professor só com o curso pedagógico... era todo mundo qualificado. A indicação era da prefeitura. Fui indicada pelo prefeito... Eu sou filha daqui, muito conhecida e tinha chegado dos EUA com um curso de prática de ensino. Primeiramente trabalhei na tesouraria da prefeitura em Timon e era professora no Piauí.³⁰³

Em algumas falas as normalistas ressaltaram sua formação no Curso Normal Pedagógico o que as diferenciava das professoras regentes do primário que possuíam apenas o Curso Normal Regional³⁰⁴, sendo essas últimas absorvidas pelo quadro discente desses Ginásios, às vezes estudando lado a lado com antigos alunos seus do primário: “Eu tinha uma colega que foi minha professora da 2ª série

³⁰² MOTTA, Diomar das Graças; MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. O Maranhão e a reconstrução educacional (1952 – 1964). In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Anísio Teixeira na direção do INEP**. Programa para a reconstrução da nação brasileira (1952 – 1964). Brasília: INPE Anísio Teixeira, 2006. p. 227-250.

³⁰³ Diretora 5 – GB de Timon. **Entrevista concedida**. Timon, 5 de outubro de 2012.

³⁰⁴ O Decreto Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946 que estabeleceu a “Lei Orgânica do Ensino Normal” apresenta a diferenciação dos dois ciclos em seu art. 2º: “O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos”. BRASIL. O Decreto Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

do primário e fez ginásio junto comigo. Ela entrou, ela fez o exame de admissão também junto comigo”³⁰⁵, comentou o ex-aluno do GB de João Lisboa.

Mesmo sendo o curso normal pedagógico a formação mais ressaltada nas entrevistas e documentação, essas mesmas fontes revelaram realidades diferentes no que diz respeito à composição do quadro docente, mostrando que a heterogeneidade era uma característica desses ginásios quando comparados em série. Em 1970, o inspetor informava sobre o quadro do GB de Cajari:

Para lecionar no referido ginásio, o Estado contratou cinco (5) professoras normalistas além de dois (2) com o 2º ciclo ginásial, estes já estão com a documentação toda encaminhada para serem credenciados professores do ensino médio.³⁰⁶

A maioria dos relatórios de inspeção apresenta um quadro docente constituído essencialmente por professoras normalistas, mas em alguns ginásios, essa realidade será bem diferente. Ainda em 1983, o GB de Urbano Santos mostrava uma realidade curiosa: um corpo docente e administrativo composto em sua maioria por técnicos formados em nível médio, sendo dois homens os únicos normalistas da equipe:

Quadro 12- Corpo docente e administrativo do Ginásio Bandeirante de Urbano Santos – 1983

Nome	Função	Qualificação	Habilitação	Disciplina que leciona ³⁰⁷
Eider Araújo	Diretor	2º grau	Téc. Agrícola	Téc. Agrícola
Maria de Jesus da Silva Sousa	Secretária	2º grau	Téc. em Contabilidade	-
Maria José da Silva Almeida	Professora	2º grau	Téc. em Contabilidade	Comunicação em Língua Portuguesa e Inglês
Rita Amorim Melo Araújo	Professora	2º grau	Téc. em Contabilidade	Programa de Saúde e Ciências
Francisca Soares da Silva	Professora	2º grau	Téc. em Contabilidade	Educação Moral e Cívica e Educação Artística
Luziane Maranhão Pinheiro	Professora	2º grau	Téc. em Contabilidade	Educação para o Lar e Desenho

³⁰⁵ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida**. João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

³⁰⁶ Ginásio Bandeirante de Cajari. **Relatório de Inspeção**. São Luís, 16 de março de 1970. Datilografado.

Maria Lúcia de A. Soeiro	Professora	2º grau	Téc. em Contabilidade	Geografia e Técnica Comercial
Maria de Jesus da Silva Sousa	Professora	2º grau	Téc. em Contabilidade	Técnica Industrial e Matemática
Valdomir Muniz da Silva	Professor	2º grau	Magistério	Ensino Religioso e O.S. P.B
Luis Carlos Aguiar da Silva	Professor	2º grau	Magistério	História e Educação Física

Fonte: Conselho Estadual de Educação. **Relação do pessoal docente e administrativo.** Unidade Bandeirante de Urbano Santos - 1983³⁰⁸.

A presença de um Juiz de Direito na direção e docência do GB de Humberto de Campos, de uma Promotora Pública e de uma Advogada, professoras do mesmo ginásio³⁰⁹, constituem-se exceções ao mesmo tempo em que indicam tanto a carência de profissionais habilitados para esse nível quanto o prestígio social que assumira a docência nestes ginásios. Também foram várias as referências a sacerdotes católicos tanto na implantação do ginásio, quanto na docência. Tais realidades foram mencionadas na documentação e entrevistas:

O Diretor do Ginásio Bandeirante de Urbano Santos, Pe. José Antonio de Magalhães Monteiro solicita autorização para funcionamento do referido estabelecimento de ensino.³¹⁰

Solicitamos a V. Sa. Providências no sentido de ser completa [...] a documentação dos seguintes professores dos Ginásios Bandeirantes de:

Bom Jardim – Frei Antônio Simbaldi [...] Pirapemas – Pe. Manuel Candas [...].³¹¹

A cidade era pequena. Nós já éramos professores do Estado e o Cônego Francisco de Paula Dourado e Silva nos reuniu e nessa reunião já foi direcionado quem seria o Diretor, no caso, o padre Chiquinho. Ele colocou à disposição a distribuição das matérias. Eu fiquei com ciências... inclusive o próprio padre Chiquinho lecionava português³¹².

³⁰⁸ A designação “Unidade Bandeirante de Urbano Santos” deve ser situada historicamente após o estabelecimento da LDB 5692/71, quando esses ginásios formaram unidades com os primeiros anos escolares que funcionavam nos prédios que os abrigaram. Ginásio Bandeirante de Urbano Santos. **Requisição para o reconhecimento da Unidade Bandeirante de Urbano Santos.** Anexo 1. São Luís. 11 jan. 1983. Datilografado.

³⁰⁹ Ginásio Bandeirante de Humberto de Campos. **Relação do corpo docente.** 1967. Datilografado.

³¹⁰ Ginásio Bandeirante de Urbano Santos. **Autorização para funcionamento do ginásio.** Urbano Santos, 03 jan. 1969. Datilografado.

³¹¹ Ginásio Bandeirante de Cajari. **Ofício nº 148/70.** Cajari, 05 mar. 1970. Mimeografado.

³¹² Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

Ressalta-se mais uma vez que a presença desses perfis no quadro docente constituem-se exceções e não regra. A expansão desse nível de ensino no Maranhão não foi acompanhada por professores formados em nível superior como preconizava a LDB 4024 desde 1961:

A formação de professôres para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professôres de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.³¹³

Pode ser lembrada também a Reforma Francisco Campos que, desde meados da década de 1930 propunha a criação de Faculdades de Filosofia para atender a demanda de um quadro de professores formados especificamente para o secundário.

Na memória das normalistas entrevistadas ficaram registrados os bons salários da época, resultado da combinação: nomeações para o primário (às vezes até duas) + o contrato do Ginásio Bandeirante, o que lhes conferia status, reconhecimento³¹⁴ e tornava o casamento com elas algo desejado pelos rapazes dessas cidades. A fixação dessas professoras nesses municípios propiciava tais matrimônios muitas vezes com seus próprios alunos: “Nessa época, as professoras que vieram de Colinas, casaram tudo com alunos (risos)”³¹⁵, outra, com orgulho, fala da forma como as pessoas se referem ao seu casamento e aos de suas colegas: “Já disseram aqui em João Lisboa, que os homens que casaram com essas professoras que vieram na época, são homens de muita sorte”³¹⁶...

A vida pacata nestas cidadezinhas está na base da justificativa de uma dedicação quase exclusiva ao magistério: “Só tinha educação aqui, não tinha outra coisa pra gente vivenciar então a gente vivia eternamente só a educação”³¹⁷. A

³¹³ BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 59. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

³¹⁴ Daí as referências em algumas entrevistas à frase: “ah, naquele tempo quem tinha o curso normal era rei”. Essas professoras possuíam tanto o capital financeiro a partir da profissão docente, quanto o capital intelectual, conferido pelo curso normal, o que as tornava as pessoas mais instruídas desses municípios.

³¹⁵ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida**. Fortuna, 20 de outubro de 2012.

³¹⁶ Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida**. João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

³¹⁷ Professora 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida**. João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

comparação com o tempo presente dá a essas profissionais a sensação de que “naquela época”, o magistério era exercido com mais qualidade, dedicação, prazer e labor:

Professor trabalhava com muito gosto... eu não estou diminuindo os professores de hoje, mas professor não tinha outra coisa pra fazer e nem pra onde ir, era só trabalhar, trabalhar, levava um monte de caderno pra casa, pra corrigir redação de aluno³¹⁸.

[...] na época, a carência era tão grande que eu era Diretora e professora de história e de EMC. A gente trabalhava mesmo viu? Não era brincadeira não; era sério. Hoje não; eu vejo diretor, não entra numa sala de aula, é só ali, tem tanto assessor ali e é tanta gente ajudando, né?³¹⁹.

O custeamento do contrato era dividido, como previsto no projeto, entre Estado e Município. Nas entrevistas, quem ainda possuía esses papéis guardados fazia questão de mostrar e explicar.

Em 1979, como mostra a folha de pagamento abaixo, a lógica inicial de pagamento por parte do Estado³²⁰, já havia sido superada e agora ele custeava apenas 50% do salário desses profissionais.

Fotografia 1 – Folha de pagamento do pessoal docente e administrativo da Unidade Bandeirante de Santa Quitéria - 1979

ORDEM	NOME	CARGO OU FUNÇÃO	Nº H/ AULAS	ESTADO 90 ¢	IPM ¢	LÍQUIDO A RECEBER	ASSINATURA	C.T. Nº
01	Marlene Gomes de Brito Pedrosa	Diretora	—	3.500,00	245,00	3.255,00	Diretora 1 - GB de Fortuna	40.688 88
02	Acrísio de Oliveira Lima	Secret.	—	1.900,00	133,00	1.767,00	Acrísio de Oliveira Lima	50.200
03	Ma. do Socorro Viana Pereira	Prof.	180	1.620,00	113,40	1.506,60	Ma. do Socorro Viana Pereira	38.265
04	Bernardo Galvão Pimental	"	115	2.835,00	198,45	2.636,55	Bernardo Galvão Pimental	104.412
05	Maria da Paz Vasconcelos	"	90	810,00	56,70	753,30	Maria da Paz Vasconcelos	39.617
06	Francisca das Graças Silva Viana	"	180	1.620,00	113,40	1.506,60	Francisca das Graças Silva Viana	03.825
07	Jose de Ribamar C. Branco Pedrosa	"	108	972,00	68,04	903,96	Jose de Ribamar C. Branco Pedrosa	350.206
08	Sebastião Araújo Moreira	"	45	405,00	28,35	376,65	Sebastião Araújo Moreira	50.200
09	Acrísio de Oliveira Lima	"	90	810,00	56,70	753,30	Acrísio de Oliveira Lima	50.200
10	Ma. da Conceição Telles de Araújo	"	90	810,00	56,70	753,30	Ma. da Conceição Telles de Araújo	100.706

Fonte: Conselho Estadual de Educação. Pasta de documentos do Ginásio Bandeirante de Santa Quitéria

³¹⁸ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

³¹⁹ Diretora 4 – GB de Sítio Novo. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de setembro de 2012.

³²⁰ Como já apresentado no capítulo anterior, essa lógica era a seguinte: “Para Ginásios com uma turma, pagamento integral por parte do Estado; duas turmas: pagamento integral de uma turma, mais 75% da segunda; com três turmas: pagamento integral da 1ª, mais 75% da 2ª e mais 50% da 3ª, e assim por diante.

Com o passar do tempo, o Bandeirante continuou sendo apenas um projeto e o trabalho nele continuava se dando através de contratos, frutos de uma parceria entre Estado e Municípios. Encontramos alguns desses contratos firmados entre as duas entidades, onde era explicitado também o *modus vivendis* financeiro firmado entre as duas instâncias:

O pagamento do pessoal docente “salário aula” será feito conjuntamente pela Secretaria e Prefeitura, arcando cada uma das partes convenientes com 50% do valor total a ser pago, independentemente do número de turmas existentes na Unidade Bandeirante.³²¹

Se inicialmente a escassez de professores habilitados para o ensino secundário era fato evidenciado, como informa Barbosa sobre a realidade maranhense vivenciada em 1968³²², em contrapartida, serão abundantes nas entrevistas as referências às formações continuadas oferecidas pelo o Estado:

Naquela época muito difícil a gente tinha que ir pra São Luís, então nós íamos sempre, sempre, meio de ano, final de ano, nós tínhamos uns treinamentos, sabe? mas nós só éramos normalistas.³²³

Participei de vários treinamentos em Imperatriz, aqui mesmo em Amarante às vezes vinha alguém, mas participei de vários. Na época, eu me lembro bem de um que vieram várias pessoas de São Luís dar o primeiro que eu participei. Uma equipe de mulheres, esse aí foi mais ou menos um mês. Tinha deles que era até 3 meses, tinha deles que era uma semana, dois dias, um dia, 3 dias; então eu participei de vários na época.³²⁴

Sempre o Estado ofereceu cursos, sempre. Treinamento nunca faltou. Eu passava era de mês em São Luís, mês de julho, por que naquela época tinha férias em julho, férias em janeiro, dezembro, fevereiro. Hoje é que menino estuda demais e não sabe

³²¹ Ginásio Bandeirante de Godofredo Viana. **Convênio que entre si celebram a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Godofredo Viana para funcionamento e manutenção da Unidade Bandeirante de Godofredo Viana.** São Luís. 16 de março de 1972. Datilografado.

³²² Segundo o pesquisador, naquele ano, dos 701 professores maranhenses que possuíam uma licenciatura, 255 lecionavam no interior do estado. Destes, 217 faziam parte da rede particular e 38 encontravam-se no ensino público. BARBOSA, Roldão Ribeiro. **DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES AO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES:** uma história da instalação e consolidação do Ensino Superior em Caxias (1968 – 1994). Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Educação. UFPI: Teresina, 2011. p. 28.

³²³ Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

³²⁴ Diretora 3 – GB de Amarante. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 07 de dezembro de 2012.

de nada... mas a gente fazia muitos cursos. O Estado oferecia curso demais. Pensava que não, chegavam os convites chamando...³²⁵

O mês que antecedeu a criação dos ginásios foi o mês de julho até a primeira semana de agosto foi treinamento intensivo de 8 a 10 horas diárias para o corpo de professores e para o corpo administrativo: diretor e secretário... em outro período aconteceu em São Luís, através do sistema de televisão educativa que era também uma recém chegada no Maranhão, que por sinal foi uma novidade no sistema e muito bem estruturada.³²⁶

Ao que parece, professores e professoras que moravam perto de um polo maior como Imperatriz, recebiam tais formações nessa cidade, mas São Luís foi assinalada como a principal sede desses encontros.

Desses momentos ficaram guardados certificados, fotografias, lembranças de um tempo que a educação no Estado era “outra”...

Fotografia 2 – Certificado do Curso de Diretores e Secretários dos Ginásios Bandeirantes – 1970



Fonte: arquivo pessoal.

³²⁵ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

³²⁶ Diretora 3 – GB de Amarante. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 07 de dezembro de 2012.

Fotografia 3 – Formação de professores dos Ginásios Bandeirantes em Imperatriz – 1972



Fonte: arquivo pessoal.

Na fotografia acima, a presença de um único homem em meio a tantas mulheres encontra-se em consonância com as muitas listas de professores encontradas nas pastas dos ginásios. Elas constituem maioria absoluta, reflexo de um processo histórico que levou os homens a migrarem paulatinamente para atividades mais rentáveis. Se antes o magistério era principalmente ocupado por eles, as mudanças econômicas do país propiciaram a construção de novas justificativas para a atuação da mulher neste campo, antes circunscritas ao espaço do lar ou quando muito à docência de crianças como extensão da maternidade³²⁷.

Quais eram as bases pedagógicas dessas formações? O Projeto Bandeirante conseguiu na prática por “em xeque”, a velha escola secundária tradicional e clássica? Suas intenções eram uma formação do educando de forma a torná-lo “útil a si mesmo e à comunidade”, e a mesma estava na base de uma proposta que tinha por objetivo “fixar o homem em seu meio”. Era necessário então tornar o ensino ativo, “uma das premissas da escola secundária moderna”³²⁸.

³²⁷ LOURO, G. Mulheres nas salas de aulas. In: Priore, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

³²⁸ Alusão feita na matéria do jornal *O Imparcial*, intitulada: PROFESSORES PERNAMBUCANOS OFERECEM MODERNO CURSO DE DESENHO – ATUAÇÃO DOS EDUCADORES ANSELMO E KALIL MOHANA. **O Imparcial**. São Luís. 26 jan. 1968, ano XXVI, n. 5467. p. 6.

4.1.1 Sala de aula: prática pedagógica

Se a proposta dos ginásios privilegiava o ensino prático e a metodologia moderna, a voz dos ex-alunos irá revelar que foi mínimo o alcance desses objetivos, prevalecendo a tendência conteudista do secundário clássico.

Foi o conceito de cultura escolar proposto por Julia que nos permitiu o confronto entre as propostas do Projeto Bandeirante e a prática docente dos seus ginásios. A definição do autor sobre cultura escolar foi elucidativa neste percurso:

[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).³²⁹

Era o aluno ativo, útil ao seu meio, o homem a ser formado por esses ginásios. As disciplinas práticas deveriam ser privilegiadas e uma nova didática seria desenvolvida pelo corpo docente. No entanto, é importante assinalar que, se por um lado, esse aluno deveria ser ativo em sala de aula como estratégia de formação de um perfil econômico atuante em seu município, por outro, é o Regimento Interno desses Ginásios que apontará os limites desse ideal a partir de um rol de condutas a serem inculcadas no corpo discente. É quase “militar” a submissão proposta no campo “das Proibições” registradas no Regimento Interno que deveria guiar as relações nos Ginásios Bandeirantes. A ordem, o respeito hierárquico, o não questionamento ao trabalho docente, a uniformização perfeita, a não promoção de qualquer desordem política nos corredores do estabelecimento são seguidas das penalidades previstas para o desacato a essas proibições³³⁰.

Quanto à atuação dos professores e professoras, ao comprometimento político-pedagógico e ideológico da Educação Moral e Cívica, somavam-se proibições perpassadas pela ordem política instaurada, direcionadas tanto a eles quanto aos alunos. Assim, no mesmo Regimento Interno pode-se ler:

³²⁹ JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

³³⁰ MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Regimento Interno dos Ginásios Bandeirantes**. 1968. Mimeografado.

Ao Professor é vedado:

d. Aproveitar-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais;

e. Fomentar direta ou indiretamente atitudes de indisciplina e agitação

É expressamente proibido aos alunos:

l. Promover desordem de caráter político.³³¹

Apresentando a importância dos agentes responsáveis pela internalização de normas e práticas no interior escolar, a saber, os professores, Julia afirma:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.³³²

A análise do Regimento Interno dos GB's à luz do que propõe Julia nos permite conceber uma contradição entre a formação para o protagonismo explícita no Projeto Bandeirante e a atuação de um professor dócil, não questionador da realidade dada e que deveria também, politicamente, formar alunos com as mesmas características.

Se por um lado, o caráter arbitrário e a socialização política do golpe militar perpassavam documentos, currículo, enfim, as propostas educacionais do *Maranhão Novo*³³³, por outro, era forjado em torno desse mesmo golpe um universo simbólico que o interpretava como “revolução”. A partir da “Revolução de 64”, o Maranhão experimentara a libertação do arcaísmo garantida com a moralização das últimas eleições, bem como o contínuo apoio fornecido ao governo que se instalara em 1966. Ao falar sobre o desenvolvimento do Estado nos quatro anos de sua administração, José Sarney reforçava tal interpretação:

Todo esse esforço somente se tornou possível graças à Revolução de março de 1964. Se para o País como um todo ela era urgente, para o Norte era inadiável. [...]

³³¹ MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Regimento Interno dos Ginásios Bandeirantes**. 1968. Mimeografado.

³³² JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

³³³ BOMENY, Helena. **Paraíso tropical: a ideologia do civismo na TVE do Maranhão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

Por incrível que pareça, esse sistema feudal chegou até 1964. Por isso, a Revolução, nestas plagas, era inadiável.³³⁴

Não apenas em nível discursivo, o simbolismo da chamada “Revolução de 64” era reforçado a partir de comemorações que tornavam o dia “31 de março” uma data cívica no Maranhão. Sobre isso, era noticiado acerca do GB de Humberto de Campos:

O Estabelecimento vem realizando solenidades cívicas, desfiles, palestras para os alunos e comunidade local, tendo já comemorado o aniversário da Revolução de 64, sete de setembro, dia do professor, dia da Bandeira e outras datas significativas.³³⁵

Nas comemorações da “Revolução” discursava o Governador: “Ela abriu caminhos novos e seus chefes são lembrados com gratidão e respeito: Castelo Branco, Costa e Silva, e uma grande confiança na continuidade desse esforço, sem medidas, pelo Presidente Médice”. Assim, é que no calendário do Departamento de Ensino de 1º Grau, para o ano de 1976, destacava-se o dia 31 de março como feriado dedicado ao dia da “*Revolução Brasileira*”³³⁶.

Que concepção cultural, disciplinar e educacional prevaleceu nas práticas docentes desses ginásios? Ao que parece, o secundário com forte ênfase conteudista não fora superado no cotidiano destes. A tradicional aula expositiva, o decorar de conteúdos através de questionários infintos continuaram na base pedagógica de professores e professoras, imersos na cultura social de um período pautado no autoritarismo e relações hierarquizadas, bem como em uma cultura educacional que não poderia ser superada de uma hora para outra.

A rigidez na relação professor e aluno, a prática de exames que combinavam “as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza”³³⁷, faziam parte da realidade avaliativa de uma época:

³³⁴ MARANHÃO. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem do governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado**. São Luís: SIOGE, 1970. p. 4.

³³⁵ GINÁSIO BANDEIRANTE EM HUMBERTO DE CAMPOS. **O Imparcial**. São Luís, 03 abr. 1968, ano XIII, n. 4563, p. 5.

³³⁶ MARANHÃO. Departamento de Ensino de 1º Grau. **Calendário Escolar – 1976**. SENEC. São Luís, 1976.

³³⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

Meu cardápio de professor era muito perigoso. Os alunos tinham uma raiva de mim que era uma coisa absurda, era aluno que não queria nada, por que comigo ou estudava ou não passava. Ainda hoje tem aluno que não gosta de mim. Eu não deixava o aluno colar. Era o seguinte, na hora que eu chegava na classe, que ia fazer um teste, eu olhava e já sabia quem estava com cola... eu nem ligava praquele aluno... eu fazia de conta que ele não tava na sala... aí eu vinha por trás, quando ele tava bem despreocupado, pegava a prova dele e isso me tornou um professor que até hoje tem aluno que não gosta de mim... eu era rígido demais.³³⁸

Eu aplicava prova e ia pro corredor, mas aluno nem se mexia; eu nem sei como é que isso acontecia [...]. Dura não era eu não, dura era a de matemática e a de geografia.³³⁹

Uma vez nós respondemos uma prova de português, meu Deus, ela tinha 80 questões!. Nós saímos dessa escola à noite, já quase de madrugada, respondendo essa prova... uma interpretação horrível.³⁴⁰

Eu me lembro que as madrugadas, eu tinha uma amiga... a gente estudava, ia dormir muito tarde estudando e estudava também nas madrugadas pra conseguir as médias, era muito, muito forçado mesmo, muita coisa pra decorar, muita decoreba.³⁴¹

Se o exame era uma das principais marcas legitimadoras da autoridade docente e da cobrança de conteúdos clássicos que deveriam ser decorados, as lembranças sobre as aulas complementam o traço tradicional dos perfis de vários GB's:

Uma coisa deixava a desejar: era a didática. Os professores não tinham formação didática, qualquer pessoa que tinha feito um curso, ou tava mais adiante que nós poderia ser professor contratado pelo colégio bandeirante. Por exemplo, tinha um professor de matemática que não era formado por nenhuma faculdade e sabia um pouquinho mais e era professor de matemática e não tinha didática pra lecionar. Então, isso culminava com o quê? Muita reprovação por que ele não sabia lecionar. Não tinha nenhum professor formado em faculdade. A professora de língua portuguesa, que era minha sobrinha, ela tinha apenas o ginásio...³⁴²

A metodologia não tinha muita diferença, em comparação ao primário. Quando eu fiz de primeira a quarta série a gente tinha muito que, tinha que ler o livro, responder os questionários, né? [...]. No Bandeirante não mudou muita coisa não, eram aulas expositivas, né? E também tinha a questão ainda do questionário. Você tinha a obrigação de aprender aquele conteúdo fechado, por que a avaliação era feita em cima daquilo ali. A diferença que a gente percebeu assim, eu lembro bem disso é que nós tínhamos no primário, professores que às vezes só tinham o primário também dando aula para o primário e no ginásio nós tínhamos professores que eram

³³⁸ Professor 4 – GB de Grajaú. **Entrevista concedida.** Grajaú, 07 de dezembro de 2012.

³³⁹ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

³⁴⁰ Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

³⁴¹ Aluna 6 – GB de Presidente Dutra. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 11 de outubro de 2012.

³⁴² Aluno 1- GB de Bacabal. **Entrevista concedida.** São Luís, 22 de junho de 2012.

as normalistas e que vieram de São Luís... professoras que tinham o curso normal que vieram de São Luís para trabalhar aqui.³⁴³

As metodologias eram assim bem mesmo ainda no estilo de antes mesmo, era muito questionário. Os professores de quem eu me lembro bem que era português e matemática, eles já incentivavam a questão da leitura. Chamavam a gente pra ir a frente fazer leitura fila por fila, muita leitura... até a forma da gente sentar era tudo muito certinho...³⁴⁴

A gente sentava, por que hoje o aluno expõe, o aluno vai pra frente, mas naquela época não. Todo mundo era tímido demais, mas o professor passava horas e horas explanando aquela aula sabe? Dando exemplos, caligrafias lindas naquele tempo que o pessoal tinha umas caligrafias muito bonitas, coordenação motora muito bem feita e agente gostava, eu gostava das aulas deles, né?... só que também, a gente ia muito carregado pra casa, era trabalhos que você tinha que fazer em casa tudo à mão... Questionário demais e não eram assim 10 questionários não, era 50 perguntas, 100 perguntas... você tinha que pesquisar tudo. Você era obrigado a estudar, por que você tinha que responder aqueles questionários... era à base de questionários. Por que a gente tinha que estudar muito? Você tinha que responder, tinha que levar aquilo pronto; o professor não deixava de passar um visto, de um por um, e a gente tinha medo do visto dele, né? Quando era vermelho já era reprovativo, quando era azul era aprovativo.³⁴⁵

As aulas, assim que começou, eram muito expositivas por que não tinha muito material, vinha da capital e não atendia a demanda. A gente não tinha livro, fazia mais era copiar, por exemplo, eu tinha um caderno de didática que eu copiava todas as aulas... os livros a gente recebia um, ou então era um pra quatro colegas, era assim e a demanda quando começou era grande e nós não tínhamos livros, então nas aulas, o professor colocava no quadro, a gente copiava depois quando era pra estudar no dia de prestar exame a gente passava a limpo pra outro caderno do borrão... Tinha todo tipo de professor, tinha o que colocava no quadro e ficava explicando parágrafo por parágrafo, mas tinham outros que não explicavam, jogava, a gente copiava aí ia estudar pra poder responder as provas...³⁴⁶

São as categorias de análise adquiridas ao longo do trajeto em outros espaços educacionais que permitem ao aluno 1, associar a falta de didática e o despreparo dos professores em nível universitário ao alto índice de reprovação vivenciado no GB de Bacabal. Constantemente sua fala recorre ao pensamento educacional de Paulo Freire para dizer que os professores não “ligavam o que ensinavam à vida dos alunos” ou não permitiam o diálogo em sala de aula. Era só transmissão de conteúdos que deveriam ser copiados e reproduzidos

³⁴³ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

³⁴⁴ Aluna 6 – GB de Presidente Dutra. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 11 de outubro de 2012.

³⁴⁵ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

³⁴⁶ Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

posteriormente³⁴⁷. As críticas a esse modelo constituem-se a base de suas memórias.

Para os alunos 3, 6, 2 e 4 ficaram também as lembranças das aulas expositivas, “continuidade das aulas do primário”, as cópias de conteúdos devido à falta de livros, o decorar de questionários extensos que seriam cobrados posteriormente nas provas, o sentar-se corretamente para ouvir os professores, únicos senhores da voz e da verdade. Até mesmo a cor da caneta no visto do professor poderia servir como instrumento de sanção ou aprovação neste ginásio em que tudo “era disciplinado”, “tudo era organizado”, segundo a fala da aluna 6.

Como já foi posto, uma das tentativas iniciais de superação do velho modelo de ginásio tradicional foi o investimento em formação dos professores através de encontros. Se quando questionados sobre a qualidade das formações recebidas, as respostas desses docentes foram vagas, sendo repetida em tom melancólico a frase: “eram boas”, em resposta a outra pergunta, pôde-se perceber que, se a prática docente tinha como marca a pedagogia tradicional, as formações recebidas eram assim também:

Naquela época professor se empenhava muito, de acordo com a época, fazia os planos de aula... nós tínhamos reuniões com os docentes pra decidir as coisas pra ver... hoje eu vejo as coisas e eu acho diferente e às vezes eu sorrio: poxa como era diferente a forma, ensinar matemática hoje... você aprendia tabuada, ia direto... era o tempo da palmatória... era uma forma que o aluno aceitava normalmente, nós aplicamos da maneira que nós fomos orientadas, fazíamos os cursos em São Luís... vinha fiscalização pra cá, vinha inspetor na época, era tudo medido e contado, a gente tinha medo de falhar que só... tinha medo por que era chamado atenção, ninguém queria perder emprego, né?³⁴⁸

Segundo a depoente, devido ao medo de “perder o emprego” as orientações de São Luís eram seguidas à risca, e o seu cumprimento vigiado a partir da visita do inspetor. Ficamos nos perguntando se a palmatória era também utilizada no secundário ou a entrevistada, que também era professora do primário na época, fundia neste momento suas lembranças de atuação nos dois níveis.

O triunfo da cultura humanista e do secundário clássico no cotidiano dos Bandeirantes só não fora completo devido às exceções propostas pela prática de disciplinas como técnicas agrícolas e as de ciências. No entanto, dependendo da

³⁴⁷ O aluno apresentou o professor de Técnicas Agrícolas como única exceção do corpo docente. Suas memórias das aulas desse professor serão apresentadas mais adiante.

³⁴⁸ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

estrutura física oferecida aos ginásios ou a falta de autodidatismo docente, elas poderiam acontecer de forma essencialmente teórica. A heterogeneidade mais uma vez é marca das realidades desses ginásios. Foram apenas duas referências a professores com alguma formação na área de Técnica Agrícola que encontramos ao longo das entrevistas:

Eu tinha feito esse curso em Teresina. Dom Avelar, quando ele foi o Arcebispo do Piauí, deu esse curso para as professoras primárias. Nesse tempo eu era professora primária. Ele orientava os alunos a fazerem as hortas no próprio terreno da escola, quando tinha, a fazer prática de Técnica Agrícola. Esse curso foi muito bom, nós estudávamos o cultivo da terra, a pequena lavoura...³⁴⁹

Tinha uma disciplina que não tinha em lugar nenhum, chamada Agricultura, o nome do professor era Adler ... ele era técnico em agricultura. Talvez era o único que tinha assim um grau de cultura pra lecionar. Ele adotava o modelo do Paulo Freire pra levar a gente a campo. Era muito comum ele nos levar às fazendas da vizinhança. Ele levava a gente pra ver as ordenhas, os estêrcos, os animais...³⁵⁰

Na maioria dos ginásios a realidade era outra. A falta de formação docente específica para essa área associada a estruturas físicas plurais foram ressaltadas e, sobre esse segundo aspecto, falaremos no item a seguir, que trata da estrutura física desses ginásios e da relação desse espaço com o currículo proposto.

Se no início do Projeto Bandeirante era latente a carência de professores habilitados para o secundário, quadro esse que permanecerá durante bastante tempo em alguns ginásios, as entrevistas revelaram que essa não era realidade única em todas essas instituições. Para muitos professores, o Ginásio Bandeirante foi o impulso para suas caminhadas rumo à formação em nível superior:

[...] aí foi fundada a faculdade de Caxias, lá em cima do morro do Alecrim [...] aí nessa época nós fomos fazer esse curso pra lá estudar; fizemos o vestibular, passamos e cursamos... o Estado dava a bolsa, era tudo com bolsa. Nós só alugávamos a casa. Eu terminei em 73 [...] todo período de férias nós passávamos em Caxias estudando. Cada uma, das seis que vieram, escolheram um área... tinha uma área que preferia, né? Nós quase morávamos em Caxias... já tava tão viciada que eu queria era morar lá...³⁵¹

Depois, com a vinda da UFMA para Imperatriz, aí nós corremos pra UFMA... que a gente sentiu a necessidade, né? A gente sentiu a necessidade de melhorar a

³⁴⁹ Diretora 6 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 05 de outubro de 2012.

³⁵⁰ Aluno 1 – GB de Bacabal. **Entrevista concedida.** São Luís, 22 de junho de 2012.

³⁵¹ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

qualidade do trabalho da gente, de melhorar o salário, essa coisa de profissionalismo, e aí todo mundo foi fazer faculdade em Imperatriz.³⁵²

Foi o ginásio Bandeirante que me estimulou a fazer o curso superior de História em São Luís, né?³⁵³.

É interessante notar que a escolha do polo de formação, por razões óbvias, era aquele que se encontrava mais próximo dessas professoras. Para a Diretora 1, o estudo no período de férias era um tempo prazeroso e a assertiva de que “naquele tempo era tudo diferente, o Estado realmente investia em professor” era ilustrada pelas bolsas concedidas para sua formação e as de suas colegas em Caxias. Na fala da Diretora 2, foi o desejo de aperfeiçoamento do trabalho e de melhoria salarial que a impulsionou a querer mais: “o Bandeirante foi um abrir de novos horizontes”, acrescentando depois que o ginásio foi a base de toda a educação que hoje seu município possui. Para a professora 1, o “marco de muita luz” trazido pelo Bandeirante para o seu município incentivou não apenas a juventude a prosseguir estudando, mas também os professores e por isso, depois de dois anos lecionando no GB de Anajatuba, ela decidiu ir para São Luís fazer um curso de licenciatura em história: “hoje sou historiadora devido ao Ginásio Bandeirante”, resumindo a contribuição desse para sua vida.

Se a falta de um corpo docente formado para o secundário foi um dos principais “entraves” na implantação da ideia de modernidade nos Ginásios Bandeirantes, aspecto esse a ser resolvido em longo prazo e experimentado de maneira absolutamente plural por essas instituições, que espaços e recursos foram oferecidos a professores e alunos pelo Projeto Bandeirante? ou ainda, que vestígios o tempo e a memória conservaram de forma a nos permitir um enriquecimento na análise entre proposta do projeto e prática escolar desses ginásios?

4.2 Artefatos materiais: vestígios de um desbravamento

Teve época que a gente teve que trazer a cadeira de casa pra sentar por que não tinha. Estudamos com lampião nas salas, por que quando o ginásio começou a

³⁵² Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

³⁵³ Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

*energia vinha da paróquia, depois foi que veio a rede elétrica.*³⁵⁴

*A farda também diferenciava das outras fardas, era uma farda inovadora...*³⁵⁵

Na trajetória da pesquisa quer em arquivos, bibliotecas ou entrevistas, os artefatos materiais foram se apresentando a nós, oferecendo-se como ajudantes contadores do cotidiano dos Ginásios Bandeirantes. Estes vestígios foram se revelando cada vez mais como fontes da história intraescolar desses ginásios bem como indicativos dos traços da história cultural de uma época. Era como se dissessem: “estamos aqui, olhe para nós, podemos oferecer várias ‘pistas’ sobre essa história”. Impossível deixá-los de fora!

Foi com Souza que se deu a iniciação sobre a importância desses materiais encontrados ao longo da nossa trajetória investigativa. A autora nos convidou a uma desnaturalização do olhar sobre esses artefatos, como primeiro passo para a integração desses nesta análise:

[...] embora tomemos quase sempre como um pressuposto natural, os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar.³⁵⁶

Se os artefatos materiais poderiam nos ajudar a pensar sobre a cultura escolar dos Bandeirantes, era necessário ainda inseri-los em uma perspectiva maior, ou seja, as relações entre esses ginásios e seus vestígios e a sociedade da época que os circundavam. Era importante compreender que se esses vestígios são indicativos da cultura desses espaços educacionais e que precisavam ser relacionados a um contexto cultural maior. Para Escolano,

Os textos, o mobiliário, os espaços e todos os elementos que compõem o conjunto escolar falam também de nossos modos de pensar e sentir, dos sistemas de valores que orientam a educação,

³⁵⁴ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

³⁵⁵ Aluno 1 – GB de Bacabal. **Entrevista concedida.** São Luís, 22 de junho de 2012.

³⁵⁶ SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

da intra-história da escola e das relações desta com a sociedade de cada época.³⁵⁷

Os testemunhos orais e as fotografias foram nossas principais fontes sobre o fardamento escolar, o espaço físico e o mobiliário oferecidos aos Ginásios Bandeirantes, incluindo ainda as listas dos instrumentos do gabinete de ciências e acervos das Bibliotecas. Foram esses os artefatos que mais sobressaíram durante a pesquisa e são eles que apresentaremos ao nosso leitor, convidando-o a inseri-los em uma época, em uma sociedade, bem como em uma proposta de política educacional pública, enriquecendo a imaginação sobre o cotidiano desses ginásios.

4.2.1 Prédios escolares e mobiliários

Como já apresentado no capítulo anterior, os grupos Escolares são os principais espaços que abrigaram os Ginásios Bandeirantes. Neste ponto, ressalta-se uma das parcerias, que deveria existir entre estado e municípios, prevista no Projeto. A prefeitura deveria apresentar as possibilidades de prédios existentes nas cidades, comprovando a partir de fotografias e relatório as condições existentes para a instalação de um GB. A vinda posterior da inspetoria estadual deveria atestar o que já fora explicitado nesses relatórios. Quando analisada em série, a documentação que descreve as estruturas físicas desses prédios revela a pluralidade delas, bem como apontamentos sobre os espaços da materialização do currículo, que será tratado adiante:

O prédio no qual irá funcionar o ginásio, pertence ao Estado e está conservado. Possui 6 salas de aula, um pequeno reservado onde irá funcionar a secretaria, dois sanitários (Bons), uma pequena área coberta a qual será destinada para a recreação dos alunos, já foi instalada uma caixa d'água (...) ³⁵⁸.

É um prédio recuperado, que se encontra em perfeito estado para funcionamento do Ginásio. Possui 5 salas de aula, salas para Diretoria, Secretaria, gabinete de ciências, para preparação de merenda escolar; uma área coberta de 8x12m para recreação, 5

³⁵⁷ VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A. ESCOLANO, B. **Currículo, espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: DPA, 1998. (grifo nosso).

³⁵⁸ Ginásio Bandeirante de Peri Mirim. **Relatório de Inspeção**. José Geraldo de Menezes Mendonça – Inspetor. São Luís, 05 de janeiro de 1968. Datilografado.

aparelhos sanitários, água encanada, luz elétrica e uma área livre para práticas de técnicas agrícolas³⁵⁹.

O Ginásio funcionará no prédio do Grupo Escolar “Leôncio Rodrigues”, atualmente reformado, que favorecerá o conforto dos alunos.³⁶⁰

O prédio, embora não tenha passado recentemente por reparos, apresenta condições aceitáveis para instalação dos ginásios. Paredes: alvenaria – Piso: cimento – Portas: de madeira – Janelas: de madeira – Pintura: regular – Instalações hidráulicas: aceitáveis – Instalações elétricas: não dispõe. Dispõe de 5 salas próprias para aula, diretoria, área coberta para recreio e pequena área para técnicas agrícolas³⁶¹.

Como solução econômica viável, durante o dia essas estruturas continuariam a funcionar com o primário e à noite, quando normalmente estavam fechados, passariam a abrigar o ginásio, o que foi providencial para um público adulto e trabalhador que, pelo menos inicialmente, constituiu-se maioria absoluta no corpo de alunos.

Foi interessante perceber que um mesmo espaço físico escolar pode assumir representações simbólicas diferentes de acordo com os graus de escolaridade que abriga em seus turnos. Se durante o dia o mesmo Grupo Escolar, era também chamado de “grupim”, à noite o *status* social do mesmo prédio era transformado e passava a ser chamado de “Ginásio”. Em alguns lugares visitados, percebeu-se que, à época, com a chegada do Bandeirante, as comunidades substituíram o nome do grupo escolar por “Ginásio Bandeirante”, designando o espaço físico pelo grau de ensino de maior prestígio social.

Mas, nem só de aproveitamentos existiu o Projeto Bandeirante. Houve sim lugares onde foram construídos prédios específicos para esses ginásios, claro que numa proporção bem menor se comparado ao aproveitamento de estruturas existentes. Encontramos pelo menos três na trajetória da pesquisa: Lima Campos, Bacabal e Timon. Sobre o GB de Lima Campos, o prefeito informava no histórico da cidade em 1969: “Como é sabido, o Estado está construindo em convênio com o

³⁵⁹ Ginásio Bandeirante de Urbano Santos. **Relatório de Inspeção.** Lourival Castelo Branco – Inspetor. São Luís, 14 de fevereiro de 1969. Datilografado.

³⁶⁰ Ginásio Bandeirante de Primeira Cruz. **Relatório de Inspeção.** Auzairz Frazão – Inspetora. 1969 (s.d). Datilografado.

³⁶¹ Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida. **Relatório de Inspeção.** Eneida Canedo – Inspetora. São Luís, 23 de abril de 1970. Datilografado. (grifo nosso).

Município um prédio destinado à instalação do Ginásio Bandeirante de Lima Campos³⁶². Sobre a sua estrutura física, a inspetora informava:

O prédio é de propriedade do Estado para funcionamento do Ginásio. Tem um só pavimento em forma de “I” dispõe de área construída e área utilizável para práticas esportivas e técnicas agrícolas. Além de 4 salas próprias para aula que já estão em condições de ser utilizadas. As salas para a Diretoria e Secretaria, cantina, sala especial de reuniões, sala para a biblioteca e sala para Ciências estão em fase de acabamento.³⁶³

Ao que parece, havia uma preocupação com o atendimento dos espaços propostos pelo currículo nos prédios que foram construídos especificamente para os Ginásios Bandeirantes. No GB de Lima Campos estava em fase de acabamento as salas específicas para o gabinete de ciências e a biblioteca, além de existir área específica para as aulas de técnicas agrícolas. Informações semelhantes foram nos oferecidas pela ex-diretora do GB de Timon, também construído especificamente para um ginásio do projeto Bandeirante.

Pode-se imaginar pelas memórias do ex-aluno a seguir, o impacto causado por essa construção em uma cidade onde inexistiam “escolas construídas pra ser escolas”, o que tornava o GB de Bacabal uma escola “moderna”, quando comparado a outros espaços escolares daquele município:

Mas foi um colégio muito assim, moderno, principalmente assim, por ele ser feito pra ser um colégio, principalmente em relação aos outros que eram adaptados, saíram emendando, onde era um quarto, juntava com uma sala...³⁶⁴

Se os signos arquitetônicos do espaço onde funcionaria o Ginásio Bandeirante de Cajapió lembram mais uma residência familiar, é porque naquela época era realmente comum, no interior do Maranhão, se aproveitar prédios residenciais e adaptá-los para escolas, confirmando o depoimento do entrevistado acima.

³⁶² Ginásio Bandeirante de Lima Campos. **Histórico da cidade**. Cássio Mota – Prefeito. Lima Campos, 27 de novembro de 1969. Datilografado.

³⁶³ Ginásio Bandeirante de Lima Campos. **Relatório de inspeção**. Eneida Canedo. Inspetora de Ensino Médio. São Luís, 07 de abril de 1970. Datilografado.

³⁶⁴ Aluno 1 – GB de Bacabal. **Entrevista concedida**. São Luís, 22 de junho de 2012.

Fotografia 4 – Ginásio Bandeirante de Cajapió - 1970



Fonte: Pasta do GB de Cajapió. Conselho Estadual de Educação.

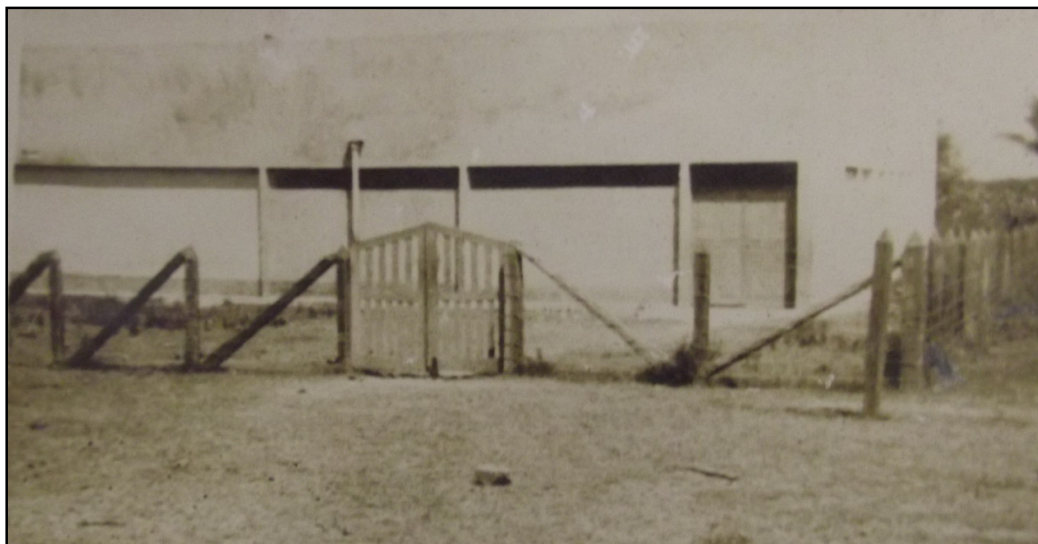
É contrastante a fachada do Grupo Escolar Carneiro de Freitas- Peri Mirim e a do Grupo Escolar Leôncio Rodrigues, onde funcionaria o GB de Primeira Cruz, reforçando o fato de que as condições físicas onde funcionaria cada ginásio variavam de cidade para cidade.

Fotografia 5 – Ginásio Bandeirante de Peri Mirim - 1968



Fonte: Pasta de Documentos do Ginásio Bandeirante de Peri Mirim. Conselho Estadual de Educação.

Fotografia 6 – Ginásio Bandeirante de Primeira Cruz - 1968



Fonte: Pasta de Documentos do Ginásio Bandeirante de Primeira Cruz. Conselho Estadual de Educação.

Uma ex-aluna do GB de Fortuna lembra a “saga” inicial dos alunos daquele ginásio no que diz respeito à falta de espaço físico e mobiliário básico. Não apenas o grupo escolar que abrigaria aquele GB não estava preparado, como atesta o relatório do inspetor: “O prédio está sofrendo reparos cujas obras estão muito atrasadas, não estando ainda terminada nem a etapa do reboco”³⁶⁵, como também não havia mobiliário para atender a demanda:

Na época, a gente levava o nosso material: uma mesinha com uma área de pôr os cadernos e a cadeira. Era em uma sala precária, a demanda foi grande, ficamos em um salão. Primeiro no Grupo Escolar Getúlio Vargas, depois no salão do Martin Costa... Aí depois houve uma reforma no Grupo Escolar Rio de Janeiro... foi um “deus nos acuda”, mas o esforço foi bom...³⁶⁶

A falta de carteiras para sentar também foi lembrada pelo ex-aluno do GB de João Lisboa:

Aqui nós tivemos dificuldade em tudo. Teve época que a gente teve que trazer a cadeira de casa pra sentar, né?³⁶⁷.

³⁶⁵ Ginásio Bandeirante de Fortuna. **Relatório de inspeção**. Eneida Canedo. Inspetora de Ensino Médio. São Luís. 02 fev.1970. Datilografado.

³⁶⁶ Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida**. Fortuna, 20 outubro de 2012.

³⁶⁷ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida**. João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

Na iconografia de outros ginásios, foram encontradas realidades diferentes daquelas apresentadas nas falas acima. Nela são expostos espaços internos e mobiliários básicos na tentativa de comprovação de condições mínimas para a instalação de um Bandeirante.

Aproveitando o espaço de amostra da estrutura física, o prefeito de Palmeirândia tentava comprovar também a existência de um corpo de alunos. A sala repleta, misturando adolescentes e adultos, estes localizados mais ao fundo, revela também a chegada tardia do maranhense a este nível de ensino, além de oferecer informações sobre o mobiliário da época, fardamento e etc. A ausência de material escolar sobre as carteiras, os alunos devidamente fardados e o ambiente limpo, apontam para as intenções de transmissão da ideia de higiene, ordem e organização do espaço. Pode-se imaginar ainda que o aviso sobre tal fotografia deva ter sido dado em dia ou dias anteriores, devido a uniformização perfeita dos alunos.

Fotografia 7 – Sala de aula do Ginásio Bandeirante de Palmeirândia - 1971



Fonte: Pasta do Ginásio Bandeirante de Palmeirândia. Conselho Estadual de Educação.

Já na imagem a seguir, na tentativa de comprovação de um mínimo de recursos materiais pertencentes ao futuro ginásio de Cajari, se mostrava mesas, carteiras, uma máquina de escrever ao centro e um mapa do corpo humano ao fundo.

Fotografia 8 – Interior da sala de aula do GB de Cajari - 1969



Fonte: Pasta do Ginásio Bandeirante de Cajari. Conselho Estadual de Educação.

O destaque para a máquina de escrever, “deslocada” na sala de aula, apontando para o fato de que fora colocada lá de propósito para a fotografia, deve ser compreendido à luz do que significava possuir recurso tecnológico. Assim, é que, no histórico de Cajari, o narrador informa: “Na sede há inúmeros aparelhos de rádios, um televisor e uma amplificadora de propriedade particular”³⁶⁸. Na documentação, não é difícil encontrar um relato minucioso de todo o material permanente existente na escola onde seria instalado o futuro ginásio.

A presença do Gestor municipal em uma das fotografias do futuro GB de Magalhães de Almeida suscita algumas perguntas: seria uma oportunidade para mostrar a si mesmo à administração estadual e/ou enfatizar um profundo interesse na instalação do ginásio naquela cidade?

³⁶⁸ Ginásio Bandeirante de Cajari. **Histórico do Município de Cajari**. Cajari, 03 mar.1969. Datilografado.

Fotografia 9 – Sala de aula do futuro Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida - 1970



Fonte: Pasta do Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida. Conselho Estadual de Educação.

Observa-se que aqui, as carteiras, modelo para dois alunos³⁶⁹, são diferentes das individuais, apresentadas nas imagens anteriores, suscitando a imaginação sobre as saídas que precisaram ser encontradas pelos professores desses ginásios para a prática das provas individuais tão recorrentes neste grau de ensino³⁷⁰. Como responder a um teste escrito na mesma mesa sem “olhar” a resposta de quem está sentado ao lado? A pergunta suscita ainda a imaginação sobre os possíveis conflitos gerados por essas estruturas no atendimento a graus de ensino diferenciados. Talvez tenha sido a especialização do exame individual que fizera desaparecer do ambiente escolar esse modelo de carteira.

³⁶⁹ Nos relatórios de inspeção de vários outros ginásios, foram encontradas referências às carteiras, modelo para dois alunos. No relatório do futuro GB de Mirador, por exemplo, encontra-se a seguinte lista de material permanente: “Carteiras duplas: 70; armários: 5; cadeiras: 140”. Ginásio Bandeirante de Mirador. **Relatório de Inspeção**. Eneida Canedo. Inspectora do Ensino Médio. Datilografado.

³⁷⁰ No Regimento Interno dos Ginásios Bandeirantes encontra-se uma alusão à frequência da avaliação escolar: “Compete ao professor fazer, no mínimo, duas verificações do rendimento por mês, entregando médias até o 5º dia útil do mês seguinte”. MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Regimento dos Ginásios Polivalentes do Projeto Bandeirante**. 1968. cap. 2. alínea d, p. 7. Mimeografado.

Pode-se inferir que esta não padronização de mobiliário e estrutura física para os Ginásios Bandeirantes, no mínimo, problematiza a coerência entre a proposta de ginásio “moderno” e espaço físico oferecido. Ao que parece, aproveitava-se o que já existia, quer nos grupos escolares ou em outros espaços onde os mesmos seriam instalados. Em casos específicos, percebeu-se que ficava até mesmo a cargo dos alunos resolverem a ausência de mobiliário básico. Falta-nos a iconografia de um ginásio construído pelo próprio projeto, o que nos permitiria analisar melhor os móveis, a estrutura física e os artefatos escolares adquiridos para o mesmo.

Nos lugares onde o Ginásio Bandeirante teve uma expressão maior para a cidade, esses prédios ainda hoje são chamados de “Bandeirante”, revelando que o *status* inicial conferido pela comunidade ao ensino secundário permaneceu até mesmo com a mudança de nomes dos grupos escolares que um dia os abrigara. São as placas do espaço que um dia acolheu o GB de Sítio Novo e a solicitação de informação sobre sua localização ao chegarmos naquela cidade que, de certa forma, ilustram essa parte da história:

Fotografia 10- Grupo Escolar Parsondas de Carvalho



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 11- Unidade Integrada Parsondas de Carvalho



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 12: Complexo Educacional Parsondas de Carvalho



Fonte: Arquivo pessoal.

Se foi no Grupo Escolar “Parsondas de Carvalho” que o Ginásio Bandeirante de Sítio Novo foi instalado e se este espaço já se encontra em sua terceira designação - “Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Parsondas de Carvalho”, ainda hoje, ao se chegar na cidade, é só perguntar onde era o Ginásio Bandeirante que a comunidade informa com muita facilidade a localização do mesmo, revelando a importância desse ginásio para aquela cidade e o não apagamento de sua memória, mostrando ainda que o sentido simbólico de uma instituição escolar pode sobreviver mesmo inexistindo suas referências em monumentos físicos. A fala do entrevistado de outra cidade é bem ilustrativa neste sentido:

Você não sabia o que era o ginásio, né? [...] ele foi durante muito tempo uma escola que ficou como referência: “eu sou aluno do Bandeirante”, até hoje ainda tem gente na cidade que diz assim: onde é que teu filho estuda? No Bandeirante!³⁷¹

Como se percebeu, o aproveitamento do que existia nos municípios foi a principal marca dos espaços físicos e mobiliários oferecidos aos Ginásios Bandeirantes, revelando mais uma vez uma “revolução” educacional com base na racionalização de recursos. Em complemento a esse quadro, nos vem agora a necessidade de analisar os espaços propostos pelo currículo do Projeto Bandeirante, a saber, a Biblioteca, o Gabinete de Ciência e a horta procurando

³⁷¹ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

compreender a articulação dos mesmos na prática educacional desses ginásios. Como estes foram providenciados? E ainda, que vestígios materiais desses lugares de aprendizagem sobreviveram ao tempo?

4.2.2 Gabinete de Ciências, Biblioteca e Horta

Os documentos encontrados sobre os GB's são ricos em referências aos materiais didáticos para as aulas de ciências, geografia e ainda sobre o acervo que deveria possuir as bibliotecas de cada ginásio³⁷². O Projeto previa que, “o material audiovisual mínimo indispensável *será*, igualmente fornecido pela SENECS”³⁷³. Foi a história oral que veio complementar a possibilidade de análise do uso desses materiais no cotidiano dos ginásios, e de certa forma, ao lado dos documentos, preencher a lacuna de sua inexistência física na atualidade. O tempo ou o descaso com sua conservação tratou de apagá-los de sua existência material. O contexto cultural que os envolvia e os produzia já foi assinalado no capítulo anterior e cabe-nos agora citá-los e ainda analisá-los na perspectiva da circulação do seu uso no interior dos Bandeirantes, bem como os espaços onde eles seriam instalados.

Quanto ao **gabinete de ciências**, nos relatórios de inspeção e informações fornecidas pelas prefeituras apresentavam-se possíveis condições para a instalação destes: “Além de cinco salas acima especificadas, existe outra com as mesmas dimensões, destinada ao gabinete de ciências”³⁷⁴; de outro ginásio se lê a informação: “Possui [...] mesas para pesquisas de ciências”³⁷⁵. Percebe-se por essas indicações que, se em alguns ginásios existiam uma sala específica para o Gabinete, em outros, as referências são apenas às mesas onde seriam feitas as pesquisas e experimentos. Sobre o GB de Mirador, a inspetora informava em relatório que o espaço físico encontrado deveria “[...] ser acrescido de três salas

³⁷² Não encontramos nenhuma lista de materiais previstos para as hortas que deveriam ser construídas nas aulas de Técnicas Agrícolas.

³⁷³ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 3. Mimeografado.

³⁷⁴ Ginásio Bandeirante de Humberto de Campos. **Informações sobre o local onde deverá funcionar o Ginásio Bandeirante, no município de Humberto de Campos**. José Ribamar Goulart Heluy – Diretor. s.d. Datilografado.

³⁷⁵ Ginásio Bandeirante de Matões. **Relatório de Inspeção**. Lourival Castelo Branco - Inspetor. São Luís, 5 de fevereiro de 1969. Datilografado.

sendo: duas para a aula e uma para a biblioteca”³⁷⁶, sugerindo que, no que se refere a esses ambientes, também não havia exigência de padronização para então ser concedido o funcionamento de um GB.

Ao contrário do GB de Matões, em Humberto de Campos a inauguração do gabinete de ciências constituiu-se um evento de grande importância na cidade, onde o governo estadual foi exaltado a partir de discursos, merecendo destaque na imprensa estadual:

[...] foi inaugurado pelo Sr. Edson Santos Fonseca, prefeito municipal de Humberto de Campos, o gabinete de Ciências e Geografia do referido estabelecimento de ensino, havendo aquela autoridade se pronunciado sobre a importância da inauguração em causa, sendo seguido pelo orador oficial do Grêmio, que em rápidas palavras, ressaltou a grande preocupação do Governador José Sarney em aparelhar os Ginásios recém-fundados para melhor atingir os objetivos a que se propõem, agradecendo ainda em nome dos estudantes aquela dádiva do governo Estadual.³⁷⁷

Na especificação do material para estes gabinetes, o projeto falava em: “Salas completas de ciências referência SCD”, “Conjunto para iniciação a ciências para 6 equipes – I.B.E.C.C”, “Sala de desenho equipadas com sólidos geométricos, régua, esquadro, compasso e transferidor” e “Sala de Geografia”. Ao longo da análise da documentação, constatou-se que o chamado “Gabinete de Ciências” e “Sala de Geografia” deveriam ser reunidos em um mesmo espaço.

A lista de equipamentos que receberiam os ginásios designada no projeto por “Relação do Material Áudio Visual”³⁷⁸ apresenta itens como: Barômetro de aneróide impostado; Termômetro de máxima e mínima, Mapas em tela especial; Pranchetas em gesso do vulcanismo, do abrasão, do ciclo das águas; Aparelho de geodinâmica para a formação de dobras e falhas; Globos geográfico e celeste; Conjunto de modelos em gesso desmontável, composto de ouvido, globo ocular, coração e cérebro; Mapa do esqueleto humano; Quadros Murais: Os animais; As plantas; A geografia do Brasil. Além disso, previa-se que cada ginásio deveria possuir um

³⁷⁶ Ginásio Bandeirante de Mirador. **Relatório de Inspeção**. Eneida Canedo. Inspetora do Ensino Médio. Datilografado.

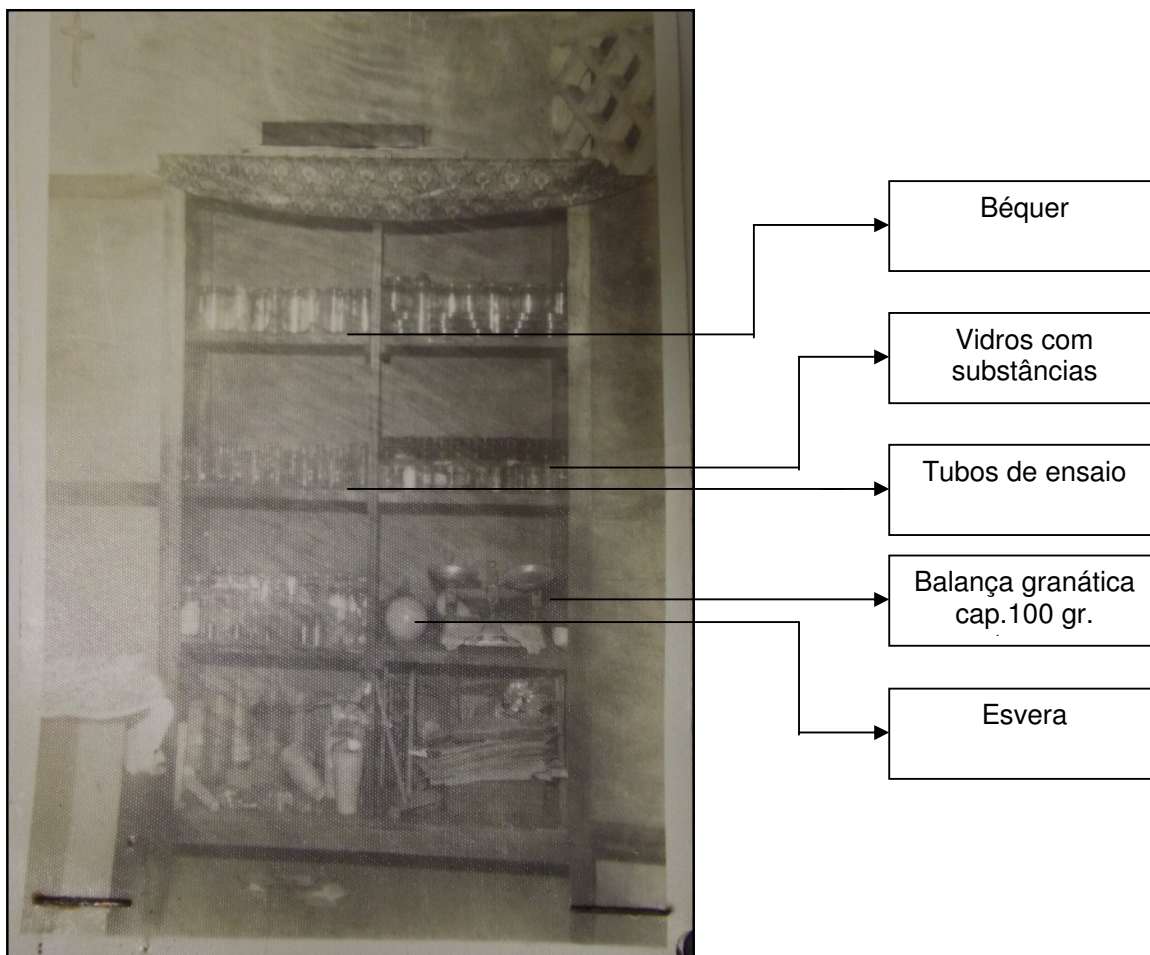
³⁷⁷ GABINETE DE CIÊNCIAS – POSSE DO GRÊMIO. **Jornal do Dia**. São Luís, 09 mai.1968, ano VI, n. 645, p. 2.

³⁷⁸ MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. Mimeografado.

projeto de slides, um duplicador a álcool com fino acabamento e uma coleção de slides coloridos sobre história e geografia do Brasil.

Desse material foi encontrada uma única fotografia e essa pertencente ao GB de Godofredo Viana. Em princípio, suspeitamos do material reduzido em comparação à lista prevista no projeto Bandeirante e pensamos: *“deve ser a fotografia de apenas uma parte”*. Porém, analisada em série com o restante da iconografia presente no relatório, percebemos uma maior possibilidade de que fosse apenas este o material de ciências daquele GB. Se existisse mais, por que o restante ficaria fora de um relatório que tinha por objetivo comprovar o bom funcionamento daquele ginásio para sua autorização junto ao Conselho Estadual de Educação? Foi possível a identificação de alguns desses materiais:

Fotografia 13 – Material do Gabinete de Ciências do Ginásio Bandeirante de Godofredo Viana - 1978



Fonte: Pasta do Ginásio Bandeirante de Godofredo Viana. Conselho Estadual de Educação.

De que forma esses materiais foram articulados no ensino aprendizagem dos Ginásios Bandeirantes?. O que as entrevistas orais sugerem é que, se em alguns Bandeirantes as aulas receberam um tratamento didático mais prático a partir do gabinete de ciências, em outros, destes materiais sequer restaram lembranças, dado o seu não uso ou a sua inexistência: “Parece que existia sim, mas eu não lembro de aulas práticas de ciências”³⁷⁹, disse um ex-aluno; outra depoente falou sobre a ausência desse material no seu ginásio de origem, associando-a a carência da própria cidade em que morava:

Não [...] São Raimundo das Mangabeiras era muito carente [...] nós não tivemos acesso a essas bibliotecas, a esses equipamentos não ... era muito carente mesmo. Lá não tinha [...] nós estudávamos assim, era no livro, aliás, caderno e lápis era esse o material... as aulas, basicamente expositivas.³⁸⁰

No entanto, a diversidade de memórias revela realidades diferentes. De outro Bandeirante, uma professora explicou como alternava na disciplina de ciências aulas teóricas e práticas. Seria apenas uma fala do espaço docente tentando se justificar? pareceu-nos que não!. A sequência da memória sugere um ritmo de trabalho internalizado como algo que foi transformado em rotina:

Tínhamos material pra trabalhar com ciências, tinha tudo. Veio o laboratoriozinho completo. Primeiro eu fazia a aula teórica com eles e na outra aula nós partíamos pra aula prática, onde tinha o laboratoriozinho e tinha tudo. Já na próxima aula nós discutíamos o que havia sido feita na aula prática pra poder passar para um novo assunto.³⁸¹

As memórias de uma ex-diretora apresentam um espaço organizado, com móveis, aparelhagem e também de um sistema de manutenção do laboratório que recaía sobre o próprio ginásio, mais especificamente sobre uma direção que durante a entrevista reafirmava: “tudo depende do Diretor”. De lá também se ouve sobre o uso desses materiais:

³⁷⁹ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

³⁸⁰ Aluna 5 – GB de São Raimundo das Mangabeiras. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 08 de janeiro de 2012.

³⁸¹ Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

Nós tínhamos uma sala de prática de ciências. Nossa sala era assim, eram dois balcões, esses balcões com armários, por que em cima desses balcões eram as mesas usadas pras práticas sabe? E os aparelhos, nós tínhamos a aparelhagem de professor de ciências é que era encarregado de relacionar tudo o que precisava na sala. Então, para a inauguração veio a aparelhagem e tudo, e agora, a manutenção, a direção fazia manutenção dos produtos pra eles fazerem as práticas.³⁸²

Outra ex-diretora se ressentia da negligência docente quanto ao uso dos recursos recebidos, ao mesmo tempo em que afirma as competências de sua gestão ao exigir desses professores maior empenho. Teriam eles recebido formação nesta área para que fossem cobrados?

Quanto à sala de ciências, o GB recebeu [...] era um bom material, pro nível era um bom material [...] só não se recebeu reagentes, mas, balanças de precisão, pesos, mapas de ciências, painéis de pressão, fogões a gás, esse tipo de coisa. E de equipamentos, recebemos na época um mimeógrafo a álcool que era a única tecnologia mais avançada [...]. O material de ciências que inclusive eu sempre achava que não era utilizado dentro do que poderia ser utilizado. Eu diria que foi minimamente utilizado, mas com toda sinceridade eu atribuo isso à negligência docente na época e agente cobrava por que havia também uma cobrança dos alunos.³⁸³

De outra aluna são ouvidas as memórias de uma professora que aproveitava a matéria prima do lugar no ensino da disciplina:

Nas aulas de ciências vinha material, mas era assim pouco. As aulas de ciências era a professora Rosimar e a gente fazia experimento mesmo com a matéria prima daqui, orientada por livros, com espelhos, com aquelas cores [...] fazia experiência com café [...].³⁸⁴

Já de outro ginásio ecoa a voz do ex-aluno em uma contundente crítica. Ele lembra-se do material que “enfeitava” o ginásio, mas também da sua não articulação prática nas aulas:

Realmente tinha mapas, tinha lá um esqueleto humano, né? Uma carcaça humana, mas eu não me lembro da professora de ciências ter dito assim: olha aqui o coração, olha aqui uma artéria, eu não me lembro disso, pode ter acontecido um dia, mas eu não me lembro que eu fiz isso [...].³⁸⁵

³⁸² Diretora 6 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 05 de outubro de 2012.

³⁸³ Diretora 3 – GB de Amarante. **Entrevista concedida.** Amarante, 07 de dezembro de 2012.

³⁸⁴ Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

³⁸⁵ Aluno 1 – GB de Bacabal. **Entrevista concedida.** São Luís, 22 de junho de 2012.

Um atual diretor de escola e ex-aluno do GB aproveitou a oportunidade da fala a esse respeito para denunciar o presente da atuação do corpo docente de sua escola. Relativizando a pergunta a partir da sugestão: “olhe para o presente e você verá o passado; nada mudou!”, ele sugere uma compreensão de tempo que é cíclica no espaço educacional, ao mesmo tempo em que deixa entrelinhas suas desilusões com a realidade que vivencia:

Mapas tinha [...] tinha, globo, o professor usava às vezes. Como hoje, né? Hoje se você verificar nós temos aqui professor de geografia que vai pra sala sem mapas, sem globo, sem nada. Nós temos aqui um laboratório de informática que raramente tá sendo usado, na época não era diferente.³⁸⁶

De outros GB's, as lembranças quanto ao uso de mapas nas aulas de geografia apresentaram-se diferentes:

Mapas, mapas, usava demais mapas. Eu aprendi a conhecer os mapas [...] a gente tinha que ir pra frente. Tinha que ensinar de um por um onde tava todo o Brasil com seus estados, seus municípios, suas regiões, a gente aprendia; era o globo, era o mapa exposto.³⁸⁷

Mapa mundi, mapa das capitais [...] a gente pesquisava, olhava o mapa mundi, localizava o nosso estado, a nossa cidade [...] no Bandeirante era um ensino de qualidade. Todos os professores que Fortuna hoje ta aposentando tem uma base do Bandeirante [...] quer dizer, eles adquiriram essa base no Bandeirante, professores bons.³⁸⁸

As constantes reafirmações dos entrevistados como: “a gente aprendia”, ou ainda: “era um ensino de qualidade” é quase sempre relacionado a uma crítica ao trabalho docente atual, ou ao corpo de alunos a quem hoje ensinam e que em suas falas “não querem estudar”. Tais comparações cristalizam em suas memórias o Ginásio Bandeirante como parte de um tempo áureo e saudoso da educação maranhense. Neste momento, são sublimadas todas as críticas anteriores relacionadas à carência vivenciada em vários ginásios ou à falta de formação do corpo docente destes.

Sobre as **bibliotecas** dos GB's, se a memória de uma das depoentes não registrou nenhuma visita a esse espaço: “Não lembro de jeito nenhum. Nós não

³⁸⁶ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

³⁸⁷ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

³⁸⁸ Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

fomos à biblioteca, não íamos. Nossas aulas eram só na sala mesmo”³⁸⁹, já outra, relembra com muita nitidez as tardes que precisou faltar ao trabalho, como professora regente, para estudar naquele espaço: “Lembro da biblioteca sim, de livros, muitos livros. Pesquisava, passava a tarde inteira. Tinha dia que eu tinha de perder o serviço por que tinha que ir pra biblioteca [...]”³⁹⁰.

As memórias da ex-diretora do GB de Amarante, além de confirmar o depoimento do Professor José Maria Cabral Marques sobre a aquisição de livros através do programa federal de bibliotecas COLTED, esclarece que nem todos os ginásios receberam a biblioteca específica para o Ensino Secundário, servindo-se daquela direcionada ao ensino primário do grupo escolar que abrigou o ginásio³⁹¹. Outro fato interessante que o depoimento revela é que estas bibliotecas, às vezes, eram ampliadas por esforço do próprio ginásio:

Não recebemos biblioteca. Havia um programa do governo federal que se chamava “bibliotecas Colted”, cada escola recebia uma pequena biblioteca nas caixas de madeira, aquelas caixas já vinham com equipamento, cantoneiras de ferro, etc, que se transformariam em estantes e cada escola recebia a sua biblioteca que me parece que dava duas estantes [...].

O Ginásio Bandeirante não recebeu uma, mas a escola João Batista Teixeira recebeu a sua e nós tivemos o cuidado de ampliar. Conseguimos mais estantes, conseguimos mais livros, então não tínhamos uma biblioteca tão especializada, tão aprofundada, mas na parte da literatura era rica e a gente conseguiu doações que foi melhorando a biblioteca.³⁹²

Do GB de Grajaú foram encontrados vestígios iconográficos de como eram as caixas que se transformavam em estantes da Biblioteca COLTED. As cantoneiras de ferro, e as várias caixas-estantes com a mesma forma, encontram-se em harmonia com a fala da depoente acima.

³⁸⁹ Aluna 6 – GB de Presidente Dutra. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 11 de outubro de 2012.

³⁹⁰ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

³⁹¹ Como já foi apresentado no capítulo anterior o programa da COLTED contemplava a distribuição de livros para os três níveis: o primário, o secundário e o superior.

³⁹² Diretora 3 – GB de Amarante. **Entrevista concedida.** Amarante, 07 de dezembro de 2012.

Fotografia 14 – Biblioteca do Ginásio Bandeirante de Grajaú - 1972



Fonte: Pasta do Ginásio Bandeirante de Grajaú. Conselho Estadual de Educação.

Na voz de outra diretora mais uma vez se encontra a descrição das bibliotecas que vinham com estantes “só no ponto de montar”:

Chegamos a receber muitos livros, muito material de leitura, de pesquisa, muita coisa. Chegava era os caixotes cheios, muito livro mesmo, muita caixa. Já vinham as estantes só no ponto de montar.³⁹³

O relato de Stepanenko sobre as falhas de comunicação entre o programa COLTED e as escolas dos vários recantos do país, apresenta fatos interessantes como, por exemplo, o número de livros que era previsto para as escolas e ainda a forma como fora recebido este material por alguns professores:

Pode-se se imaginar, apenas a guisa de exemplo, a surpresa de uma professora de Eurinepe, no Amazonas, ou de Porto Murtinho no Mato Grosso, ao receber inexplicavelmente 324 volumes, acondicionados em estantes especiais da Biblioteca da COLTED. Houve professora, no norte do país, que abriu a estante a machadadas.³⁹⁴

³⁹³ Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida**. João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

³⁹⁴ STEPANENKO, Alexis. Brasil, Ministério da Educação e da Cultura. s/d. p. 3 apud KRAFZIK. Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) (1966–1971)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação. UERJ: Rio de Janeiro, 2008. p. 134. Disponível em: < www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...>. Acesso em: 10 nov. 2012.

A aquisição de livros na ampliação do que era recebido pelo o Estado foi apresentado por outra diretora, que com certeza abriu suas estantes de maneira correta. Ela ressaltou os esforços da direção através da promoção de bingos e rifas para o acréscimo do acervo recebido, informando que aquela biblioteca:

[...] era mantida até com enciclopédias: enciclopédia de português, enciclopédia Delta-Larousse que é uma enciclopédia enorme de não sei quantos livros. Eu comprava a prazo e pagava pros alunos ter uma boa biblioteca pra ter onde pesquisar, por que os alunos não podiam comprar livros pra o estudo, pra pesquisa.³⁹⁵

Na documentação pesquisada foram encontradas pelo menos três relações dos volumes existentes nos Bandeirantes de Lima Campos, Fortuna e Bacabinha.

Os dados sobre a Biblioteca do GB de Lima Campos encontram-se inclusos no relatório de inspeção para o funcionamento daquele ginásio, datado do ano de 1970. Pode-se dizer que sua biblioteca possuía um acervo realmente voltado para o Ensino Secundário. Perfazendo um total de 102 volumes, classificamos seus livros a partir das seguintes áreas:

Quadro 13 – Relação dos livros da Biblioteca do Ginásio Bandeirante de Lima Campos - 1970

História	3 únicos volumes, dos autores nacionais: Ismael Coutinho, Therezinha de Castro e Brasil Bandecchi.
Didática, Psicologia da Aprendizagem e Gestão Escolar.	24 volumes, incluindo autores como Jean Piaget, Jerome Bruner, além de autores nacionais. Presume-se que esta ala da biblioteca atendia tanto aos próprios professores do ginásio em sua formação continuada, quanto às disciplinas “Optativas Profissionais”: Higiene educacional, Puericultura, Matemática nível primário, Metodologia das ciências, entre outras, para o aluno que optasse pela formação em “regência” para o primário.
Matemática, Geometria e Desenho	13 títulos e 33 volumes. A maioria das obras se refere ao curso ginásial: desenho para o curso ginásial, matemática para o curso ginásial etc.
Português	12 títulos e 32 volumes, compondo-se principalmente de gramáticas, dicionários, manuais e cursos de português.

³⁹⁵ Diretora 6 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 05 de outubro de 2012.

Geografia	14 títulos e 26 volumes. A ênfase das obras recai sobre a geografia do Brasil, suas regiões e suas riquezas.
Ciências	20 títulos e 37 volumes. Ressalta-se a iniciação às ciências, incluindo publicações da IBEEC/UNESCO.

Fonte: Pasta do GB de Lima Campos. **Relação dos livros da Biblioteca.** Conselho Estadual de Educação.

Já a lista do acervo do GB de Fortuna é datada do ano de 1982 e faz parte de um conjunto de documentos para reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação da “Unidade Integrada Estado do Rio de Janeiro”³⁹⁶. O tímido acervo de 45 volumes era composto essencialmente de livros voltados para a literatura infanto-juvenil de autores como Viriato Corrêa, Edimundo Amicis, Monteiro Lobato, Condessa de Ségur e outros. Porém, dez anos antes, o relatório do inspetor para o funcionamento daquele ginásio apresentava uma realidade numérica diferente: “A biblioteca compõe-se de livros da COLTED, e outros adquiridos, perfazendo um total de 440 volumes”³⁹⁷, chamando a atenção para um vultoso acervo. Os anos e possivelmente a não preocupação com a preservação e cuidado desse espaço trataram de dizimar os livros dessa biblioteca. Quando comparados os títulos que sobraram da mesma com o acervo do GB de Lima Campos pode-se perceber a presença de vestígios da biblioteca oferecida pela COLTED para o Ensino Secundário, sendo identificados pelo menos 13 títulos.

À semelhança do acervo de Lima Campos, o relatório da biblioteca do GB de Paulo Ramos também apresentou um acervo totalmente voltado para o Ensino Secundário. O relator tratou de arrolar os volumes por áreas apresentado os seguintes dados numéricos:

³⁹⁶ Já foi esclarecido anteriormente que, com o estabelecimento da LDB 5692/71 e a conseqüente gratuidade dos 8 anos escolares, foram unidos em um único nível primário e ginásio, passando a maioria dos estabelecimentos de ensino a serem denominados por “Unidades Escolares”.

³⁹⁷ Ginásio Bandeirante de Fortuna. **Relatório de Inspeção** s/n. 1972. Datilografado.

Quadro 14 – Relação dos livros da Biblioteca do Ginásio Bandeirante de Paulo Ramos - 1976

Área	Total de volumes
Matemática	13
Ciências	31
Geografia	14 (mais 3 mapas e 1 globo terrestre)
História	26
Moral e Civismo	8
Comunicação e Expressão	9
Estudos Sociais	6
Desenho	5 (mais 2 esquadros, 1 transferidor, 1 compasso, 1 régua)
Francês	7
Inglês	2
Total	121 (mais 9 recursos didáticos)

Fonte: Pasta do GB de Paulo Ramos. **Relação dos livros da Biblioteca.** Conselho Estadual de Educação.

Em comparação ao GB de Lima Campos é interessante perceber no acervo do GB de Humberto de Campos o desaparecimento dos livros voltados para a formação de professores. Neste sentido é importante lembrar que o novo “quadro curricular” dos GB’s instituído após a LDB 5692/71 excluiu as disciplinas voltadas para as “matérias optativas profissionais” que formavam regentes para o ensino primário. Em comparação às duas grades curriculares experimentadas pelos ginásios, só não encontramos nenhuma referência de livros para as disciplinas técnicas agrícolas e técnica comercial. Talvez essa tenha sido a razão de apagamento da memória do professor de Grajaú daquele espaço, cuja existência já foi apontada pela fotografia já posta:

Eu não usava nada além do giz, quadro, por que não tinha. Gabinete de ciências? Biblioteca? Nada, nada. Eu quando comecei na carreira de professor, eu mesmo adquiria meus livros, eu tinha todos os meus livros e ainda hoje tenho. Eu passei a comprar livros. Copiava o ponto no quadro para os alunos tirarem cópias. Não tinha material didático. Eu pegava as aulas de técnica agrícola com um rapaz que havia feito um curso na área, tinha um livrinho que era só para a introdução e que eu comprei [...].³⁹⁸

³⁹⁸ Professor 4 – GB de Grajaú. **Entrevista concedida.** Grajaú, 07 de dezembro de 2012.

Quanto à parte do currículo relacionada à iniciação profissional, as informações mais recorrentes nas entrevistas foram àquelas relacionadas à disciplina “técnicas agrícolas”. Se nem sempre existia espaço nos grupos escolares para a organização da biblioteca ou do gabinete de ciências, a realidade não era diferente no que se refere à construção das **hortas**, outro espaço material do currículo dos Bandeirantes:

Nós não tínhamos aulas práticas. Eram só teóricas. Lá era só teórica. Não tinha espaço. A gente copiava e a gente fazia as experiências, as coisas em casa, plantava as coisas que eles recomendavam, que eles ensinavam, mas tudo em casa.³⁹⁹

Não havia espaço. Eu fazia o seguinte: fazia a demonstração no quadro e dizia: vamos supor que isso aqui seja um canteiro de uma horta, esse quadro aqui é o quadrado da horta, aqui é onde nós plantamos a cebola e com essa cebola nós vamos fazer da seguinte maneira: nós vamos pegar o esterco do animal do gado, vamos colocar num lugar pra que ele venha a perder o sal [...] eu dava orientações pra eles. Agora quando nós vamos plantar, fazemos assim, assim [...].⁴⁰⁰

Nem sempre os Grupos Escolares aproveitados ofereciam ambiente para a construção de uma horta. Nestas situações, alguns professores exigiam que os canteiros fossem feitos nas casas dos alunos ou era providenciado um terreno emprestado na cidade. Se estas soluções não fossem articuladas, as aulas aconteciam somente a partir do quadro de giz, como revela o último depoimento.

No GB de São Raimundo das Mangabeiras, a saída encontrada para a falta de espaço no “Grupo Escolar Monsenhor Barros” para as aulas práticas de técnicas agrícolas, foi um terreno cedido no quintal da casa paroquial pelo padre que também era o diretor do ginásio:

Aconteciam as aulas teóricas na sala e aí levavam a gente e nós fazíamos esses canteiros. Eu me lembro mesmo que era no fundo do quintal do padre, que era a casa paroquial. Ele tirou essa parte pra... é como é que diz... pôr a prática da técnica agrícola.⁴⁰¹

Nos relatórios de inspeção, quando existiam possibilidades físicas para a construção da horta, o mesmo era citado pelo inspetor: “Possui o prédio uma área

³⁹⁹ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

⁴⁰⁰ Professor 4 – GB de Grajaú. **Entrevista concedida.** Grajaú, 07 de dezembro de 2012.

⁴⁰¹ Aluna 5 – GB de São Raimundo das Mangabeiras. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 08 de janeiro de 2012.

destinada a Técnicas Agrícolas, (terreno anexo ao colégio)”⁴⁰², ou ainda: “É um prédio recuperado, que se encontra em perfeito estado para o funcionamento do Ginásio. Possui [...] uma área livre para práticas de Técnicas Agrícolas”.⁴⁰³ Em vários relatórios, porém, as informações acerca da existência ou não desses espaços são omitidas, nos levando a suspeitar que se tratava das escolas que não ofereciam esses locais.

São variadas as lembranças dessas aulas e a falta de professores com formação docente para essa disciplina foi destacada:

Nós fazíamos o canteiro aqui na escola e cada aluno tinha que produzir, fazer um mini canteiro né? na sua residência... e o professor ia visitar alguns canteiros, como era chamado na época, lá nas casas. Só que isso sem nenhum critério. O cara fazia um canteiro trepado, fazia no chão, ele tinha que produzir o cheiro verde, cebola, alguma coisa que fosse de horta.⁴⁰⁴

Por sinal, na época também nem existiam professores formados em Técnica Agrícola. Tinha aqueles que a gente achava que servia mais pra aquela educação, aí a gente botava mais o professor que gostava da área, né?⁴⁰⁵

Como o espaço da escola era grande, nós criamos uma pequena horta pro curso de técnicas agrícolas, mas a gente se ressentia também da falta de preparo, naquele tempo nós não tínhamos um técnico agrícola na cidade [...].⁴⁰⁶

A fotografia a seguir apresenta uma das aulas práticas de técnicas agrícolas. O despojamento na vestimenta de alunos e alunas se deve ao fato de que em alguns ginásios, essas aconteciam aos sábados, fora da rotina de aulas “normais”. Ao que parece, tal leveza não era permitida ao professor. Ele, ao fundo e numa posição mais rígida, destaca-se pela seriedade imposta pela profissão, ao mesmo tempo em que revela austeridade e dignidade. Infelizmente a fotografia não permite a identificação da plantação e os modelos de “canteiros” propõe uma imaginação para além do convencional.

⁴⁰² Ginásio Bandeirante de Matões. **Relatório de inspeção**. Lourival Castelo Branco – Inspetor Escolar. São Luís, 5 de fevereiro de 1969. Datilografado.

⁴⁰³ Ginásio Bandeirante de Urbano Santos. **Relatório de Inspeção**. Lourival Castelo Branco – Inspetor Escolar. São Luís, 14 de fevereiro de 1969. Datilografado.

⁴⁰⁴ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida**. João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

⁴⁰⁵ Diretor 5 – GB de Montes Altos. **Entrevista concedida**. Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

⁴⁰⁶ Diretora 3 – GB de Amarante. **Entrevista concedida**. Imperatriz 07 de dezembro de 2012.

Fotografia 15 – Aula prática com a 1ª Turma de Técnica Agrícola do Ginásio Bandeirante de Sítio Novo. s.d.



Fonte: Arquivo pessoal.

Já no cotidiano das aulas, as roupas dos alunos era algo pensado com esmero pelos diretores dos Ginásios Bandeirantes e esses vestuários também sobreviveram em memórias e fotografias. Para a ex-aluna: “Era um orgulho quando amanhecia o dia e a gente levantava, tomava banho e se arrumava pra vestir aquela farda pra ir pro ginásio. Não podia entrar sem farda não, era rígido [...]”.⁴⁰⁷

4.2.3 Fardamento Escolar

A padronização e ao mesmo tempo a diferenciação, a segurança, a disciplina e às vezes até a ideia de que tal instituição é moderna ou tradicional, são concepções que estão na base dos construtos simbólicos em torno da gradual inserção do fardamento no espaço escolar. Para Lonza, “todos se uniformizam para melhor caracterizar sua categoria ou função dentro de um contexto pré-determinado e diferenciá-las de outras”⁴⁰⁸. Nesse sentido, o uniforme não apenas padroniza, mas também distingue; nem sempre é sinônimo de imposição, mas também de status e orgulho para quem usa, por identificá-lo com um espaço ou instituição valorizada por determinada sociedade.

⁴⁰⁷ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida**. Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

⁴⁰⁸ LONZA, Furio. **História do uniforme escolar no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

No projeto Bandeirante, a ideia de padronização da roupa dos alunos com o fim de identificá-los com o secundário ficou a cargo de cada ginásio. Não existia uma farda ou determinação de um único modelo para todos os GB's e sim a liberdade de cada diretor criar com sua equipe um modelo de fardamento para sua instituição. Apesar dessa flexibilidade, percebeu-se que existia uma coerência com a tendência geral de uniformização escolar da época, o que às vezes tornava a farda de um ginásio muito parecida com a de outro. Tal realidade ficou bem clara nas entrevistas e iconografia quando comparadas:

A farda era toda vestidinha; saíinha de prega macho. Uma saia azul de prega macho... uma pregona assim... uma meia que vinha até aqui e uma conga azul... linda a farda que era.. azul e branco. A blusinha tergal, né? Tinha uma gravata azul para os homens e para as mulheres também, a farda completa.. era um botãozinho aqui.. você ajeita naquele botão.. como é que chama? Botão rato, né?⁴⁰⁹

Os traços do fardamento do GB de Imperatriz são bem coincidentes com o modelo de farda do GB de Santa Rita apresentado na fotografia a seguir:

Fotografia 16 – Alunos do Ginásio Bandeirante de Santa Rita em excursão a São Luís – 1969



Fonte: Pasta do GB de Santa Rita. Conselho Estadual de Educação.

⁴⁰⁹ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

A saia de prega macho, a gravata borboleta presa com botão rato é bem parecida com a descrição da depoente, diferenciando apenas o sapato no lugar da congá e a inexistência de gravata para os homens. De outros ginásios se ouviu as seguintes lembranças:

Eu me lembro muito bem... a blusa tinha o brasão da escola e interessante que os alunos iam todos fardados e adoravam aquela farda. A saia era cinza, azulada puxando pra cinza.⁴¹⁰

O primeiro fardamento do Bandeirante foi criada por mim: era uma saia cor de vinho, as saias das meninas. Era uma saia de prega comum e a blusa era creme, um blusão, com um cós que caía aqui. Agora o bolso, era duas palhas de coco entrelaçadas e dentro: "GBT" no bolso.⁴¹¹

Criamos uma farda diferente. Era uma saia ou calça cinza, a blusa branca e um mapa do maranhão no bolso.⁴¹²

Tinha uma farda. Era a farda com aquele emblema do Maranhão, né? Farda verde, branca a blusa e com o emblema do Maranhão.⁴¹³

Ainda estava guardado nos documentos da Diretora 4 um dos bolsos com o modelo do "emblema do Maranhão" citado por ela. Também foi encontrado em várias outras fardas alusões ao uso do brasão maranhense.

⁴¹⁰ Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

⁴¹¹ Diretora 6 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 05 de outubro de 2012.

⁴¹² Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

⁴¹³ Diretora 4 – GB de Sítio Novo. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de setembro de 2012.

Fotografia 17 – Bolso do Ginásio Bandeirante de Sítio Novo



Fonte: Arquivo pessoal

Se para as decisões sobre outros aspectos concernentes ao funcionamento dos ginásios, as decisões e controle se davam de cima para baixo, como já foi apresentado, a partir dessas pequenas “liberdades” era possibilitado a esses gestores e professores a ideia de autonomia dos ginásios locais.

No GB de Fortuna, eram os adereços acrescentados ano após ano na gravata usada, que identificavam a série a que pertencia determinado aluno ou aluna, tornando-se esses ornamentos indicativos de status do discente e sua diferenciação no interior do próprio ginásio:

Era azul e branco, usava meia e uma gravata e na gravata colocava as listrinhas. Se a gente fosse do segundo ano: duas listras, terceiro ano: três listrinhas e assim por diante.⁴¹⁴

A rigidez quanto ao uso da farda, previsto no Regimento Interno desses ginásios⁴¹⁵ também foi recordada. As memórias sobre o olho escrutinador do

⁴¹⁴ Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

⁴¹⁵ “São deveres do aluno apresentar-se com completo asseio devidamente uniformizado para as aulas comuns, para as atividades escolares e nas ocasiões especiais quando exigido o uniforme”. **Estado do Maranhão. Regimento Interno dos Ginásios Bandeirantes.** Art. 49. p. 7. Mimeografado.

secretário que ficava na porta do ginásio revelam que às vezes existem peças de um uniforme que nem sempre são exigidos explicitamente, mas reclamados quando percebida sua ausência:

[...] não ia sem meia, não entrava sem farda, tinha que fazer mesmo direitinho... tinha um inspetor na época pra receber a gente, colocar em fila e cantar o hino nacional daí é que ia pras classes, todo dia!⁴¹⁶

A disciplina em relação ao uniforme era uma coisa tremenda. No segundo dia que eu fui pra aula eu ainda não usava sutiã e ele me obrigou a voltar pra casa... o secretário ficava na porta, o secretário da escola ficava na porta olhando como é que tava o uniforme.⁴¹⁷

Cantar o hino nacional todos os dias, fazia parte da rotina cívica da maioria dos GB's e o "7 de setembro" era o dia de exhibir os uniformes em pelotões:

Fotografia 18 – Ginásio Bandeirante de Amarante em desfile no 7 de setembro de 1980



Fonte: Arquivo pessoal.

O verde-oliva da calça e o cinza das camisas não deixam de relembrar uma farda quase militar. Nela, o brasão do Maranhão aparece mais uma vez. Atrás,

⁴¹⁶ Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

⁴¹⁷ Aluna 6 – GB de Presidente Dutra. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 11 de outubro de 2012.

encontra-se um pelotão feminino que chama a atenção pela calça comprida em um tempo em que o uso dessa já começava a ser popularizado por parte das instituições educacionais.

A partir da memória de um ex-aluno do GB de Bacabal, encontramos referências ao fato daquele ginásio se tornar um difusor de moda no fardamento para as outras escolas do município e ainda atrair mais alunos para o ano seguinte por conta desse verniz de inovação, aliado, é claro, a um prédio também caracterizado como “moderno”, como já foi posto pelo mesmo aluno anteriormente:

[...] era diferente de todas as fardas, tanto que nos anos subsequentes, as outras escolas tentaram copiar, mudando apenas a cor. Todo mundo queria estudar lá, tanto que houve uma diáspora, digamos assim, dos outros colégios para o colégio Bandeirante [...]. As fardas mudaram, no outro ano, a farda do colégio Batista não era mais a mesma.⁴¹⁸

A ex-diretora do GB de Timon falou sobre o fardamento criado para aquele ginásio sendo aproveitado posteriormente por uma escola particular de Teresina, quando a Secretaria de Educação do Maranhão resolveu padronizar os uniformes e todos passaram a ser azul e branco⁴¹⁹:

Aí depois eles padronizaram. Acabaram com a farda. A farda que o Padre Luciano usou para o colégio Diocesano era a farda do ginásio de Timon: “*a farda do Diocesano vai ser a farda do teu colégio lá de Timon*”, mas nesse tempo nós já estávamos usando azul e branco, a Secretaria mudou, padronizou.⁴²⁰

Se antes o fardamento veiculava a identidade de cada ginásio, agora era a vez da orientação sobre o um padrão único de vestimentas escolares que revelasse uma identidade mais abrangente, a do sistema educacional.

Longe da pretensão de esgotar os traços que apontam a riqueza do cotidiano cultural e material desses ginásios, interessa-nos agora ouvir dos entrevistados e das entrevistadas as marcas em suas memórias sobre os resultados dos Bandeirantes para suas cidades, para suas vidas.

⁴¹⁸ Aluno 1 – GB de Bacabal. **Entrevista concedida.** São Luís, 22 de junho de 2012.

⁴¹⁹ Aconteceu quando os ginásios foram unificados com o primário no 1º grau a partir da LDB 5692/71.

⁴²⁰ Diretora 6 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 05 de outubro de 2012.

4.3 Projeto Bandeirante e desenvolvimento: memórias dos resultados de uma missão

*Ah, o ginásio vai chegar!*⁴²¹

*Foi um sucesso! Foi assim uma coisa que parece que tinha chegado, sei lá... tinha chegado era Jesus!*⁴²²

No encerramento das entrevistas, queríamos ouvir sobre as percepções dos depoentes sobre a contribuição dos Ginásios Bandeirantes para o desenvolvimento de suas cidades e para suas vidas. Se em perguntas anteriores ficou muitas vezes explícita a incompatibilidade entre proposta de secundário moderno e o cotidiano, estrutura, formação docente e material desses ginásios, agora as informações eram outras.

Na memória dos entrevistados, para as pequeninas cidades do interior do Maranhão, carentes em sua maioria de uma instituição de ensino secundário, a chegada de um Ginásio Bandeirante significou a própria luz que dissipou as trevas da ignorância, do atraso e do esquecimento em que estas viviam:

Naquela época era tudo muito atrasado e então aí foi se desenvolvendo... foi uma grande novidade pra nossa cidade: “ah, o ginásio vai chegar” e aí foi mais quem quis estudar. Foi um desenvolvimento muito grande.⁴²³

O “sacudir da poeira” por aqueles que precisavam voltar a estudar ou que não poderiam custear a continuidade dos estudos em outros lugares, também foi lembrado, confirmando-se ainda a presença inicial de um público, em sua maioria, adulto:

Eu fui professora de jovens, de adultos, de velhos na época. Por que todo mundo se reergueu, todo mundo se levantou que só tinha o primário ‘e vamos dar continuidade ao nosso estudo’.⁴²⁴

Foi uma alegria total, inclusive parecia que estava se recebendo um curso universitário e a gente sentia a dedicação, a vontade a sede dos alunos pra fazer o ginásio na época. É tanto que, pais de família, mães de famílias, pessoas que já

⁴²¹ Professora 2 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Santa Rita, 24 de novembro de 2012.

⁴²² Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

⁴²³ Professora 2 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Santa Rita, 24 de novembro de 2012.

⁴²⁴ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

estavam sem estudar a um bom tempo se animaram pra voltar às aulas e a primeira turma, por sinal tinha, mães de família e pais de família, inclusive o próprio prefeito da época foi aluno da primeira turma.⁴²⁵

Uma instituição de ensino em que o próprio prefeito da cidade voltou a ser aluno!. É necessário que o leitor, neste momento, deixe-se transportar para uma época em que no Maranhão inteiro só existiam dois cursos secundários, e esses na capital, São Luís. Os cursos particulares contemplavam apenas as cidades de maior porte, e essas em número bem reduzido, como já foi apresentado em capítulo anterior. Aliado a esta realidade, existia o prestígio social do ensino secundário, construído ao longo de décadas, ao qual só tinha acesso as classes mais abastadas. A observação a partir desses prismas situa historicamente as expressões: “era como se tivesse chegado Jesus”, ou ainda “foi uma marco iluminador na cidade”:

Foi muito bem recebido aqui. Os alunos geralmente eram aqueles alunos antigos que voltaram a estudar. Nós tínhamos alunos da nossa idade, alunos com a idade mais avançada. Mas foi muito bem recebido, foi assim um marco iluminador na cidade.⁴²⁶

A inauguração do GB de Santa Rita se deu através de uma grande festa, que chamou muita atenção, reforçando o prestígio simbólico da instituição:

Sim, foi uma coisa festiva por que foi uma coisa diferente. Era justamente a necessidade que havia de ter uma escola aqui de segundo grau, como a gente chamava nessa época e aí teve a inauguração, uma grande festa na nossa cidade e que chamou muita atenção, principalmente dos jovens nessa época que havia essa necessidade e que não tinha como se deslocar daqui para São Luís devido a condição financeira de cada um.⁴²⁷

Mesmo para uma cidade tão próxima de São Luís, como Santa Rita, era difícil o deslocamento dos jovens para lá estudar. Pode-se imaginar a dificuldade de transporte, residência fixa e o custeamento de despesas por parte das famílias mais pobres na capital. O que diriam então os moradores de rincões mais distantes como São Raimundo das Mangabeiras?

⁴²⁵ Diretora 3 – GB de Amarante. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 15 de outubro de 2012.

⁴²⁶ Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

⁴²⁷ Professora 2 – GB de Santa Rita. **Entrevista concedida.** Santa Rita, 24 de novembro de 2012.

É importante lembrar que, apesar deste momento da entrevista não ser pontuado pela memória dos entrevistados, tal expansão não significou o ingresso nos Bandeirantes, de todas as pessoas que nesses municípios precisavam dar continuidade aos estudos a partir do secundário. Como já foi explicitado no capítulo anterior, o alcance numérico dos GB's, apesar de ultrapassar em poucos anos o número de estabelecimentos da rede particular, no que se refere às matrículas, a realidade era outra e o domínio da rede particular continuou patente. Em momentos anteriores nas entrevistas, os depoentes relembavam o que significou, por exemplo, a “peneira” do exame de admissão: “É como se fosse um vestibular. As provas vieram, foram feitas, devolvidas e depois vieram o resultado, inclusive eu tenho até o resultado aqui...”⁴²⁸. Com orgulho, o depoente apresentou o certificado de aprovação no exame:

Fotografia 19 – Resultado do Exame de Admissão - 1970

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ginásio Bandeirante João Lisboa
Nome do estabelecimento N.º

Certificado de Aprovação em Exames de Admissão à 1.ª Série Ginásial

Certificamos que Antonio Angelo Neto
filho de Anastacio Angelo da Silva
e de Maria Raimunda Diniz Silva
natural de Buitrago nascido em 11 de abril de 1956
foi considerado aprovado em exames de admissão à 1.ª série ginásial prestado
em 10 de abril de 1970 nos termos da
LEI ORGÂNICA DE ENSINO SECUNDÁRIO (Decretos-leis ns. 4.244, de 9 de
abril de 1942 e 8.347, de 10 de dezembro de 1945, tendo obtido os seguintes
resultados:

Português:	<u>8,5</u>	Matemática:	<u>7,5</u>
Geografia:	<u>x</u>	História do Brasil:	<u>x</u>

Média geral 8,0 ()

João Lisboa 12 de abril de 19 70

Manoel dos Remedios Lopes Queiroz Carlos Benedito Gonçalves
Diretor Secretário

Isento de selo, ex-vi do Decreto-lei n.º 8.029, de 2/10/45
Mod. DES 501 - 1

Fonte: Arquivo pessoal.

⁴²⁸ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

Outra entrevistada relembrou o grande esforço para passar no crivo desse exame e o comparou aos exames seletivos da atualidade, colocando o exame de admissão ao Bandeirante acima dos atuais, em termos de exigência:

Era assim um segundo ENEM hoje, um vestibular, muito mais pesado que os vestibulares de hoje. A gente estudava dia e noite na lamparina, na vela, por que energia só tinha até 10h da noite. De 10 h em diante não tinha mais, a gente tinha que correr pra vela e estudar até de madrugada. Eu levantava de madrugada pra estudar, pra passar; era assim, o maior desafio pra gente era passar nesse exame de admissão pra entrar no Bandeirante. Era um desafio.⁴²⁹

A análise apurada de um dos depoentes, hoje diretor de escola e crítico do atual sistema educacional, equilibrou tais informações, sem desmerecer os méritos do Ginásio Bandeirante da sua cidade. Para ele, o Bandeirante foi sim um avanço, mas um avanço com limitações:

Você tem uma cidade onde tem um monte de aluno saindo do 5º ano, você tem um monte de gente ficando aí sem estudar e entra uma escola, um ginásio que atende, entre aspas, essa demanda, por que tinha vagas limitadas, era só 40 alunos para a primeira turma, então passou 40 no exame de admissão e só foram esses 40, por conta da falta de professor, vontade política... porque aluno tinha demais. Eu considero uma contribuição valorosa na época.⁴³⁰

Sobre a ideia de modernidade, mesmo que em outros momentos das entrevistas tenham sido explicitadas todas as necessidades que vários GB's vivenciavam, a frase mais ouvida foi: “para a época, era um ginásio moderno, sim!”. Percebemos, nesses casos, que tal conceito estava associado às lacunas da falta de ginásios, que os Bandeirantes vieram preencher. Eram ginásios “modernos”, porque foram os primeiros em muitos municípios, por serem pioneiros em termos de ginásios públicos e, em muitos casos, nos municípios contemplados não existia nem mesmo um estabelecimento particular que oferecesse esse nível. Em outras respostas, a modernidade era associada a outros aspectos como a disciplina do ginásio ou a sua estrutura física:

Foi moderno na medida em que se apresentou como algo novo e alguns colégios começaram a copiar, por exemplo, nenhum colégio tinha almoxarifado, só ele... de

⁴²⁹ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

⁴³⁰ Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

repente fui fazer uma visita no antigo colégio onde eu estudava, o colégio Batista e vi lá “Almoxarifado”, imitando então o colégio Bandeirante.⁴³¹

Era um ginásio moderno pela organização, por que as outras escolas que a gente via... os horários eram muito disciplinados tudo tinha muita disciplina e nós éramos muito estimulados a estudar. As atividades eram enormes, os questionários eram uma loucura, nós éramos muito incentivados a estudar, a estudar mesmo, então, eu acho, praquela época foi muito importante, muito importante mesmo a escola bandeirante.⁴³²

Sobre o alcance dos objetivos do Projeto Bandeirante, alguns entrevistados lembraram que, inicialmente, os objetivos desses ginásios era fixar seus alunos nas cidades em que viviam e, avaliando o alcance desses a partir dessa perspectiva responderam:

Eles pensavam assim, preparar o homem pra viver no seu meio.. e não aconteceu. Por que eles davam técnicas agrícolas? pra que a gente se encontrasse assim, na parte de agricultura, de pecuária, que era o forte disso aqui, tá entendendo? Era um incentivo para o jovem querer viver aqui mesmo no meio, cultivando horta, plantando roça, essas coisas; só que o objetivo não foi atingido, porque o jovem partiu foi pra estudar realmente, pra sair daqui. Hoje João Lisboa tem médicos, tem engenheiros, tem advogados, psicólogos, ex-alunos do Bandeirante.⁴³³

A resposta da ex-diretora oferece os indicativos de praticamente a unanimidade das outras entrevistas: o Bandeirante cumpriu sim a sua missão, quando analisado sob o prisma de que foi um marco preparatório para que seus alunos continuassem os estudos, gerando o desejo por mais escolaridade:

Eu acho que conseguiu sim. Dali, eu me lembro assim de muita gente que hoje eles são grandes empresários, saiu dali muita gente que estudou que já foram prefeitos, governadores, deputados e grandes empresários. Eu acho que houve um grande crescimento, houve preparação sim do povo para o desenvolvimento do Maranhão... e como houve... eu me preparei lá também.⁴³⁴

Foi muito boa. Muito boa mesmo, por que daqui deu origem a vários profissionais, alunos que saíram daqui, ali foi a gota d'água que faltava, né? Então, esse pessoal saiu, estudou fora, né? Conseguiu o objetivo deles, né?⁴³⁵

⁴³¹ Aluno 1 – GB de Bacabal. **Entrevista concedida.** São Luís, 22 de junho de 2012.

⁴³² Aluna 6 – GB de Presidente Dutra. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 11 de outubro de 2012.

⁴³³ Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

⁴³⁴ Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

⁴³⁵ Diretora 4 – GB de Sítio Novo. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de setembro de 2012.

Aqui na nossa cidade foi um grande avanço esse ginásio. Naquela época a juventude daqui se ingressou e tomou o gosto de estudar e hoje a gente tem médico, tem farmacêutico, dentista, advogado, professores tudo que estudaram no Ginásio Bandeirante nessa época.⁴³⁶

Alcançou. Muitos partiram daí pra suas áreas específicas e abriu os olhos para uma formação. Muitos foram para uma escola agrícola, outros partiram pra escola normal. Você sabe, o município é pequeno e não tinha mão de obra. Foi uma imensa contribuição. Primeiro, foi assim um marco de muita luz, ajudou muito as pessoas incentivou muito para que elas não ficassem paradas no espaço e no tempo e prosseguissem pra uma realidade mais avançada, para uma realidade melhor e no caso, algumas pessoas foram e fizeram o segundo grau, fizeram o terceiro grau e assim por diante.⁴³⁷

Essas observações talvez ajudem na revisão das impressões do Prof. Cabral Marques, que em um tom melancólico afirmou:

Não, eu não considero alcançados os objetivos... se o aluno conseguisse fazer crescer aquele ambiente e lá se fixado como comerciante ou como empresário ou sei lá, como professor, acho que não, lamentavelmente não... lamentavelmente não. Mais eu acho interiormente... não me sinto frustrado, acho que cumpri minha tarefa...⁴³⁸

Muitos ex-alunos realmente saíram de suas cidades para dar continuidade aos estudos em outros níveis, mas foram encontrados vários que para lá voltaram, depois de receberem uma formação em nível universitário. Como se percebeu, a maioria dos nossos entrevistados, por exemplo, estão contribuindo atualmente com o campo educacional dos municípios maranhenses: “Eu acredito que se não fosse o Ginásio Bandeirante eu hoje não estaria em Imperatriz e nem estaria formada, peguei o prazer pelo estudo, pelo ensinar. Se não fosse o ginásio, eu acredito que eu não seria a professora que hoje sou”⁴³⁹, afirmou a ex-aluna.

Os Ginásios Bandeirantes incentivaram não apenas a continuidade de estudos por parte dos seus egressos, mas também dos seus professores: “Quem sabe o Ginásio Bandeirante não tenha me estimulado a fazer o curso superior,

⁴³⁶ Professora 2 – GB de Santa Rita. **Entrevista concedida.** Santa Rita, 24 de novembro de 2012.

⁴³⁷ Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

⁴³⁸ José Maria Cabral Marques. **Entrevista concedida.** São Luís, 16 de julho de 2012.

⁴³⁹ Aluna 5 – GB de São Raimundo das Mangabeiras. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 08 de janeiro de 2012.

né?”⁴⁴⁰, disse a ex-professora. Para outra, o ginásio foi um abrir de novas perspectivas de formação profissional: “Pra mim foi muito bom. Foi uma fase de experiência que eu tive no meu serviço que me levou a fazer uma faculdade, a querer novos horizontes, a ter a educação como uma prioridade na vida da gente”⁴⁴¹.

Em suma, a partir das memórias dos entrevistados, pode-se dizer que o Ginásio Bandeirante cumpriu a missão de ser propedêutico, de ser uma instituição que preparou seus egressos para dar continuidade aos estudos em outros níveis.

Em terras maranhenses, o estabelecimento da obrigatoriedade dos oito anos escolares de responsabilidade pública foi de forma gradual. Segundo portaria 18/72, a Secretaria de Educação estadual determinava uma instalação progressiva do novo sistema:

- I- As atuais escolas primárias deverão instituir, progressivamente, as séries que lhes faltam para alcançar o ensino completo do 1º grau.
- II- Os atuais estabelecimentos que mantenham o ensino ginásial poderão continuar a ministrar apenas as séries que lhes correspondem redefinidas quanto à ordenação e à composição curricular, até que alcancem as oito da escola completa de 1º grau.⁴⁴²

A partir desta determinação, muitos Bandeirantes passaram a ser chamados de “Unidade Bandeirante de...”, até, finalmente ser completamente encampados pelos grupos escolares que um dia os abrigara e que também passaram por uma mudança de nomenclatura. O histórico do atual “Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Estado do Rio de Janeiro” de Fortuna, também ilustra essa história já exemplificada pelas placas do “Grupo Escolar Parsondas de Carvalho” em Sítio Novo, posto anteriormente:

A partir de 1982, devido à reforma de ensino unificado do ciclo primário e ginásial, onde a escola passou a ser constituída de alunos

⁴⁴⁰ Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

⁴⁴¹ Professora 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

⁴⁴² MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. **Portaria 18/72.** O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, indica aos estabelecimentos oficiais e particulares de 1º grau o cumprimento destas prescrições constantes do artigo 75 da Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971 no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial, 9 de fevereiro de 1972. São Luís: SIOGE, 1972.

da 1ª a 8ª série e, passou a ser chamada de Unidade Integrada Estado do Rio de Janeiro.⁴⁴³

Finalmente o Estado assumiu completamente as despesas com o corpo docente através de nomeações e o Bandeirante deixava de ser um “projeto”. O ano de 1982 foi o marco dessa virada. A partir das entrevistas, percebeu-se que aquele foi o ano dos concursos para os professores desses ginásios, para que então fossem incluídos na rede estadual através de nomeações.

A necessidade de prestar concurso para então ser nomeada chegou a surpreender uma das professoras entrevistadas que ainda não havia entendido, até aquela época, que trabalhava em um projeto, sob o regime de contrato:

Olha, foi tão difícil entender isso, por que eu não sabia, eu pensava que eu era nomeada, eu pensava que eu tinha duas nomeações e na verdade eu só tinha uma... eu trabalhava por um projeto, agora, era um projeto que eu não sabia que era um projeto...⁴⁴⁴

Paulatinamente, a designação “Ginásio Bandeirante” desapareceria das instituições de ensino maranhenses⁴⁴⁵. No entanto, suas memórias e documentos constituem-se águas caudalosas, repletas de surpresas, contradições e oportunidades de formação para os historiadores da educação. Para nós, se o despojamento inicial de preconceitos foi condição *sine qua non* para o encontro com o Projeto Bandeirante no seu tempo, espaço e contexto, a fuga das autoevidências de aparentes águas claras ou o não inebriar-se pelo “canto da sereia” de seus narradores ou de sua gama documental, constitui-se o segundo imperativo do processo de pesquisa. Era necessária uma permanente vigilância epistemológica durante o percurso.

Em suma, longe da pretensão de querer contar “a” história dos Ginásios Bandeirantes, ousamos dizer que o mergulho que fizemos durante esses dois anos e dos quais ainda temos cheiro de arquivos no corpo e o ouvido repleto de histórias, levou-nos a concluir que esses ginásios, apesar de todas as contradições

⁴⁴³ FORTUNA. Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Estado do Rio de Janeiro. **Histórico da Escola**. Fortuna, 18 de setembro de 2000. Datilografado.

⁴⁴⁴ Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida**. Fortuna, 20 de outubro de 2012.

⁴⁴⁵ Já no final da pesquisa soubemos através de uma professora de Zé Doca que o antigo Ginásio Bandeirante daquela cidade, hoje se chama “Centro de Ensino Bandeirante de Zé Doca”, conservando parte da nomenclatura inicial. Desconhecemos até agora outra escola que traga em sua designação pelo menos parte da nomenclatura daqueles ginásios.

vivenciadas, constituem importante página do acesso ao ensino secundário público no Maranhão. Tal fato, por si só, atesta a relevância desses ginásios para a história da educação maranhense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um novo modelo de ensino secundário foi proposto no Brasil desde a década de 1950. A inovação nesse nível de ensino encontrava-se diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento econômico que o país experimentava desde a década de 1930. A defesa do acesso a esse grau, a substituição de uma tendência de formação meramente intelectualizante em detrimento da formação de mão de obra qualificada para a industrialização vivenciada no país, encontrava-se na base dos vários questionamentos a esse nível.

No contexto maranhense da primeira metade de 1960, o acesso ao ensino primário era insuficiente e o ensino secundário constituía quase uma exclusividade de quem pudesse custeá-lo. A análise sobre as intenções do governo Newton Bello (1961-1966) revelou uma clara concentração de esforços no nível primário. Segundo aquele governador, era necessário resolver os problemas da “pedra angular” do sistema educacional maranhense; e, quanto ao secundário, diante da insuficiência de recursos, a opção do governador foi o “incremento por todos os meios” da iniciativa privada e a amenização dos problemas vivenciados no secundário da capital. Possuía o Maranhão, à época, três estabelecimentos de ensino secundário público: dois estaduais e um federal; dos 99 municípios, 82 não possuíam, em 1961, qualquer estabelecimento de ensino médio, mesmo particular.

A pesquisa revelou que a concentração de esforços no primário por parte da gestão Newton Bello, mesmo apresentando um aumento significativo de matrículas, ou seja, 51,29% entre 1961 e 1965, não significou sua democratização no Estado. Quanto ao ensino secundário, em 1965, último ano daquela gestão, a rede privada, concentrada nas cidades de maior porte, continuava dominando a oferta nesse nível; dos 21.907 alunos atendidos, 75,01% encontravam-se na rede particular de ensino, ou seja, o acesso a esse era condicionado não apenas por limites geográficos, mas, também, e principalmente, por limites financeiros. Esse contexto educacional se constituiu como uma das bases discursivas para o estabelecimento do governo de José Sarney.

A partir de antigas estratégias discursivas utilizadas na invenção e na reinvenção do Maranhão, José Sarney, sob o apoio e a proteção da chamada “Revolução de 64”, estabeleceu-se no governo do Estado, em 1966. Identificou-se, em seus discursos, a ênfase dada ao campo educacional na construção de um

Maranhão Novo, cujo restabelecimento de esplendor cultural e econômico apresentava-se discursivamente em oposição ao contexto ultrapassado e decadente vivenciado a partir do domínio político anterior ao seu. O discurso do bandeirismo, utilizado para atrair novos investidores para o Estado, foi estendido ao campo educacional. Era necessário tanto atrair novos desbravadores das riquezas maranhenses, quanto desbravar as inteligências do interior do Maranhão, qualificando mão de obra para o desenvolvimento. Nesse contexto, foi criado, em 1968, o Projeto Bandeirante, cuja pretensão era um secundário público, ressonância do que havia de mais atualizado no campo discursivo desse nível de ensino.

A inspiração no modelo de ginásio polivalente, orientou a equipe de elaboração do Projeto Bandeirante à construção de uma proposta de secundário cuja efetivação curricular deveria superar a tradicional dicotomia entre trabalho intelectual e manual. Sobre as disciplinas práticas, deveria ser dada ênfase especial, formando um aluno para ser útil em seu meio, em sua comunidade.

O projeto era uma parceria do Estado com as prefeituras municipais e encontrava-se dentro de determinações nacionais sobre a utilização dos recursos do Plano Nacional de Educação. As responsabilidades entre prefeituras e estado eram divididas no contrato de professores e, ainda, na conjugação de forças em torno das providências quanto ao espaço físico para a instalação dos ginásios.

Constatou-se que a rápida expansão do número de Ginásios Bandeirantes, a saber, noventa e duas unidades em quatro anos, não significou necessariamente, a popularização do ensino secundário no Maranhão. A rede particular de ensino, mesmo apresentando um número de cursos inferior aos da rede pública, continuava dominando o índice de matrículas nesse nível.

A falta de um corpo docente com formação específica para o ensino secundário foi um dos principais entraves à proposta de ginásio inovador, implícita no projeto e enfatizada pela imprensa da época. O contexto político e cultural vivenciado no Brasil à época da Ditadura Militar apresentou-se incongruente à proposta de formação de um aluno ativo e protagonista do seu meio. Os encontros de formação continuada, oferecidas pelo Estado, não foram suficientes para a implantação de uma nova cultura escolar, e, segundo as falas dos ex-alunos, a didática centrada no professor, as rígidas relações hierárquicas, o decorar de conteúdos infindos continuavam nas bases pedagógicas de um ginásio que era “continuidade do primário”.

Quanto às estruturas físicas onde os Ginásios Bandeirantes foram instalados, constatou-se que os principais espaços utilizados foram os Grupos Escolares dos municípios, cujas condições eram absolutamente plurais no que se referia a prédios e mobiliários. Enquanto o currículo do Projeto Bandeirante requeria uma estrutura físico-pedagógica específica, onde fossem instalados o gabinete de ciências, uma Biblioteca e uma área onde aconteceriam as aulas práticas de técnicas agrícolas, as evidências encontradas ao longo da pesquisa revelaram que nem sempre pôde haver consonância entre proposta inicial e práticas pedagógicas. À semelhança de outros projetos educacionais do *Maranhão Novo*, como o Projeto João de Barro e a TVE, a racionalização de recursos e o aproveitamento do que já existia nos municípios, foram também marcas dessa expansão inicial do secundário público maranhense.

As entrevistas revelaram que as novidades propostas pelos Gabinetes de Ciências e Bibliotecas, canalização de programas federais para esses ginásios, foram articulados de formas diferenciadas no interior dos Bandeirantes. Enquanto que, nos depoimentos de alguns ex-alunos e ex-professores, esses espaços e sua utilização encontram-se vivos e sobre eles foram tecidas várias descrições sobre sua utilização, nas memórias de outros, esses se encontram ausentes, revelando realidades plurais quanto às suas existências e o seu uso. Nas lembranças sobre as aulas de técnicas agrícolas, foram ressaltadas a falta de formação docente para essa disciplina e a descrição sobre elas destacaram a diversidade a partir da qual eram realizadas, variando de ginásio para ginásio.

Mesmo com esses apontamentos, que permitiram a constatação das contradições entre propostas do projeto e práticas dos ginásios, as falas dos depoentes destacaram os Ginásios Bandeirantes como pertencentes a um tempo áureo da educação maranhense, em que essa era tratada com seriedade, os professores eram bem remunerados e comprometidos, os alunos eram disciplinados e o estado realmente “investia na educação”.

As memórias dos entrevistados destacaram ainda que, em meio a um contexto de inexistência do secundário público, os Bandeirantes cumpriram a missão de desbravamento, levando avanço e progresso onde antes só havia atraso e ignorância. Pôde-se identificar em suas falas que, a ideia de modernidade dos Ginásios Bandeirantes foi atrelada ao fato de que esses eram pioneiros em muitos municípios, ou seja, eram modernos por que eram as únicas instituições de ensino

secundário nesses lugares. A modernidade foi ainda associada às lembranças de um ginásio disciplinado, onde os alunos realmente tinham que estudar. Nos lugares onde foram construídos prédios próprios para esses ginásios, a mesma ideia foi associada à estrutura física nova e diferenciada em comparação à outras escolas, com prédios adaptados de residências familiares. O fardamento escolar também foi destacado como fator de inovação proposto pelos Bandeirantes. Já no que diz respeito à concretização de uma proposta de secundário que rompesse a velha dicotomia entre teoria e prática, as falas destacaram a continuidade de uma cultura pedagógica com ênfase nos conteúdos a serem assimilados mecanicamente.

Para concluir, compreende-se que as informações contidas nesta pesquisa podem auxiliar a análise de atuais políticas educacionais do Maranhão, à medida que oferece um quadro revelador de traços que ainda são permanentes no âmbito da elaboração e concretização de propostas neste campo. Nesse sentido, esta investigação apresenta-se aberta a continuidades, oferecendo indagações sobre estratégias discursivas que continuam sendo acionadas na construção político social de um estado em permanente condição de vir a ser, inclusive educacionalmente. Que cenário educacional pode revelar a análise comparativa entre discursos e a efetividade de planos e de projetos forjados para o convencimento da permanente chegada de novos tempos para o Maranhão? Que percalços são vivenciados no âmbito de inovações marcadas pela emergência, carentes de continuidade e de análises mais profundas dos contextos sobre os quais se pretende processá-las?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão.** São Luís: FIPES, 1983.

ALVES, Márcio Moreira. **O beabá dos MEC – USAID.** Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968. p. 17.

ALVES, Nilda. **O Espaço escolar e suas marcas: o espaço como dimensão material do currículo.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

ARAPIRACA, José de Oliveira. **A USAID e a Educação Brasileira.** Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação. FGV/ISAE: Rio de Janeiro, 1979. p. 206. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9356>>. Acesso em: 08 out. 2012.

BARBOSA, Roldão Ribeiro. **DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES AO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES: uma história da instalação e consolidação do Ensino Superior em Caxias (1968 – 1994).** Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós- Graduação em Educação. UFPI: Teresina, 2011.

BARRA, V. M. e LORENZ, K. M. **Produção de materiais didáticos de Ciências no Brasil, período: 1950-1980.** Ciência e Cultura. São Paulo, v. 38, n. 12, p. 1970-83, dezembro de 1986.

BOMENY, Helena. **Paraíso tropical: a ideologia do civismo na TVE do Maranhão.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão.** São Luís – MA: UFMA, 1985. p. 113.

BRASIL. **Decreto n. 19.890 – de 18 de abril de 1931.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm>. Acesso: 10 abr. 2012.

_____. O Decreto Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal.** Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Lei nº 4.024.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. art. 1º, alínea “e”. Disponível em: <<http://www.wp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso: 07 mar. 2012.

_____. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1963.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Cap. II, art. 168, alínea II. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso: 13 abr. 2012.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Anuário estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

_____. Anuário Estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1963.

_____. Anuário Estatístico do Brasil 1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.

_____. Anuário Estatístico do Brasil 1967. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 1967.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1968. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 1969.

_____. Anuário Estatístico do Brasil, 1970. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 1970.

_____. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Conselho Nacional de Estatística. **Ensino Médio por Município 1965/1964**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

_____. Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. In: **Legislação Brasileira do ensino de 2º grau, Coletânea de atos federais**. Brasília: DEM, 1978. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/referencias_documentais/Solange%20Zotti%20-%20ref_doc1.htm>. Acesso: 10 set. 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Da Inspeção Seccional de São Luís**. São Luís, 13 set. 1971.

_____. Congresso Nacional. **Lei 5692/71**. Diário Oficial da União de 12 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências, art. 5º, § 2º, alínea a. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso: 09 set. 2012.

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965)**. São Luís: LITHOGRAF, 1998.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento**. Brasil: JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR e RS, 1870-1925). São Luís: EDUFMA, Café e Lápis, 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.

CUNHA, Luiz Antônio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DALLABRIDA, Noberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, mai./ago., 2009.

DAVIDOFF, Carlos. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História).

FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa: memórias**. Rio de Janeiro: Guavira Editores LTDA, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FORTUNA. Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Estado do Rio de Janeiro. **Histórico da Escola**. Fortuna, 18 de setembro de 2000. Datilografado.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA/PROIN/CS, 2000. p. 59.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JEKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, Autores Associados, n. 1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966–1971)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação. UERJ: Rio de Janeiro, 2008. p. 134. Disponível em:

<www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...>. Acesso em: 10 nov. 2012.

KREUZ, Arno. **O projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

LONZA, Furio. **História do uniforme escolar no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

LOURO, G. Mulheres nas salas de aulas. In: Priore, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARANHÃO. **Plano e Reivindicações**. Reunião do Senhor Presidente da República com os governadores do Piauí e Maranhão. São Luís: SIOGE, 1961.

_____. Secretaria de Educação e Cultura: **Plano Trienal de Educação** (1963 - 1965). São Luís: SIOGE, 1963.

_____. **Diário Oficial do Estado**. São Luís: SIOGE. 13 mai. 1968.

_____. **I Programa de Governo do Estado do Maranhão**. Administração José Sarney. SUDEMA. São Luís, 1968. Mimeografado.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto João de Barro**. Secretaria de Educação. [s. d.]. Mimeografado.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante**. São Luís, 1968. p. 1. Mimeografado.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Regimento dos Ginásios Polivalentes do Projeto Bandeirante**, São Luís: 1968. Cap. 3. p. 3. Mimeografado.

_____. Anuário Estatístico do Maranhão de 1969 – ano base de 1968. **Plano de Governo 1971/74**. vol. I, São Luís: SIOGE, 1971.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Resolução 3/72**. Baixa as normas para a elaboração do Currículo Pleno nos estabelecimentos de ensino de 1º grau. São Luís, 28 de janeiro de 1972. Datilografado.

_____. Secretaria de Educação. **Portaria nº 18/72**. São Luís, 19 de janeiro de 1972.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Ensino de 2º grau. Divisão de coordenação. **Lista de Ginásios Bandeirantes implantados**. São Luís, 1974. Mimeografado.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Portaria 18/72**. O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, indica aos estabelecimentos oficiais e particulares de 1º grau o cumprimento destas prescrições constantes do artigo 75 da Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971 no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial, 9 de fevereiro de 1972. São Luís: SIOGE, 1972.

_____. Departamento de Ensino de 1º Grau. **Calendário Escolar – 1976**. SENEC. São Luís, 1976.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo, no séc. XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOTTA, Diomar das Graças, MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. O Maranhão e a reconstrução educacional (1952 – 1964). In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Anísio Teixeira na direção do INEP**. Programa para a reconstrução da nação brasileira (1952-1964). Brasília: INPE Anísio Teixeira, 2006.

NARDI, Roberto. Memórias da Educação em Ciências no Brasil: a pesquisa em ensino de Física. **Investigação em ensino de Ciências**. v. 10, n. 1, março, 2005. p. 63-101.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. São Cristovão: Ed. UFS, 1999. p. 83.

PAES, Eyder. Sarney dinamizou o setor educacional. **Jornal Pequeno**. São Luís, Ano XVI, n. 558, p. 1, 27 jan. 1968.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora. Brasiliense, 23. edição, 1994.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo**: projeto João-de-Barro – Maranhão – 1967/74. São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985.

SARNEY, José. **Governo e povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 46.

SAVIANI, Demerval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **A nova lei da educação**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, Geraldo Bastos. **Educação e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957, p. 201.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. **O Povo vai à escola**: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 14.

VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A. ESCOLANO, B. **Currículo, espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: DPA, 1998.

WARDE, Miriam Jorge. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. O contexto histórico da inovação educacional no Brasil. In: GARCIA, Walter E. (Coord.). **Inovação Educacional no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

MARANHÃO. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1963.

_____. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1961.

_____. Governador, 1961-1966 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1963.

_____. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís: SIOGE, 1967.

_____. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem do governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado**. São Luís: SIOGE, 1967.

_____. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão por ocasião da abertura do período legislativo**. São Luís: SIOGE, 1968.

_____. Governador, 1966-1971 (José Sarney). **Mensagem do governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado**. São Luís: SIOGE, 1970.

JORNAIS

A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA DEVE CONSTITUIR DISCIPLINA OBRIGATÓRIA OU PRÁTICA OBRIGATÓRIA? **O Imparcial**. São Luís, 06 fev. 1971, ano XVII, n. 3298, p. 8.

COM 200 MIL ALFABETIZADOS “JOÃO DE BARRO” CHEGA AOS ÍNDIOS. **O Imparcial**. São Luís 07 fev. 1975, Ano XVII, N. 5223.

CURSOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO. **O Imparcial**. São Luís, 13 jan.1968, ano XXVI, n. 4534, p. 4.

DECRETO Nº 4095 DE 23 DE FEVEREIRO DE 1970. **Diário Oficial do Estado**, São Luís, Ano LXII. N.39, p.1, 27 fev.1970.

EXPLOSÃO EDUCACIONAL DO MARANHÃO É SIMPÁTICA A TÉCNICOS DA USAID. **O Imparcial**. São Luís, 15 jan. 1971, Ano. XVII, N. 0323. p. 6.

GABINETE DE CIÊNCIAS – POSSE DO GRÊMIO. **Jornal do Dia**. São Luís, 09 mai.1968, ano VI, n. 645, p. 2.

GINÁSIO BANDEIRANTE EM HUMBERTO DE CAMPOS. **O Imparcial**. São Luís, 03 abr. 1968, ano XIII, n. 4563, p. 5.

GINÁSIO BANDEIRANTE EM LIMA CAMPOS. **Jornal do Dia**. São Luís, 06 fev 1972, Ano VI, N. 2728, p.3.

PRIMEIRA CRUZ INAUGUROU PRIMEIRO GINÁSIO BANDEIRANTE. **Jornal do Dia**. São Luís, 8 mai. 1968, ano VI, n. 1913, p. 5.

PROFESSORES PERNAMBUCANOS OFERECEM MODERNO CURSO DE DESENHO – ATUAÇÃO DOS EDUCADORES ANSELMO E KALIL MOHANA. **O Imparcial**. São Luís. 26 jan. 1968, ano XXVI, n. 5467. p. 4.

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO ESTEVE NA ASSEMBLÉIA. **O Imparcial**. São Luís, 23 mar. 1968, Ano XXVI, n. 5432. p. 5.

SERÁ AMPLIADA REDE DE PRIMÁRIO E MÉDIO NO MARANHÃO. **Diário Oficial do Estado**. São Luís, Ano LX. N. 42, p.3, 14 jan. 1968.

SETECENTOS PROFESSORES FARÃO CURSOS DO DAM. **O imparcial**. São Luís, 06 jan. 1968, ano XXVI, n. 6087, p. 8.

32 MUNICÍPIOS TERÃO GINÁSIOS. **Jornal do Maranhão**. São Luís, 10 jan. 1968, ano XXXIII, n. 3731, p. 5.

RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO E HISTÓRICOS DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES

Ginásio Bandeirante de Cajari. **Histórico do Município de Cajari**. Cajari, 03 mar.1970. Datilografado.

_____. **Ofício nº 148/70**. Cajari, 05 mar. 1970. Mimeografado.

_____. **Relatório de Inspeção**. São Luís, 16 de março de 1970. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Fortuna. **Relatório de inspeção**. Eneida Canedo. Inspetora de Ensino Médio. São Luís. 02 fev.1970. Datilografado.

_____. **Relatório de Inspeção** s/n. 1972. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Godofredo Viana. **Convênio que entre si celebram a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Godofredo Viana para funcionamento e manutenção da Unidade Bandeirante de Godofredo Viana**. São Luís. 16 de março de 1972. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Humberto de Campos. **Histórico do Município de Humberto de Campos**. 1967. Datilografado.

_____. **Relação do corpo docente**. 1967. Datilografado.

_____. **Informações sobre o local onde deverá funcionar o Ginásio Bandeirante, no município de Humberto de Campos**. José Ribamar Goulart Heluy – Diretor. [s.d.] Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Lima Campos. **Histórico da cidade**. Cássio Mota – Prefeito. Lima Campos, 27 de novembro de 1969. Datilografado.

_____. **Relatório de inspeção**. Eneida Canedo. Inspetora de Ensino Médio. São Luís, 07 de abril de 1970. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Magalhães de Almeida. **Relatório de Inspeção**. Eneida Canedo – Inspetora. São Luís, 23 de abril de 1970. Datilografado.

_____. **Histórico da Região do Baixo Paranaíba e Perspectiva de Desenvolvimento do Município de Magalhães de Almeida** – Justificativa da Criação do Ginásio Bandeirante. Raimundo Olinda dos Santos – Prefeito, 1970. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Matões. **Relatório de Inspeção**. Lourival Castelo Branco - Inspetor. São Luís, 5 de fevereiro de 1969. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Mirador. **Relatório de Inspeção**. Eneida Canedo. Inspetora do Ensino Médio. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Peri Mirim. **Histórico do Município de Peri Mirim**. 1967. Datilografado.

_____. **Relatório de Inspeção**. José Geraldo de Menezes Mendonça – Inspetor. São Luís, 05 de janeiro de 1968. Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Primeira Cruz. **Relatório de Inspeção**. Auzairz Frazão – Inspetora. 1969 (s.d). Datilografado.

Ginásio Bandeirante de Urbano Santos. **Relatório de Inspeção**. Lourival Castelo Branco – Inspetor. São Luís, 14 de fevereiro de 1969. Datilografado.

_____. **Autorização para funcionamento do ginásio.** Urbano Santos, 03 jan. 1969. Datilografado.

_____. **Requisição para o reconhecimento da Unidade Bandeirante de Urbano Santos.** Anexo 1. São Luís. 11 jan. 1983. Datilografado.

ENTREVISTAS

BARROS, Joel Brito. **Entrevista concedida.** São Luís, 14 de julho de 2012.

Ex-prefeito de Sítio Novo. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de Setembro de 2012.

MARQUES, José Maria Cabral. **Entrevista concedida.** São Luís, 16 de julho de 2012.

MOTTA, Diomar das Graças. **Entrevista concedida.** São Luís 30 de julho de 2012.

Aluno 1- GB de Bacabal. **Entrevista concedida.** São Luís, 22 de junho de 2012.

Aluna 2 – GB de Imperatriz. **Entrevista concedida.** Montes Altos, 21 de setembro de 2012.

Aluno 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 13 de novembro de 2012.

Aluna 4 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

Aluna 5 – GB de São Raimundo das Mangabeiras. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 08 de janeiro de 2012.

Aluna 6 - GB de Presidente Dutra. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 11 de outubro de 2012.

Diretora 1 – GB de Fortuna. **Entrevista concedida.** Fortuna, 20 de outubro de 2012.

Diretora 2 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

Diretora 3 – GB de Amarante. **Entrevista concedida.** Imperatriz, 07 de dezembro de 2012.

Diretora 4. **Entrevista concedida.** Sítio Novo, 13 de Setembro de 2012.

Diretora 5 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 5 de outubro de 2012.

Diretora 6 – GB de Timon. **Entrevista concedida.** Timon, 05 de outubro de 2012.

Professora 1 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Anajatuba, 23 de novembro de 2012.

Professora 2 – GB de Anajatuba. **Entrevista concedida.** Santa Rita, 24 de novembro de 2012.

Professora 3 – GB de João Lisboa. **Entrevista concedida.** João Lisboa, 16 de agosto de 2012.

Professor 4 – GB de Grajaú. **Entrevista concedida.** Grajaú, 14 de dezembro de 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO “Prof. Mariano da Silva Neto”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGED)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ININGA
TELEFONES: (86) 3215-5820/337-1214 – FAX: (86) 3237-1277
64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ E-mail: ppged@ufpi.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: História e Memória dos Ginásios Bandeirantes: 1966 a 1980.

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/ Programa de Pós-Graduação em Educação

Telefone para contato: (86) 3215-5571/ 3223-9077

Pesquisadores participantes: Elizânia Sousa do Nascimento

Telefones para contato: (99) 8105-6486 / (99) 9904-7633

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser **esclarecido/a** sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

O objetivo geral da pesquisa consiste em construir a história e memória dos Ginásios Bandeirantes no Maranhão no período de 1966 a 1980, refletindo sobre a política de expansão, interiorização e consolidação do ensino secundário nesse estado. Para isso, será realizada, além da pesquisa documental, entrevistas com atores que participaram deste projeto na condição de professores, alunos, diretores, coordenadores e secretário de educação, à época. As entrevistas terão por base roteiros previamente elaborados, buscando fazer emergir a memória dos entrevistados quanto ao projeto Bandeirante. A entrevista semiestruturada se torna adequada ao que está sendo proposto, pois utiliza um roteiro pré-determinado que serve de base para o desenvolvimento da entrevista, baseado em temas relevantes à pesquisa. Nessa técnica, as questões não são rígidas e, portanto, no decorrer da entrevista podem surgir outras informações pertinentes ao estudo. Ressaltamos que sua participação é isenta de despesas.

As informações produzidas serão registradas, analisadas e interpretadas a partir de uma crítica da reminiscência. No caso de surgirem situações que possam causar algum tipo de constrangimento, estas podem ser renegociadas com a pesquisadora, bem como está garantido o direito de retirar o seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa.

A divulgação das informações produzidas será realizada apenas com a sua autorização. O acesso aos dados brutos somente será permitido ao pesquisado interessado, ao pesquisador e sua equipe de estudo e ao Comitê de Ética. Caso haja necessidade de maiores esclarecimentos ou surgirem eventuais dúvidas, pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o Conselho de Ética da Universidade Federal do Piauí.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo: **História e Memória dos Ginásios Bandeirantes: 1966 a 1980**. Tive pleno conhecimento das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo citado. Discuti com a prof.^a pesquisadora Elizânia Sousa do Nascimento, a minha decisão em participar deste estudo. Ficaram claros, para mim, quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e seus desconfortos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo. A retirada do consentimento da participação no estudo não acarretará em penalidades ou prejuízos pessoais.

Imperatriz, _____ de _____ de _____.

Pesquisadora responsável pelos estudos _____

Assinatura do/a Entrevistado/a _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Imperatriz, _____ de _____ de _____.

Assinatura da pesquisadora responsável

Observações complementares

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga
Centro de Convivência L09 e 10 – CEP: 64.049-550 – Teresina - PI
tel.: (86) 3215-5734 - email: cep.ufpi@ufpi.br - web: www.ufpi.br/cep

**APÊNDICE B – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS DE REPRESENTANTES DA
GESTÃO EDUCACIONAL MARANHENSE Á ÉPOCA DA CRIAÇÃO DO PROJETO
BANDEIRANTE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO “Prof. Mariano da Silva Neto”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ININGA
TELEFONES: (86) 3215-5820/337-1214 – FAX: (86) 3237-1277
64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ E-mail: ppged@ufpi.edu.br

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A:

Nome _____

Fones _____

Função que exerceu na gestão educacional maranhense da época _____

Ano/s de atuação na gestão educacional maranhense _____

1 ELABORAÇÃO DO PROJETO BANDEIRANTE

1. O I programa de Governo do Estado do Maranhão – 1968, administração José Sarney, assegurava a expansão de ginásios estaduais. Havia uma determinação em nível de governo nacional quanto a esta ampliação ou o Projeto Bandeirante foi uma iniciativa da gestão estadual maranhense?
2. A equipe que elaborou o Projeto Bandeirante conhecia a proposta dos Ginásios Orientados para o Trabalho ou dos Ginásios Polivalentes?

**2. FINANCIAMENTO DO PROJETO BANDEIRANTE E PARCERIA ENTRE
ESTADO E MUNICÍPIOS**

3. O Diário Oficial de 14 de janeiro de 1968 fala sobre a liberação de recursos pelo Plano Nacional de Educação. Neste mesmo diário encontrava-se a seguinte orientação: “O Secretário trouxe também os quantitativos destinados ao governo do

Estado, em 1968, a fim de que seja elaborado o plano de aplicação. Esses recursos serão gastos na rede de ensino primário e médio no Estado do Maranhão” – (Estado do Maranhão. Diário Oficial. **Será ampliada rede de primário e médio no Maranhão.** Terça Feira, 14 de janeiro de 1968).

Além do montante disponibilizado pelo PNE, que outros recursos foram usados na expansão da rede ginásial?

4. Como se dava, na prática, a parceria financeira entre estado e municípios prevista no Projeto Bandeirante?

5. Quais eram principais dificuldades vivenciadas na instalação dos ginásios?

6. No que se refere ao corpo docente, outra pesquisa já mostrou que um dos objetivos da criação da Faculdade de Caxias foi suprir o quadro de professores dos Ginásios Bandeirantes, no entanto, temos encontrado que até a década de 1980 o quadro do ginásio maranhense ainda era espaço de professores, em sua maioria, normalistas, quais eram os desafios dessa área?

3 ESPAÇOS FÍSICOS E ARTEFATOS MATERIAIS DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES

6. Nos documentos pesquisados foram encontrados muitos indícios de que a maioria dos GB's foram instalados nos prédios dos Grupos Escolares existentes nos municípios; havia requisitos essenciais a serem preenchidos pelas estruturas físicas que receberiam esses ginásios?

7. O projeto apresentava lista de material de expediente, relação de material audiovisual, bibliotecas padronizadas, Gabinetes de Ciências etc, a informação é de que os mesmos seriam fornecidos pelo Governo Estadual. Fale sobre isso.

4 GINÁSIO BANDEIRANTE E DESENVOLVIMENTO

Fale sobre:

8. A contribuição do Projeto Bandeirante para o governo “Maranhão Novo”;

9. Desenvolvimento, Educação e Projeto Bandeirante.

**APÊNDICE C – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS DE EX-DIRETORES/AS DOS
GINÁSIOS BANDEIRANTES**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO “Prof. Mariano da Silva Neto”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ININGA
TELEFONES: (86) 3215-5820/337-1214 – FAX: (86) 3237-1277
64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ E-mail: ppged@ufpi.edu.br

Entrevista de Ex-Diretores dos Ginásios Bandeirantes

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome _____
Fones _____
Trabalhou no Ginásio Bandeirante de _____
Ano/s de atuação neste GB _____

2 FORMAÇÃO

1. Fale sobre sua inserção no cargo de direção do GB.
2. Sua formação na época de atuação neste ginásio.
3. Formação continuada oferecida pelo estado na época.
4. Resumo da sua trajetória profissional.

3 CULTURA E ARTEFATOS ESCOLARES DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES

Suas lembranças sobre:

5. Chegada do GB em sua cidade.
6. Prédio onde funcionava o GB, carteiras, fardamento.
7. Articulação docente dos espaços da Biblioteca, Gabinete de Ciências, Horta
8. Influência da Ditadura Militar no cotidiano do GB e aulas de EMC.

4 GINÁSIO BANDEIRANTE E DESENVOLVIMENTO

9. Contribuições do GB para sua cidade, para sua vida.

**APÊNDICE D – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS DE EX-PROFESSORES/AS
DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO “Prof. Mariano da Silva Neto”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGED)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ININGA
TELEFONES: (86) 3215-5820/337-1214 – FAX: (86) 3237-1277
64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ E-mail: ppged@ufpi.edu.br

Entrevista de Ex-Professores/as dos Ginásios Bandeirantes

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome _____
Fones _____
Trabalhou no Ginásio Bandeirante de _____
Ano/s de atuação neste GB _____

2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE

1. Fale sobre sua inserção na docência do GB.
2. Sua formação na época de atuação neste ginásio.
3. Formação continuada oferecida pelo estado na época.
4. Resumo da sua trajetória profissional.

3 CULTURA E ARTEFATOS ESCOLARES DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES

Suas lembranças sobre:

5. Chegada do GB em sua cidade.
6. Prédio onde funcionava o GB, carteiras, fardamento.
7. Articulação em suas aulas dos espaços da Biblioteca, Gabinete de Ciências, Horta.
8. Influência da Ditadura Militar no cotidiano do GB e aulas de EMC.

4 GINÁSIO BANDEIRANTE E DESENVOLVIMENTO

9. Contribuição do GB para sua cidade, para sua vida.

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS DE EX-ALUNOS/AS DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO “Prof. Mariano da Silva Neto”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ININGA
TELEFONES: (86) 3215-5820/337-1214 – FAX: (86) 3237-1277
64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ E-mail: ppged@ufpi.edu.br

Entrevista de Ex-Alunos/as dos Ginásios Bandeirantes

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome _____

Fones _____

Estudou no Ginásio Bandeirante de _____

Ano/s que estudou neste GB _____

Resumo da trajetória profissional _____

1. Suas memórias sobre a chegada do Ginásio Bandeirante em sua cidade.
2. Processo seletivo do exame de admissão.

AULAS E ATUAÇÃO DOCENTE

3. Suas lembranças sobre as aulas do GB em que estudou.
4. Relacionamento professor e aluno.
4. Fale sobre a prática dos exames/provas desse GB.

3 CULTURA E ARTEFATOS ESCOLARES DOS GINÁSIOS BANDEIRANTES

Suas lembranças sobre:

5. Chegada do GB em sua cidade.
6. Prédio onde funcionava o GB, carteiras, fardamento.
7. Articulação docente dos espaços, materiais e acervo da Biblioteca, Gabinete Ciências, Horta.
8. Influência da Ditadura Militar no cotidiano do GB e aulas de EMC.

4 GINÁSIO BANDEIRANTE E DESENVOLVIMENTO

9. Contribuição do GB para sua cidade, para sua vida.